HISTÓRIA
do pensamento econômico
no Brasil

DO MESMO AUTOR

Castro Alves e sua época. São Paulo, Editora Anchieta, 1942.
Evolução industrial de São Paulo. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1954.
Formação industrial do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961.
Mauá e Roberto Simonsen. São Paulo, Editora Edaglit, 1963.
Do imperialismo à libertação colonial. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1965.
História político-econômica e industrial do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970.
Castro Alves e sua época. 2.ª ed., São Paulo, Coleção Saraiva, 1971.
História político-econômica e industrial do Brasil. 1.ª reimpressão, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.

EM COLABORAÇÃO:

Problemas de política econômica. São Paulo, Edição do Departamento Econômico do CIESP, 1944.
Homens de São Paulo. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1955.
Capítulos da história da indústria brasileira. São Paulo, Publicação da Coleção Forum Roberto Simonsen, 1959.
Problemas de economia industrial. Edição do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1962.
São Paulo — povo e terra. Porto Alegre, Editora Globo, 1967.

TRADUÇÕES:

A. AVDENKO. *Quero!* Rio de Janeiro, Athena Editora, 1936. (Sem indicação do tradutor.)
Virgílio DAGNINO. *Tecnocracia.* Rio de Janeiro, Athena Editora, 1936. (Com pseudônimo de J. A. Soares.)
Conde SFORZA. *Os construtores da Europa moderna.* Rio de Janeiro, Athena Editora, 1937. (Com pseudônimo de J. A. Soares.)
Daniel CHENNEVIÈRE. *Debussy e sua obra.* São Paulo, Edições Cultura, 1943.
Leon FEER. *O buda.* São Paulo, Edições Cultura, 1943.
Giuseppe FAGGIN. *Galileu.* São Paulo, Edições Cultura, 1943.
F. ENGELS. *Marx.* São Paulo, Edições Cultura, 1943.
Carra de VAUX. *Leonardo Da Vinci.* São Paulo, Edições Cultura, 1943.
Roberto MARCOLONGO e Marcel BOLL. *Einstein.* São Paulo, Edições Cultura, 1944.
Vincent d'INDY. *Beethoven.* São Paulo, Edições Cultura, 1944.
Marcel PRENANT. *Darwin.* São Paulo, Edições Cultura, 1944.
Victor HUGO. *Noventa e três.* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1946.

ÍNDICE

NOTA PRELIMINAR

Este livro me foi encomendado pelo saudoso Luís Washington Vita, desaparecido em plena maturidade física e intelectual, no tempo em que ele dirigia a coleção História das Idéias no Brasil, publicada pela Editorial Grijalbo. Nessa ocasião, estava terminando a *História político-econômica e industrial do Brasil,* de modo que não foi possível corresponder logo ao seu convite. O assunto era novo e vasto, exigindo pesquisas demoradas, o que fez com que somente agora atendesse à solicitação do pranteado amigo.

Bem sabia tratar-se de encargo árduo, por existirem a respeito apenas ligeiros esboços generalizados. E sendo entre nós difícil a pesquisa, sobretudo para quem dispõe de poucos recursos e tempo, o trabalho prolongou-se bastante, apresentando-se, mesmo assim, maculado de insuficiências, que devo desde logo reconhecer e proclamar. Uma delas é a extrema condensação do primeiro capítulo, a fim de não estendê-lo demais. Vários outros carecem de profundeza na análise, devido à escassez do material. Resumi, por vezes, trechos de trabalhos alheios, por considerá-los suficientes para o bom entendimento do tema exposto, acrescentando só o necessário para sua melhor elucidação.

É claro não ter abordado todos os ângulos de matéria tão ampla e complexa, mas apenas ter dado relevo aos aspectos mais importantes, àqueles que marcaram as diretrizes predominantes de cada época e também às idéias que se lhes opunham, em embates por vezes de contornos dramáticos.

Trata-se de problema fascinante, que está atraindo a atenção até de estudiosos estrangeiros e onde há, de fato, imenso campo a lavrar.

O substantivo *História,* empregado no título, não tem a pretensão de indicar tratamento completo e perfeito do assunto focalizado, mas simplesmente a intenção de mencionar sua abordagem em conjunto, de sua origem aos nossos dias, devendo ser entendido, portanto, no sentido de panorama ou paisagem.

No Brasil, como se sabe, o marxismo não desempenhou, no pensamento econômico, o papel por ele representado na Europa,

principalmente a partir do presente século. Embora tenha havido homens reclamando-se do socialismo, anteriormente, foi somente em 1922 que se fundou aqui um partido declaradamente marxista. Padecendo, no entanto, de enorme pobreza teórica, sua influência foi quase nula no domínio criador, apesar de ter suscitado de maneira firme algumas questões, como a agrária e a da exploração imperialista.(1) É que o marxismo surgiu na Europa em meados do século passado, contrapondo-se ao capitalismo, fenômeno então, essencialmente europeu, não se preocupando, por isso, com a periferia, ou seja, as áreas coloniais e dependentes, a não ser acidentalmente, *en passant,* em casos como os da Irlanda ou Índia. Do colonialismo, foi o leninismo que mais tarde se ocupou, como componente da estratégia da revolução mundial em cogitação, objetivando golpear o imperialismo em suas bases mais vulneráveis. Contudo, maior atenção foi dada às nações da Ásia, África e Oriente Médio, relegando-se a América Latina a segundo plano e sendo sempre encarada globalizadamente, sem consideração pelas suas peculiaridades.

Tudo isso retardou a contribuição marxista ao estudo da problemática brasileira no campo econômico, o que veio a verificar-se unicamente após a Segunda Guerra Mundial, porém, ainda assim, de modo bem incipiente, chegando a confundir-se, em muitos momentos, com as aspirações da burguesia em seus anseios de crescimento e independência nacional. Entretanto, houve contribuições individuais apreciáveis, que não podem ser menosprezadas.

Depois do fascismo ter assumido o poder na Itália (seguido posteriormente do nazismo na Alemanha e do militarismo no Japão), como movimento tipicamente direitista, conseqüência do desespero e desorientação da classe média, no contexto da crise do primeiro pós-guerra, fundou-se entre nós a Ação Integralista Brasileira, baseada no modelo corporativista italiano. Seu programa, grandiloqüente e ambíguo, opunha-se simultaneamente ao comunismo e à democracia liberal, pregando um regime autoritário. Segundo Plínio Salgado, seu fundador, o ideal a ser incutido no povo brasileiro era o do nacionalismo, impondo, no interior, a ordem e a disciplina e, no exterior, a nossa hegemonia na América do Sul. O Estado devia ser ao mesmo tempo econômico, financeiro, representativo e cultural. Pretendia transformar o capitalismo liberal clássico em capitalismo social e nacional, controlado pelo Estado.(2)

---

(1) Ver, a respeito, Astrogildo PEREIRA, *Formação do PCB.* Rio, Editorial Vitória, 1962.

(2) Hélgio Henrique C. TRINDADE. "L'action intégraliste brésilienne: un mouvement de type fasciste", resumo publicado no semanário *Politika,*

No terreno econômico, seu teórico, Gustavo Barroso, atacava violentamente os banqueiros judeus, por nos explorarem, através dos empréstimos que nos faziam, em conivência com alguns paulistas (também judeus), quando se tratava da economia cafeeira.(3) Tal estreiteza de visão na abordagem de problema tão amplo e sério levou-me à sua omissão neste trabalho.

O que parece, no entanto, ressaltar de forma límpida é que a corrente de pensamento econômico melhor adotada às nossas condições particulares emergiu inicialmente no primeiro pós-guerra, em decorrência do progresso industrial registrado na época, com a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e o aparecimento de Roberto Simonsen, preconizando a industrialização, como meio de erguer o baixo padrão de vida da população e superar o retardamento material em que nos encontrávamos. Até aí, nosso crescimento tinha sido "para fora", isto é, em função do processo de exportação de produtos primários que realizávamos, devido ao papel periférico por nós desempenhado na economia mundial. Propugnando Simonsen por novas atividades para aumento da riqueza geral, pregava na prática o desenvolvimento "para dentro", buscando com isso uma transformação estrutural.

Mais tarde, no segundo pós-guerra, a CEPAL amplia, aprofunda e estende as teses de Simonsen para toda a América Latina, rejeitando a obsoleta teoria da divisão internacional do trabalho, formulada nos países adiantados, mas sem aplicação em outras regiões e em condições históricas diferentes. Brotavam assim novas concepções de desenvolvimento, provocando reações diversas, conforme os interesses em jogo. Era um modo diferente de encarar questões antes não resolvidas, com instrumental teórico até aí aceito quase que como um dogma.

Dessa conjuntura teórica decorreu a controvérsia entre monetaristas e estruturalistas, também chamados entre nós de desenvolvimentistas, cujos lances principais resumi no penúltimo capítulo, utilizando para isso, principalmente, trabalho que, por nímia gentileza, me ofereceu o professor João Paulo de Almeida Magalhães, sintetizando suas divergências com o professor Eugênio Gudin, o mais destacado e combativo representante da doutrina ortodoxa.

---

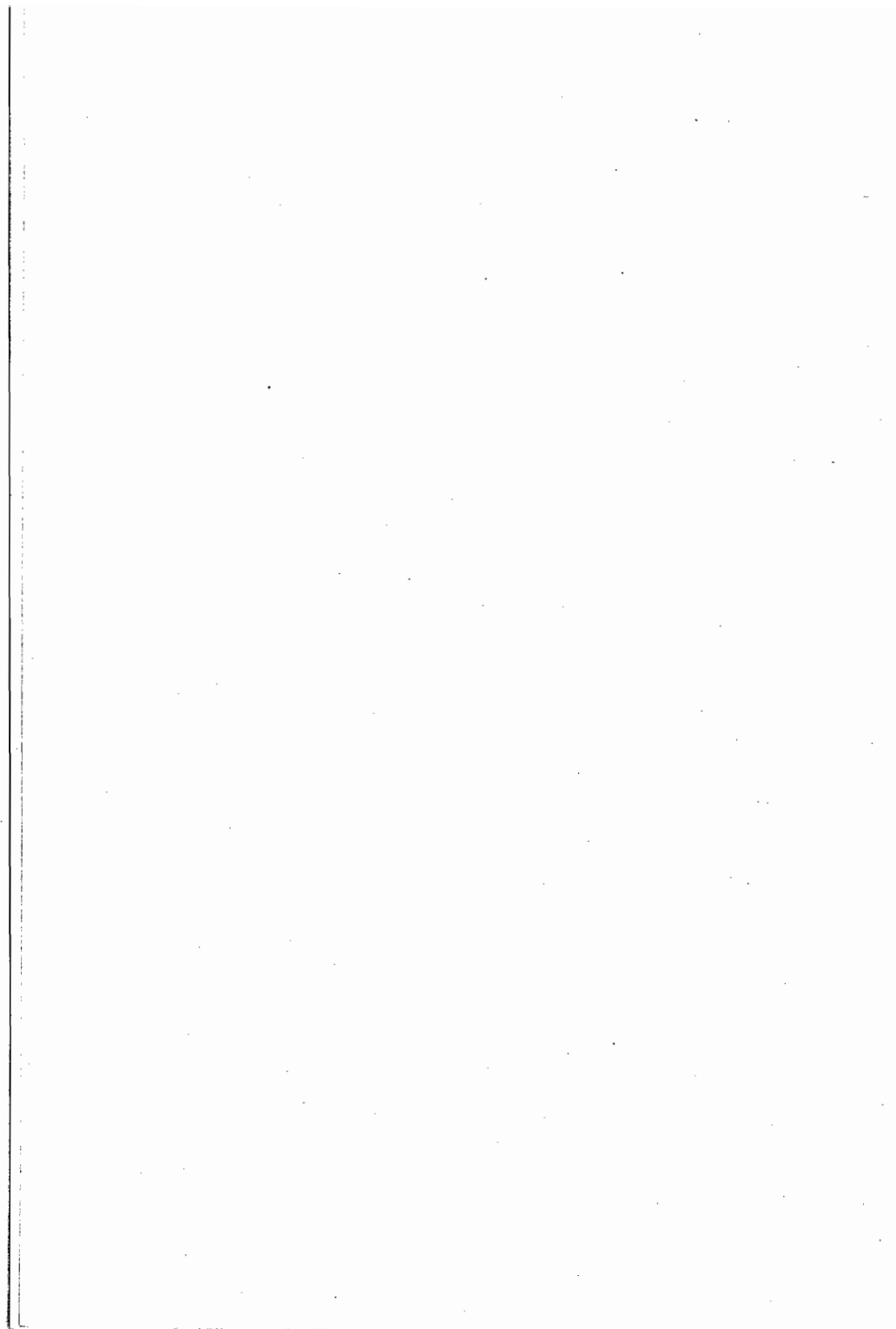
de 20 a 26 de novembro de 1972; artigos de Flávio Galvão em *O Estado de S. Paulo,* de 7, 15 e 19 de novembro de 1972, e "Caderno Especial" do *Jornal do Brasil,* de 8 de outubro de 1972.

(3) Miguel REALE, em seu livro *O capitalismo internacional,* refere-se também ao assunto econômico, porém de modo muito vago e geral, não fazendo alusão alguma à situação brasileira especificamente, quer em análise, quer em propostas de soluções.

Incluí ainda, por sugestão do professor Sousa Barros, entre os elementos plasmadores de nossa corrente desenvolvimentista, o ideário da CEPAL, considerações sobre a busca de meios para integração econômica e social do Nordeste e sobre a teoria dos pólos de desenvolvimento, nascida na França e de grande repercussão no chamado mundo subdesenvolvido.

Procurei, dessa forma, pôr em evidência os fatores constitutivos dos movimentos que entraram ou entram em dissonância dentro de nosso pensamento econômico atual. O intuito foi o de dar clareza possível à dicotomia reinante nesse campo de especulação intelectual, dada sua importância na política econômica atual e futura do país.

São Paulo, Janeiro de 1976.

HISTÓRIA
do pensamento econômico no Brasil

I

BREVE ESBOÇO DAS DOUTRINAS ECONÔMICAS

Antes de entrarmos em rápida análise e exposição das diversas correntes econômicas conhecidas ao longo da história da humanidade, torna-se necessário esclarecer o significado de certos vocábulos, muito usados nesses assuntos, não em conseqüência de problemas de terminologia, mas por questão de metodologia, porque cada vocábulo tem seu valor concreto, e até histórico. Porém é sempre preciso configurá-lo se quisermos exprimir determinado evento ou fato, cuja clareza se impõe para compreensão exata do tema. Estudioso desse assunto, o professor Alberto Bertolino escrevia a respeito em 1926: "Uma observação aprofundada do diverso significado de alguns termos econômicos demonstrará que a razão principal disso encontra-se na errônea ou, pelo menos, imprecisa determinação do objeto da ciência e portanto numa injustificável elasticidade do seu conteúdo."

Assim, por exemplo, existe uma certa confusão entre *ciência econômica* e *doutrina econômica.* Aduz o mesmo autor: "Supõe-se em suma, implícita ou explicitamente, que a base da distinção entre doutrina e ciência econômica está na diversidade lógica da sua forma e na diversidade substancial do seu conteúdo." E mais adiante: "... enquanto a doutrina é a coleta de conhecimentos ligados entre si na base da unidade do objeto estudado, a ciência é algo mais organizado do que esta coleta; é a síntese crítica das noções sobre aquele fenômeno. Em resumo, os dois termos não se excluem; distinguem-se no seu conteúdo segundo um critério quantitativo."(1) Diz outro autor: "A ciência, em substância, propõe-se — e propõe-se exclusivamente — a conhecer a realidade econômica. A doutrina, ao contrário, julga-a em

(1) F. BATAGLIA e A. BERTOLINO. *Problemi metodologichi nella storia delle dottrine politiche ed economiche.* Roma, Società Editrice del Foro Italiano, 1929, pp. 114, 115 e 118.

função de um critério superior — ordinariamente moral —, tenta mesmo reformá-la. A ciência só mostra a verdade; a doutrina, algum ideal. A ciência observa o que é, e verifica o que se faz; a doutrina proclama o que deverá ser e dita o que é preciso fazer. A ciência se quer neutra; a doutrina é parcial por essência. [. . .] A ciência econômica é especulativa; a doutrina, normativa."(2)

Outra questão a suscitar é a da definição do *pensamento econômico* e sua relação com a *doutrina econômica.* A tal respeito encontramos a seguinte definição: ". . . o pensamento econômico reflete, de uma ou outra forma, na consciência do indivíduo, as relações sociais de produção entre as pessoas, isto é, as relações econômicas. Em outras palavras: as relações que se estabelecem entre as pessoas no processo da produção dos bens materiais. [. . .] Nem todos os pensamentos econômicos se desenvolvem e chegam a converter-se em sistema de conceitos; tampouco cada pensamento que surge na consciência do indivíduo alcança valor histórico. Por isso, nem tudo o que forma parte da história do pensamento econômico passa para a história das doutrinas econômicas e menos ainda à história da economia política. Não cabe a menor dúvida ainda que o pensamento econômico precede a teoria econômica, que se estrutura ao longo do processo do desenvolvimento de relações sociais historicamente determinadas. [. . .] A história das doutrinas econômicas constitui, em comparação com a história do pensamento econômico, uma fase superior do conhecimento teórico de como se refletem na consciência das classes sociais e dos seus representantes as relações econômicas entre as pessoas, tomando em consideração as condições históricas da luta de classes e as mudanças na economia da sociedade."(3)

Nem a propósito de uma expressão muito usada, como *economia política,* há unidade de pensamento. Assim a define, por exemplo, Marshall: "Economia política, ou economia, o estudo da humanidade dos negócios ordinários da vida, examina a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso dos materiais do bem-estar. Assim, de um lado, é o estudo da riqueza; do outro, e mais importante, uma parte do estudo do homem."(4) Para os marxistas-leninistas, a economia política "enfoca o desenvolvimento da sociedade como um processo material e histórico e estuda as leis econômicas da

---

(2) Gaetan PIROU, citado por Daniel VILLEY. *Petite histoire des grandes doctrines économique.* Paris, Presses Universitaires de France, 1946, p. IX.

(3) KARATAEV *et alii. Historia de las doctrinas económicas.* Trad. do russo de José Lain. México, Editorial Grijalbo, 1964, vol. I, pp. 3 e 4.

(4) Alfred MARSHALL. *Princípios de economia política.* Trad. de Rômulo de Almeida e Ottomyr Strauch, Epasa. Rio de Janeiro, 1946, p. 17.

produção social e a distribuição; em outras palavras, investiga as leis, tanto gerais como específicas do desenvolvimento de diferentes sistemas econômico-sociais, assim como o processo de transição de uma forma superior a outra; estuda a necessidade histórica, as condições e as formas desta transição".(5) A "economia política, enquanto tem por objeto um fenômeno, é uma elaboração particular, e portanto empírica, da atividade prática; é *uma* ciência, e portanto tem um conteúdo objetivamente abstrato".(6) Por isso, naturalmente, é que o professor Nogaro escreveu: "... a economia política não saiu completamente da fase do amadorismo. Não é, geralmente, objeto de uma propedêutica completa, capaz de assegurar o recrutamento de um corpo de especialistas plena e exclusivamente qualificados; e esperando melhores dias, admite liberalmente o concurso dos trabalhadores de boa vontade que vêm um pouco de todas as partes."(7)

O assunto é fascinante, como se pode avaliar e, aflorando-o aqui muito ligeiramente, nada mais quisemos do que pô-lo em evidência, devendo os interessados procurar a bibliografia correspondente, da qual mencionamos parte.

Antigüidade — Escravismo

Os historiadores da economia, de modo geral, pouca importância dão aos processos e sistemas econômicos da Antigüidade, pois inexistindo trocas entre as gens do mesmo sangue e poucas com o exterior, não haveria problema econômico no sentido moderno da palavra.(8) Outros alegam que, embora tenham existido brilhantes civilizações do ponto de vista econômico, delas apenas possuímos noções sumárias acerca das doutrinas que puderam elaborar.(9) Entretanto, o que há, a esse respeito, é pouco interesse pelo estudo daquelas civilizações, restringindo assim os nossos conhecimentos daquelas épocas. No máximo, o que encontramos são referências às economias da Grécia e de Roma, iniciando-se os estudos mais sérios e aprofundados com o mercantilismo e o fisiocratismo, raízes da economia moderna. Marx e

---

(5) KARATAEV et alii. Op. cit., p. 1.

(6) F. BATAGLIA e A. BERTOLINO. Op. cit., p. 121.

(7) Bertrand NOGARO. *Le développement de la pensée économique.* Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1944, p. 2.

(8) Émile JAMES. *Histoire des théories économiques,* Paris, Flammarion Editeur, 1950, p. 14.

(9) René GONNARD. *Histoire des doctrines économiques.* Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1947, p. 6.

Engels foram talvez os primeiros a pôr em relevo essa questão. Este último asseverou que as idéias econômicas sobre a produção mercantil, o câmbio e as relações mercantis e monetárias surgiram na Antiguidade, no Egito, remontando a 3.500 ou 5.000 anos e, na Babilônia, a 4.000 ou 6.000 anos antes de nossa era.(10)

Com efeito, na Bíblia, podemos observar o que o homem primitivo pensava da sociedade do seu tempo e das transformações por que passava. O Livro dos Reis, com os lamentos e os protestos dos profetas, nos dá idéia da divisão entre ricos e pobres na monarquia hebraica.(11) No antigo Egito o monarca (faraó), como chefe do Estado, tinha direito sobre todas as terras, nas quais o povo trabalhava, recebendo em troca uma quarta parte da colheita, sendo o restante distribuído entre funcionários, soldados, operários industriais etc., constituindo-se uma reserva para as épocas de escassez. Os funcionários do governo controlavam o trabalho dos *manufatureiros,* transmitindo-se o ofício de pai para filho. Os babilônios e assírios possuíam uma produção agrícola bastante parecida com a dos egípcios, repartindo-se a propriedade entre o rei, os templos e os particulares, havendo armazéns para empréstimos aos pobres e doentes. O Código de Hamurábi regulamentava a produção industrial, além das relações entre aprendizes e mestres, como fariam mais tarde os *grêmios* da Idade Média. Os fenícios, navegadores por excelência e hábeis mercadores, organizaram uma rede de comércio ao longo do Mediterrâneo, inaugurando, talvez, a era do mercantilismo. Os persas reuniram um grande império, dividindo-o em *satrapias* (províncias) que pagavam tributos à autoridade real em moeda nacional bimetalista (ouro e prata). Os espartanos constituíam casta de guerreiros que dirigia uma agricultura trabalhada pelos *hilotas,* ou seja, prisioneiros de guerra agregados à terra como servos.(12)

O pensamento econômico grego é mais conhecido e contém efetivamente alto interesse, com observações por vezes geniais. Seus expositores principais foram Xenofonte, Platão e Aristóteles, que viveram entre 400 e 300 anos antes de nossa era. Os três pertenciam à classe aristocrática, refletindo suas opiniões, portanto, os interesses dessa classe. A sociedade grega, sendo

---

(10) Carlos MARX. *El capital.* México, Ediciones Fuente Cultural, s.d. t.v, p. 412.

(11) Eric ROLL. *História das doutrinas econômicas.* Trad. de Cid Silveira. 2.ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d., pp. 6 e 7.

(12) Estas breves indicações se baseiam no interessante livro de Lionello CIOLLI, *Historia económica — economía antigua y medioeval.* México, Editorial América, 1941.

escravocrata, não considerava a indústria ocupação digna de homens livres, assim como o comércio. Xenofonte e Platão viram e compreenderam a importância da divisão do trabalho para o desenvolvimento do mercado. Platão sentia repugnância pelo trabalho físico, considerando-o indigno dos filósofos e militares, tendo também dedicado atenção à questão do dinheiro, como medida e signo do valor. Aristóteles, o mais profundo dos três, distinguia duas espécies da arte da riqueza: a economia e o comércio, considerando o lucro do dinheiro contrário à natureza. A crematística, por ele condenada, era o intercâmbio com fins unicamente lucrativos, afirmando ser com "justa razão que nos repugna a usura". Foi igualmente o primeiro a descobrir o valor de uso e o de troca de mercadoria.(13)

A Roma antiga desenvolveu-se tão amplamente que chegou a incluir a Grécia, a Espanha, a Pérsia, grande parte da Germânia, da África do Norte e do Egito. Nessas condições, a escravidão, base essencial da produção, alcançou maiores considerações do que na Grécia. Como era sobretudo uma sociedade agrícola, possuía proprietários de grandes extensões de terras (latifúndios), que exploravam o trabalho de escravos conseguidos através das guerras de conquista. Márcio Pórcio Catão, em seu tratado *De agricultura,* depois de tecer loas à agricultura teve-a na conta da ocupação mais digna, censurando os usurários e considerando os comerciantes uma calamidade perigosa. Marco Terêncio Varrão, embora mais conhecido como arqueologista e historiador, escreveu *De re rustica,* na qual achava ser a utilização do trabalho escravo a forma de melhorar a agricultura.

Essas manifestações mostram como em Roma continuava a desenvolver-se a economia escravista, embora já se vislumbrasse o perigo de revoltas, havendo quem aconselhasse, por isso, evitar a compra de muitos escravos da mesma nacionalidade. Cícero também julgava a agricultura como a ocupação mais honrosa para as pessoas de sua classe. Lúcio Júnior Moderato Coluna, já nascido em nossa era, opunha-se aos latifundiários, reconhecendo a crise da extensa propriedade de terra. A grande propriedade agrícola eliminava a população livre trabalhadora e as tropas dos exércitos romanos, recrutadas para as conquistas, encontravam-se despojadas de quaisquer bens ou recursos, começando então a luta entre patrícios e plebeus. Surgiu assim o problema agrário, a cuja frente se colocaram os irmãos Tibério e Caio Graco, que pro-

---

(13) A obra principal de Xenofonte é *O econômico;* de Platão, *A república* e de Aristóteles, *A política,* havendo tradução brasileira das duas últimas.

punham reformas. Em conseqüência, os escravos, tanto de origem alienígena quanto nativa, manifestaram-se, e ocorreram várias revoltas. Uma das mais importantes foi a de Espártaco ainda antes de nossa era.

Enquanto os grandes proprietários, os usurários e os comerciantes se locupletavam, gozando de todos os prazeres, os escravos e os pequenos proprietários empobreciam-se cada vez mais, afundados na miséria, que os levava a se desinteressar pelo trabalho e por qualquer novo sistema de produção. A velha estrutura econômica atingira o seu fim, tornando-se incompatível com o progresso e condenando-se ao desaparecimento. É o que se verifica com a invasão dos bárbaros, que instalariam novo sistema de produção: o feudalismo.([14])

Idade Média — Feudalismo

A invasão do Império Romano pelas hordas guerreiras vindas do norte representou, como se sabe, uma regressão econômica e cultural, porque efetuada por povos seminômades, que viviam em estado quase primitivo, conquanto já tivessem obtido certo progresso em relação ao que deles disseram César e Tácito.([15]) Daí o papel meramente negativo que desempenharam, com os saques e destruições de toda a ordem, e a contínua mobilidade, na procura constante de ampliar as conquistas. Nas suas marchas bélicas incessantes, acabaram por ocupar todo o território hoje denominado Europa, guerreando também entre si pela posse dos despojos.

A divisão que fizeram dos latifúndios romanos não foi eqüitativa, pois, enquanto que aos simples guerreiros couberam parcelas apenas suficientes para alimentarem suas famílias, os nobres (chefes militares) receberam propriedades inteiras, com seus escravos e colonos, e não souberam explorá-las como faziam os latifundiários romanos.([16]) Os escravos receberam uma parcela

---

(14) Sobre a decadência da Roma Antiga ver Léon BLOCH, *Luchas sociales en la Antigua Roma.* Trad. castelhana de José Tuntas. Buenos Aires, Editorial Claridad, 1946, e Karl KAUTSKI, *El cristianismo.* Trad. castelhana de Diego Rosado de la Espada. México, Ediciones Fuente Cultural, s.d.

(15) F. ENGELS, em Apêndice a *L'origine de la famille, de la propriété privée et de l'État* (Paris, Editions Sociales, 1954) estuda o progresso que haviam atingido na época das invasões.

(16) E. A. KOSMINSKI. *História da Idade Média.* Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1960, p. 17.

de terra que deviam trabalhar, entregando parte da produção aos senhores. Também se constituíram os colonos, para fins militares, nas fronteiras, gozando de certos privilégios, mas não isentos de numerosas obrigações.([17]) Dessa forma, cessaram de existir os escravos, surgindo os servos da gleba, já possuidores de terras, o que os fazia trabalharem com mais gosto. Na Europa Ocidental, nas terras arrebatadas aos romanos, apareceram igualmente os camponeses livres, oriundos dos bárbaros.

Tornou-se possível desse modo estabelecer um novo sistema de desenvolvimento na Europa Ocidental em decadência, o que representava importante passo à frente, apesar dos estragos consumados pelos bárbaros. Voltava-se desse modo a um regime exclusivamente agrícola, ou, como diz um historiador desses acontecimentos: "... o feudalismo não é mais do que a repercussão, na ordem política, da regressão da sociedade a uma civilização puramente rural."([18]) Os bárbaros, antes em boa parte nômades, em contato com os romanos, melhoraram seu sistema de agricultura, aprenderam a horticultura, o cultivo da vinha, a fabricação do vinho e a olivicultura. Nas grandes propriedades feudais foram montadas mais tarde ferrarias e outras oficinas, que produziam armas, arneses, selas, tecidos etc., bastando-se a si mesmas, sem quaisquer dependências do mercado externo, a não ser em artigos de luxo para os senhores: armas de valor, sedas, artigos de ourivesaria.

Nisso tudo desempenhou a Igreja papel muito importante, tanto como força espiritual quanto temporal. Converteu-se no maior dos senhores feudais e enquanto estes, dispersos, careciam de laços de unidade nacional, a Igreja possuía a unidade doutrinária que lhe proporcionava poder universal, e a pretensão de regular as relações e a conduta humanas.([19]) Dispondo de óbolos e esmolas, angariou recursos monetários para emprestar dinheiro aos laicos. Face a uma sociedade notoriamente ignorante, somente o clero possuía cultura — a escrita e a leitura —, o que obrigava os príncipes e reis a escolher eclesiásticos para seus chanceleres, secretários, escriturários, pondo assim a alta administração em suas mãos. Predominava também nas artes. Não tinha, portanto, apenas autoridade moral, mas também um importante poder financeiro.([20])

---

(17) Eric ROLL. *Op. cit.*, p. 26.
(18) Introdução, p. XIX, de Henri PIRENNE. *Historia económica y social de la Edad Media.* México, Fondo de Cultura Económica, 1941.
(19) Eric ROLL. *Op. cit.*, p. 27.
(20) Henri PIRENNE. *Op. cit.*, p. XXV.

O feudalismo, que durou cerca de 1.000 anos (do meado do século V a meados do século XV), pode ser dividido em três etapas: o alto feudalismo, quando aparecem e se formam suas relações de produção, ao se desintegrarem as relações anteriores caracterizadas pelo escravismo; o feudalismo desenvolvido, abrangendo os séculos X a XIV, quando surgem as cidades ao redor dos castelos e mosteiros, desenvolvendo-se o comércio e o artesanato, despontando as manufaturas e o capital mercantil, formando-se os mercados internos e externos, ou seja, novos fatores econômicos, desempenhando papel de relevo, antes desconhecidos; o último período, que se caracteriza pela desintegração das relações feudais de produção, com o processo de acumulação de capital incipiente e preparação do modo de produção capitalista no seio do feudalismo.

O monopólio do ensino e da cultura pela Igreja e pelos mosteiros até os séculos XIII e XIV tornou o pensamento teórico, inclusive o econômico, fundamentalmente teológico e canônico. Entretanto, sob o influxo da expansão das relações mercadoria-dinheiro e do crescimento das cidades, os canonistas encararam com maior relevo os problemas da produção mercantil, do câmbio e da usura.(21) O Mediterrâneo voltou a ser dominado pela Europa Ocidental, nas transações com o Oriente, após as Cruzadas.

Nessas condições, vários concílios e numerosos teólogos, eclesiásticos e laicos, começaram a tratar do assunto, embora sua preocupação fosse sobretudo religiosa. Havia mesmo a máxima: *Philosophia ancilla teologiae.*(22) A doutrina elaborada procurava inspirar e dirigir o homem como fator econômico em nome e em virtude de princípios supra-econômicos, ou seja, subordinando a economia à moral. Embora tomando por base os filósofos antigos, particularmente Aristóteles, o cristianismo reabilitou o trabalho, desprezado pela Antiguidade, proclamou a fraternidade humana, apesar de aceitar a desigualdade das condições. As principais aplicações da doutrina ético-econômica dos escritores escolásticos, entre os quais se destacou Tomás de Aquino, concerniam: *1.* na legitimidade da propriedade, por estar conforme o direito natural; *2.* na remuneração do trabalho segundo o *justo salário* e o *justo preço* das mercadorias; *3.* na remuneração do capital, o que constituía questão de difícil solução, já que era proibido o juro; *4.* no comércio que era visto com desconfiança,

---

(21) KARATAEV, *et alii. Op. cit.*, pp. 45 e 48.

(22) A filosofia é a servidora (a escrava) da teologia. Daniel VILLEY. *Op. cit.*, p. 13.

sendo suspeitas sobretudo a compra e a venda, e denunciadas a especulação e o açambarcamento, deplorando-se as freqüentes variações do sistema monetário e suas alterações repetidas.(23)

Como se pode imaginar, alguns destes princípios, como o da justa remuneração, do justo preço, da proibição da usura e de certos tipos de comércio, constituíram sérios obstáculos ao capitalismo nascente, provocando controvérsias intermináveis, acabando, finalmente, por se transformar em alguns dos motivos para a Reforma, encabeçada por Lutero e Calvino.

Não deixou, entretanto, de ser benéfico o estímulo do clero no combate à avidez e à violência dos poderosos, criando uma opinião pública baseada na moderação das necessidades e na caridade.(24)

Renascença — Mercantilismo

O mercantilismo surge ou resulta de um dos períodos mais decisivos da história, marcando um *tournant* na vida da humanidade. As datas assinaladas por um historiador como seus marcos divisores são 1450-1750, isto é, três séculos.

Os fatores principais que o caracterizam são os descobrimentos marítimos: Colombo, desvendando um continente até então desconhecido; Vasco da Gama, abrindo novo caminho para as Índias. Estes êxitos causaram duas conseqüências de transcendental relevo: por um lado, deslocaram-se os principais negócios internacionais do Mediterrâneo para o Atlântico; por outro, com o ouro e a prata extraídos principalmente do Peru e do México, a quantidade de metais preciosos disponível passou a ser oito vezes maior. Foi isso, naturalmente, que levou o mesmo historiador, talvez numa *boutade,* a dizer que o verdadeiro pai da economia política não foi Monchrétien, nem Quesnay, nem Smith, mas Cristóvão Colombo.(25) Etimológica embora um tanto barbaramente, a palavra mercantilismo designa a exaltação do desenvolvimento das atividades e da mentalidade dos mercadores.

Os novos elementos vindos à tona repercutiram profundamente na situação reinante, provocando alterações substanciais em todos os ramos: econômico, político, social, científico, artístico. Como das mais significativas transformações desse período há que salientar o nascimento dos grandes Estados modernos. O

---

(23) René GONNARD. *Op. cit.*, pp. 8, 9 e 10.

(24) W. J. ASHLEY. *Histoire et doctrines économiques de l'Angleterre.* Trad. francesa de P. Bondois. Paris, M. Giard & Brière, 1900, p. 161.

(25) Daniel VILLEY. *Op. cit.*, p. 24.

sonho medieval de uma cristandade como potência política desapareceu, afirmando-se, em contrapartida, cada um dos grandes Estados como soberano e livre de todo o constrangimento imposto em nome de superior moral.[26] Estes Estados nacionais empregaram o monopólio como método importante de aumentar o comércio e arrecadar tributos fiscais. É o monopólio fator de domínio do comércio exterior. Formaram-se então as poderosas companhias comerciais privilegiadas, com exclusividade de transações entre as várias regiões do mundo. Como, porém, os esforços dos comerciantes e das companhias não eram suficientes para assegurar o domínio dos lugares longínquos, completou-se tal domínio com o poder do Estado, que ocasionou a concentração da política estatal nos problemas comerciais.[27]

Outra expressiva modificação da época foi a Reforma. A de Lutero é afirmação tradicionalista e germânica contra o classicismo antigo. É tradicionalismo bíblico e evangélico. Porém a revolta que Lutero levava em si, o transformou em profeta dos tempos novos. A seguir Calvino, com seu dogmatismo paulinista, gerou os huguenotes da Holanda e da Inglaterra, e colocou-se à frente da expansão industrial, colonial, comercial e bancária.[28] Com isso, a busca do enriquecimento pessoal libertou-se de toda rigidez, tornando-se móvel essencial da atividade econômica. Para *quakers* e puritanos o sucesso econômico constituía bênção divina, o que levou Marx a dizer com ironia que no século XVI a questão judaica foi resolvida na Europa Ocidental: "... os cristãos tornaram-se judeus."[29]

Nas artes plásticas emergem os formidáveis pintores do Renascimento italiano que se estendem à Holanda, à Espanha etc. Na literatura, os vultos de Petrarca e Dante, na Itália; de Cervantes, na Espanha; de Camões e Gil Vicente, em Portugal; de Shakespeare, na Inglaterra; de Rabelais, na França. Igualmente a ciência dá passos desmesurados. Emprega-se o vapor para extrair água das minas, no século XVI; a pólvora e os canhões, no século XIV; no seguinte, os arcabuzes; a navegação dos barcos foi aperfeiçoada com as viagens marítimas. Surgem os gigantes da ciência: Copérnico, Giordano Bruno, Kepler, Galileu que formulam nova concepção do mundo; Harvey funda a anatomia científica; Descartes, Leibniz e Newton dão bases seguras à mecânica e à física.[30]

---

(26) Émile JAMES. *Op. cit.*, p. 26.
(27) Eric ROLL. *Op. cit.*, pp. 40 e 41.
(28) Daniel VILLEY. *Op. cit.*, p. 26.
(29) Émile JAMES. *Op. cit.*, p. 26.
(30) E. A. KOSMINSKI. *Op. cit.*, pp. 232 e 233.

Entretanto, toda essa verdadeira revolução da superestrutura se fundamenta na mudança operada na infra-estrutura, ou seja, na economia.

As transações comerciais provocadas pelos descobrimentos dos portugueses e espanhóis são, desde o início, disputadas por traficantes holandeses, ingleses e franceses, que as ampliam logo para o Mar Báltico e para a China. As companhias que se ocupavam de tais transações cresceram, tornaram-se poderosas, acabando por assumir praticamente o poder nos respectivos países, desalojando a Espanha, por exemplo, dos Países Baixos. Paralelamente a essa intensificação do comércio marítimo, incrementaram-se as atividades manufatureiras, principalmente a fabricação de panos de lã na Holanda e na Inglaterra, dando nascimento às manufaturas. A agricultura modificou seu aspecto, porque passou a abastecer as cidades que iam surgindo por toda a parte, alargando-se também a ovinocultura pela necessidade de fornecer matérias-primas à indústria nascente: a lã, indispensável à produção de tecidos.

Com o ouro levado da América, amplia-se enormemente a circulação monetária, impulsionando de modo extraordinário o comércio, tornando-se o dinheiro uma das formas mais importantes de riqueza. Colombo dizia que o ouro era uma maravilha, podendo proporcionar tudo o que se desejasse, até mesmo levar as almas ao paraíso.([31]) Engels afirma: "... muito antes que os castelos feudais fossem fendidos pelas novas peças da artilharia, estavam já minados pelo dinheiro; a pólvora do canhão não foi mais do que o hussardo a serviço do dinheiro."([32])

Estes fatos novos emergem e adquirem extraordinária força, suscitam imensos problemas a serem abordados e resolvidos. Para isso aparece o *mercantilismo* como teoria econômica.

No mercantilismo podemos distinguir dois aspectos: um, o chamado crisoedonismo,([33]) que tem por finalidade a aquisição e o aumento do estoque de metais preciosos; o outro, denominado economia nacional.([34]) O primeiro praticava uma política metalista (*bullionisme*),([35]) consistente no protecionismo monetário direto e defensivo, para impedir a saída do ouro, na obrigação do repatriamento dos créditos, nos gastos dentro do país e na supervalorização artificial. Foi a política seguida sobretudo pela

---

(31) Eric ROLL. *Op. cit.*, p. 49.

(32) Friedrich ENGELS. *Anti-Dühring*. Paris, Editions Sociales, 1950, p. 472.

(33) Doutrina que coloca a felicidade no ouro.

(34) René GONNARD. *Op. cit.*, p. 11.

(35) Do inglês *bullion* = lingote de ouro.

Espanha e que se encontra na origem do seu declínio econômico.(36) O segundo visava à aquisição da riqueza através do comércio exterior e da produção interna de manufaturas para exportação, tal como praticavam os holandeses, ingleses e franceses. Estes últimos tiveram sua expressão mais acabada em Colbert, que incrementou na França a fabricação de produtos para exportação, incentivando-os, enquanto reduzia a importação, impondo tarifas aduaneiras, negligenciando a produção de outras manufaturas, abandonando a agricultura.

O anseio de enriquecimento, de entesouramento, no entanto, era comum a todos os mercantilistas e decorrente da função que na época o comércio desempenhava. Não há dúvida, porém, que deram considerável passo ao transferirem a fonte da riqueza de um objeto para a atividade humana: o trabalho comercial e industrial.

Todos estes assuntos, ocorridos sobretudo a partir do século XV, suscitaram uma série enorme de questões das mais relevantes, como a da função do dinheiro na economia, a do bimetalismo, a do protecionismo, a do industrialismo, a da importância do comércio exterior, a da função da agricultura, a da taxa do juro, a do imposto... Originou-se daí uma vasta discussão, calculando-se em mais de dois mil o total de obras sobre o mercantilismo.(37) Cada autor não somente expende seu ponto de vista, senão também o apresenta de acordo com o país de origem. Dessa forma lançavam-se as bases econômicas da sociedade moderna, a sociedade capitalista. Em Portugal, na Espanha, na Inglaterra, na França, na Itália, na Alemanha, aparecem autores que tratam dos problemas do dinheiro, da produção, do comércio exterior, dos juros etc. Também assim nascia a economia política, inclusive o termo, que foi lançado na ocasião por um autor francês: Antoine de Montchrétien. Na Alemanha o mercantilismo tomou o nome de *cameralismo,* derivado da palavra *Kamera,* que era o lugar onde se ordenava o tesouro público, significando, portanto, boa gestão das finanças do príncipe. Havia autores que falavam em mercantilismo inglês, mercantilismo francês, mercantilismo italiano etc., para designarem as particularidades que esta teoria ou política econômica assumia em tais países.

Muitos assuntos levantados e discutidos pelos mercantilistas, no entanto, não apenas conservam atualidade, como são ainda objeto de controvérsia, o que comprova sua importância histórica.

---

(36) Daniel VILLEY. *Op. cit.,* p. 28.
(37) KARATAEV *et alii. Op. cit.,* p. 77.

Fisiocratismo

A Renascença, e sua imensa repercussão em todas as atividades humanas e científicas, assinala uma ruptura histórica de transcendental importância, como dissemos antes. O seu fim marca o período de transição do capitalismo comercial ao industrial e se caracteriza pelo aparecimento de três correntes: no campo filosófico, pelo evolver do pensamento político, desde sua origem canônica ao radicalismo; no econômico, pelo progresso do pensamento econômico inglês, e pelo aparecimento da economia política francesa, com o sistema fisiocrático.

Bacon estabeleceu as bases filosóficas da ciência experimental, levando ao estudo do homem e de sua comunidade o método da investigação racional das ciências naturais. Thomas Hobbes, companheiro de Bacon, abandonava o conceito do direito divino dos reis, substituindo-o pelo princípio da soberania do Estado, ao qual se deveria prestar completa obediência. Mas o *Leviathan* erguido por Hobbes se argamassa no interesse individual, como método, a fim de obter maiores benefícios para o homem, o que significa tratar-se de uma coação em proveito dos próprios governados. Em John Locke o interesse pessoal é a força motriz do procedimento dos homens. A formação, porém, de um corpo ordenado de átomos individuais não estava na Igreja medieval, nem no rei por direito divino, nem no *Leviathan* de Hobbes, mas na monarquia constitucional, restringindo-se a liberdade só para conservá-la, devendo a propriedade ser adquirida pelo trabalho e pela razão, com a segurança que o Estado lhe pudesse dar.[38]

Estas transformações do pensamento filosófico, sobretudo na Inglaterra, decorriam da mudança do seu poderio econômico.

Em fins do século XVII já possuía a Inglaterra uma indústria têxtil que lhe permitia exportação bastante volumosa. Desenvolvia-se igualmente a produção mineira, com a fabricação de ferro fundido, mediante emprego da hulha, propiciando novo impulso à produção de metais, embora não existisse ainda a produção mecanizada. Seu auge industrial vinha acompanhado de condições favoráveis no comércio exterior. Depois da vitória sobre a Espanha, em 1588, com a destruição da esquadra espanhola, novas perspectivas se abriram ao comércio inglês, agora com vantagens para sobrepujar os Países Baixos e a França. Das operações de exportação para espoliar as colônias, participavam não só os comerciantes como igualmente a alta aristocracia feudal.

---

(38) Eric ROLL. *Op. cit.*. p. 74 a 77.

Na revolução de 1648, a burguesia, em coalização com a nova nobreza, lutou com a velha aristocracia feudal e com a Igreja, desempenhando, nesse movimento, papel de importância o chamado "puritanismo", ou seja, a "depuração" da Igreja oficial dos resíduos do catolicismo, com a criação de paróquias dirigidas por decanos eletivos (presbíteros). Abria-se, desse modo, a luta entre o poder real de Carlos I e o Parlamento, que redundou numa guerra civil, sendo o exército do Parlamento chefiado por Cromwell. Este derrotou o exército real, decapitando o monarca e, em seguida, em 1649, proclamando a república. A fim de lutar contra o predomínio da Holanda no comércio exterior, foi promulgado, em 1651, o Ato de Navegação, pelo qual todas as mercadorias destinadas à Inglaterra e procedentes das colônias deveriam ser transportadas em barcos ingleses exclusivamente. Tal medida provocou a primeira guerra anglo-holandesa, que terminou com a derrota da Holanda e consolidação da burguesia inglesa. Cromwell invadiu a Irlanda, sob pretexto religioso, distribuindo suas terras entre a burguesia e a nobreza inglesas. A monarquia, que se estabeleceu mais tarde, tem seus poderes limitados por leis burguesas.(39)

É nesse contexto histórico que emerge a figura dominadora em economia, embora pouco escrupulosa em dinheiro, de William Petty, considerado por Marx o fundador da economia política moderna, de gênio e originalidade sem par.(40) E com a expansão da indústria, o interesse do economista recaiu na produção e não na troca, passando o problema do valor a ser a principal preocupação, tanto na Inglaterra quanto na Itália e na França.(41) Em síntese, pode-se dizer que foram as concepções econômicas de Petty que deram início à teoria do valor-trabalho e, baseada nela, à relação entre a quantidade do produto e a da prata obtida em sua troca, entre o salário e a renda agrária, entre a terra e o tipo do juro, tendo esboçado a teoria da mais-valia, conquanto a apresentasse em forma de renda agrária, apesar de não diferenciar a renda da mais-valia, do lucro e do juro.(42)

Outros estudiosos de menor porte, possuindo no entanto significativo realce, foram Dudley North, que combateu a teoria mercantilista do comércio exterior, sendo o primeiro defensor do livre-câmbio, no sentido que o século XIX deu à palavra; John

---

(39) KARATAEV *et alii. Op. cit.*, pp. 112 e 113.
(40) Karl MARX. *Histoire des doctrines économiques.* Paris, Alfred Costes Editeurs, 1936, t. I.
(41) Eric ROLL. *Op. cit.*, p. 86.
(42) KARATAEV *et alii. Op. cit.*, p. 123.

Locke, a quem se deve o primeiro enunciado de uma forma aperfeiçoada da teoria da quantidade da moeda; Richard Cantillon, que deu uma lúcida explicação do mecanismo dos preços, que se tornaria centro do sistema clássico da ciência econômica, e que trouxe contribuições importantes à teoria da moeda e do comércio internacional; David Hume, que apresentou de forma rigorosa a conclusão da teoria quantitativa da moeda, segundo a qual, "se não for fixa", a sua quantidade em circulação não tem qualquer relação com o bem-estar do povo, uma vez que serve apenas para expressar todos os preços e salários, em números proporcionalmente maiores ou menores e qualquer quantidade de moeda pode promover a movimentação de qualquer quantidade de bens, oferecendo ainda a melhor análise do que ocorre se a quantidade da moeda não for "fixa", ou seja, dos efeitos da inflação.([43])

Enquanto se operava toda esta prosperidade científica e econômica na Inglaterra, provocando alterações da mais alta significação em sua estrutura, na França surgia o sistema fisiocrático, destinado à mais profunda repercussão interna e externa.

A França nessa época atravessava uma situação diversa da Inglaterra; seu oposto mesmo, porque marcada pela decadência econômica e pela extensa miséria social. Era o fim do *ancien régime,* tão estudado na história universal. Impostos elevados pesavam sobre os camponeses, com a agricultura em depressão. O *deficit* financeiro crônico, o capital desaparecendo, a falta de trigo até para a semeadura provocaram motins populares devido, principalmente, à escassez de pão.([44])

Tal estado calamitoso de coisas era atribuído à política comercial-industrial anterior, ao chamado *colbertismo,* durante o qual a indústria francesa, em detrimento da agricultura, se esmerou na produção de artigos de luxo, convertendo Paris no árbitro da moda e dos gostos de toda a Europa. Era o tempo do mercantilismo. A primeira reação contra essa situação partiu de Pierre Boisguillebert, que se pronuncia exclusivamente em defesa dos camponeses e da pequena produção mercantil, tendo também o mérito científico de ter fundamentado a teoria do valor-trabalho, como veremos adiante.([45]) Em seguida surgem os *fisiocratas,* que têm suas expressões teóricas máximas em François Quesnay e Anne Robert Jacques Turgot.

---

(43) Eduard HEIMANN. *História das doutrinas econômicas.* Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965, pp. 48 a 54.

(44) Henry HIGGS. *Los fisiocratas.* México, Fondo de Cultura Económica, 1944, pp. 21 e 22.

(45) KARATAEV, *et alii. Op. cit.,* p. 127, 129 e 130.

Fisiocracia quer dizer supremacia da natureza em três sentidos: filosofia e programa político do humanismo renascentista; protesto contra o mercantilismo, e lugar relevante atribuído à agricultura como única fonte de riqueza. A descoberta do fluxo circular dos bens, que constitui o processo da produção e troca que se auto-renova, uma das grandes conquistas dos fisiocratas e um dos principais temas da ciência econômica, inspirou-se na descoberta então recente da circulação do sangue, aparecendo assim como a fisiologia da sociedade econômica.([46])

Para os fisiocratas o único ramo de atividade capaz de fornecer indefinidamente bens de consumo sem alterar sua fonte era a agricultura, não passando os demais ramos de transformadores técnicos e econômicos, sendo, portanto, o comércio e a indústria "estéreis", não fornecendo o produto líquido (*produit net*); a agricultura representava uma dádiva de Deus à Terra, obra do Criador. A riqueza assim produzida foi exposta no *Quadro econômico* (*Tableau économique*) de Quesnay que constitui uma teoria da circulação da produção e um esboço da teoria da distribuição das rendas entre as três classes: a classe produtiva (os exploradores do solo), a classe estéril (comerciantes e industriais) e os proprietários fundiários. Outro ponto importante na teoria fisiocrática foi a crença na "ordem natural e essencial", que consistia em instituições capazes de assegurar a prosperidade social, tendo como ponto de partida a produção agrícola, comportando essa ordem natural em política o "despotismo legal", ou seja, a soberania sem limites de um rei conhecedor da ordem natural e assegurando a conformidade entre as leis positivas e, em matéria fiscal, o estabelecimento de um imposto único sobre a terra.([47])

Parte das reivindicações dos fisiocratas foram atendidas por Turgot quando ministro, embora isso lhe tivesse custado o lugar, por serem dirigidas contra a nobreza feudal, ainda predominante na França. Outras foram adotadas pela grande Revolução de 1789.

Entre os adeptos do fisiocratismo encontravam-se chefes de Estado como Carlos Frederico, de Baden; Gustavo, da Suécia; Catarina, da Rússia; Carlos III, da Espanha; Leopoldo, da Toscana; Estanislaus, da Polônia; Fernando, de Nápoles, além de escritores e filósofos como Mercier de la Rivière, Marquês de Mirabeau (pai), Condillac, Condorcet, Morellet e outros. Entre seus

---

(46) Eduard HEIMANN. *Op. cit.*, pp. 62 e 64.
(47) Émile JAMES. *Op. cit.*, pp. 48 a 53.

adversários alinham-se nomes como os de Forbonnais, Voltaire, Galiani, Necker, Linguet etc.

Os fisiocratas eram defensores da conhecida máxima *laissez-faire, laissez-passer,* embora seu autor tenha sido um comerciante, Le Gendre, que participou de uma comissão que visitou Colbert em 1680, a fim de protestar contra a excessiva regulamentação da indústria pelo Estado.

O êxito dos fisiocratas decorreu, em grande parte, do fato de chamarem a atenção sobre a produção e não sobre o comércio, como faziam os mercantilistas, particularmente sobre a agricultura, o solo da pátria. Também obtiveram triunfos práticos, como em 1767, quando Mirabeau, por ocasião de uma colheita escassa de trigo, montou uns moinhos econômicos que possibilitaram a venda de pão pelo terço do preço, ou em 1743, quando Baudeau atacou um grupo de especuladores que queriam elevar o preço da carne.([48])

Marx, como se sabe, apreciou bastante os fisiocratas considerando-os como "os verdadeiros criadores da economia moderna", por verem nas formas capitalistas da produção "as formas fisiológicas da sociedade, queridas pela necessidade natural da produção independentes da política, da vontade etc., determinando as formas que o capital reveste na circulação, bem como as relações entre o processo da circulação e o processo da reprodução".([49])

As limitações principais dos fisiocratas consistiram na não diferenciação entre empregados e empregadores em suas classes sociais, em ver a mais-valia somente na renda agrária e no engano da origem da fonte do salário. Seu ideal era a produção capitalista, racional e avançada, possuindo o mérito científico de terem estabelecido os fundamentos da doutrina da composição do capital e sua divisão em fixo e circulante.

Economia clássica inglesa

A denominação *clássica* dada à economia inglesa posterior ao fisiocratismo, e que inaugura a era do capitalismo, serve para indicar, com sua autoridade indiscutível e geral, a importância que dela emana no terreno político e para distingui-la de outras escolas, como a romântica, que veio depois e significava certa decadência, pois com a clássica põe-se ordem nas investigações

(48) Henry Higgs. *Op. cit.,* pp. 81, 98 e 99.
(49) Karl Marx. *Op. cit.,* pp. 41 e 42.

dessa natureza, dando simultaneamente força ativa à economia capitalista individual. Por isso, nunca terminou e subsistiu nas obras modernas.(50)

O período que ela abrange, segundo um autor, vai da publicação de *Inquiry into the nature and causes of the wealth of nations* de Adam Smith em 1776 a 1848, ano que divide o século XIX em dois, com o aparecimento dos *Princípios de economia política* de Stuart Mill.(51)

As duas figuras mais salientes desse movimento são, inegavelmente, Smith e Ricardo, com a publicação de livros fundamentais; o tempo que os separa assinala as duas fases decisivas da formação do capitalismo na Inglaterra, o que explica de certa forma também a diferença observada entre ambos. Esse período compreende a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

A segunda metade do século XVIII assiste à transformação rápida da Inglaterra de nação agrária em nação industrial. As indústria da lã e do algodão deixam de ser manuais, passando-se a usar máquinas recém-inventadas. Na metalurgia começa-se a fabricar aço fundido, surgindo a moderna aciária, produzindo-se pontes e navios de ferro. A agricultura passa a ser explorada pelos arrendatários. Expandem-se a navegação e o comércio marítimo, transformando-se as colônias inglesas em gigantesco mercado de suas indústrias. São abolidos os obsoletos privilégios dos grêmios e das guildas, convertendo-se os centros industriais em centros urbanos, ampliando-se a economia comercial e a monetária. Mas era ainda a produção manufatureira que imperava.(52)

A Revolução Industrial expandiu-se no século XIX, dando nascimento à máquina a vapor, servindo a qualquer ramo industrial e originando uma nova força motriz que movimentava muitas máquinas ao mesmo tempo. Esta transformação estendeu-se aos transportes e às comunicações, o que propiciou a transição da manufatura à fábrica. A classe operária dilatou-se com a inclusão na indústria da mão-de-obra feminina e infantil. Os lucros industriais aumentaram rapidamente e a renda agrária cresceu cinco vezes. Adquiriam incremento o crédito, os bancos e a Bolsa. Ao lado do Banco Central da Inglaterra, criado em 1694, aparecem muitos bancos provinciais.(53) Era toda uma transformação histórica de imenso significado que se operava.

---

(50) Eric ROLL. *Op. cit.*, pp. 129 e 130.
(51) Daniel VILLEY. *Op. cit.*, p. 55.
(52) KARATAEV *et alii. Op. cit.*, p. 149, e René GONNARD. *Op. cit.*, p. 122.
(53) Idem, ibidem, p. 191.

É dentro desse contexto econômico-histórico que deve ser colocada a economia clássica inglesa, por ser sua emanação ao mesmo tempo que nela influía.

Marx considerava economistas clássicos somente a William Petty, Boisguillebert, Adam Smith e David Ricardo, qualificando os demais de "vulgares", pois não faziam mais do que concatenações aparentes ao invés de sistematizarem, proclamando como verdades eternas idéias banais. Entre estes inclusive Thomas Robert Malthus e Jean-Baptiste Say. Não há dúvida de que aquelas quatro personalidades citadas por Marx foram as mais representativas na formação da economia clássica inglesa e francesa. Do primeiro, já nos ocupamos antes, vamos agora tratar ligeiramente dos demais.

Boisguillebert (1646-1714), como juiz provincial de Ruão (França), teve de lidar com os problemas camponeses, observando sua calamitosa situação. Seu rasgo característico era sua aversão ao mercantilismo, considerando necessário suprimir o ouro e a prata, substituindo-os por papel-moeda. O mérito científico de Boisguillebert consiste em ter fundamentado a teoria do valor-trabalho (Karataev, op. cit., p. 129), em época bem anterior à escola clássica inglesa.

Esta é a apreciação de Marx: "Boisguillebert resolveu por seu lado, senão conscientemente, mas de fato, o valor de câmbio de uma mercadoria em tempo de trabalho, determinando o *justo valor* pela exata proporção na qual o tempo de trabalho individual é repartido nos diferentes ramos industriais e representando a livre concorrência como processo social que cria esta justa proporção. Ao mesmo tempo e em contraste com Petty, combateu o dinheiro com fanatismo, devido a sua intervenção perturbar o equilíbrio natural ou a harmonia da troca de mercadoria, e qual Moloc fantástico, pede o sacrifício de toda riqueza natural. Se de um lado esta polêmica se liga a circunstâncias históricas determinadas, por Boisguillebert guerrear a paixão do ouro cegamente destruidora da corte de Luís XVI, dos agricultores e da nobreza, Petty exalta na paixão do ouro o impulso enérgico que leva o povo a desenvolver a indústria, e conquista do mercado universal, manifestando-se aqui o profundo antagonismo de princípios que se encontra como contraste permanente entre a economia inglesa e a economia verdadeiramente francesa." (*Contribuição à crítica da economia política,* tradução francesa de Laura Lafargue, Paris, edição de Marcel Giard, 1928.)

Santiago Fernandes, o principal divulgador de Boisguillebert entre nós, acha que o aspecto fundamental de sua contribuição está

em ter sido ele o primeiro em apontar a maléfica ilusão dos indivíduos e das nações, particularmente marcante na era mercantilista, de supor que os metais preciosos constituiriam a verdadeira forma de riqueza e a forma monetária por excelência, mostrando ao mesmo tempo como o entesouramento do dinheiro era nefasto à sociedade. Assim resumiu o pensamento de Boisguillebert: 1.º) os metais preciosos não constituem riqueza; 2.º) é nocivo o entesouramento dos metais preciosos na função de reservas monetárias, por paralisarem o fluxo da promoção e consumo das mercadorias; 3.º) os metais preciosos podem ser substituídos, nas funções de dinheiro, por papel-moeda, limitando-se sua quantidade ao ponto da manutenção do equilíbrio econômico (*Ouro — relíquia bárbara* —Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1967). Tal, em breve síntese, o pensamento de Boisguillebert.

A tese central de Smith foi um panegírico da liberdade, julgando inútil querer regulamentar a ordem, porque esta se estabelece espontaneamente, desde que subsista entre os homens a concorrência. Havendo esta, todo indivíduo que persiga seu interesse pessoal é levado igualmente a servir o interesse geral, sendo que dessa forma a ordem, a justiça e o progresso ficam assegurados.([54]) Considerava o trabalho como fonte do valor, e não o ouro, como pensavam os mercantilistas, ou a terra, como julgavam os fisiocratas, chegando a escrever que "o trabalho é a única medida do valor e também a única exata, isto é, o único padrão mediante o qual é possível comparar os valores dos diferentes artigos em todos os tempos e em todos os lugares".([55]) Dessa teoria se deduz que, do valor produzido pelo trabalhador, o proprietário da terra e o dono do acervo se apropriam de uma parte do rendimento, de onde ter sido Smith o primeiro a apresentar com clareza o conceito de mais-valia e a frisar que esta se acha ligada à produção capitalista.([56]) Quanto à divisão do trabalho, embora tivesse antecessores, seu mérito consiste em a ter sublinhado, ligando este problema à criação da riqueza social. Em referência à teoria da renda, achava que as três classes sociais, capitalistas, latifundiários e operários, têm três tipos de renda: lucro ou juro, renda agrária e salário, que constituem os valores dos artigos, que devem de ser vendidos a um "preço natural", para originarem as rendas. Considerava ainda o trabalho como a fonte da riqueza e o capital como a força que punha em movimento o trabalho.([57])

---

(54) Émile JAMES. Op. cit., p. 59.
(55) KARATAEV *et alii*. Op. cit., p. 162.
(56) Eric ROLL. Op. cit., p. 153.
(57) KARATAEV *et alii*. Op. cit., pp. 168 e 171.

Era Adam Smith um culto e pacato professor que se retirou para sua propriedade campestre, onde durante muitos anos meditou e escreveu seu mais famoso livro. David Ricardo, quase 50 anos posterior a ele, era ativo corretor da Bolsa, que enriqueceu depressa. Membro do Parlamento britânico e polemista, preocupou-se com os assuntos monetários da Inglaterra, que então atravessava dificuldades face às Guerras Napoleônicas. Essas diferenças manifestam-se não somente no estilo como igualmente no modo de encarar e apresentar os problemas, pois, enquanto um era filósofo, o outro era homem prático. Daí a espécie de complementação ou extensão no domínio técnico que o segundo representou em relação ao primeiro.

O ponto de partida de Ricardo — diz Marx — é a determinação dos valores relativos ou valores de troca das mercadorias pela quantidade de trabalho necessária à sua produção.(58) Com efeito, Ricardo assim se exprime: "... a quantidade comparativa de gêneros que o trabalho pode traduzir determina seu valor relativo presente ou passado."(59) O segundo mérito que Marx encontrou em Ricardo foi a descoberta da oposição econômica das classes, penetrando na raiz da luta histórica da economia e do seu desenvolvimento, o que lhe valeu ser denunciado por Carey como pai do comunismo, qualificando seu livro de verdadeiro manual dos demagogos que aspiram ao poder pela confiscação da terra, da guerra e da pilhagem.(60) Para o próprio Ricardo, no entanto, o principal problema em economia política é a lei da distribuição da renda entre proprietários territoriais, capitalistas e assalariados.(61) Foi o que o levou à descoberta da luta de classes. A teoria da renda fundiária constitui o nó do sistema Ricardiano e o principal para os estudantes da economia política — escreve outro autor.(62) A renda — explica o próprio Ricardo — é a porção do produto da terra paga ao proprietário pelo direito de exploração do solo.(63) Ela aparece quando do crescimento da população e da conseqüente necessidade de novas explorações. Resulta não tanto de terras férteis, mas da sua existência limitada. Nasce de um preço semelhante para produtos idênticos, preço regulado pelo custo de produção da unidade mais cara a produzir,

---

(58) Karl MARX. *Op. cit.*, vol. III, p. 5.

(59) David RICARDO. *Princípios de economia política e do imposto.* Trad. de C. Machado Fonseca. Rio de Janeiro, Atena Editora, 1937, p. 7.

(60) Karl MARX. Op. cit., p. 9.

(61) David RICARDO. Op. cit.. prefácio.

(62) Daniel VILLEY. Op. cit., p. 79.

(63) David RICARDO. Op cit., p. 25.

variando de acordo com a condição natural da fertilidade.[64] É a famosa renda diferencial da terra. Esta teoria desempenhou papel importante na campanha pela abolição da Lei dos Cereais, desejada pelos industriais ingleses para barateamento dos gêneros alimentícios, a fim de não terem de aumentar os salários e também serviu de esteio em favor do imposto único e da nacionalização das terras, de que tratam vários reformadores sociais.[65] Está ligada igualmente à lei do salário mínimo necessário, que não pode cair abaixo do indispensável para manter o efetivo da classe operária, admitindo que o preço do salário não é fixo nem constante.

Com relação ao comércio exterior, Ricardo crê que este aumenta, por idêntica despesa de capital e trabalho, pelo número e variedade de objetos de consumo. Essa troca internacional encoraja as economias, multiplica os gêneros alimentícios baratos, favorece a capitalização, mas não faz crescer o benefício do capital, a não ser que se trate de artigos de primeira necessidade, porque a taxa do lucro somente sobe se houver baixa do salário. Era também livre-cambista, pois o livre-câmbio permite o aproveitamento dos benefícios da natureza, sendo ainda partidário do maquinismo, então muito discutido.[66] Como durante as Guerras Napoleônicas não houvesse circulação de moedas de ouro na Inglaterra, fez-se partidário da transferência das emissões de papel-moeda das mãos dos particulares para um departamento especial do governo, rigorosamente controlado. As leis bancárias de Robert Peel de 1819 e 1844 receberam sua influência.[67] Varia o julgamento que lhe fazem, sendo admirado pela escola liberal, particularmente a inglesa, mas é severamente julgado pelas escolas históricas e realistas. René Gonnard acha-o impreciso e por vezes obscuro, sem os atrativos de Smith, cujas principais teorias (teoria do valor-trabalho, da renda progressivamente crescente, do salário mínimo etc.) foram revogadas.[68]

Fazendo um balanço da escola clássica, um moderno historiador diz que seria injusto menosprezar sua explicação do funcionamento das sociedades submetidas às leis naturais. Definiu certos conceitos como riqueza ou produção, a noção de capital, de renda e mostrou que num estado de concorrência se pode estabelecer uma ordem econômica espontânea. Entre seus erros apontam-se a

---

(64) René GONNARD. Op. cit., p. 169.
(65) Eric ROLL. Op. cit., p. 178.
(66) René GONNARD. Op. cit., pp. 171, 173 e 175.
(67) Eduard HEIMANN. Op. cit., pp. 107 e 108.
(68) René GONNARD. Op. cit., p. 178.

emersão do *homo economicus* irracional e sexual, que seria caricatura do homem real e a negligência total do estudo do fator "tempo". Deixou ainda de considerar suficientemente o grupamento dos homens em nações, e finalmente a escola clássica nada disse sobre a possibilidade de reforma do mundo que analisara.([69])

O que se pode dizer em conclusão, a nosso ver, é que a economia clássica estudou o mundo capitalista então em pleno florescimento, dando-lhe base teórica e justificação, revelando suas leis principais, algumas das quais serviram de fundamento para sua vigorosa opositora, a escola socialista, como veremos a seguir.

Escola socialista

Embora não exista uma definição precisa da palavra *socialismo*, como de muitas outras, aliás, apesar de usada desde 1803,([70]) ela é conceituada como um estágio histórico-social posterior ao capitalismo e predecessor do comunismo, ou seja, uma fase intermediária entre os dois regimes.

Os economistas marxistas mantêm a idéia do "comunismo primitivo", atribuindo-o à pré-história da humanidade, quando os homens ainda não viviam em tribos compostas de clãs, e inexistia a propriedade privada dos meios de produção. A economia era administrada coletivamente, assim como coletivizavam-se o preparo dos alimentos e a realização do consumo. Com a domesticação dos animais começou a divisão das tribos em pastoris e agrícolas, inaugurando-se a *troca*. Esse "comunismo primitivo" era necessário para defesa e desenvolvimento dos rudimentares instrumentos de trabalho e caça. Com o aparecimento dos chefes e clãs e o aumento da produção, decompõe-se o "comunismo primitivo", dando lugar à divisão do trabalho, operando-se a transição para a propriedade privada, que originaram as classes sociais.([71])

As dificuldades que a "luta pela vida" desencadeou, a partir da divisão social de classes, fizeram com que permanecesse subjacente, ao longo da história, em vários indivíduos e comunidades, uma aspiração igualitária, freqüentemente envolvida ou praticada

---

(69) Émile JAMES. Op. cit., pp. 95 a 97.

(70) G. H. COLE. *Historia del pensamiento socialista.* Trad. espanhola de Ruben Landa. México, Fondo de Cultura Económica, 1957, vol. I, p. 9.

(71) L. SEGAL. *Princípios de economia política.* Argentina, Ediciones Problemas, 1941, pp. 14 a 18.

sob o manto religioso. Assim, os essênios, na velha Palestina, fizeram tentativas de implantar o comunismo na vida prática. Platão, na Grécia Antiga, preconizou um comunismo aristocrático. Os primitivos cristãos viviam num gênero de vida comunista.([72]) E daí por diante, em todas as épocas, nunca deixou de haver grupos de homens condenando ou combatendo as desigualdades sociais. Os mais avançados e os mais recentes foram os chamados "socialistas utópicos", da primeira metade do século XIX, que fizeram admiráveis críticas ao regime capitalista nascente, salientando suas contradições, condenando suas injustiças, embora não fossem capazes de apresentar soluções factíveis e fundamentadas para os males que apontavam. Os mais realistas como críticos sociais foram dois alemães, Karl Marx e Friedrich Engels, que denominaram suas teorias de "socialismo científico", em oposição ao socialismo utópico, sendo mais conhecidas, no entanto, por "marxismo" simplesmente. Os atuais regimes da União Soviética, da China, das chamadas Repúblicas Populares da Europa Central, e de Cuba reclamam a paternidade marxista.

Marx e Engels começaram a atuar e a elaborar suas teorias na segunda metade do século passado ou, mais exatamente, na década de 40, tendo como fontes, como se sabe, a filosofia alemã, a economia clássica inglesa e o socialismo francês. Aqui, evidentemente, por razões óbvias, vamos ocupar-nos somente da parte econômica.

Por essa época, o capitalismo, como regime econômico-social, já era plenamente triunfante, de modo particular na Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. O feudalismo achava-se em decomposição, senão completamente derrotado. As revoluções de 1848 na França, Alemanha, Áustria e Itália foram prova inegável. Mas, se vitorioso o capitalismo, já havia surgido também o proletariado, ou seja, os trabalhadores fabris e urbanos, impregnados da consciência de sua situação e direitos, como demonstraram as greves dos tecelões da Silésia e Lião, o cartismo inglês e sobretudo a insurreição parisiense de 48, com a organização das Oficinas Nacionais. Marx e Engels lançaram por essa ocasião seu famoso *Manifesto Comunista,* no qual expunham ao mundo, pela primeira vez, suas idéias em forma condensada. Ambos tomaram parte ativa no movimento revolucionário de seu país.

Há quem filie Marx à escola clássica dos economistas ingleses,([73]) enquanto outros afirmam que Ricardo é o fundador da

---

(72) Max Beer. *Historia general del socialismo y de las luchas sociales.* Santiago de Chile, Ediciones Ercilia, 1936.

(73) Eduard Heimann. Op. cit., p. 88.

economia marxista.(74) Existe até quem aproxime Ricardo de Marx, mercê da mesma influência étnica de suas doutrinas: lógicos impiedosos, dialéticos construtores, pelo raciocínio, de uma dramaturgia econômica abstrata e silogística.(75)

Sem dúvida há nessa aproximação uma parte de razão, que se explica quando dissemos que uma das fontes do marxismo é a economia clássica inglesa. Marx, porém, ampliou aqueles princípios e os levou a conseqüências certamente indesejadas por Smith e Ricardo. A mais-valia, uma das pedras angulares do marxismo, já se encontra em Smith, quando fala no trabalho como única medida do valor e sua apropriação pelos proprietários; Marx, no entanto, salienta que não se trata de trabalho, mas da *força de trabalho,* isto é, dispêndio de energia muscular e cerebral do operário.

Além disso, Marx tratou da mais-valia relativa e absoluta, que não se encontra em Smith. Explicou ainda o valor de uso e o valor de troca, de que já falara Aristóteles, pelo trabalho concreto e abstrato. Dizia mesmo que o melhor do seu livro (*Das Kapital*) era esse duplo caráter do trabalho. Daí sua afirmação de que somente na produção e não na circulação é que se cria a mais-valia,(76) o que é muito importante para as teorias econômicas que surgiram depois. No concernente à renda fundiária, Marx ampliou a idéia de Ricardo, que já falara na renda diferencial, proveniente da maior ou menor fertilidade do solo, porém, não mencionara a renda absoluta, decorrente do rendimento produzido pelas piores terras. Marx ainda pôs em relevo as crises como explosões violentas e periódicas que restauram o equilíbrio do capitalismo.

Inegavelmente a obra econômica de Marx, vasta e complexa, que não pode ser resumida aqui em algumas linhas apenas, constitui o estudo mais sério e completo da formação, estrutura e funcionamento do sistema capitalista, extraindo todas as conseqüências revolucionárias que suas contradições econômicas e sociais encerram. Decorre daí sua teoria da luta de classes, tão combatida ainda hoje. No entanto, segundo suas próprias palavras, não foi ele quem descobriu a *existência das classes,* que se relacionam com uma fase histórica de determinado desenvolvimento da produção. Essa luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado e esta ditadura constitui apenas uma transição para

---

(74) Eric ROLL. Op. cit., p. 185.
(75) René GONNARD. Op. cit., p. 167.
(76) KARATAV *et alii.* Op. cit., pp. 469 e 482.

a eliminação de todas as classes e para a sociedade sem classes.(77) Este é o principal elemento revolucionário da sociologia marxista.

As duas vertentes do pensamento econômico moderno

De ambas estas fontes que acabamos de mencionar — a economia clássica inglesa e o marxismo — defluem duas vertentes do pensamento econômico moderno. A primeira, que poderíamos denominar *neocapitalismo,* defende a apropriação pelos empresários dos meios de produção e da mais-valia, enquanto a segunda postula a coletivização dos meios de produção e mais eqüitativa distribuição das rendas. Assinalemos brevemente os contornos que assumiram essas duas correntes, ao largo dos últimos anos.

A partir, sobretudo, do fim das Guerras Napoleônicas, quando o capitalismo inglês se firma definitivamente e seus princípios se difundem por toda a Europa, levados no tropel das cavalarias do grande corso, uma série de crises periódicas abalam a Europa e a América, agravando consideravelmente as condições de vida dos trabalhadores. Esta situação chega a pôr em dúvida a validade do próprio regime existente. Surge outra vez a filosofia como meio para procura de uma nova solução, manifestando-se a descrença nas chamadas "leis naturais", antes em voga. Aparecem então o criticismo de Kant, a filosofia da história de Hegel, o positivismo de Comte, que atingem profundamente a crença na permanência das leis econômicas.

Alguns propõem, por isso, reformas empíricas, ao passo que outros imaginam utopias, como os falanstérios de Fourier, a teoria de Cabet, as cooperativas de Owen, o *atelier social* de Louis Blanc. Por outro lado, surge também uma reação estatista, cujo principal representante é Simondi, que pedia a intervenção do Estado para que os empregadores cuidassem dos empregados em casos de doença, desemprego e velhice,(78) o que Lênine classificou de "romantismo econômico pequeno-burguês, sobretudo pela sua idealização da pequena propriedade".(79)

Dominando a Inglaterra o mercado mundial, através de suas exportações, pregara ela o livre-cambismo como dogma científico, considerando a liberdade comercial como indispensável à manu-

---

(77) Carta a Wedemeyer, de 5 de março de 1852.
(78) Émile JAMES. Op. cit., pp. 99 a 105.
(79) LÊNINE. *Oeuvres.* Moscou, Editions en Langues Etrangères, 1958, t, 2.º

tenção da paz. Contra essa concepção exclusivamente britânica reagiram as nações que se encontravam em atraso no processo de industrialização: Alemanha e Estados Unidos, cujos representantes mais importantes nesse sentido foram List e Carey, erguendo a "reação nacional". List reprova à economia clássica seu caráter abstrato, que a situa fora da história e da geografia. Ao sistema de valor clássico opõe o potencial da indústria nacional, reclamando proteção às empresas nascentes. A essa concepção denominou protecionismo educador. Carey vai além, propugnando por um protecionismo não temporal mas duradouro, aplicado não somente à indústria mas igualmente à agricultura. Era ele populacionista, inflacionista e otimista.([80]) A escola historicista alemã, na qual alguns autores incluem List, representada particularmente por Rocher, Hildenberg e Knies, teve papel de reação contra o *cosmopolitismo* e o *perpetualismo* dos clássicos, sendo, do ponto de vista sociológico, a expressão do crescimento da burguesia alemã, procurando apoio na indústria nacional contra a concorrência inglesa.([81]) Embora haja quem diga que a escola historicista jamais tenha conseguido formular com clareza sua doutrina,([82]) tem ela como essencial o sistema jurídico, sendo fruto de evolução indefinida, que se desenvolve em fases históricas, em conexão com outros fatores da vida social, sem nunca se fixar numa forma definida. Em economia política deve ser uma descrição das características de diferentes épocas e indicações de máximas governamentais adequadas a cada uma delas.([83]) Uma nova escola historicista emergiu na Alemanha e na Inglaterra, lançando estudos monumentais de história econômica de singular importância. Na Alemanha foi denominada *socialismo de cátedra,* constituindo-se em poderosa força de pesquisa das condições sociais e de estímulo à legislação social. O equivalente do historicismo europeu foi o *institucionalismo* norte-americano, fruto do seu pragmatismo e da sua filosofia, propondo a idéia da experimentação e da sua realização, sendo seu processo fragmentário, com tendência à crítica e defesa de reforma.([84])

O ano de 1870 é marcado por significativos acontecimentos na Europa: a chamada Comuna de Paris, isto é, a primeira tentativa de tomada do poder pelos operários; a Guerra Franco-prussiana, que ocasionou a anexação da Alsácia-Lorena pela

---

(80) Daniel VILLEY. Op. cit., pp. 158 e 161.

(81) N. BUKHARINE. *L'économie politique du rentier.* Paris, Études e Documentation Internationales, 1967, pp. 22 e 23.

(82) Eduard HEIMANN. Op. cit., p. 180.

(83) René GONNARD. Op. cit., pp. 420 e 421.

(84) Eduard HEIMANN. Op. cit., pp. 181, 182, 185 e 186.

Alemanha, da qual decorreria o extraordinário impulso da industrialização alemã; pouco antes (1867), formara-se o Império Austro-húngaro, que propiciaria a expansão da burguesia austríaca. Por essa época vem à tona igualmente o movimento da *economia pura,* que foi visto por muitos como um *neoclassicismo.* Seus autores principais foram o austríaco Carl Menger, o inglês Stanley Jevons e o francês Léon Walras. Sua ambição consistia em ser absolutamente *neutra* do ponto de vista social, com o objetivo de desvendar certas leis válidas para qualquer quadro social. Os dois importantes problemas que enfrentaram foram o do preço e o da distribuição da renda. O valor passou a depender da combinação entre utilidade e raridade, sendo determinado pela *utilidade marginal,* isto é, pela unidade menos útil do estoque da mercadoria de intercâmbio. Renda, salário e juros foram considerados como preços dos fatores da produção, sendo seus níveis estabelecidos pela sua produtividade marginal, de onde resulta considerar-se a renda do capital, não como categoria histórica, mas como necessidade econômica. A intenção dos autores da economia pura, com a neutralidade implícita, foi a de evitar o julgamento de qualquer regime do ponto de vista social. A economia pura nunca esqueceu que seus elogios se dirigiam a um regime hipotético de concorrência perfeita, muito longe da realidade.([85])

Estas facetas, além de outras mais, aqui omitidas por carência de espaço, acrescidas de vários aspectos anexados posteriormente, predominaram nos ensinos universitários e nas concepções políticas e econômicas até o primeiro pós-guerra. Com a Grande Depressão ocorrida nos Estados Unidos, em 1929, e que rapidamente se propagou a todo o mundo ocidental, aconteceu não somente uma crise de consciência dos economistas como da própria ciência econômica.([86]) Esse enorme abalo econômico e social levou John Maynard Keynes, já então famoso economista inglês, a elaborar e escrever um livro que teve a mais ampla repercussão internacional, até hoje aceito e discutido em todas as esferas econômicas e sociológicas: *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda.* O que Keynes preconizou, em resumo, foi a intervenção do Estado através de uma série de medidas, ora restritivas ora incentivadoras, a fim de evitar as crises cíclicas e o desemprego. Para isso reformulou vários princípios teóricos até então vigorantes, adotando muitos pontos de vista de economistas anteriores, como Malthus e Wicksel. Atualmente, de modo geral, o pensamento

---

(85) Émile JAMES. Op. cit., pp. 185, 186, 212 e 213.
(86) Idem. *Histoire de la pensée économique au* XX^e^ *siècle.* Paris, Presses Universitaires de France, 1955, pp. 309 e 311.

keynesiano é o mais difundido nos países capitalistas, conquanto passe às vezes por certas modificações.

Mas, ao lado do defluir desta corrente de pensamento, também o marxismo foi seguindo seu caminho, desenvolvendo-se particularmente na Europa. Ao surgir, em meados do século passado, obtivera singular repercussão nos meios revolucionários, culminando com a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, mais conhecida como a Primeira Internacional, em 1864. Dentro desse organismo travaram-se duros combates entre os socialistas utópicos, os marxistas e os anarquistas. A propaganda e o proselitismo, no entanto, prosseguiram, redundando na organização de fortes partidos social-democratas em toda a Europa, o que serviu para a fundação da Segunda Internacional em 1889, centenário da Revolução Francesa. Ao terminar o século, entretanto, o socialista alemão Eduard Bernstein provocou a primeira cisão, ao publicar um livro rumoroso, revisando vários princípios teóricos (filosóficos e econômicos) formulados por Marx e pregando o acesso ao socialismo por meio da evolução, em lugar da revolução. Essa cisão ampliou-se com o correr do tempo para atingir seu ponto mais alto durante a Primeira Guerra Mundial, de 1914-1918, quando os partidos socialistas se colocaram ao lado dos seus respectivos governos na luta armada internacional. Com a vitória da Revolução Russa em 1917, os elementos marxistas ortodoxos (não revisionistas) criaram, em 1919, a Internacional Comunista, ou Terceira Internacional, organizando partidos comunistas em escala mundial. Com esta grande divisão no movimento socialista internacional surge o primeiro cisma no marxismo, apesar de, em todos os partidos socialistas, já haver alas dissidentes anteriormente. Após a morte de Lênine, em 1924, os partidos comunistas se dividem em facções trotsquistas e stalinistas. Em 1948, a Iugoslávia separa-se do chamado "campo socialista", por divergências com a União Soviética. Depois da morte de Stalin, a China entra em controvérsia com a União Soviética, chegando à ruptura de relações diplomáticas e, posteriormente, a quase uma luta armada nas fronteiras.

Com todas essas divergências, vários países do mundo que se dizem socialistas, mas na verdade separados ideológica e politicamente e até com diferentes matizes em seus sistemas econômicos, reclamam a herança de Marx. Isto decorre, a nosso ver, do fato de o socialismo marxista estar igualmente atravessando transformações, como sucede, aliás, com todos os organismos vivos, quer individuais quer sociais. Tal evolução, naturalmente, prosseguirá, para adquirir dimensões que agora são imprevisíveis.

O fato mais recente no pensamento econômico, todavia, decorre das transformações que os antigos países coloniais ou semicoloniais, agora denominados de subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, estão sofrendo. Suas políticas econômicas e seus problemas sociais são objeto de discussões e controvérsias, fugindo suas soluções aos velhos padrões até aqui conhecidos no pensamento econômico. Serão abordados no penúltimo capítulo deste trabalho, no que se refere ao nosso país.

II

EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO EM PORTUGAL

O desenvolvimento da economia portuguesa coincide, mais ou menos, com as transformações operadas no domínio político dentro das três dinastias de sua história, pois, "a história econômica de nosso país liga-se, em diversas épocas, tão estreitamente com a nossa história política, que muitos fatos, traduzindo na aparência uma feição política, são na sua essência as resultantes de tendências econômicas".(1) Com efeito, a Dinastia de Borgonha abrangeria a Idade Média; a de Avis, a Renascença, com os descobrimentos, e os tempos modernos; a de Bragança, após o interregno do domínio espanhol.

A Idade Média portuguesa, entretanto, não correspondeu a um regime feudal na economia, porque "as circunstâncias locais, instituindo em permanência o estado de guerra, não consentiram se implantasse na Península, em toda sua amplitude, o sistema feudal, com a diluição do poder por camadas, como além dos Pireneus".(2) Era uma "monarquia agrária". Mas é preciso acrescentar a isso, igualmente, o caráter que o desenvolvimento da economia foi adquirindo.

Assim, certas terras, de onde os mouros foram expulsos pelos esforços dos moradores, transformaram-se em pequenas repúblicas. Pediu-se ao rei para que fosse eleito um *magnata,* que devia defender e dar importância a tais terras. Com a eleição confirmada pelo soberano, constituíram-se as *behetrias,* sistema misto de feudalismo e democracia.(3) Dessa forma, em torno das pequenas igrejas, mosteiro ou castelo, foram surgindo agrupamentos que se conver-

---

(1) Francisco Antônio CORREIA. *História econômica de Portugal.* Lisboa, vol. I, p. VII, 1929.

(2) João Lúcio de AZEVEDO. *Épocas de Portugal econômico,* 2.ª ed., Livraria Clássica Editora, 1947, p. 12.

(3) Francisco Antônio CORREIA. Op. cit., p. 14.

teram em *concelhos,* e aumentava o número de habitantes do núcleo com gente de passagem, refugiados, obreiros de ofício, mercadores, visitantes acidentais.(4) O concelho passou a ser como que uma república, com característica de cidade medieval, de grande importância político-econômica. Nas cortes reunidas em 1254, os procuradores dos concelhos tomaram assento pela primeira vez. As instituições municipais, herdadas dos romanos, foram mantidas pelos mouros. Consistiam na administração local feita pelos próprios habitantes. A liberdade municipal foi poderoso atrativo para os homens livres e laboriosos, robustecendo os concelhos. Já desde 1125 começaram a aparecer as feiras, que se realizavam a prazos mais curtos, distinguindo-se por isso dos mercados e promovendo o comércio interno. Este se praticava num tráfico de mantimentos: sal, azeite, pão, vinho, peixes, e também de produtos de pequenas indústrias, como cera, pez, sumagre, peles de animais, tecidos e panos estrangeiros. O transporte era feito em lombo de cavalo ou muar, o que deu relevo aos almocreves.(5)

Contudo, o grande centro econômico da nação que se estava formando, era a lavoura. A propriedade rural achava-se concentrada nas mãos das classes privilegiadas, a nobreza e o clero, que cultivavam apenas a parte mais fértil, deixando ao abandono enormes tratos de terreno.(6) Era o rei o principal lavrador da nação, com seus celeiros e adegas, recolhendo os produtos dos foros e rendas.(7) O clero possuía prerrogativas idênticas, cobrando seus tributos, mantendo seus servos no exercício das artes mecânicas.(8)

Mas clero e nobreza estavam isentos de impostos, pois consideravam-nos vexatórios. Recaíam os tributos sobre aqueles que possuíam menores rendimentos. Nessas condições, os impostos atingiam o comércio, entravando-o, já que taxavam as vendas, os mercados e feiras, as peagens e portagens. No entanto, estas receitas eram insuficientes para cobrir as despesas. Até a expulsão final dos mouros, os despojos das guerras de conquista preenchiam estas diferenças. Faltando estas, recorreu-se ao recurso mais favorável, que foi a alteração da moeda.(9) A tomada de Lisboa lavra a ata de nascimento da nação portuguesa, até aí envolvida nos limbos da geração. Em 1260 estabelece-se em Lisboa a capital, e mais do que a capital, a razão de ser da independência.(10)

---

(4) João Lúcio de AZEVEDO. Op. cit., p. 16.
(5) Idem, ibidem, p. 26.
(6) Francisco Antônio CORREIA. Op. cit., p. 17.
(7) João Lúcio de AZEVEDO. Op. cit., p. 14.
(8) Francisco Antônio CORREIA. Op. cit., p. 16.
(9) João Lúcio de AZEVEDO. Op. cit., p. 47.
(10) J. P. Oliveira MARTINS. *História de Portugal,* 12.ª ed., 1942, tomo I, pp. 95 e 139.

Também em Portugal, o pensamento econômico medieval teve sua representação, que consistia numa miscelânea de conceitos da filosofia de Aristóteles e da doutrina cristã, expostos pelos escolásticos, tratando principalmente da propriedade, do justo preço, do comércio, da moeda, do juro e da usura.(11) Era um período em que a economia andava ligada à moral e esta à teologia.(12) Os representantes mais expressivos dessa corrente de pensamento até agora conhecidos são: D. Durando Pais, jovem sacerdote pertencente à Ordem de S. Tiago; D. Álvaro Pais, bispo de Silves e teólogo insigne; Frei João Sobrinho, pertencente à Ordem dos Carmelitas, e Frei Diogo Lopes Rebelo, Mestre em Artes e Bacharel em Teologia. Como se vê, todos eram clérigos, o que explica a influência aristotélica e tomista de seus trabalhos.

Com efeito, para eles, a matéria da ciência econômica são as ações do homem como parcela da comunidade doméstica para instruir e educar no modo de proceder em casa em relação à mulher, aos filhos e aos escravos, ocupando a ciência econômica um lugar intermediário entre as ciências morais. A procura dos bens materiais deve ser dominada pela lei moral. A mulher foi feita para a procriação e para prover à alimentação da prole; não serve para todos os trabalhos exteriores de movimento e labuta, que são destinados aos homens pela sua robustez e força.

A agricultura é a primeira das riquezas naturais, porque diz respeito, principal e imediatamente, ao sustento e natureza do homem, sendo necessária ao ser humano, procedendo da inclinação natural, não se praticando por degradação, como a rapina, a pesca e a caça. A propriedade particular, conforme Santo Tomás, não é *imposta* pelo direito natural, mas sim *conforme* o direito natural. O respeito pela propriedade leva o homem a melhor compreender a excelência do estado social e a ele se dedicar. Nenhum governo pode suprimir a propriedade privada, mas em cada país deve ser diferentemente regulamentada. O trabalho é um preceito divino imposto à humanidade: "Comerás o pão com o suor do teu rosto."

Toda a vida da Antiguidade e Idade Média foi dominada pela defesa contra a usura, sendo ela proibida pelas sagradas escrituras e pelos camaristas; pela moral e pelo direito. Concílios e sumos pontífices proibiram igualmente a usura, considerando-a ilícita. A atividade comercial não gozava de clima mais favorável, pois era também condenada, sendo no entanto admitido o lucro do industrial

---

(11) Moses Bensabat AMZALAK. *Do estudo e da evolução das doutrinas econômicas*. Lisboa, 1928, p. 21 e 22.

(12) Moses Bensabat AMZALAK. *O pensamento econômico em Portugal na Idade Média*. Lisboa, 1958, p. 14.

e o do artesão que transformavam a matéria-prima, graças à incorporação de determinada quantidade de trabalho. Os súditos tinham obrigação não só de estimar e venerar o rei, mas também lhe deviam obedecer e contribuir com subsídios e impostos. Era obrigação de cada um entregar seus tributos, conforme a frase de Cristo: "A César o que é de César e a Deus o que é de Deus."

D. Durando Pais foi um inteligente comentador do tratado de economia atribuído a Aristóteles, possuindo pensamentos claros e sãos, imbuídos de ternura pela instituição da família. D. Álvaro Pais foi um espírito de tendência enciclopédica, de muita leitura e erudição, sendo inimigo acérrimo do vício e da desordem. Frei João Sobrinho estudou na clausura de sua cela a propriedade, a usura, o comércio, o câmbio, os seguros e as apostas. Dotado de juízos seguros, dialética sutil, estando ricamente informado da vida econômica do seu tempo. Frei Diogo Lopes Rebelo deixou um notável livro sobre os impostos. (13)

No outono de 1383, com o falecimento de D. Fernando, eclode a crise da sucessão e, em 1384, o Mestre de Avis é eleito defensor do reino. No mesmo ano Lisboa sofre o cerco frustrado de D. João de Castela. Em abril de 1385 as cortes de Coimbra aclamam D. João I rei, iniciando a Dinastia de Avis. Em agosto ocorre a Batalha de Aljubarrota que, para a Espanha, foi o último dia da cavalaria feudal e o primeiro ensaio dos combates a pé. "A Idade Média portuguesa acaba no dia de Aljubarrota com a primeira época da nação, com o período de sua formação trabalhosa e lenta. Novos horizontes, vastas ambições, pensamentos ainda inconscientes de um largo futuro, amadurecem encobertos, no seio da nação, formada, aclamada, batizada em sangue. Chama-a de longe um dúbio tentador — o Mar." (14) Só nesse momento é que se pode dar por terminada a história da independência, porque a Dinastia de Borgonha trazia consigo o pecado original da doação primitiva, segundo o direito feudal: o reino era um senhorio sublevado, como tantas vezes e por tão longos anos o tinham sido, na própria Espanha, a Galiza e a Biscaia. (15)

O povo, através de suas diversas camadas sociais, apoiou amplamente a candidatura do Mestre de Avis. "Os municípios, centro de artífices e mercadores, robustecidos pelo esforço próprio e pela proteção dos reis, atingem tal preponderância que sua ação é de um efeito decisivo na escolha do novo soberano." (16) Surgia

---

(13) Este é um ligeiro transunto do trabalho de Moses Bensabat AMZALAK: *O pensamento econômico em Portugal na Idade Média.*
(14) J. P. Oliveira MARTINS. Op. cit., p. 172 e 173.
(15) Idem, ibidem. Op. cit., p. 170.
(16) Francisco Antônio CORREIA. Op. cit., p. 59.

de fato uma nova era. "Ao senhorio da terra, ao clero e aos servos opõem-se, cada vez mais acentuadamente, o mercador, o banqueiro, o artífice com seu trabalho livre, enfim, a nova cidade como aglomerado de uma população mais voltada para o comércio à distância. Toda uma nova sociedade surge e vai, dia a dia, dificultando sua existência com o velho regime dominial. São novas classes que despertam para a nova realidade econômica." "O ponto de partida para esse gigantesco empreendimento foi Ceuta, quando em 1415 a incipiente burguesia portuguesa dos portos, alentada pelo tráfico de cabotagem atlântico-mediterrâneo, arrastou os Avis à caça do ouro das caravanas transarianas dos nômades cameleiros. Frustrado o audacioso e amadurecido plano, mas cristianizado o Estreito, estancando-se as invasões marroquinas, empreende-se a abordagem da 'Terra dos Negros' pelas caravelas do Infante." Assim aparece em Portugal o patrimonialismo mercantil, colonial, ultramarino, ou seja, o capitalismo régio, em prejuízo da livre iniciativa particular, estabelecendo um sufocante monopólio do Estado, denominado 'capitalismo monárquico', em que o *monárquico,* que é político, tragou o *capitalismo,* que é econômico. (17)

Em 1498 Vasco da Gama dobrou o Cabo da Boa Esperança, descobrindo o caminho das Índias. A história virava uma página e abria o capítulo da Renascença. Este fato repercutiu em forma de pânico na República mediterrânea, qualificada como a maior infelicidade que a atingira. Em pouco tempo, de fato, Lisboa se transformava na segunda Veneza, no entreposto europeu do comércio do Oriente, onde pululavam os novos-ricos, comerciantes de pimenta, de ouro, de marfim, de âmbar, com mercadores genoveses, biscainhos, sevilhanos, ingleses, flamengos, árabes. Os grandes banqueiros da época, como os Fugger, Welser e Hochster, abriram filiais em Lisboa. Na rua nova dos mercadores palpitava o coração comercial da Europa. (18)

Essa opulência desmesurada, gerada pela nova modalidade de transações, provocou, como seria de esperar, rivalidade de outras nações, como a Inglaterra e, principalmente, a Holanda, que não somente redundou em competição aguda, como no ataque às colônias portuguesas que, mal defendidas, acabaram sendo ocupadas. Em conseqüência, já em fins do século XVI o comércio exterior português se encontrava em situação precária e o comércio interno

---

(17) Manuel Nunes DIAS. *O capitalismo monárquico português.* São Paulo, 1957, pp. 9, 11 e 18.

(18) Ver, a respeito, a interessante Memória apresentada ao III Congresso do Mundo Português por Moses Bensabat AMZALAK. *Conseqüências econômicas dos descobrimentos,* Lisboa, 1941.

definhando cada vez mais, o mesmo acontecendo com a agricultura e a indústria, que antes haviam tido grande incremento. A principal dificuldade era a falta de braços, particularmente na agricultura, porque os homens mais ativos se dedicavam às viagens marítimas e à permanente guerra de conquista. Tentou-se remediar a situação com a importação de escravos negros, o que contribuiu apenas para a dissolução dos costumes e aumento da ociosidade. Por outro lado, procedeu-se a consideráveis doações de terras à Igreja, criando-se também centenas de conventos, sustentados pela coroa e por particulares, porém, as terras dos mosteiros, dos cabidos, das ordens militares e dos morgados eram as mais desaproveitadas. A esses fatores é preciso acrescentar a expulsão dos judeus e dos sarracenos, que privou a agricultura de milhares de famílias das mais laboriosas, e o fisco de tributos importantes, pagos pelos grêmios israelitas e árabes. Os fidalgos abandonavam os campos, seduzidos pelas armadas e pelo luxo da corte. A indústria reduziu-se ao exercício de alguns ofícios manuais, como tecidos grosseiros. A crise da agricultura e da indústria agravou-se com a desvalorização da moeda, decorrente da baixa do valor dos metais preciosos, particularmente sensível depois da exploração das minas das colônias portuguesas e espanholas. E tudo isso se refletia no comércio.([19])

Em meio a essa crise geral, com a morte do regente, Cardeal D. Henrique, que sucedera a D. Sebastião, sem descendência, abriu-se novamente, em 1580, o problema da sucessão, que a Espanha de Filipe II resolveu pelas armas, com a entrada em Lisboa do Duque de Alba, após a Batalha de Alcântara. Em abril de 1581 as cortes de Tomar reconheceram Filipe II rei de Portugal, com o nome de Filipe I. Inaugurou-se então o interregno do domínio espanhol sobre Portugal, que vai até 1640.

Pode-se resumir a história de Portugal, sob o domínio dos Filipes, como uma série de reveses e infortúnios, no desmembramento das colônias, na decadência progressiva da agricultura, do comércio e da indústria, o que não impedia a aplicação de um regime tributário aniquilador de toda a atividade da nação.([20]) Assim, tropas portuguesas foram enviadas a Flandres, onde não eram precisas, agravando a crise da falta de braços na agricultura. A Espanha assinou um tratado com a Holanda, comprometendo-se a não contrariar seu comércio com a Índia. O rei da Pérsia, auxiliado pela Inglaterra, conquistou Ormuz, o que assinalou o

---

(19) Francisco Antônio CORREIA. Op. cit., pp. 192 e 193.
(20) Idem, ibidem, p. 277.

esfacelamento do império português. O Nordeste brasileiro foi ocupado pelos holandeses e os portugueses foram expulsos do Japão. O tabaco foi arrendado a particulares. Os impostos foram triplicados. Defeitos da administração provocaram a decadência de várias culturas, acrescidas ainda de más estações climatéricas, o que provocou necessidade de importação de cereais e miséria alarmante. A indústria entrou igualmente em crise. O latifúndio, as conquistas e a emigração para Castela resultavam em escassez de gente no campo. E tudo isso, acrescido da exigência crescente de impostos, ocasionou revoltas, que tornaram possível a Revolução Restauradora de 1.º de dezembro de 1640.

Com estas enormes e significativas transformações que sofreu o mundo, para o que Portugal concorreu de modo brilhante, e por vezes decisivo, como o crescimento dos centros urbanos e das atividades artesanais, intenso comércio entre o Oriente e o Ocidente, descobrimento de novos continentes, espoliação do ouro colonial, florescimento das letras, das artes e das ciências, nasce a moderna ciência econômica, surgindo o *mercantilismo,* designação etimológica da doutrina que exalta o desenvolvimento das atividades e da mentalidade mercadora.([21])

As figuras exponenciais dessa corrente econômica em Portugal foram Duarte Gomes Solis, Manuel Severim de Faria, Duarte Ribeiro de Macedo, Alexandre de Gusmão e D. Luís da Cunha.

Duarte Gomes Solis, judeu português, nascido em Lisboa, que viajou quatro vezes para a Índia, tendo naufragado três vezes, em Goa negociou empréstimos e foi feitor de canela. Tendo caído prisioneiro dos ingleses foi resgatado, indo viver em Madri, onde escreveu sua principal obra *Discurso sobre los comercios de las Indias.* Seu livro não é a exposição de um sistema, mas memorial de comerciante de grosso trato, que propõe ao governo encarregar-se da fabricação das naus, que eram perdidas em grandes quantidades nas travessias marítimas, mercê de sua má fabricação. Os fatos que mais impressionaram Duarte Gomes Solis foram a concorrência e o ódio vivíssimo que havia na Índia entre portugueses e espanhóis; as perdas das naus portuguesas, que causavam enormes prejuízos materiais e humanos; a evasão constante e rápida da prata que vinha da América para a Espanha e passava para outros Estados; a dificuldade dos câmbios e juros ou dos empréstimos a juro, a decadência política, a ruína da agricultura e da indústria, o despovoamento e o empobrecimento da Península Ibérica, após seu

(21) Daniel VILLEY. *Petite histoire des grandes doctrines économiques.* Paris, Presses Universitaires de France, 1946, p. 27.

período de riqueza. Contra esses males pedia a intervenção do Estado, melhoria da agricultura, entendimento entre cristãos-velhos e novos, restrição dos letrados, dos clérigos e dos cortesãos, reforma do sistema de impostos.

Manuel Severim de Faria nasceu em Lisboa em 1583 e morreu em Évora em 1655, tendo sido Mestre em Arte e Doutor em Teologia. Foi cônego e chantre em Évora. Sua principal obra intitula-se *Notícias de Portugal, oferecidas a El-Rei nosso senhor D. João IV*. Nela o autor discute a falta de população, cujas causas são: as conquistas, ausência de ofícios e escassez de terra para garantir o direito à sobrevivência. A fim de acudir a estas faltas, propunha limitar o número de fortalezas coloniais ao mínimo possível, desenvolver as indústrias nacionais, estabelecer novas colônias e amparar as crianças desprotegidas, criticando também a fabricação das naus.

Duarte Ribeiro de Macedo nasceu em Lisboa em 1618 e faleceu em Alicante em 1680, tendo sido ministro de Portugal na França e na Espanha. Publicou vários livros, constituindo sua principal obra econômica o *Discurso sobre a introdução das artes em Portugal,* preocupando-se sobretudo em como impedir a saída, abundante e permanente, do dinheiro de Portugal, pois considerava o dinheiro o sangue da república. Achava que a causa disso residia no *deficit* da balança comercial, comprando muito e vendendo pouco. Como remédio único e infalível aconselhava a introdução das artes em Portugal, principalmente das indústrias, em que o valor do trabalho é maior do que o da matéria-prima e não impedia as exportações da época. Também preconizou arrancar as plantas das Índias que se haviam aclimatado no Brasil.

Alexandre de Gusmão, secretário particular de D. João V, era brasileiro, nascido em Santos em 1695 e falecido em Lisboa em 1753. Seu escrito econômico mais importante foi o *Cálculo sobre a perda de dinheiro do reino*. Considerava o dinheiro o sangue da monarquia, achando o comércio passivo o pior de todos os negócios, bem como o fato de não haver manufaturas em Portugal. Com o propósito de diminuir o *deficit* da balança comercial recomendava: impedir o aumento da gente inútil, ainda que fossem clérigos, nobres, restringir o luxo, ampliar a agricultura e os meios de transportes, estabelecer fábricas e incentivar o comércio.

D. Luís da Cunha, embaixador na corte de Londres, nasceu em Lisboa em 1662 e morreu em Paris em 1749. Sua obra econômica é o *Testamento político,* no qual recomendava, ao futuro rei D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo, depois Marquês de Pombal, para ministro. Não se trata propriamente de um escrito econômico, consistindo sua importância no fato de ter sido posto

em prática por Pombal. Condenava a Igreja por não contribuir para as despesas e segurança do Estado. Criticava a Inquisição por prender e afugentar muitas pessoas. Manifestava-se contrário à permissão dada por Sua Majestade aos ingleses e holandeses para introduzirem seus lanifícios, criticando o Tratado de Methuen e pedindo medidas protecionistas contra a entrada de artigos de luxo.

Finalmente convém mencionar José da Veiga que, num livro escrito em forma de diálogo, se ocupou das operações da Bolsa, o que conferiu a Portugal a prioridade no trato desse assunto.(22)

O período da Restauração, que se seguiu imediatamente à separação de Portugal da Espanha, foi de difícil transição. A decadência da agricultura se manifestava através do grande número de propriedades incultas, emigração da população rural e importação de trigo. Parte das povoações dos campos vivia das esmolas de conventos e igrejas. O movimento mercantil se contraiu, as falências aumentaram e os capitais retraíram-se. A vida econômica caracterizava-se por um fatalismo enervante. Havia receio de uma invasão castelhana, levando à mobilização de homens que custou 2 milhões de cruzados. O novo rei, D. João IV, para firmar-se, procurou alianças com o exterior, numa campanha diplomática que durou dois anos, redundando para Portugal, na sua transformação em protetorado inglês(23) D. João IV, o segundo Bragança, cedeu Tânger e Bombaim aos ingleses, perdendo Portugal sua força marítima, outrora a mais pujante do mundo, passando a importância de Lisboa a depender quase que exclusivamente do comércio com o Brasil. No século XVIII, no tempo de D. João V, com a exploração das minas do Brasil, a situação modifica-se substancialmente. Calcula-se em 100 milhões de esterlinos a totalidade do ouro que foi do Brasil para a metrópole, no espaço de um século, dos quais a quinta parte pertencia à Fazenda Real. Em cerca de 9 milhões importavam os diamantes. Somando tudo, o lucro da coroa teria importado em 22 milhões de esterlinos.(24) Tais rendimentos levaram a coroa a dispêndios enormíssimos com o Convento da Mafra, a Patriarcal de Lisboa, aquedutos de águas livres, embaixadas suntuosas. As indústrias também foram protegidas. Nessa época, igualmente, em 1703, foi assinado com a Inglaterra o famoso Tratado de Methuen, um dos mais onerosos, sem dúvida, para a economia portuguesa.

Outro fato importante desse tempo é o chamado período de Pombal, muito controvertido, principalmente pela perseguição le-

---

(22) Este resumo foi calcado no livro de Moses Bensabat AMZALAK, antes mencionado, e várias monografias sobre os mercantilistas portugueses.
(23) J. P. Oliveira MARTINS. Op. cit., pp. 140 e 141.
(24) João Lúcio de AZEVEDO. Op. cit., pp. 364 e 365.

vada a cabo contra parte da nobreza e dos jesuítas, mas indubitavelmente de considerável significado econômico e social.

A administração pombalina, que vai de 1750 a 1777, ou seja, 27 anos, pode ser dividida, *grosso mòdo*, em duas fases: a primeira, que culmina em 1761, com a criação do Erário Real, é de natureza fiscal e judicial, sob o influxo da prosperidade do comércio colonial.([25]) A cobrança de impostos e a alfândega são as grandes preocupações do governo. A prosperidade decorrente da exploração do ouro do Brasil, que vinha do tempo de D. João V, continuava, embora certos fatos, como a política monopolista, a perseguição ao comércio livre, ao jesuitismo e parte da nobreza, tornassem o ambiente menos propício.([26]) Um dos traços peculiares da economia pombalina foi a criação das grandes companhias, como a do Comércio da Ásia (1753), do Grão-Pará e Maranhão (1755), da Pesca da Baleia (1756), dos Vinhos do Alto Douro (1756), de Pernambuco e Paraíba (1759) que, além de não constituírem uma inovação (pois já existiam antes), obedeceram a várias finalidades, como a da centralização do Estado, concentração do comércio colonial em poucas mãos, reduzindo com isso o contrabando. A legislação pombalina oscila entre a liberdade de certas vias comerciais e a monopolização em outras, por não ser uma política sistematicamente monopolista, mas sim, mercantilista, da defesa do lucro, visando beneficiar sobretudo Lisboa e o Porto. Também a legislação consagra a influência da nobreza, no intuito educativo de prepará-la para uma atuação mais complexa.([27]) Essas companhias garantiram largos lucros aos seus participantes, até a crise, concorrendo igualmente de modo apreciável para a receita do Estado. Além disso, marcava o triunfo dos comerciantes monopolistas sobre o pequeno comércio livre dos "comissários volantes". Dentro deste contexto das companhias monopolistas é preciso compreender a luta contra os jesuítas.([28])

A segunda fase da administração pombalina, de 1771 a 1777, é dominada completamente por uma crise denominada colonial. Tornou-se particularmente grave porque afetava a mineração de Mato Grosso (1766-1768), o açúcar (1749-1776), os diamantes (1760-1770) e o mercado de escravos, além de assumirem peri-

---

(25) Jorge de MACEDO. *A situação econômica no tempo de Pombal.* Porto, Livraria Portugália, 1951, p. 39.

(26) Idem, ibidem, p. 67.

(27) Idem, ibidem, pp. 134 e 150.

(28) Ver a respeito, João Lúcio de AZEVEDO. *Os jesuítas no Grão-Pará*, pp. 236 e 237.

gosos aspectos os problemas da crise do trigo, da pescaria e do mercado do sal português no Brasil. Complicou-se ainda mais a situação com uma série de catástrofes ocorridas, como o terremoto de Lisboa (1755), o incêndio da alfândega de Lisboa (1764), a guerra de 1762.([29]) Para se compreender os efeitos maléficos da crise dos dois produtos brasileiros (açúcar e diamantes) sobre a economia portuguesa, é preciso saber que cerca de 55% da exportação portuguesa para o exterior constavam de produtos nossos e mais de 80% da exportação da metrópole para as províncias ultramarinas destinavam-se ao Brasil.([30]) De modo geral, os produtos coloniais predominavam nas exportações portuguesas e a diferença da balança comercial, quase sempre deficitária, era coberta com ouro proveniente das colônias, o que tornava a economia de Portugal duplamente ligada às colônias.

Outra característica da administração pombalina refere-se ao fomento industrial. Assentava-se esta atividade numa realidade preexistente, baseada na técnica tradicional, em oficinas dispersas pelas zonas rurais e centros urbanos, concentradas nas melhores regiões de matéria-prima, ou tradicionalmente ligadas a determinada atividade industrial. Era uma indústria predominantemente caseira e artesanal, dada a estrutura agrária colonial, mercantil e de técnica atrasada, utilizando rios e ribeiros como força motriz, além da força humana e a de tração animal. As crises antes mencionadas (mineração, açúcar, escravos) refletiram-se sobre a indústria, provocando baixa na produção de bens manufaturados. O fomento industrial pombalino teve início com o alvará de 1769, que procurou reconstituir o regulamento dos lanifícios de 1690, o que deu resultado, pois 80% das fábricas existentes na época foram montadas depois de 1770. A legislação estatuía ou alargava monopólios e privilégios, estabelecia isenção de direitos, protegia a entrada de matérias-primas e a saída dos produtos. O fomento se fazia estimulando manufaturas e oficinas novas, multiplicando-se os subsídios, oriundos da receita da alfândega, para o que se cobrava um imposto de 4% sobre as importações. Cerca de uma quarta parte das fábricas era propriedade do rei.([31]) Tal estímulo era preferentemente dado à indústria do interior, porque nos centros populacionais de fáceis comunicações com o mar, predominava a produção estrangeira.

---

(29) Jorge MACEDO. Op. cit., p. 164.
(30) Visconde de CARNAXIDE. *O Brasil na administração pombalina.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, p. 89.
(31) Jorge de MACEDO. Op. cit., pp. 214, 223, 225, 239 e 257.

Com a morte de D. José I e a demissão de Pombal em 1777, operou-se uma transformação na política econômica de Portugal, sendo abolidas as companhias que negociavam com o Brasil e as superintendências, com repercussões na vida industrial. Em dezembro de 1779 foi criada a Academia das Ciências de Lisboa, que desempenhou notável papel nos estudos dos problemas econômicos portugueses. Foram melhoradas as estradas e estimularam-se algumas indústrias.

Em razão da demência da rainha, D. Maria I, que ocupava o trono, seu filho, Príncipe D. João, mais tarde D. João VI, assumiu a regência. As complicações ocorridas na Europa, em decorrência da Revolução Francesa, tomaram vulto e adquiriram contornos inusitados, culminando com a fuga da corte para o Brasil, em 1808, o que praticamente encerrou a era do absolutismo em Portugal.

Em fins do século XVII e princípios do XVIII surgiu o fisiocratismo, cujos melhores representantes foram os economistas que colaboraram nas *Memórias econômicas da Academia,* isto é, da Academia das Ciências de Lisboa, então fundada. Ao todo, estas *Memórias* constam de cinco tomos, publicados respectivamente em 1789, 1790, 1791, 1812 e 1815, sendo 39 o número de colaboradores, entre os quais cinco brasileiros: José Bonifácio de Andrada e Silva, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Manuel de Arruda Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá e Vicente Coelho de Seabra da Silva Teles. No *Discurso preliminar,* escrito pelo Abade José Correia da Serra para definir a orientação das *Memórias,* se diz que "o primeiro passo de uma nação para aproveitar as suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes". E mais adiante: "As artes todas não são mais do que a aplicação do conhecimento da natureza às nossas precisões e utilidades; o seu adiantamento depende todo das ciências naturais, e das exatas, e quanto mais têm sido cultivadas em cada povo tanto mais as artes têm nele chegado ao seu auge". Os trabalhos, em sua imensa maioria, se ocupam de problemas agrícolas, freqüentemente regionais ou setoriais, algumas vezes de agronomia e química, e raramente das minas, como o sal e ferro, sucedendo mesmo, em certas ocasiões, serem simples resumos ou adaptações de livros e autores estrangeiros. Não suscitam problemas, nem discutem os interesses nacionais em relação aos de outras nações. São meramente expositivos ou descritivos.

Na impossibilidade de apresentar aqui sequer um resumo do movimento fisiocrático português, vamos citar alguns nomes mais expressivos, dando ênfase aos assuntos que abordaram.

José Veríssimo Alves da Silva nasceu em Abrantes, em 1774 e faleceu na prisão, suspeito de jacobinismo, em 1811. Sua obra principal foi a *Memória das verdadeiras causas por que o luxo tem sido nocivo aos portugueses,* na qual defende o luxo como o meio mais apto para suprir a desigualdade dos bens, porque faz circular as riquezas do Estado, animando a indústria e utilizando braços.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, nascido em Chaves, em 1745, morreu no Rio de Janeiro em 1812, tendo publicado o *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos nas indústrias das nações, especialmente na portuguesa,* onde estuda esse assunto na história do país e ataca o Tratado de Methuen, manifestando tendência mercantilista.

Domingos Vandelli e José Joaquim Rodrigues de Brito são os escritores mais fortemente influenciados pelas doutrinas fisiocráticas. O primeiro nasceu em Pádua em 1730, tendo falecido em Lisboa em 1816, e o segundo nasceu em Évora em 1753, morrendo em Lisboa em 1831. Vandelli chegou a afirmar que as produções da terra são a única e verdadeira riqueza, e a cultura dela o único princípio da sobredita. Rodrigues de Brito é adepto da doutrina fisiocrática, porém, depurada de muitos dos seus erros.

Tomás Antônio da Vila-Nova Portugal nasceu em Tomar em 1775 e faleceu em Lisboa em 1839. Entre outros trabalhos, escreveu a *Memória sobre a preferência que entre nós merece o estabelecimento dos mercados ao uso das feiras de ano para o comércio intrínseco,* e a *Memória sobre os juros relativamente à cultura das terras,* sendo que na primeira *Memória* sustenta os mercados como causa de maior circulação dos produtos agrícolas; o desenvolvimento do comércio interno e circulação interna como meio de proteção e progresso da agricultura, e na segunda tratou das condições em que o empréstimo de capitais pode ser útil ao desenvolvimento agrícola do país.

José Joaquim de Barros Soares, nascido em Setúbal em 1721 e falecido em 1793, na sua *Memória sobre a causa da diferente população em Portugal em diversos tempos da Monarquia,* tratou da influência que o progresso da agricultura poderia ter no aumento da população portuguesa.

Constantino Botelho de Lacerda Lobo, nascido em Murça em 1754 e falecido entre 1820 e 1822, na sua *Memória sobre a decadência da pescaria em Portugal,* indica a causa dessa decadência e a forma de remediá-la, e em outra, *O estado da agricultura e comércio do Alto Douro,* mostra os meios que se deveriam usar para aumentar a produção do vinho do Douro e a forma de obter novos mercados.

Numerosos outros poderiam ser mencionados, mas estes são os mais expressivos e os que melhor representaram a corrente fisiocrática em Portugal.(32)

Como reação contra as doutrinas mercantilistas e fisiocráticas, aparece e se desenvolve a escola individualista pura, fundada por Adam Smith e continuada por Jean-Baptiste Say, Malthus, Ricardo, Bastiat e outros, escola essa de grande repercussão em Portugal e que tem como principais representantes o brasileiro Silva Lisboa (de quem falaremos mais tarde), Solano Constantino, Acúrcio das Neves, Manuel de Almeida e Ferreira Borges.

Francisco Solano Constantino nasceu em Lisboa em 1772 e morreu em 1846. Sua obra econômica era constituída da tradução para o francês do livro de Malthus e de vários artigos escritos nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras,* publicados em Paris, quase sempre comentando trabalhos sobre economia política. Era franco partidário da industrialização do país, dizendo que só um mentecapto poderia querer que se aumentasse a massa da produção, renunciando à indústria. Foi isso, naturalmente, que levou o Dr. José Francisco Laranjo, lente da Universidade de Coimbra, a proclamá-lo precursor das idéias de List e Carey.

José Acúrcio das Neves nasceu em 1766 e faleceu em 1834. O Dr. Marnoco de Sousa, também lente de Coimbra, achava que o traço frisante da obra de Acúrcio das Neves era a necessidade da solidariedade das indústrias e da necessidade das manufaturas para a prosperidade agrícola e dela deduz um protecionismo adequado às circunstâncias da nação. Escreveu o próprio Acúrcio das Neves: "A indústria é somente quem pode salvar-nos, porque só ela dá a riqueza, a base principal, e prosperidade dos povos."(33)

Padre Manuel de Almeida nasceu em 1769 e morreu em 1833, sendo bacharel por Coimbra e prior da freguesia de Santa Maria Madalena de Portalegre. Publicou um *Compêndio de economia,* considerado pelo Dr. Marnoco de Sousa a primeira tentativa que se fez em Portugal para reduzir os assuntos econômicos a um corpo de doutrinas, embora padecendo de várias insuficiências.

Outro economista insigne da época foi José Ferreira Borges, nascido no Porto em 1786 e falecido em 1838, tendo sido jurisconsulto, comercialista erudito. Escreveu sobre bancos, tributo e administração. Publicou um livro, *Instituições de economia política,* no

---

(32) Ver, a respeito, Moses Bensabat AMZALAK. *Do estudo da evolução das doutrinas econômicas em Portugal.* Lisboa, 1928, e *Estudos econômicos da Academia das Ciências de Lisboa.* Lisboa, 1922 e, ainda, *O fisiocratismo.* Lisboa, 1922.

(33) José Acúrcio das NEVES. *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa.* Lisboa, 1964, p. 18.

qual fez um resumo do livro de Storch, com o que prestou relevante serviço.

Finalmente cabe mencionar Antônio Araújo Travassos, que viveu no início do século passado, autor de dois *Discursos,* sendo um sobre a agricultura e outro sobre a moeda, que refletem as idéias de Turgot, possuindo, no entanto, conteúdos próprios e originais, visando promover e favorecer a agricultura e as finanças portuguesas.(34)

Perante as cortes de Lisboa, em 1821, foram apresentados alguns projetos sobre o ensino da economia política, sendo um de autoria de João Rodrigues de Brito e outro de Antônio Gouveia Pinto. Só em 1836, entretanto, o ensino da economia política foi instituído na Universidade de Coimbra, confiando-se a sua regência a Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, para o que escreveu um compêndio intitulado *Elementos de economia política e estatística.* Sucederam-no Manuel Nunes Giraldes, José Frederico Laranjo, Abel de Andrade, Afonso Costa, Marnoco de Sousa e Oliveira Salasar. No Porto foi criada uma cadeira de economia política em 1837, por iniciativa da Associação Comercial local, ministrada por Agostinho Albano da Silveira Pinto. Também em Lisboa a Associação Mercantil de Lisboa teve iniciativa idêntica, confiando sua direção a Antônio de Oliveira Marreca. Na velha Escola Politécnica instituiu-se uma cadeira de economia política, onde lecionaram José Estêvão Coelho de Magalhães, Luís de Almeida Albuquerque, José de Vasconcelos Gusmão, Baltasar Osório e Afonso Costa. No antigo Instituto Industrial de Lisboa lecionaram economia política Almeida Albuquerque, Veiga Beirão e Lino Neto. Finalmente, criaram-se cadeiras de economia política na Academia Política do Porto, onde lecionaram Adriano Machado, José Joaquim Rodrigues de Freitas, Antônio de Oliveira Lobo, Roberto Alves de Sousa Ferreira e Bento Carqueja, e no Instituto Agrícola de Lisboa, tais cadeiras foram confiadas a Antônio Joaquim Figueiredo e Silva, João de Andrade Corvo, Francisco Antônio Álvares Pereira e Luís de Castro.

Quanto às diversas correntes do pensamento econômico moderno, que existiram em Portugal, aqui vai um breve resumo.

As primeiras doutrinas de feição socialista devem-se a Silvestre Pinheiro Ferreira, que publicou *Précis d'un cours d'économie politique* e *Projeto de associação para melhoramento da sorte dos trabalhadores;* Francisco Maria de Sousa Brandão escreveu: *Economia social, o trabalho;* Antero de Quental publicou: *O que é a Inter-*

(34) Resumo baseado no livro de Moses Bensabat AMZALAK, antes citado e mais duas monografias, nas quais se estudam os trabalhos de Francisco Solano CONSTANTINO e Araújo TRAVASSOS, publicados em 1923.

nacional; José Fontana é autor do livro: *Quinto Estado;* Nobre França e José Bonança escreveram *Da reorganização social,* e José Meneses escreveu *A nova fase do socialismo.*

As idéias anarquistas e sindicalistas tiveram seus cultores em Silva Mendes: *Socialismo libertário ou anarquismo,* e em Nazianzeno de Vasconcelos (também conhecido sob o pseudônimo de Neno Vasco): *Concepção anarquista do sindicalismo.*

O socialismo catedrático foi representado por Rodrigues de Freitas, Frederico Laranjo e Oliveira Martins, com seus livros: *O regime das riquezas, A reorganização do Banco de Portugal, Política e economia política* e a *Circulação fiduciária.*

Frederico List, com sua doutrina de economia nacional, teve discípulos em Anselmo de Andrade e Belisário Teles.

A escola loriana foi representada por Guilherme Moreira e a doutrina solidarista, de Costa Godolfim, por Manuel de Arriaga.

A escola matemática teve como discípulo a Antônio Osório e os estudos das crises econômicas foi objeto de monografias de Silva Cordeiro, Teixeira Bastos e Rui Ulrich.([35])

Examinando a história da formação da economia portuguesa, caracterizada, mais ou menos, através de suas três dinastias, constataremos que a primeira, a de Borgonha, corresponde em linhas gerais ao medievo português, com sua particularidade da criação dos municípios, conferindo-lhe traço especial, diferente do feudalismo do resto da Europa, atraindo as classes populares, elaborando uma nova economia nacional. A Renascença portuguesa assinala-se pela época dos Descobrimentos, que transformam o mundo, deslocando o eixo do comércio internacional do Mediterrâneo para o Atlântico, proporcionando a primeira grande riqueza e prosperidade da nação. A má administração, por um lado, e a cobiça de outras nações levam Portugal à perda de sua hegemonia na Índia. A decadência daí decorrente fá-lo cair sob o domínio da Espanha dos Filipes, a principal potência da época. A Restauração que se segue adquire novo brilho com a descoberta do ouro do Brasil, que em sua maior parte é canalizado para a Roma papal e para a Inglaterra industrial. Daí em diante, esta última nação passa a exercer uma supremacia avassaladora.

Isso tudo mostra que Portugal, ao longo de sua história, tem tido uma espécie de "economia reflexa" (não no sentido moderno desta expressão), dependendo de suas colônias, muitas vezes para seu abastecimento, quase sempre para seu comércio exterior e saldos dos balanços de pagamento e sempre para seus períodos de prosperidade. Esse processo evolutivo da economia portuguesa, mais

(35) Moses Bensabat AMZALAK. *Do estudo e da evolução das doutrinas econômicas em Portugal.*

voltada para o comércio externo, conduziu a uma estagnação de estrutura, principalmente nos campos, que motivou o atraso do país, especialmente em relação aos demais da Europa. Teria cabido à República resolver esse grave problema, mas, como não o fez, ocorreu um período de intranqüilidade e perturbações sociais contínuas, de onde resultou a ditadura militar que até 25 de abril de 74 dominou a nação. É essa irresolução do problema agrário o responsável direto pela enorme corrente emigratória portuguesa para os países da América e da Europa.

Contra tal estado de coisas não faltaram vozes de alerta, pois, "modificar a estrutura econômica, *submeter a vida econômica à direção intelectual;* abrir campos de atividade útil aos portugueses, que são por hora impelidos para situações parasitárias, eis o problema da nossa política como já o punham há 300 anos os economistas nacionais, como o puseram até hoje os melhores cérebros da nossa grei".([36])

É este retardamento da economia portuguesa que explica o atraso dos estudos econômicos em Portugal, principalmente em comparação com outros centros culturais europeus, como Inglaterra, França, Alemanha e mesmo a Itália, embora em outros tempos tenha tido a primazia no estudo de vários problemas, como o do crédito, das operações de Bolsas e dos seguros, conforme assinala Moses Bensabat Amzalak.

No campo filosófico moderno esse mesmo atraso é observado, como conseqüência sobretudo do predomínio jesuítico. Por isso, escreve um estudioso desses assuntos: "A influência jesuítica fechara Portugal à renovação científica que se processava na Renascença e para a qual ele colaborara com o magnífico movimento dos desenvolvimentos marítimos." E mais adiante: "Por toda a parte vai intensa a revolução filosófica... menos na Península."([37]) Daí esta conclusão de um famoso historiador português: "Sem compreendermos o caráter exato do jesuitismo, jamais compreenderemos a história nacional dos séculos XVII e XVIII. Portugal tornou-se o baluarte da *Companhia,* e a Dinastia de Bragança, obra dela, foi o seu melhor pupilo."([38])

Tal é, de modo muito sucinto e esquemático, a evolução da economia e do pensamento econômico em Portugal. E esses fatores refletiram de modo direto sobre nós, brasileiros, particularmente durante o nosso período colonial, conforme veremos, a seguir.

---

(36) Antônio SÉRGIO. *Antologia dos economistas portugueses do século* XVII, pp. XII e XIII.

(37) João Cruz COSTA. *Contribuição à história das idéias no Brasil.* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1956, pp. 35 e 45.

(38) J. P. Oliveira MARTINS. Op. cit., vol. II, p. 89.

III

NOSSOS PRIMEIROS ECONOMISTAS

O Brasil, como se sabe, surgiu para o mundo no Ciclo das Descobertas, que assinala a era da Renascença e o aparecimento do mercantilismo. O "périplo africano" levou Portugal às Índias, onde uma imensa riqueza o aguardava, empolgando-o de forma estonteante, qual narcótico delicioso, esgotando-lhe as energias até quase à ruína completa.

Compreende-se facilmente, desse modo, o abandono a que fomos relegados durante várias décadas, devido ao fascínio exercido pela opulência fabulosa que rutilava do outro lado do mundo.

Isso deu lugar aos famosos *ciclos econômicos* que caracterizam nossa evolução material. Assim, durante os primeiros cinqüenta anos, teve lugar apenas a exploração predatória do pau-brasil. Só depois começa a fundação dos engenhos de açúcar, iniciando-se a estruturação econômica do país, abarcando praticamente todo o período colonial, com variadas alternativas de prosperidade. O século XVII abre o Ciclo do Ouro, dando lugar à nova atividade produtora e à penetração do interior, embora a lavoura não fosse abandonada, afetando somente seu ritmo.(1) Ao lado da cana-de-açúcar, havia também a cultura de produtos ancilares, como o tabaco e o algodão e ainda agricultura de gêneros alimentícios, como a mandioca, o arroz, o feijão, além de frutas de várias espécies. A pecuária era praticada no interior, de preferência, a fim de não prejudicar a lavoura da orla marítima.

Essa moldura do sistema colonial demonstra que sempre nos apoiamos numa economia agrícola, voltada para a produção exclusiva da terra, com o pequeno interregno do Ciclo do Ouro. Tal situação foi determinada não somente pela posição que ocupávamos dentro da estrutura econômico-social portuguesa, como igualmente porque quando o nosso "descobridor" principiou a se interessar

---

(1) João Paulo de Almeida MAGALHÃES *et alii*. *25 anos de economia brasileira*. Rio, Gráfica Record Editora, 1965.

por nós, havia exaurido todos os seus recursos de bens materiais e humanos nas transações mercantilistas.

Isso explica, por outro lado, a característica fisiocrática que marca os nossos economistas daquela época, como se poderá verificar pela resenha que fazemos.

JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO. Nascido em Campos de Goitacases (Estado do Rio), em 1743, e morto em 1821, é o primeiro economista brasileiro, não só do ponto de vista cronológico, como também pelo trato que soube dar aos problemas econômicos do seu tempo. É por isso, certamente, que já foi considerado "o precursor dos estudos econômicos no Brasil".(2) Filho de grandes proprietários de engenho, perdendo os pais aos 26 anos, administrou os bens da família até 1775, ou seja, até os 32 anos, passando então à vida eclesiástica, quando foi estudar em Coimbra, cuja Universidade recém-reformada era dirigida por seu parente, D. Francisco de Lemos de Faria de Azeredo Coutinho, bispo daquela diocese. Esta origem e esta prática dos negócios particulares, se por um lado lhe deram desembaraço para o manejo das questões econômicas, vincaram-lhe a orientação de um sentido classicista transparente nos seus escritos.

Dos numerosos trabalhos que publicou, alguns meramente polêmicos, vamos ocupar-nos aqui, por razões óbvias, unicamente dos referentes aos assuntos econômicos.(3) E a melhor forma para isso, parece-nos, é seguir o método adotado por Amzalak,(4) dividindo-os nos seguintes itens: preço do açúcar, comércio entre Portugal e suas colônias, trabalho escravo, atividade mineira, questão monetária e administração colonial.

Em 1791, em conseqüência dos efeitos da Revolução Francesa, desorganizando a economia das colônias das Antilhas, o preço do açúcar elevou-se, sendo apresentada por isso ao monarca português uma proposta para estabelecer uma taxa sobre o produto brasileiro. Azeredo Coutinho escreveu então a *Memória sobre o preço do açúcar,* opondo-se violentamente à proposta, por julgar que isso "seria uma ruína para os senhores dos engenhos do Brasil e um mal para os consumidores da Metrópole",(5) argumentando que o preço certo sobre o açúcar, como queria a proposta, faria o produto ser exportado para outros países.

---

(2) Carlos Porto CARREIRO. *Noções de economia política e finanças.* 7.ª ed., Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1957, p. 469.

(3) *Obras econômicas* de J. J. da Cunha de AZEREDO COUTINHO. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.

(4) Moses Bensabat AMZALAK. "D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho". Separata da *Revista de contabilidade e comércio,* Porto, 1942.

(5) *Obras econômicas.* Op. cit., p. 176.

O *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* é sua obra mais erudita e a melhor elaborada, talvez. Nela preconizava o desenvolvimento da navegação portuguesa e maior intensificação das relações comerciais entre Portugal e suas colônias. Achava que nossos indígenas, que não se prestavam para os trabalhos agrícolas, poderiam ser aproveitados na navegação e através disso levados à civilização. Combatia o monopólio português do sal, por prejudicar o desenvolvimento de nossa produção pecuária, do pescado, da carne e interferir no comércio. Com a ampliação do intercâmbio marítimo, a Metrópole ganharia nas vendas, nos fretes, nos transportes. Não importava que ela devesse às "suas filhas" (as colônias), porque seria credora em dobro dos estranhos. Com os interesses entrelaçados, as "filhas" seriam mais ricas. Considerava ainda necessário abolir os direitos que as madeiras brasileiras pagavam em Portugal, a fim de desenvolver sua exportação. Finalmente, aconselhou a abolição do fabrico das manufaturas de luxo em Portugal, preconizando a produção de tecidos mais grosseiros para fardamento das tropas, para velames, organizações de cordoarias etc.

Comentando esse livro, o economista Laranjo diz que Azeredo Coutinho pende mais para o Brasil do que para a metrópole, porém não pede a independência nem a liberdade de comércio com outras nações. Para um patrício nosso, entretanto, tratava-se de um representante da classe dominante, "cujo ideal consistia em resguardar ao máximo a estrutura colonial da produção, rompendo apenas com o regime de monopólio, a autonomia não tinha nenhuma condição de definir-se como reforma, ou revolução".(6) A escravidão negra é obrigatória para o bem desta ou daquela sociedade, conforme o arbítrio do seu legislador, sendo também ditada às nações bárbaras, para seu maior bem e seu menor mal. Com isso Azeredo Coutinho situa-se num plano essencialmente laico, com a intenção marcada de "... conservar a ordem social estabelecida, calcada na tradição, na Igreja, e sobretudo, na Autoridade dos reis".(7)

Considerava prejudicial a Portugal a exploração das minas, porque argumentava que se pode viver sem o ouro e até sem vestidos como os indígenas do Brasil, ao passo que não se pode viver

---

(6) Nélson Werneck SODRÉ. *A ideologia do colonialismo*. Rio, ISEB, 1961, p. 33.
(7) Sônia Aparecida SIQUEIRA. "A escravidão negra no pensamento do bispo Azeredo Coutinho", *Revista de História*. São Paulo, out./dez. 1963 e jan./março 1964.

sem alimentos, sendo, portanto, a nação agrícola "relativamente mais rica, e dela serão todas (as nações) dependentes".[8]

Em questão monetária, era contrário ao aumento do valor nominal do dinheiro, porque provocaria a elevação dos preços das mercadorias, além de afetar sua qualidade de medida universal nos cálculos do comércio e ainda prejudicar o valor do ouro do Brasil, tornando-o mais caro.

No concernente à administração colonial, Azeredo Coutinho revelou-se zeloso e eficiente, aumentando as vendas e fomentando a agricultura, quando dirigiu a capitania de Pernambuco.

Embora tenha conhecido Adam Smith em tradução francesa, está mais perto dos fisiocratas, como acentua Sérgio Buarque de Hollanda.

Para Sílvio Romero, coexistiam em Azeredo Coutinho o estudioso e filósofo dos fatos sociais da sua época e o espírito conservador, consolidado por sua educação e seu caráter sacerdotal.[9] Outro estudioso dos problemas brasileiros julga-o mais severamente: "O que deseja sinceramente, e quase sempre ostentosamente, é a maior felicidade possível e a maior segurança para um pequeno número de eleitos, para a raça dos *beati possidentes,* os ricos proprietários [. . .] Mas, se é exato que terá contribuído para libertar nossa vida econômica de entraves que antes lhe tolhiam os movimentos, no conjunto sua obra permanece singularmente infecunda."[10]

MANUEL DE ARRUDA CÂMARA. Cronologicamente é o segundo economista brasileiro, pois nasceu na Paraíba em 1752 e morreu em 1810. Foi frade carmelita no Convento de Goiana (Pernambuco), em 1783, com o nome de Frei Manuel do Coração de Jesus. Depois foi para Portugal, onde cursou filosofia e medicina na Universidade de Coimbra, não chegando, porém, a concluir os cursos por motivos políticos, emigrando então para a França, onde se formou em medicina, pela Escola de Montpellier, obtendo, a seu pedido, breve papel da secularização. Regressando ao Brasil, exerceu a profissão por largo tempo no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

Sua bibliografia consta dos seguintes trabalhos: *Aviso aos lavradores sobre a inutilidade da suposta fermentação de qualquer qualidade de grão ou pevide, para aumento da colheita, segundo um anúncio que se fez público;* "Memória sobre as plantas de que

---

(8) *Obras econômicas.* Op. cit., p. 195.

(9) Sílvio ROMERO. *História da literatura brasileira.* Rio de Janeiro, José Olympio Editora, vol. II, p. 316.

(10) Sérgio Buarque de HOLLANDA. Prefácio às *Obras econômicas.* Op. cit., p. 53.

se pode fazer a barrilha entre nós" (publicada no tomo IV das *Memórias econômicas da Academia de Lisboa); Discurso sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher e semear etc. em que se propõe alguns novos planos para seu melhoramento; Memória sobre a utilidade de instituição de jardins nas principais províncias do Brasil; Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos próprios e para muitos usos da sociedade, e suprir a falta de cânhamo.*

Foi considerado botânico ilustre, rivalizando com o célebre Padre Veloso.

Em 1796, de volta a Pernambuco, ante a inquietação intelectual que encontrou, fundou, juntamente com outros, o famoso Areópago de Itambé, que serviu de centro político para o grupo que preparou e dirigiu a Revolução Pernambucana de 1817, em que se destacou o heróico Frei Caneca.

Pelas suas obras, deve ser incluído na escola fisiocrática.[11]

MANUEL FERREIRA DA CÂMARA BITTENCOURT E SÁ. Foi mais conhecido por Intendente Câmara, por ter sido Intendente Geral das Minas e Diamantes, sendo o primeiro brasileiro a ocupar tal posto. Nasceu em Vila Nova da Rainha de Caeté (Minas Gerais), em data incerta (1762 ou 1764), falecendo na Bahia, em 1835. Estudou em Coimbra, onde se formou em leis e filosofia, sendo contemporâneo de José Bonifácio. Mostrou-se administrador competente, tendo sido o criador e dirigente da Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, em Minas Gerais, ocupando também o posto de conselheiro sobre questões metalúrgicas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, o que lhe proporcionou ocasião de influir bastante para instauração da siderurgia entre nós, no tempo de D. João VI. Era sócio das Academias de Lisboa, Estocolmo e Edimburgo. Ocupou lugar de deputado na Assembléia Constituinte de 1823 e de senador pela província de Minas Gerais em 1826. Sua biografia, muito interessante, está cheia de lances atrativos em sua luta pelos problemas siderúrgicos em nosso passado.[12] É considerado o primeiro fabricante de ferro gusa no Brasil.

Amzalak, como bibliografia, cita apenas dois trabalhos: "O ensaio da descrição física e econômica da comarca de Ilhéus na América", que qualifica de "muito interessante", publicado nas *Memórias econômicas de Lisboa,* tratando de vários produtos brasileiros, como baunilha, salsaparrilha, ipecacuanha, açafrão, anil

---

(11) Moses Bensabat AMZALAK. *O fisiocratismo.* Lisboa, 1922.

(12) Ver, a respeito, o bem documentado livro de Marcos Carneiro de MENDONÇA. *O Intendente Câmara.* Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1923.

etc., e *Observações acerca do carvão de pedra que se encontra na Freguesia da Carvoeira,* julgado "um estudo muito bem elaborado de química industrial e mineralogia".(13) Carneiro de Mendonça, entretanto, que lhe estudou a vida e a obra em alentado volume de quase 500 páginas, menciona mais trabalhos, todos inéditos, porém, além de algumas proclamações políticas.

O mesmo Amzalak, naturalmente baseado nos estudos publicados em Portugal e que conheceu, classifica o Intendente Câmara de fisiocrata; no entanto, suas atividades aqui no Brasil e suas realizações no campo da siderurgia, metalurgia ou mineralogia levam-nos a filiá-lo à era capitalista, então nascente, no início do século passado, quando viveu e atuou de maneira fecunda.

De qualquer maneira, porém, trata-se de uma figura extraordináıia em nossa história econômica.

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA. Nasceu em Santos (São Paulo), em 1763 e faleceu em Niterói em 1838. Tendo tomado parte destacada em nossa emancipação política de Portugal (1822), foi cognominado Patriarca da Independência. Estudou em Coimbra, formando-se em filosofia em 1787 e em leis em 1788. Aos 26 anos já era sócio da Academia das Ciências de Lisboa e entre 1790 e 1800 fez viagem de estudo pela Europa, em companhia de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá e do português Joaquim Pedro Fragoso. Inteligência multiforme, foi metalurgista, mineralogista, botânico, poeta, político e economista. É deste último que nos vamos ocupar aqui. Convém antes, no entanto, lembrar que, graças aos trabalhos realizados e à projeção do seu nome no campo da ciência, foi membro de várias instituições científicas, como as de Lisboa, Copenhague, Estocolmo, Turim, Paris, Londres, Edimburgo, Iena, Genebra e Rio de Janeiro.

Entre sua copiosa literatura divulgada (fora os inéditos), a parte referente à economia consta do seguinte: *Memória sobre a pesca da baleia e extração do seu azeite, Memória sobre a mina de ouro da outra banda do Tejo, Estatutos da Sociedade Econômica da Província de São Paulo, Necessidade de uma academia agrícola no Brasil, Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal, Memória sobre as minas de Portugal, Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil, Memória sobre a pesca e lavra dos veios de chumbo de Chacim, Santo Ventozelo e Vilas de Rei na Província de Trás-os-Montes, Viagem mineralógica na província de São Paulo,* e *Representação à*

(13) Moses Bensabat AMZALAK. Op. cit., p. 80.

assembléia legislativa sobre a escravatura.(14) Alguns destes trabalhos foram publicados posteriormente.

A *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal* foi considerada por Amzalak como "estudo modelar para a sua época".(15) Nela são tratados os seguintes pontos: necessidade do plantio de bosques em geral, utilidade dos areais, remédio preservativo das sebes e coberturas, sementeira das árvores silvestres, lavoura em lugares arenosos, extensão e costa que se deve defender e semear, despesas da administração de novas matas etc., advogando a necessidade de uma academia agrícola. Nesse trabalho o autor manifesta seu agrado pela agricultura, dizendo que ela sempre atraiu sua atenção e amor. Na *Memória sobre a pesca da baleia...*, recomenda essa atividade aos portugueses por baratear os víveres e aumentá-los por criar a profissão de marinheiros e por ser refúgio seguro aos homens de idade que não podem empregar-se em longas e penosas viagens. Lembra o que nesse sentido se fizera em Portugal, sob a direção de outros reis e o que outras nações faziam na época. Nas *Memórias sobre as minas de Portugal,* ao contrário de Azeredo Coutinho, recomenda o desenvolvimento das atividades minerais, porque elas, "fomentadas e administradas sabiamente, põem em circulação riquezas imensas debaixo de formas diversíssimas: abrem novas fontes sempre perenes de nutrição e socorro à lavoura, ao comércio e às artes, criam e sustentam um grande número de braços, diminuindo a vadiação e a mendicidade nas comarcas, firmam o sossego e a segurança pública, espalham luzes e conhecimentos úteis por uma grande parte da nação, aumentam, enfim, a dignidade do homem social pelas vitórias que obtém diariamente contra a natureza, muitas vezes madrasta, executando máquinas e trabalhos portentosos". Em seguida faz um histórico das explorações minerais em Portugal, terminando por um exame da situação das minas de Buarcos, da Fábrica de Ferro da Foz do Alge e das minas de carvão do Porto, então em atividade, sob sua administração. Na *Memória sobre as pesquisas e lavras dos veios de chumbo de Chacim...*, torna a fazer o elogio à indústria extrativa, enumerando suas vantagens: nutre e

---

(14) Ver, a respeito, *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva,* coligidas e reproduzidas por Edgard Cerqueira FALCÃO, vol. I, 1964; José Bonifácio de Andrada e SILVA. *O Patriarca da Independência.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, e Moses Bensabat AMZALAK, *O fisiocratismo,* Lisboa, 1922.

(15) Moses Bensabat AMZALAK. *José Bonifácio de Andrada e Silva, economista.* Lisboa, 1941.

sustenta numerosas famílias vivendo em terrenos estéreis, enriquece o erário com os tributos que proporciona, fomenta o comércio e a indústria, e os seus produtos podem ser exportados porque são sempre úteis a outros povos. Nos *Estatutos* que elabora para a Sociedade Econômica da Província de São Paulo, por ele criada já aqui no Brasil, em 1821, assinala à Sociedade as seguintes tarefas: coletar notícias de interesse para a agricultura, pesca, comércio, indústria etc., divulgar trabalhos a esse respeito, socorrer os lavradores e os artesãos, distribuir prêmios aos que se destacarem em suas atividades, difundir a instrução pública e promover o engrandecimento dos sócios.(16) Na *Viagem mineralógica na província de São Paulo,* fez estudos mineralógicos, botânicos e econômicos de uma viagem que realizou, em companhia de seu irmão, Martim Francisco, partindo de Santos, percorrendo a capital de São Paulo e arredores e ainda várias cidades do interior, como Santana do Parnaíba, Pirapora, Salto, Piracicaba, Itu, Sorocaba, São Roque e Cotia.(17)

Passando do domínio econômico propriamente dito para o social, preocupou-se também com as duas raças escravizadas entre nós: o índio e o negro.

Assim, nos *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil,* após descrever o que são os nossos indígenas, o que se havia feito por eles e a legislação sobre o assunto então existente, apresentou as seguintes recomendações: não esbulhar os índios de suas terras, brandura ao tratar-se com eles, comerciar somente com artigos convenientes aos silvícolas, buscar as pazes fazendo-lhes dádivas, favorecer os matrimônios mesmo com outras raças, especializar missionários para tratar com eles, permitir bandeiras à procura de índios somente com homens escolhidos, preparar plantações a fim de acolher os indígenas e recebê-los com festas, proibir a difusão de bebidas alcoólicas entre eles, empregá-los como tropeiros, peões e tratadores de gado, formar caixas-pias econômicas para induzi-los à poupança, imunizá-los contra as pestes, ensinar-lhes ofícios, introduzir entre eles brancos e mulatos morigerados para a miscigenação racial etc.

Na *Representação à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura,* depois de estudar exaustivamente o problema da escravidão, condenando-a não só por razões humanas, mas também por motivos econômicos, denuncia o fato

---

(16) Basílio de MAGALHÃES. "José Bonifácio de Andrada e Silva (O Patriarca)", *Digesto econômico,* São Paulo, nov., 1950.

(17) *Obras científicas, políticas e sociais,* op. cit.

de a mão-de-obra barata não incentivar o aproveitamento tecnológico e oferece um longo projeto de 32 artigos, pedindo a suspensão do tráfico negreiro, solicitando meios e modos de cuidar dos negros cativos com mais humanidade, favorecendo sua alforria, obrigando a tratamento e cuidado com os doentes, inválidos e velhos, requerendo amparo às gestantes, a não separação dos casais e filhos pequenos, afirmando no fim que sem a abolição do infame tráfico e emancipação dos atuais castigos, "nunca o Brasil firmará a sua independência nacional, e segurará e defenderá a sua liberal Constituição".(18)

Em 1922, por ocasião do Centenário da Independência, Evaristo de Morais, o mais notável criminalista do tempo, escrevia achar uma maravilha investir o projeto naquela época contra o princípio geralmente adotado de que não existia no escravo nenhum dos atributos morais e jurídicos, admirando-se igualmente de ver propostas medidas que entre nós nem os operários livres gozavam.(19) Paralelamente a estas proposições procurava José Bonifácio mandar trazer da Inglaterra trabalhadores livres para nossa lavoura, conforme mais tarde se praticou de outros países.

Como se vê, por esta síntese, o Patriarca não foi unicamente um sério estudioso dos problemas econômicos (particularmente de Portugal), mas igualmente dos sociais, revelando-se precursor avançado, com idéias que se anteciparam ao tempo e somente mais tarde concretizadas em fatos.

Amzalak catalogou-o entre os fisiocratas, mas escreveu ao mesmo tempo que do "ponto de vista doutrinário é grande a influência que sobre José Bonifácio de Andrada e Silva exerceu o livro *Riqueza das nações,* de Adam Smith", o que nos parece contraditório porque, como sabemos, Smith é um dos teóricos do capitalismo. Entretanto, essa contradição pode ser explicada com as obras do nosso patrício escritas em Portugal, que assumem de fato feição fisiocrática, e suas realizações aqui no Brasil, inclusive na política, como a sua participação na Independência, que possuem cunho nitidamente capitalista, o que demonstra ter sido homem de seu tempo, com visão profunda dos acontecimentos em sua dinâmica evolutiva.

VICENTE COELHO DE SEABRA SILVA TELES. Não há certeza da data do seu nascimento, presumindo-se que tenha sido em 1764, em Minas Gerais, tendo falecido também em Minas Gerais, aos 40 anos. Em Coimbra fez o curso de filosofia, sendo eleito sócio

---

(18) Basílio de MAGALHÃES. Op. cit.
(19) Idem, ibidem.

correspondente da Academia Real de Ciências em 1789, passando à categoria de sócio livre dois anos mais tarde. Por essa ocasião foi nomeado lente substituto da Universidade de Coimbra nas cadeiras de zoologia, mineralogia, botânica e agricultura.

Escreveu trabalhos especializados como *Dissertação sobre o calor,* oferecida a José Bonifácio de Andrada e Silva, *Dissertação sobre fermentação em geral e suas espécies, Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e o método de os prevenir* e traduziu, de Francisco Toggia, a *História e cura das enfermidades mais usuais do boi e do cavalo* e, de Hassemfratz e Adet, uma *Nomenclatura de química portuguesa, francesa e latina.*

No domínio econômico propriamente dito, seus trabalhos são ainda especializados, constando do seguinte: *Memória sobre o método de curar a ferrugem das oliveiras, Memória sobre a cultura do arroz em Portugal e suas conquistas, Memória sobre a cultura das vinhas e manufatura do vinho, Memória sobre a cultura do rícino e manufatura do seu óleo.*

Esta última *Memória* foi classificada por Amzalak de estudo de tecnologia agrícola, considerando o mesmo autor a obra de Vicente Coelho de Seabra Silva Teles como a de um químico.([20])

Diálogos das grandezas do Brasil. Seu autor até agora é desconhecido, supondo, no entanto, Capistrano de Abreu, que seja Bento Dias Santiago, opulento cristão-novo, contratador dos dízimos reais da Bahia de Todos os Santos, Pernambuco e Itamaracá; porém, Rodolfo Garcia acha tratar-se de Ambrósio Fernandes Brandão, feitor ou escrivão do primeiro. Brandão igualmente era cristão-novo; ele e seu patrício, Nuno Álvares, foram denunciados ao Santo Ofício da Bahia, em 1591, como freqüentadores da esnoga, blasfemos e hereges, que trabalhavam aos domingos e dias santos. Estes dois seriam Brandônio e Alviano, os interlocutores dos *Diálogos.*

O livro foi composto em 1618, constituindo-se de seis diálogos, sendo publicado pela primeira vez em 1930, pela Academia Brasileira de Letras, com prefácio de Capistrano de Abreu e nota de Rodolfo Garcia, enriquecendo assim bastante o livro e projetando esclarecimentos sobre os assuntos focalizados. O autor da obra viveu no Nordeste, que era então a região mais rica, conhecendo por isso muito bem os problemas que trata.

O primeiro diálogo menciona porque a terra é descurada e faz uma descrição sumária das várias capitanias existentes então,

---

(20) Moses Bensabat AMZALAK. *O fisiocratismo.* Lisboa, 1922.

do Amazonas a São Vicente. O segundo discute o problema do clima, explicando a diferença observada a esse propósito entre o da América e o da África, bem como a diversidade de seus habitantes. O terceiro, o mais importante do ponto de vista econômico e histórico, estuda as quatro fontes da riqueza do Brasil: lavoura da cana, mercancia em geral, o trato do pau-brasil em particular, o algodão e a madeira. O quarto trata do comércio, mencionando as possibilidades de riqueza que ele oferece, através dos mantimentos, mel, vinho e tinta. O quinto enumera os animais sujeitos aos elementos da natureza: ar, água e terra, considerando o fogo estéril. O último diálogo refere-se aos costumes portugueses, consagrando grande parte à descrição da Índia, com que finaliza o trabalho.

De acordo com Capistrano de Abreu o autor dos *Diálogos* era um homem ilustrado, conhecedor do latim, a língua literária e científica da época, citando Aristóteles, Vatablo e Justino. Não se tratava de um simples espírito contemplativo, ocupando-se também do lado prático das coisas, suscitando problemas, como o da navegabilidade do Amazonas para comunicação com o Peru, falando no aproveitamento da secreção mefítica de certos animais para fins militares, mandando fazer experiências por conta própria, tendo preparado anil que enviou para exames em Portugal.

Apesar de escrever num gênero difícil como é o diálogo, no qual fulgurou Platão, o autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil* revelou-se escritor colorido, direto, atingindo quase a eloqüência, empolgando-se com o assunto de que se ocupava: a riqueza e as possibilidades da América.

Possui particular interesse o livro como fonte de informações sobre o nosso país no alvorecer do século XVII, quando começávamos a criar o imenso patrimônio econômico, que faria a nossa grandeza colonial.

Do ponto de vista doutrinário, deve ser catalogado como partidário do fisiocratismo, embora esta escola econômica não tivesse vindo à luz completamente, em vista dos assuntos de que se ocupou, do interesse manifestado pelos problemas agrícolas, e apesar de Portugal ainda nessa época se encontrar na fase mercantilista.

ANDRÉ JOÃO ANTONIL. É anagrama de João Antônio Andreoni, nascido em Luca, na Toscana, em 1649 e falecido na Bahia, em 1716. Aos 18 anos entrou para a Companhia de Jesus, vindo para o Brasil em 1681, onde prestou relevantes serviços à ordem que abraçara, chegando à alta função de Provincial. Embora não tenha nascido aqui, incluímo-lo entre os economistas brasileiros, por ter

passado em nosso país a maior parte de sua vida e ter escrito sua obra principal a respeito de nossa economia. O livro tem uma história curiosa, pois foi confiscado logo ao sair em 1711, salvando-se apenas alguns exemplares. Em 1800 uma parte foi divulgada pelo sábio Frei José Mariano da Conceição Veloso. Em 1837 José Silvestre Rebelo a editou por inteiro, estando hoje na décima edição. Em 1886, provavelmente, Capistrano de Abreu descobriu a criptonímia de Antonil, como se pode ver no estudo biobibliográfico de Afonso d'E. Taunay, escrito em 1923 para a obra de Andreoni, editada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. Eis como o caracteriza Alice Canabrava, no magnífico prefácio que escreveu para a edição da obra pela Companhia Editora Nacional em 1967: "Como tantos outros missionários antes dele, Andreoni definia-se como homem de ação. Bom religioso, o seu mundo, entretanto, não é o da oração, da penitência, do apostolado. Sua mente não se alheia da esfera secular, de cuja observação construtiva se entretém e na curiosidade dela se inquieta. Aí se projeta sua vigorosa personalidade, sem vaidade e sem o brilho da eloqüência, mas com a solidez e a firmeza tranqüilas do autêntico conhecedor."

O livro do famoso jesuíta se intitula *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas,* sendo oferecido ao venerável padre José de Anchieta. Divide-se em quatro partes, tratando a primeira do problema do açúcar; a segunda, da lavra do tabaco; a terceira, das minas de ouro e a quarta, da questão do gado. O interesse do trabalho reside no fato de nos proporcionar um panorama objetivo e claro das principais atividades de então, elaborado justamente numa época de reascensão da produção açucareira, início das descobertas das minas, da cultura ancilar do tabaco e da utilização do gado. Por vezes chega a minudências, como no caso da fabricação do açúcar. É muito valioso no referente às minas de ouro, não só pelo histórico que faz dessa atividade, como pela forma dos trabalhos que relata, descrevendo também os caminhos que conduziam a tais lugares, e a que se atribui a causa que teria determinado a apreensão do livro. O trabalho, rico em informações, repositório inestimável de documento histórico, é meramente descritivo, aceitando os fatos como eles se apresentavam, defendendo os interesses da coroa na cobrança dos impostos, não se erguendo contra a escravidão. É uma fotografia nítida, colorida, brilhante mesmo, porém estática, como toda fotografia. O estilo é ameno, por vezes pitoresco e vivo, prendendo a atenção do leitor pela movimentação dos assuntos que vai descrevendo ou contando.

Alice Canabrava (op. cit., pp. 28 e 41) parece situar Andreoni na escola mercantilista, o que achamos muito discutível. De

acordo com um estudioso da história econômica de Portugal,([21]) o fisiocratismo português tem início no fim do século XVII e começos do século XVIII, conforme já assinalamos. Além disso, é o próprio Andreoni quem diz que as melhores minas do Brasil eram o açúcar e o tabaco, considerando o ouro riqueza enganadora.([22]) D. Rodrigo da Costa, governador-geral do Brasil entre 1703 e 1705, afirmava igualmente que em nossas lavouras se acharam sempre as maiores e melhores minas com que Portugal se enriqueceria e na conservação delas consistia toda felicidade de nosso Reino e deste Estado, ainda mais que as do ouro, que iriam consumir a tudo e a todos.

Por estas razões julgamos mais acertado enfileirá-lo entre os fisiocratas, tanto pelos assuntos de que se ocupou quanto pela própria tendência manifestada em favor da lavoura, como fonte principal de riqueza de uma nação.

Como vemos pela enumeração que acabamos de fazer, todos os economistas brasileiros da fase colonial pertenceram à escola fisiocrática da economia lusitana, colaborando quase todos nas famosas *Memórias Econômicas* da Academia Real das Ciências de Lisboa, com a única exceção de Alexandre de Gusmão, anteriormente mencionado, que fez parte da época mercantilista. Todos eles igualmente eram nascidos no século XVIII, com a única exceção, outra vez, de Alexandre de Gusmão. Todos eles ainda eram brasileiros, com a exclusão certa de Antonil e muito provável do autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil.* Todos eles, finalmente, estudaram em Portugal, devido a não haver escolas superiores entre nós.

O fato de todos terem nascido depois de 1700 não nos parece fortuito, por ter sido esse o tempo em que a economia brasileira se estabilizou definitivamente, de um lado com a lavoura canavieira e a exploração das riquezas minerais de outro. Essa consolidação econômica produziu gente enraizada no país e não mais os aventureiros que para aqui vinham com intuito exclusivo de enriquecer depressa e voltar logo, conforme, aliás, era desejado e estimulado pelas autoridades da Metrópole. O Brasil dessa época se tornara uma nação, no sentido econômico da palavra e não mais uma simples feitoria ou colônia de povoamento, como era

---

(21) Moses Bensabat AMZALAK. *Estudo da evolução das doutrinas econômicas em Portugal.* Lisboa, 1928.

(22) José Antônio Gonsalves de MELLO NETO. Prefácio à edição fac-similar da obra de Andreoni, feita pelo Museu de Açúcar de Recife, 1969.

considerado antes. Tal se verifica de modo flagrante quando estes jovens, formados em Coimbra, dedicam-se a estudar problemas técnicos e econômicos do Brasil, já empolgados pelos assuntos de sua terra. Se em muitos desses assuntos entram questões portuguesas ou as nossas são encaradas sob o ponto de vista dos interesses de além-mar, é preciso não esquecer que formávamos então uma unidade política e econômica, o que levava a enfocar os problemas a partir de uma visão de conjunto dentro do panorama global dos acontecimentos, sem uma separação nítida dos interesses, freqüentemente divergentes, por vezes até antagônicos. A isso eram induzidos, naturalmente, nos estudos que faziam na metrópole e sobre os quais somente seriam esclarecidos completamente alguns por extraordinário esforço mental e outros após a vivência e trato dos problemas brasileiros. Daí a simultaneidade de concepções que por vezes apresentam muitos deles ao encararem determinados assuntos ou mesmo a subordinação espontânea das questões brasileiras às portuguesas, como se evidencia claramente nos trabalhos de Azeredo Coutinho.

Não olvidemos igualmente os interesses de classe em jogo. Todos os rapazes que iam estudar em Portugal eram originários de famílias abastadas, ligadas à lavoura ou mineração, onde havia traço de união com as classes dominantes portuguesas, portanto, muito próximas em suas finalidades. Quando esses traços de união foram se enfraquecendo, com o crescimento dos interesses brasileiros, diferenciando-os mais fortemente ou opondo-os mesmo aos de Portugal, abre-se uma fenda, com um período de luta pela autonomia, como veremos a seguir, inaugurando nova fase em nosso pensamento econômico, de profunda repercussão e de feições políticas e sociais, que acabaram desembocando na Independência, ou seja, na separação definitiva das duas nações.

IV

LUTA PELA AUTONOMIA

O fim do século XVIII e o início do século XIX tiveram um grande significado para o mundo, talvez comparável ao da Renascença. Já vimos as transformações econômicas que durante esse período ocorreram na Inglaterra, dando nascimento a Adam Smith e Ricardo. Na França, foi a época do aparecimento do fisiocratismo, culminando com a Revolução política e jurídica de 1789, desdobrada mais tarde nas Guerras Napoleônicas, imprimindo o selo capitalista a todo o país, primeiro, e depois a todo o continente europeu. Nos Estados Unidos da América do Norte é a Guerra da Independência de 1776, que iria ter enorme influência na luta emancipadora da América espanhola, no início da centúria seguinte. Era todo um mundo novo que despertava em meio a pugnas sangrentas e memoráveis.

No Brasil, esse tempo marca o fim do regime colonial, no sentido do esgotamento de sua capacidade criadora. Um historiador moderno assim o assinala: "Tínhamos, naquele momento, chegado a um ponto morto. O regime colonial realizara o que tinha para realizar. Sente-se que a obra da metrópole estava acabada e nada mais poderia trazer. Não apenas por efeito da decadência do Reino, por muito que ela fosse; isto não representava senão um fator complementar e acessório que, quando muito, reforçou uma tendência já fatal e necessária apesar dela. Não é somente o regime de subordinação em que nos achávamos que está em jogo; mas sim o conjunto das instituições, o *sistema colonial* na totalidade dos seus caracteres econômicos e sociais, que se apresenta prenhe de transformações profundas. A obra colonizadora dos portugueses, na base em que assentava e que em conjunto forma aquele sistema, esgotara suas possibilidades. Perecer ou modificar, tal era o dilema que se apresentava ao Brasil."(1)

---

(1) Caio PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1943, pp. 5 e 6.

De fato, já havíamos crescido bastante, alcançando nossas exportações o máximo que o quadro institucional permitia. Assim, nas vésperas da chegada da corte portuguesa ao Brasil, remetemos 44 mil caixas de açúcar, 70 mil sacas de algodão, mais de 90 mil arrobas de café, 80 mil arrobas de cacau, 24 mil couros de boi, 6 mil sacas de arroz, 5 mil e 600 arrobas de anil, além de numerosos outros produtos, como tabaco, pau de tinturaria, madeira etc. As vendas para o exterior, inclusive ouro, somaram, em 1799, 26 milhões de pesos.(2) Por outro lado, quatro anos antes, o valor das vendas das fábricas portuguesas para o Brasil era de 1.000.000 de libras anuais, sobressaindo os tecidos de algodão, lã e seda.

Concomitantemente a este intercâmbio comercial volumoso e desfavorável para nós, existia uma série de leis restringindo nossa expansão, particularmente no domínio industrial. A carta régia de 1.º de março de 1590 proibiu a plantação e cultura das vinhas; em 6 de fevereiro de 1649, foi criada a Companhia Geral do Comércio com o Brasil; em 1665, foi proibido produzir sal no Brasil; o alvará de 12 de maio de 1680 obrigou os sapateiros a só trabalharem com couros vindos de Portugal; em 1690, a venda do sal vindo da metrópole era arrematada por particulares; a carta régia de 1724 vedou as promoções acima de alferes aos brasileiros; o alvará de 5 de fevereiro de 1767 impediu a fabricação de sabão; a proclamação do governo de Minas Gerais de 4 de julho de 1775 determinou a extinção das fábricas de tecidos; o alvará de 5 de janeiro de 1785 mandou fechar todas as fábricas de tecidos, e as oficinas de ouro e prata, etc. funcionando no país; em 1785, era impedida também a fabricação de ferro entre nós; a profissão de ourives foi proibida, não se permitindo igualmente a abertura de estradas para Minas Gerais. Não tínhamos universidade, sendo todo o ensino superior ministrado na metrópole, faltando também tipografias para impressão de livros, controlando-se com rigor extremo essa mercadoria importada.(3)

Essa exploração e medidas opressivas geraram, como é natural, um descontentamento profundo e crescente que deu lugar, por assim dizer, à famosa Conspiração Mineira de 1789. Por isso, quando da execução de Tiradentes, "do povo que lotava a praça irrompeu um imenso grito de dor, diante daquele espetáculo horrífero; gemido lancinante que foi abafado pelo rufo dos tambores dos

---

(2) F. A. VARNHAGEN. *História geral do Brasil.* São Paulo, Editora Melhoramentos, s.d., vol. v, pp. 65 e 66.

(3) Ver, a respeito, P. Pereira dos REIS. *O colonialismo português e a Conjuração Mineira.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964, pp. 50 a 65.

corpos de tropa formados no campo de S. Domingos".[4] Tal ato de brutalidade com que a Monarquia lusitana queria e esperava aplacar o descontentamento, que se alastrava por toda parte, era desfavorável. Por isso, sir John Barrow, viajante inglês que esteve no Rio de Janeiro seis meses depois do enforcamento de Tiradentes, notou entre a população "vivo sentimento antilusitano", encontrando diversos brasileiros que lhe falaram na possível independência, entre os quais um rico negociante[5] que se queixava veementemente da opressão da metrópole, que estava arruinando a indústria, não se admirando se aparecesse um homem de gênio e coragem que impelisse o povo à independência.[6]

À proporção que a situação da colônia se modificava completamente, em conseqüência do desenvolvimento que nela se operava, sua relação com a metrópole começara a se alterar, provocando mudanças de importância no pensamento econômico, dando-lhe isso um dinamismo que antes não possuía.

É sabido que os conjurados mineiros, além da separação de Portugal, da proclamação da República e da extinção da escravidão, pregavam a industrialização do país. Assim, por exemplo, José Álvares Maciel, formado em ciências naturais pela Universidade de Coimbra, e que visitara a Inglaterra, mostrou-se pronto a montar várias manufaturas, nas quais se aproveitariam as matérias-primas do país.[7] Esse mesmo Maciel, quando estava deportado em Angola, por sua participação na Conjuração Mineira, remeteu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho interessante *Memória sobre a real fábrica de ferro de Nova Oeiras,* estabelecida pelo pai de D. Rodrigo, quando governara aquele domínio. Mais tarde, foi incumbido de organizar uma fábrica de ferro em Angola.[8] Outro ex-inconfidente, o padre Manuel Rodrigues da Costa, ao voltar a Minas, após seu exílio, monta uma fábrica de tecidos em Registro Velho, que chegou a fornecer pano para fardamento da polícia do Rio de Janeiro.[9]

Desse modo iam porejando, um pouco por toda parte, anseios e atividades manufatureiras, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro,

---

(4) Idem, ibidem, p. 114.

(5) Identificado por J. F. de ALMEIDA PRADO como sendo Brás Carneiro Leão.

(6) Afonso d'E. TAUNAY. *No Rio de Janeiro dos vice-reis.* Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1943, pp. 119 e 120.

(7) J. Norberto de SOUSA E SILVA. *História da Conjuração Mineira.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, t. I, p. 121.

(8) Marcos Carneiro de MENDONÇA. *O Intendente Câmara.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933, pp. 65 a 67.

(9) Américo Jacobina LACOMBE. "Origem da indústria de tecidos em Minas Gerais". *Digesto Econômico,* São Paulo, jul., 1947.

na Bahia, constituindo uma tendência, resultado dos novos ventos que sopravam na Inglaterra, na Europa continental, nos Estados Unidos do América do Norte, apesar das restrições e obstáculos que se lhes antepunham aqui. O mais grave, entretanto, consistia nas medidas opressivas que castigavam a agricultura, base da riqueza nacional e sustentáculo da vida do país. As queixas contra tais providências eram muitas e foram admiravelmente condensadas numa série de respostas a um inquérito mandado abrir pelo Conde da Ponte, governador da Bahia, em maio de 1807, isto é, pouco antes da vinda forçada da família real portuguesa para o Brasil, inquérito esse feito a pedido do então Príncipe Regente, posteriormente D. João VI.

O questionário constava das cinco seguintes perguntas, assim formuladas:

1.ª) Se reconhece nesta cidade alguma causa opressiva contra a lavoura; qual seja esta causa, e o meio dela se evitar;
2.ª) Se a mesma lavoura tem recebido progressivo aumento, de que tanto depende a prosperidade do comércio desta capital, e qual o motivo favorável, ou desfavorável, a este respeito;
3.ª) Se o comércio sofre algum vexame, qual seja ele e se será conveniente ao mesmo comércio particular desta praça desoprimi-lo dele sem risco de outro maior dano;
4.ª) Se os diferentes exames sobre a boa qualidade dos gêneros de exportação desta colônia, e mais cautelas, que se praticam a respeito dos mesmos gêneros, se podem considerar úteis, ou nocivas ao próprio comércio;
5.ª) Se o lavrador, desobrigado destes exames, e o negociante, na liberdade de convencionar o preço dos gêneros com o mesmo lavrador, promoverão melhor seus recíprocos interesses.

A melhor resposta a este inquérito é o trabalho apresentado pelo desembargador João Rodrigues de Brito, por constituir um exame circunstanciado das dificuldades legais que pesavam sobre a nossa lavoura daqueles dias. Este desembargador, neste mesmo trabalho, lamentava o abandono do estudo da ciência econômica entre nós e dizem que foi à sua instância que D. João mandou criar a primeira cadeira de economia política no Brasil, entregando sua direção a Cairu, mas que nunca foi exercida, infelizmente. Foi ele ainda, como vimos antes, que perante as cortes portuguesas, em 1821, apresentou projeto mandando criar três cadeiras de economia política, respectivamente em Lisboa, Coimbra e Porto, usando os livros de Jean-Baptiste Say. Era homem versado no assunto, conhecendo Smith, Say, Simondi, Dupont de Nemours e outros tratadistas modernos da época.

Resumindo seus pontos de vista, Rodrigues de Brito reclamava para a lavoura a plena liberdade: 1. de cultivar quaisquer gêneros, que bem lhe aprouvesse; 2. de construir quaisquer obras e fábricas que julgasse convenientes para aproveitamento de seus frutos; 3. de mandar vender em qualquer lugar, por qualquer caminho e pelo ministério de quaisquer pessoas, de que se quisesse servir, sem ônus, ou formalidade alguma; 4. de preferir quaisquer compradores que melhor lhe pagassem; 5. de vender suas mercadorias em qualquer tempo, que lhe conviesse.

A seguir, em numerosas páginas, desdobra exemplos e fatos relacionados com os itens acima. Assim, condena os alvarás de 25 de fevereiro de 1688 e de 27 de fevereiro de 1701, instaurados pela provisão de 28 de abril de 1767, que obrigavam os lavradores a plantarem certa quantidade de mandioca, por prejudicar a cultura de cana; repelia, baseado em Smith, a intromissão da administração pública na produção de riquezas. Rejeita a proibição da fundação de fábricas, alambiques, engenhos de açúcar, devendo essa faculdade ser exercida sem certos requisitos exigidos e formalidades dispendiosas. Queixa-se da ausência de liberdade para mandar vender os produtos pelos escravos e outros agentes. Isto acontecia igualmente com os criadores de gado. Lamenta a falta e o mau estado dos meios de transporte. Pede a limitação dos açougues a fim de não baixar o preço da carne. Solicita a liberdade de mandar cortar e vender madeiras. É favorável à operação dos comissários volantes, que eram pequenos negociantes, intermediários entre os produtores e os consumidores. Ergue-se contra os monopolistas, que exploravam produtores e consumidores. Mostra-se contrário à provisão de 27 de outubro de 1785 que estipulava data para a exportação do tabaco. Clama pela construção e conservação das pontes e barcaças nas passagens dos rios. Pede uniformidade de medidas e pesos e levanta-se contra a ausência de policiamento e a prática de roubos. Denuncia a fraude eleitoral, que criava oligarquias. Mostra-se partidário da imigração de chineses e hindus. Reclama contra a ociosidade, decorrente da existência de escravos de luxo, contra a proibição de emprego dos descendentes dos oficiais das artes mecânicas, contra a multiplicidade dos dias santos, contra a perpetuidade da escravidão, contra a reclusão do sexo feminino, contra o aldeamento dos índios. Pede capitais e créditos, ausentes devido aos baixos juros vigorantes. Preconiza a organização de bancos de circulação. Repudia várias leis prejudiciais ao comércio, como as que isentavam de penhoras certos bens, as que favoreciam os falidos e outros. Protesta contra a justiça falha, morosa e cara como também contra a falta de instrução existente. Pede o aproveitamento das várias fibras e do bicho-da-seda. Era

todo um programa moderno, de sentido capitalista, na produção e comércio que apresentava, oposto às medidas restritivas então vigentes.

Outro que respondeu ao questionário do Conde da Ponte foi o nosso já conhecido Manuel Ferreira da Câmara, na época fazendeiro no interior da Bahia, também citando Smith e Say, censurando as leis, regimentos, bandos e posturas que só serviam para lisonjear a vaidade dos que governam e obstar o progresso da lavoura e de outras produções, que constituem a verdadeira riqueza. Condena a Mesa da Inspeção, por retardar as autorizações para a exportação das mercadorias, e o Celeiro da Cidade, que criava obstáculo ao livre comércio do trigo. Erguia-se ainda contra a obrigatoriedade da plantação de mandioca.

Houve ainda mais respostas à indagação do Conde da Ponte, como as dos lavradores José Diogo Ferrão Castelo Branco e Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, mas que nada acrescentaram de novo àquilo que os dois anteriormente citados disseram.[10]

Com a mudança precipitada da corte portuguesa para o Brasil, fugindo das forças de Junot, várias dessas medidas opressivas foram revogadas, atendendo desse modo às reivindicações dos produtores e dos habitantes da colônia brasileira. As duas mais importantes nesse sentido, que no dizer de um escritor patrício[11] equivaliam aos efeitos de duas revoluções liberais, foram a abertura de nossos portos ao comércio mundial e a revogação do alvará de 1785, que mandara fechar as fábricas existentes no Brasil. Esta última providência, infelizmente, não produziu os frutos esperados, porque em 1810, com o tratado assinado com a Inglaterra, esta nação, a mais adiantada industrialmente do tempo, sufocou nossa ambição de desenvolvimento manufatureiro. Mas, a abertura dos portos deu notável impulso ao nosso comércio exterior e interior e mesmo à produção e ao intercâmbio cultural. Acontecimento de não menor relevo foi a criação do Banco do Brasil, o qual, embora sem caráter comercial, como se desejava, teve reflexos benéficos na situação financeira do país, servindo igualmente para administração dos bens da coroa. Acontecimento de grande alcance, foi o surto siderúrgico na época de D. João VI, no qual desempenharam papel de destaque o Intendente Câmara, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o Conde da Palma, construindo e pondo em funcionamento a Fábrica do Pilar, ou Real Fábrica de Gaspar

---

(10) Rodrigues de BRITO. *A economia brasileira no alvorecer do século* XIX. Bahia, Livraria Progresso, s.d.

(11) Euclides da CUNHA. *À margem da história.* 8.ª ed., Livraria Lello & Irmãos Editores, 1941, p. 222.

Soares; a Fábrica de Ferro de Ipanema, no morro de Araçoiaba, perto de Sorocaba, e a Fábrica Patriótica, nas proximidades de Congonhas do Campo, dirigidas, respectivamente, pelo Intendente Câmara, Frederico Luís Guilherme de Varnhagen (pai de nosso historiador) e o Barão de Eschwege.

Estas e outras disposições administrativas e legais elevaram o Rio de Janeiro, que antes era inferior a Salvador e Recife, ao nosso maior centro urbano, artístico, cultural e comercial, dando-lhe notável impulso. Mesmo as demais províncias, como Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e até São Paulo, cresceram, aumentando suas produções, desenvolvendo seus comércios, transformando-se em regiões ainda mais importantes. Um sopro vivificador, renovando e ampliando todos os quadrantes de nossas atividades produtoras e culturais, perpassou beneficamente, conferindo novos aspectos às cidades e às pessoas. Até o luxo começou a emergir, em dimensões antes desconhecidas, dando origem a uma burguesia urbana que passou a rivalizar com a aristocracia portuguesa aqui instalada e os fazendeiros principiaram a tomar gosto pelas cidades, adquirindo novos hábitos, assumindo outras feições em seus costumes e aparências. Fortaleciam-se as classes comercial, burocrática e intelectual, dando lugar a outras elites sociais e econômicas, propiciando o surgimento de novos dirigentes para o país, completando-se assim a emancipação nacional, outrora apenas aspiração, fundada em alguns fatos materiais de progresso.

Tanto isso é verdade que, quando as cortes de Lisboa, após o regresso de D. João VI, quiseram recolonizar o Brasil, com o deslocamento das tropas brasileiras para Portugal, despojando-nos do Desembargo do Paço, da Mesa de Consciência e Ordem, do Conselho da Fazenda, da Junta do Comércio, da Casa de Suplicação, ou seja, de todo o aparelhamento administrativo e considerando as costas brasileiras como cabotagem, limitada aos navios portugueses, como também pedindo a volta do príncipe D. Pedro, a crise que se vinha agravando entre a mãe-pátria e a antiga colônia, chegou ao auge, explodindo no Grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822.

Era o coroamento inelutável de todo um *processus* que se iniciara em fins do século anterior, se consolidara com a transferência da corte portuguesa e se firmava agora com a independência definitiva. O velho desejo de libertação, sonhado pelos conjurados de Vila Rica, se tornava realidade. O Brasil surgia para o mundo como nação autônoma, política e juridicamente. Uma nova era começava para nós.

O desdobramento da produção, que vinha dos fins da centúria anterior e encontrara sua válvula de escape na mudança da corte

lusitana, não somente fez com que os problemas administrativos e políticos passassem a ser encarados sob o prisma americano e particularmente brasileiro, como também os assuntos assumiram forte colorido nacional para nós. Tal fato decorreu não somente da transferência administrativa processada, sobretudo a partir de 1815, quando o Brasil passou a cabeça do reino, como devido às idéias econômicas da época, que começaram a predominar na intelectualidade nacional. Um investigador da economia nacional assinala que toda a geração intelectual que fez a nossa independência política, estava cheia de Gournay, Adam Smith e Say, salientando essa influência em Cairu, Januário da Cunha Barbosa, Gonçalves Ledo, Hipólito José da Costa, os irmãos Andrada e no próprio Conde de Linhares, acrescentando: "Tudo que D. João fez foi em grande parte inspirado nas inteligentes idéias espalhadas pelos discípulos brasileiros de Adam Smith e Say."(12) Ao lado destes, deve-se mencionar homens que começaram a influir cada vez mais no manejo dos negócios públicos, como o Intendente Câmara, Manuel Jacinto Nogueira da Gama (marquês de Baependi), Felisberto Caldeira Brant (marquês de Barbacena) e outros.

Nesse elenco sobressai, pelos cargos que ocupou, pelo brilho da cultura e dos trabalhos realizados, José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, que D. João trouxe da Bahia. Homem de vasta erudição, autor de numerosas obras que o projetaram no campo do direito, da economia e das letras, notabilizou-se igualmente como parlamentar e jornalista. Mandou traduzir e publicou um resumo do célebre livro de Adam Smith e ele próprio escreveu e publicou em 1804 seus *Princípios de economia política,* imbuído do pensamento daquele autor, tendo ainda influído na decisão da abertura de nossos portos ao comércio internacional. Impregnado do liberalismo smithiano, era livre-cambista, contrário aos monopólios e ao protecionismo.

Amzalak considera-o um dos economistas mais notáveis do Brasil.(13) Tido como uma espécie de ministro sem pasta, era consultado para os atos importantes desse período extraordinário de nossa história, em que foi lançado o fundamento definitivo do que é hoje o Brasil.(14) Para um economista moderno, a obra de Cairu, embora escrita há mais de século e meio, revela notáveis

---

(12) Vítor VIANA. *Histórico da formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, pp. 168 e 169.

(13) Moses Bensabat AMZALAK. *José da Silva Lisboa.* Coimbra Limitada Editora, 1942.

(14) Introdução de Alceu AMOROSO LIMA aos *Princípios de economia política* de José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro, Pongetti Editores, 1956.

conhecimentos, ainda em plena vigência no domínio da ciência econômica.(15) Foi o mesmo apontado, como inspirador de Ricardo, por ser este de origem portuguesa e presumir-se que conhecia a nossa língua. De qualquer maneira trata-se de personalidade insigne, que muito trabalhou por seu país, apesar dos pendores políticos retrógrados que alimentava.

Cairu não é apenas um vulgarizador das idéias de Adam Smith, mas delas se afasta para elaborar uma doutrina que difere muito do liberalismo inglês. Smith é muito favorável à agricultura, enquanto que Cairu faz reservas à agricultura e é francamente favorável à indústria e ao comércio. Seus argumentos em favor da indústria: esta constitui condição de prosperidade agrícola, favorece o desenvolvimento demográfico, condiciona o progresso e a independência da economia nacional e o progresso da nação. Cairu é pai ideológico de Rui Barbosa, Vieira Souto, Aarão Reis. É apologista do comércio. Sua doutrina é liberal, mas nacionalista e não cosmopolita, e nisso antecipa List.(16)

As metamorfoses por que atravessou o Brasil, com nova elite dirigente e de outro descortino intelectual, os nativos influindo cada vez mais nos negócios públicos, constituíam indubitavelmente decorrência da imensa transformação econômica pela qual passávamos, aflorando arraigado pendor industrialista e indomável vontade de autonomia. Mas já era igualmente o prenúncio da crise que se esboçava em nosso sistema de produção então vigorante, particularmente no Nordeste e que, acentuando-se, iria mais tarde deslocar o eixo econômico e político para o Sul. O importante, no entanto, em todos esses acontecimentos, era a independência que alvorecia, animada por aquela geração e até certo ponto por ela manipulada. O passado colonial ficava para trás, morto e superado para sempre. A nova fase do mundo chegava até nós.

---

(15) Nogueira de PAULA, in *Princípios de economia política*, de José da Silva Lisboa, op. cit.

(16) Paul HUGON. *As ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos, s.d., vol. II, pp. 302-304.

V

LIBERALISMO ECONÔMICO

Uma das conseqüências da transferência da corte portuguesa para o Brasil foi a formação das elites, tanto no campo econômico quanto no cultural, e o desenvolvimento urbano e social do Rio de Janeiro. Antes disso, a terra carioca era pouco mais do que uma vila, com alguns filhos de comerciantes reinóis e funcionários públicos repartidos nas milícias e administração governamental, entre a multidão de negros azafamada nas casas e nas ruas, não havendo tantos casarões como na Bahia, nem chácaras como nos subúrbios de Recife. Era uma cidade pequeníssima, com seu porto, armazéns e trapiches, no sopé de morros, onde bracejavam moinhos de vento, como na Holanda, em meio a capinzais verdes, onde hoje se erguem arranha-céus.

O alvoroço da chegada da família real foi perturbado pelos transtornos causados pela ocupação das melhores casas para alojar os fidalgos recém-vindos, o que retardou a vinda dos grandes proprietários e dos intelectuais de outras províncias, para transformar o Rio de Janeiro na Versalhes tropical, de que nos fala Normano.

Com o aumento repentino da população, e o comércio interno e externo se desenvolvendo, constituiu-se uma camada social endinheirada, que aos poucos foi se aproximando do monarca, ajudando-o financeiramente, freqüentando a Quinta da Boa Vista, recebendo em recompensa títulos de nobreza. Subscreveram as ações do Banco do Brasil, quando da sua fundação, compondo o Corpo de Comércio desta Praça que cumprimentou D. João VI por ocasião da elevação do Brasil a reino, ofertando-lhe avultada quantia para desenvolvimento da instrução pública local. Os nomes de maior destaque eram os de Fernando Carneiro Leão, João Rodrigues Pereira de Almeida, Amaro Velho da Silva, Luís de Sousa Dias, Joaquim José de Siqueira, Geraldo Carneiro Beléns, José Marcelino Gonçalves, José Luís Mota e Mateus Pena de Almeida. A família Carneiro Leão teve situação das mais relevantes, ligando-se pelo patrimônio a nobres e pessoas de alto nível social, o que

lhe propiciou bons negócios e inversões no melhoramento da cidade.

Dessa forma estabeleceram-se duas nobrezas: a velha, vinda com o rei, e a nova, composta dos ricos da terra, desdenhada pela primeira, mas vingando-se dela com a ostentação de um luxo que a sua rival não podia apresentar.[1]

Outra elite foi a dos intelectuais, instruída em Coimbra, filhos dos grandes agricultores ou dos ricos mineradores, que vieram com a corte ou aqui já se encontravam, porém, de reputação firmada, mesmo em Portugal, como os Gusmões, os Andradas e outros. Sua ascensão não foi fácil, pois era evidente e manifesta a má vontade reinol contra os mazombos coloniais, tratados de "açúcar da pior espécie", em alusão às suas origens dos engenhos do Brasil, ou de "toscas matas", onde se chamava *senhora* a pretas e mulatas, ou ainda de *quindins,* devido às facilidades na conquista do belo sexo. Essa rivalidade era provocada pelo fulgor do talento de Santa Rita Durão, Francisco José de Lacerda Almeida, João Azevedo Castro, Basílio da Gama, Conceição Veloso, Alexandre Rodrigues Ferreira, José Egídio Álvares de Almeida e tantos mais que se salientaram na ciência ou literatura, preterindo os da própria terra.

Foi entre estes notáveis, de capacidade comprovada em Portugal e no Brasil, que Pedro I teve de buscar os primeiros dirigentes da nação que se emancipava, ao regressar seu pai, levando consigo todo o séquito reinol que o auxiliara aqui na administração pública. Vejamos isso na parte referente à economia e finanças.

Entre 1822 e 1840, quando termina o Primeiro Reinado e Regência, o Brasil teve 29 ministros de Fazenda, quase todos formados em Coimbra ou então militares de carreira, como Barbacena, Albuquerque e Inácio Borges. Na ordem cronológica, os que ocuparam aquela pasta, foram os seguintes: Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Manuel Jacinto Nogueira da Gama (Visconde de Baependi), Sebastião Tinoco da Silva, Mariano José Pereira da Fonseca (Marquês de Maricá), Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta (Marquês de Barbacena), Antônio Luís Pereira da Cunha (Marquês de Inhambupe), João Severino Maciel da Costa (Marquês de Queluz), Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes), José Clemente Pereira, José Bernardino Batista Pereira de Almeida Sodré, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), José Antônio Lisboa, José Inácio Borges, Bernardo Pereira de Vas-

(1) Ver, a respeito, J. F. de Almeida PRADO. *D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, cap. 10.

concelos, Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí), Antônio Pinto Chichorro da Gama, Cândido Batista de Oliveira, Manuel do Nascimento Castro e Silva, Manuel Alves Branco (2.º Visconde de Caravelas) e José Antônio da Silva Maia. Baependi ocupou o cargo por três vezes; Queluz e Albuquerque por duas vezes. Todos eram brasileiros natos, com as exceções de Clemente Pereira e Vergueiro, nascidos em Portugal.[2] Descendiam, geralmente, de grandes fazendeiros ou de prósperos comerciantes, ou a eles eram ligados pelo matrimônio.

Quanto às idéias, professavam o liberalismo clássico, que manifestavam com brilho nos livros, discursos, relatórios, apartes parlamentares e artigos. Era a nova mentalidade que impregnava os próceres da Independência. Isso explica a recusa formal à recolonização desejada pela corte de Lisboa, o que levou um historiador a dizer que "se D. João não tivesse vindo para o Brasil com essa disposição, a Independência se teria realizado mais cedo".[3] O fisiocratismo e os monopólios em que vivera a colônia (e que muito contribuíram para o seu desenvolvimento), estavam superados e banidos em grande parte.

A fim de se compreender esse entusiasmo pelo liberalismo e seu triunfo com a Independência, é preciso não esquecer que a única classe de expressão entre nós, naquela época, era a dos grandes senhores agrícolas e com a Independência ela ocuparia o poder, como de fato ocupou, sobretudo a partir de 1831. Adquirira consciência de que Portugal constituía um entreposto oneroso, ditando-lhe isso o seu anseio de liberdade de comércio ao mesmo tempo que sua oposição tenaz, mais tarde, à recolonização. A supressão do entreposto lusitano, com a abertura dos portos, se traduziu na baixa das mercadorias importadas, abundância do suprimento e outras vantagens, como o aumento da receita. Essa mesma luta de interesses se repete posteriormente, quando a Inglaterra pretende impor a supressão do tráfico africano, porque a suspensão da mão-de-obra negra elevaria seus custos de produção, já difíceis de manter ante a concorrência do açúcar das Antilhas.[4]

Por outro lado, o entusiasmo pelo liberalismo se explicava também pelo progresso que a ciência dava, desenvolvendo os transportes, capitais e mercados em todos os continentes, levando a civilização para todas as partes, estruturando e ampliando o mer-

---

(2) J. A. Pinto do CARMO. *Ministros da Fazenda.*

(3) Vítor VIANA. *Histórico da formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, p. 238.

(4) Celso FURTADO. *Formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura S/A, 1959, p. 116 e 117.

cado internacional, modificando velhas culturas como as da China, Índia e Egito, fazendo surgir a famosa "divisão internacional do trabalho". Os economistas britânicos falavam então em nações agrárias e nações industriais e como sua pátria liderava a expansão industrial, precisando da liberdade de troca para obter com seus produtos manufaturados as mercadorias agrícolas e matérias-primas, arvorou o liberalismo econômico na mais alta verdade científica. O livre-cambismo impedia, entretanto, o desenvolvimento industrial das nações retardadas.(5)

Mas, esse liberalismo econômico que desencadeava tão poderosas forças de adiantamento no mundo, também desempenhou em nosso continente seu papel. "O pensamento liberal do século XVIII, que na Europa serviu para realizar a revolução democrático-burguesa, na América Latina foi utilizado para cumprir somente uma de suas tarefas: a independência política. Os argumentos da burguesia européia, contra o feudalismo, foram adaptados pela burguesia nacional para lutar contra a opressão da monarquia espanhola. Na Europa, o pensamento liberal foi a bandeira da burguesia industrial, na América Latina foi a ideologia dos latifundiários, dos mineiros e comerciantes. A mesma terminologia liberal era utilizada em função de interesses de classes distintas. Enquanto na Europa o liberalismo servia como instrumento da burguesia industrial contra os latifundiários, aqui era utilizado pelos latifundiários e mineiros contra o monopólio espanhol. Lá servia para o protecionismo industrial, aqui para o livre comércio."(6) Nessas condições o livre-câmbio tornou-se um dos principais produtos de exportação da Grã-Bretanha, sendo abraçado com ardor pela maioria dos setores agrícolas, mineiros exportadores e comerciantes importadores, que sobreviveram aos tempos coloniais.(7) E foi com esse instrumental ideológico em moda, mas impróprio para o nosso caso, que as elites administrativa e política tentaram resolver os problemas que se nos apresentavam na época. Quais eram esses problemas?

Em primeiro lugar havia uma baixa acentuada dos preços de nossas mercadorias de exportação, gerando *deficits* em nossa balança de comércio exterior e as relações de troca nos eram des-

---

(5) Djacir MENESES. "O pensamento econômico no Brasil" in *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1951.

(6) Luís VITALE. *Interpretación marxista de la historia de Chile*. Santiago, Prensa Latinoamericana, 1969, tomo II, p. 157, citado por André Gunder FRANK *et alii*, in *Economía política del subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires, Ediciones Signos, 1970, p. 55.

(7) André Gunder FRANK et alii. Op. cit., p. 58.

favoráveis. Para atender a tal situação, remetia-se todo o ouro e a prata para fora, cunhando e depois falsificando moedas de cobre para uso interno, dando lugar com isso a uma tremenda crise financeira e monetária, consubstanciada na célebre "crise do xenxém". Os empréstimos externos, a que começamos a recorrer, nos obrigavam a encargos crescentes no exterior para suas amortizações. Com a nossa entrada no mercado mundial, as suas oscilações se refletiram em nossa conjuntura, causando flutuações em nosso comércio exterior. Os gastos internos, com a Guerra da Cisplatina, Confederação do Equador e as despesas do Imperador com a sucessão portuguesa, primeiro, e depois com as revoltas militares e motins populares, na Regência, faziam crescer os *deficits* orçamentários dando lugar a uma inflação sem precedente. As despesas com o funcionalismo inativo e o defeituoso sistema tributário, impositivo nas cidades e liberal nos campos, completavam o panorama sombrio, que se agrava cada vez mais, particularmente nos centros urbanos, porque, as economias agrícolas, bastando-se a si mesmas não sentiam tanto a intensidade dos males que afligiam o país.

A responsabilidade por todo este estado de coisas ruinoso, com raízes econômicas claras, era atribuída somente às emissões caudalosas que o Banco do Brasil fazia por conta do governo, atribuindo-se a ele a causa do descontentamento reinante e a inflação, até que se deliberou o seu fechamento em 1829. No entanto, logo em seguida, aparecem 40 casas comerciais no Rio de Janeiro, fazendo as vezes de bancos, dando lugar a aguda agiotagem.(8) Em 1827 e 1828, debateram o problema do Banco do Brasil, no parlamento, Holanda Cavalcanti, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Lino Coutinho, mostrando o perigo do excesso das emissões, buscando contê-las, pois a desvalorização do meio circulante era apontada como elemento perturbador da situação e causador do encarecimento do custo de vida.(9) Em suma, era a "desmetalização" do meio circulante que unicamente se enxergava, embora se falasse nos gastos excessivos de Pedro I, na má gestão do Banco do Brasil, nas despesas enormes com o funcionalismo e outras causas reais.

O resultado foi que, com a suspensão das atividades do Banco do Brasil, a fim de resgatar a moeda desvalorizada e falsificada que circulava, já em 1833 principiou-se a emissão da moeda fiduciária, que até hoje perdura entre nós, atribuindo-se-lhe todas as crises pelas quais temos atravessado.

---

(8) Afonso Arinos de Melo Franco. *História do Banco do Brasil*. Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo, s.d., p. 292.

(9) Vítor Viana. *História do Banco do Brasil*, p. 133.

Havia, entretanto, os que viam claro a situação, como o diplomata austríaco, Mareschal, que escrevia ao seu superior: "La dépreciation rapide et alarmante du papier de la Banque, résultat de la guerre et de la méfiance dans le gouvernement, c'est le mal que se fait plus sentir."(10)

Outro que destoava da generalidade de nossos estadistas da época, era Martim Francisco. Ao assumir a pasta da Fazenda, no primeiro Ministério da Independência, encontrou uma dívida de 15 mil contos e a moeda sem lastro, devido à retirada indiscriminada feita pelo rei e seus fidalgos de todo o ouro e prata, ao regressarem para Portugal. Suas providências foram enérgicas e práticas: mandou suspender uma emissão preparada pelo Banco do Brasil, fez um empréstimo interno, determinou medidas de economia nas repartições do governo, demitiu funcionários públicos excessivos, conseguindo com isso restabelecer a situação caótica que encontrara. Em carta a Drummond, fez verdadeira apóstrofe contra os empréstimos externos, qualificando-os de "pílulas douradas engolidas por povos boçais, pois, quando os povos querem ser livres, têm muitos recursos em si próprios".(11) Diferia de Caldeira Brant, por exemplo, que aconselhara a venda das terras nacionais para pagar dívidas externas, o que levou um historiador de nossos dias a escrever: "vergonha das vergonhas, o ministro preconizou a venda de terras brasileiras para pagamento das dívidas nacionais."(12)

A melhor maneira, contudo, de se aquilatar o pensamento econômico vigorante nos próceres políticos e administrativos daquele tempo, parece-nos, é apresentar o resumo de um debate travado na câmara dos deputados do Primeiro Reinado.

No dia 20 de maio de 1826, o brigadeiro Cunha Matos, então deputado pela província de Goiás, apresentou um projeto de lei para que todas as repartições públicas do Império e as ordens religiosas comprassem manufaturas de origem nacional, salvo quando fossem insuficientes ao consumo, devendo nesse caso serem adquiridas no exterior. Na sessão de 31 de maio, a Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes apresenta parecer contrário, alegando que a exceção consignada de aquisição no exterior dos artigos que faltassem, mostrava sua fraqueza, sendo sabido que nos faltavam quase todos os produtos manufaturados; que constituía anomalia proibir o consumo de gêneros entrados livre-

(10) Afonso Arinos de Melo FRANCO. Op. cit., p. 176.

(11) *História da dívida externa da União*. Rio de Janeiro, Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, 1946, p. 30.

(12) Claudionor de Sousa LEMOS. *Dívida externa*. Rio de Janeiro, 1946, p. 8.

mente; que era injustiça obrigar as ordens religiosas a consumir produtos nacionais por preços excessivos, enquanto os demais poderiam comprar gêneros importados melhores. Surgiu logo uma questão regimental, pois, por decisão prévia, os pareceres das comissões não deveriam ser discutidos.

Decidiu-se, no entanto, ouvir o autor do projeto.

Este então proferiu longa justificação da sua propositura, mostrando que por falta de apoio dos governos tinham sido destruídos estaleiros que possuíamos em várias províncias, o mesmo sucedendo com o arsenal da Marinha e do Exército (com a conivência de Targini e de negociantes ingleses); mencionou o abandono em que jazia a fábrica de ferro de Sorocaba, enquanto comprávamos ferro na Inglaterra; acrescentou que poderíamos ter fábricas de tecidos, ao passo que importávamos panos do exterior e até selins, desprezávamos as fábricas de chapéus; importávamos pólvora mais cara. Concluiu afirmando que ao governo cabia animar a produção nacional, e as ordens religiosas, como recebiam dinheiro da população, deveriam gastar aqui o que recebiam de graça.

Como prosseguisse o problema regimental, deliberou-se a transferência do assunto para o dia 5 de junho seguinte.

Na sessão de 7 de junho, Batista Pereira, membro da comissão que dera parecer sobre o Projeto Cunha Matos, responde-lhe também em longa oração, admitindo os fatos narrados, de onde se devia concluir que entre nós não se aplicavam as leis, mas, para defender a indústria era preciso medidas protetoras e não obrigar à compra de seus produtos, pois passaria muito tempo antes que pudéssemos competir com as manufaturas estrangeiras e, ademais, se não importássemos manufaturas, onde iriam os estrangeiros encontrar dinheiro para nos pagar suas aquisições de nossas matérias-primas? "Devemos ser fortes naquilo que os estrangeiros são fracos." Acentuou dizendo que Adam Smith afirmara ser a agricultura a mola da riqueza das nações e que a primeira de todas as artes é a agricultura; citando ainda Malthus, ao sentenciar que a subsistência é o móvel e o regulador das populações, julgando, enfim, injusto comparar os Estados Unidos com o Brasil, como fizera Cunha Matos, devido às diferenças geográficas e populacionais que os separavam.

No dia seguinte — continuando o debate — falou Sousa França, dizendo ser o projeto uma lei efêmera, dessas que perecem logo, porque o auxílio pedido ia de encontro à liberdade de comércio, que faz a felicidade das nações e para se aumentar a indústria nacional, tornava-se necessário aprovar leis protecionistas e a lei coartativa atacava a liberdade do cidadão, por isso era odiosa.

Campos Vergueiro, em oração posterior, defendeu o projeto, mencionando o auxílio prestado pelo governo à fábrica de ferro de Ipanema, que apesar disso não tinha prosperado, pelo fato de o mesmo governo não ter efetuado lá as compras que poderia fazer, acrescentando que fábricas de tecidos de São Paulo, por razões que desconhecia, não forneciam mais às tropas. Segundo Campos Vergueiro, devia-se olhar também para o comércio interno e não só para o comércio interoceânico. Achava, também, que a indústria é necessária à agricultura.

Cruz Ferreira opôs-se ao projeto, por considerar que todos os capitalistas olhavam para a agricultura como a maior fonte de interesse, aplicando nela seus cabedais e o governo não podia ir contra a marcha natural das coisas. Afirmou ter fracassado na França o sistema de Colbert e que na Inglaterra havia leis que vedavam a entrada de mercadorias e que não davam preferência às nacionais, considerando ainda que os fundos empregados na indústria não produziam os mesmos resultados que os empregados na agricultura, por isso, as nações produtoras de matérias-primas obteriam maior proveito, fornecendo às nações que as não possuíssem, e se proibíssemos que nos trouxessem manufaturas, a quem venderíamos nosso algodão, madeira, café, tabaco etc.?

Bernardo de Vasconcelos manifestou-se contra o projeto, afirmando que o capitalista empregava seu dinheiro onde encontrava maior interesse. A indústria, segundo ele, não podia produzir lucro por precisar de proteção e as manufaturas privilegiadas vendiam pelo dobro do preço os seus produtos, levando o governo a aumentar os tributos para seus gastos; lembrou que as nações da América Latina estavam adotando o livre comércio, e mesmo entre nós, após a abertura dos portos, duplicaram-se nossas vendas ao exterior, ajuntando ainda que não tínhamos fábricas, não devendo por isso privar-nos da liberdade de emprego de nossos fundos, parecendo-lhe o exemplo de Ipanema provar a sua asserção.

Clemente Pereira foi também contrário ao projeto por considerá-lo verdadeiro monopólio em favor do manufatureiro, contra a classe consumidora, conduzindo a nação inteira a contribuir para o monopólio, pois, se comprássemos barretinas nacionais para as tropas, perderíamos 30% e com o imposto que deixaríamos de cobrar das importadas, a perda se elevaria a 48%, no entanto, era a favor da proteção a certas indústrias, como a da pólvora, porém, fazia-se necessário facilitar os meios de comunicação, abrir estradas, canais etc., citando, finalmente, uma frase que comerciantes franceses teriam respondido a Colbert, quando este lhes perguntou o que poderia fazer em seu favor: "Deixai-nos negociar como entendermos."

Lino Coutinho pronunciou-se contra o parecer da comissão, por achar que a economia política varia segundo os autores e isto porque os interesses das nações são diferentes, dependendo umas da agricultura, outras das indústrias e ainda outras do comércio, de acordo com suas condições geoeconômicas, sendo a agricultura, comércio, navegação, artes que devem marchar juntas, perguntando: não seria melhor nós mesmos manufaturarmos nossas matérias-primas, deixando de pagar mão-de-obra estrangeira?

Quanto à tese de que os estrangeiros não comprariam nossas matérias-primas, achou errada, porque a necessidade os obrigaria a tal compra, sendo, por conseguinte, contrário à liberdade geral do comércio; lembrou que a Inglaterra possuía leis protecionistas, através das pautas alfandegárias, que obrigariam suas populações a adquirirem seus produtos, embora mais caros, citando ainda o caso da Bahia, em que uma fábrica de vidro não pôde prosperar devido aos ingleses terem inundado o mercado com artigos idênticos, a preços mais baratos, parecendo-lhe, no entanto, que para proteger a indústria seriam precisos meios indiretos, como impostos fortes sobre gêneros estrangeiros, de modo a torná-los a preços iguais ou mais caros do que os nossos, e não obrigar certas classes de cidadãos a vestir somente tecidos nacionais, pronunciando-se, por isso, contrário ao projeto.

Almeida e Albuquerque declarou-se contra o projeto e o parecer ao mesmo tempo, consignando que a preferência do comprador depende da perfeição do produto e igualmente do seu preço razoável, dedicando-se a tal mister somente aqueles que a isso se acham habilitados, manifestou-se favorável à ajuda do governo para o aproveitamento de nossas matérias-primas abundantes, como o algodão, que vendíamos em bruto e comprávamos manufaturado, achando porém que devíamos manter o intercâmbio comercial com o exterior, por não existir ainda a capacidade de sermos uma nação industrial e agrícola simultaneamente.

Batista Pereira completou seu discurso anterior, esclarecendo vários trechos, dizendo depois não sermos o único país a possuir matérias-primas e o estrangeiro poderia buscá-las onde houvesse melhor preço. Não concordou, portanto, com o orador anterior quanto à obrigatoriedade da compra pelos estrangeiros de nossos produtos primários, afigurando-se-lhe que o projeto não propunha uma animação das manufaturas, mas uma compra forçada e que se houvesse proposta de ajuda a alguma indústria, como a de Ipanema, ele seria favorável.

Bernardo de Vasconcelos volta a falar, por não concordar com a afirmação de ser a agricultura o único manancial da riqueza,

pois, se assim fosse, a Polônia, que se restringia aos trabalhos dos campos, seria o mais rico Estado e não dependeria de outros países. Bernardo Vasconcelos não considerava o dinheiro uma riqueza, porém, uma mercadoria como as outras.

Lino Coutinho, falando novamente, não considera rica uma nação que entrega seus produtos por paninhos, chitas e trapos, que se acabam em um mês. Com paninhos, chitas e trapos podres não se faz guerra. Admitia o ouro e a prata como os mais nobres de todos os gêneros, comparando-os com o sangue que sai do coração e circula em todo o corpo.

Cunha Matos, visivelmente magoado, fala outra vez longamente, dizendo que seu projeto morreu com honra e seria sepultado com glória. Tornou a apontar as fábricas e estaleiros desaparecidos ou abandonados e criticando o alvará de 1785, que mandara fechar as fábricas existentes entre nós e elogiando a medida de D. João VI que o aboliu, esclareceu que seu projeto visava a compra de manufaturas produzidas e não a instituir obrigações e disse que a diversidade de produção provocava diversidade de atividades e aptidões, pois nem todos podiam-se dedicar unicamente à lavoura, mencionando a seguir a baixa dos preços de nossos produtos agrícolas pela concorrência da América Central. Disse que seu intuito foi o de se aproveitar o ferro aqui produzido em nossos arsenais e os tecidos no fardamento das tropas, terminando, entristecido, por dizer que já que não havia logrado êxito em seu intento, esperava que antes de sair daquela Casa alguém apresentasse um projeto melhor que o seu.

Batista Pereira falou ainda, para explicar que o autor do projeto fora bem tratado pela comissão de parecer; Souza França contestou Lino Coutinho, argumentando que paninhos e chitas constituíam riquezas pelos proventos que proporcionavam à alfândega e que, sendo os gêneros agrícolas caros entre nós, a mão-de-obra não devia ser desviada para as manufaturas.

Almeida e Albuquerque acha que o projeto não deveria ser rejeitado em seu todo por existirem manufaturas que deviam ser amparadas pelo governo, como as de tecidos grosseiros, porém as manufaturas de luxo, segundo ele, não deveriam usufruir dessa regalia.

Campos Vergueiro voltou a defender o projeto, chamando atenção para o abandono em que se encontrava a fábrica de Ipanema, ameaçada de destruição, dizendo que havia indústrias de primeira necessidade que deviam ser amparadas pelo governo, porque podiam tornar-nos independentes de outras nações.

Clemente Pereira, por último, disse que se havia falado em fábricas que existiram e não nas que existem, o que mostra que os gêneros também não existem.

Encerrada a discussão, passou-se à votação, sendo aprovado o parecer da comissão e por conseguinte rejeitado o projeto.

Esta síntese muito abreviada de um debate parlamentar no Primeiro Reinado, no qual tomaram parte algumas das principais personalidade da época, como Clemente Pereira, Campos Vergueiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Lino Coutinho e outros, serve para mostrar as idéias econômicas predominantes. Muitas dessas personalidades ocuparam a pasta da Fazenda. Pondo-se de parte determinadas manifestações fisiocratas que concebiam a agricultura como o fator principal da riqueza de uma nação, ou mercantilistas, que davam maior importância ao ouro e à prata, a maioria evidenciou a influência do liberalismo econômico, com a correspondente inclinação para o livre-câmbio e opinou pelas exportações de nossos produtos agrícolas e importações dos artigos manufaturados, ou seja, defendeu abertamente fazendeiros exportadores de gêneros agrícolas e o grande comércio importador de produtos industrializados, isto é, defendeu interesses das duas classes de maior peso em nossa economia e as de maiores atividades.

Quanto à indústria, ela ou era negada ou não merecia qualquer apoio governamental, ora sob a alegação de defesa dos consumidores, ora em benefício da importação de manufaturas, como contrapartida de nossas exportações. Não se observava nenhum interesse em incrementá-la ou ao menos em deter o processo de deterioração em que se encontrava, pelo abandono ou destruição paulatina. O simples projeto de querer ampará-la, provocou a viva discussão que resumimos, caracterizando toda uma mentalidade ou ideologia, que norteava o país, através dos mais importantes representantes daquele tempo.

Enquanto essa concepção predominava aqui, os Estados Unidos da América do Norte percorriam caminho diferente, alargando suas fronteiras, conquistando o Oeste, onde instituíam novos Estados. Implantaram a propriedade parcelar de terra (particularmente no Norte), que deu nascimento a pequenas propriedades agrícolas, criando assim um mercado interno que se ampliava continuamente, com a entrada de novos imigrantes, dando surgimento ao artesanato e manufaturas, em constante crescimento.

Isso deu lugar, desde cedo, ao aparecimento de uma classe média, ansiosa por apressar o desenvolvimento capitalista da nação, desprezando o *laissez-faire,* voltada para o nacionalismo econômico,

fortemente contrária às doutrinas clássicas inglesas, partidária do intervencionismo estatal e do protecionismo.[13]

Foi a dicotomia na formação histórica dos dois países que explicou a disjunção no pensamento econômico, decorrendo daí a distinção que atualmente os marca de modo tão acentuado. Essa bifurcação na orientação traçou-lhes rumos diversos até chegar ao contraste que hoje observamos: dois países de grandezas econômicas díspares.

---

(13) Ver, a respeito, J. F. NORMANO. *As idéias econômicas na América do Norte*. São Paulo, Editora Atlas, 1945.

VI

METALISTAS E PAPELISTAS

O Segundo Reinado representa, na prática, toda a segunda metade do século XIX, caracterizando-se por considerável adiantamento econômico, cultural e social. Na base desse progresso encontra-se a explosão da produção cafeeira, avassalando toda a economia, impulsionando o comércio interno e externo, incrementando a construção ferroviária, provocando a imigração, dando nascimento a bancos e companhias de seguro, ao telégrafo elétrico, propiciando um surto industrial, desenvolvendo com isso as classes médias urbanas, resultando, daí, transformações nos costumes sociais e familiares. A ciência e a filosofia adquirem novos matizes e a literatura, com o Romantismo, assume feição nacional.

Este auge de prosperidade era reflexo, em parte, do que se passava na Europa, depois das Guerras Napoleônicas, com o aparecimento das grandes concentrações industriais na Inglaterra, na França, na Bélgica, alcançando índices de produção elevadíssimos, o comércio exterior se ampliando, integrando as economias nacionais num sistema mundial de intercâmbio, os meios de transporte passando por verdadeira revolução, as descobertas de ouro na Califórnia e Austrália aumentando os meios de troca. Era toda uma metamorfose que se operava, erguendo novos valores, dando outras dimensões às atividades criadoras.

Repercutindo entre nós essas grandes mutações européias, proporcionavam uma assimilação tecnológica que se refletia na infra-estrutura, semelhante, sob certos aspectos, à ocorrida no segundo pós-guerra, no setor da produção, quando passamos à fabricação de bens de capital.

A ideologia dominante, como já dissemos, passa a ser o liberalismo, cujas raízes jurídicas e sociais remontam à Revolução da Independência Norte-americana e à Revolução Francesa, para não recuar à Renascença, com suas manifestações comerciais e artísticas. Sua essência consistia na liberdade de direito do homem e como objetivo de toda a sociedade, a conservação dos direitos

naturais imprescindíveis: a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão.(1)

O liberalismo aqui adotado foi sempre uma forma eficaz e agressiva de conservadorismo, marcando fáceis passagens de uma corrente para outra, sendo exemplo típico o de Sales Torres Homem(2) ou de Tavares Bastos, liberal agrarista e antiindustrialista.(3) Nossos liberais econômicos eram paradoxalmente conservadores políticos, defendendo o *laissez-faire* numa época em que já campeava o intervencionismo estatal.(4) Era o caso de Cairu, de Pedro Autran da Mata Albuquerque, professor de economia da Faculdade de Direito de Recife, de Karl von Koseritz, líder liberal teuto-gaúcho, egresso da Revolução de 1848 na Alemanha, de Henrique Millet, engenheiro da Missão Vauthier, radicado em Recife, autor de vários livros interessantes sobre problemas econômicos brasileiros. Exceção constituía um Aprígio Guimarães, mais tarde também professor em Recife.

Tal liberalismo continha por certo muito de fisiocratismo, traço marcante de nossos economistas coloniais e o *laissez-faire,* como já vimos, foi proclamado pelos agricultores em sua luta contra o monopólio colonial, aliás, *slogan* fisiocrático.

A sociedade brasileira de então fundava-se numa estrutura agrária escravocrata, ferrenhamente defendida pelos conservadores, com apoio tácito ou declarado dos liberais. Manifestação característica dessa situação pode-se observar no embate travado entre unidade e pluralismo bancários, que no fundo expressava a divergência entre monoemissionismo e pluriemissionismo e que constituiu o maior problema de nossa política de então. "A questão que ocupa todos os espíritos é a questão bancária."(5)

A dinamização crescente da produção cafeeira ia alargando o âmbito de nossa economia monetária, requerendo maior quantidade e mais intenso uso de dinheiro. Nessas condições, a monoemissão que praticávamos no tempo de D. João VI e que havia sido rompida forçadamente no Primeiro Reinado por algum tempo, não

---

(1) L. T. HOBHOUSE. *Liberalismo.* Barcelona, Editorial Labor, s.d., p. 52.

(2) José Honório RODRIGUES. *Vida e história.* Rio, Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 141.

(3) Idem. "Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras" e Tavares BASTOS. *Cartas do Solitário.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp. 48, 266 e 331.

(4) Vamireh CHACON. "O liberalismo econômico no Brasil". *Estudos Universitários* (Revista da Universidade de Pernambuco), 1, jan./mar., 1970.

(5) Joaquim NABUCO. *Um estadista do Império.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936, p. 308.

estava em condições de atender às necessidades do mercado interno em expansão no sentido capitalista. Além disso, as comunicações entre os maiores centros produtores e comerciais eram difíceis e demoradas, retardando o ciclo da circulação das mercadorias. Por outro lado, o Rio de Janeiro, que era capital política e econômica simultaneamente, via seus recursos drenarem-se por ocasião das conheitas do Norte, acarretando-lhe isso alta dos juros, descontos e dificuldades nos negócios, por escassez de recursos monetários. (6)

A fim de fazer face a tal situação, capitalistas do Rio de Janeiro fundaram, em 1838, o Banco Comercial, pois em 1836 já se criara estabelecimento semelhante no Ceará; em 1845 surge o Banco Comercial da Bahia; em 1846 organiza-se o Banco Comercial do Maranhão; em 1847 o Banco Comercial do Pará. Em princípio de 1851, logo após a suspensão do tráfico negreiro, que tornou disponível avultada soma de dinheiro, desviada do nefando comércio, capitalistas do Rio de Janeiro, entre os quais Mauá, Darrigue de Faro, Pimenta Bueno e outros, resolveram dar existência a um grande organismo bancário, que se concretizou com o nome de Banco do Brasil (o 2.º desse nome). Na reunião da fundação Mauá pronunciou seu famoso discurso sobre o "espírito de associação", que disse ser um dos elementos mais fortes de prosperidade, alma do progresso, por assim dizer. Em 1853 iniciam-se as negociações para a fusão do Banco do Brasil com o Banco Comercial, que se vinham digladiando, efetuando-se ela em abril de 1854, quando começa a funcionar o 3.º Banco do Brasil. Mauá, desgostoso, funda seu próprio banco, o Banco Mauá, Mac Gregor & C.ia. Ainda nesse ano incorpora-se o Banco Hipotecário. Todos estes empreendimentos mostravam que a iniciativa privada soube e pôde realizar aquilo que os governos não souberam ou não quiseram realizar durante 20 anos, desde a extinção do primeiro Banco do Brasil. (7)

Foi diante desse panorama complexo que Sousa Franco, em 1848, publicou seu opúsculo *Os Bancos do Brasil,* onde pregava a divisão do país em diversas zonas bancárias, com institutos emissores próprios, entregando, para isso, ao Tesouro, "notas do governo" em quantidade nunca inferior ao capital realizado, recebendo em troca igual quantidade de títulos da dívida pública, devendo as notas serem retiradas da circulação, de modo que, dentro de pouco tempo, com o crescimento dos bancos ou seu capital, todo

---

(6) J. P. CALÓGERAS. *La politique monétaire du Brésil.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910, p. 165.

(7) Amaro CAVALCANTI. *Resenha financeira do ex-Império do Brasil.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 122.

o meio circulante fosse substituído pelos títulos de 3%, vigorando só as notas dos bancos. As vantagens que apresentaria seriam: a) organização de estabelecimentos de crédito nas províncias que os comportem, desenvolvendo os meios de trabalho e animando as indústrias; b) substituição das notas do Tesouro, de valor instável, por notas de banco de valor mais fixo e menos sujeitas a falsificações; c) maior suprimento de moeda aos mercados, atendendo às suas necessidades.(8)

Decidido a pôr em prática aquilo que preconizava por escrito, Sousa Franco, ao ocupar o Ministério da Fazenda, no Gabinete organizado pelo Marquês de Olinda, em 1857, autorizou a incorporação de quatro novos bancos: no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Pernambuco e no Maranhão e, em 1858, de mais dois: na Bahia e no Rio de Janeiro, todos com faculdades emissoras. Justificando essas providências, escreveu em seu Relatório de 1858: "... todos estes bancos tiveram por motivo de sua aprovação a satisfação das necessidades da agricultura, comércio e indústrias de localidades onde não havia estabelecimentos de crédito, como em Porto Alegre, ou existiam com forças limitadas, que nem ao próprio comércio forneciam os meios de que precisava para suas transações, ficando a agricultura e mais indústrias privadas do adiantamento de capitais necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos."

Esta posição de Sousa Franco foi tomada em certos círculos como vontade de ampliação do meio circulante, reivindicação, aliás, pleiteada pela praça do Rio de Janeiro. A parte conservadora da sociedade, porém, não viu com simpatia estas medidas, mas com surpresa. A corrente "saquarema", partidária da unidade bancária, que tinha como chefes Itaboraí, Eusébio de Queirós e o Visconde do Uruguai, rompeu logo em intensa oposição ao ministro.

O primeiro a levantar a voz no Parlamento foi o deputado Sales Torres Homem em longo discurso, já em junho de 1857. Qualificou de quimera o aumento das emissões, denominando-as tiras de papel. Recordou a obra fracassada de Law, dizendo que a pluralidade bancária era obra condenada na Inglaterra desde 1844, enumerando as falências de bancos lá registradas e nos Estados Unidos, terminando por afirmar que as restrições feitas à unidade emissora constituíam, no entanto, as únicas providências de garantia à permanência do crédito e prevenção das catástrofes.

Sousa Franco respondeu-lhe, também em longo discurso, anunciando de início que trataria do assunto do ponto de vista prático.

---

(8) Antônio Carlos Ribeiro de ANDRADA. *Bancos emissores do Brasil.* Rio de Janeiro, Livraria Leite Ribeiro, 1923, p. 74.

Disse que a necessidade de alargar o meio circulante decorria da alta do juro, da curteza do prazo para os empréstimos, em suma, da insuficiência da circulação, estendendo-se demoradamente sobre esses itens. Acrescentou que havia o grave mal da desconfiança nas disposições do governo e nas forças do país, afirmando que faleciam estabelecimentos por falta de crédito à indústria fabril, manufatureira e mesmo à agrícola. Finalizou dizendo que o país crescia em riqueza e prosperidade, aumentando as transações e elevando os preços, exigindo maior quantidade de dinheiro, que só os bancos poderiam suprir, já que o Estado não poderia fazê-lo, nem se poderiam importar metais preciosos para isso.

Sales Torres Homem, empenhado na destruição da pluralidade bancária, não tardou em replicar prometendo colocar a questão nos mesmos termos do ministro, ou seja, do juro barato, do aumento de capitais, do suprimento do meio circulante, do auxílio às indústrias. Começou com a pergunta: "O crédito cria o capital?" — respondendo que os bancos não criam capitais, mas os atraem, centralizam os já existentes, transmitindo-os à produção, sendo um mecanismo de centralização e difusão do crédito. Quanto aos juros altos, disse que o papel bancário, como simples sinal representativo da moeda, não é capital e sua maior ou menor quantidade não pode ter a menor influência no juro. Acrescentou que os bancos de circulação não podem auxiliar a lavoura, porque seu mecanismo, a necessidade de desconto a curto prazo, a necessidade da conversão de suas notas ao portador e à vista os torna exclusivamente adaptados a servir ao comércio e é impróprio às operações da lavoura. E *é para a lavoura, a mais importante indústria nacional e que jaz sob o peso da usura, que cumpria ao Sr. ministro dirigir as suas vistas, auxiliando-a com bancos de estrutura especial,* (9) como existem na Prússia, na Rússia e outros países da Europa. Com relação à falta de moeda, fez um cálculo sobre o meio circulante e o volume dos negócios, afirmando ser a totalidade das mercadorias bem maior do que o dinheiro existente, concluindo por julgá-lo suficiente. (10)

Em 1857 irrompe uma das maiores crises pela qual passou o Brasil. Iniciou-se com uma queda do câmbio, baixa dos produtos de exportação, de onde resultou corridas bancárias, dando como conseqüência 49 falências naquele ano e 90 em 1858. Os prejuízos foram orçados em 15 mil contos. (11) O assunto causou celeuma,

---

(9) O grifo é nosso.

(10) Antônio Carlos Ribeiro de ANDRADA. Op. cit., caps. V e VI.

(11) A. B. de Ramalho ORTIGÃO. "Circulação. Crise do xenxém. Evolução das leis monetárias. Crises de 1857 e de 1864". (Tese apresen-

levando o governo a nomear uma Comissão de Inquérito, que apresentou seu Relatório em abril de 1860, tendo ouvido a respeito a opinião de 28 personalidades, entre as quais se encontravam importantes comerciantes e banqueiros da época. Os dois itens principais do questionário apresentado referiam-se às causas da queda do câmbio e se a crise fora influenciada por idêntico abalo econômico ocorrido na mesma época nos Estados Unidos e na Europa. A tendência geral era a de atribuir a culpa, pelo menos em parte, aos bancos emissores. Entretanto, Mauá e outros negaram tal argumento e mais recentemente, um de nossos financistas, por sinal que inimigo da moeda fiduciária, aduziu textualmente: "... au moment de l'explosion, ce fut le marché européen qui déclancha la crise de Rio."([12]) Essa opinião coincide com a de um dos depoentes (comendador José Ferreira Porto) ao dizer que "a crise comercial dos Estados Unidos foi grave e causou grandes perdas e falências nas principais praças da Europa, que com os mesmos estavam relacionadas, e as falências de Londres, Hamburgo e outras refletiam bastante sobre os interesses aqui estabelecidos, voltando muitos saques por falta de pagamento, o que aqui portanto causou também falências e suspensão de pagamento temporárias".([13])

As dificuldades, entretanto, foram sanadas com ajuda do Banco Mauá, Mac Gregor, com a retirada da sua sucursal de Londres de 810 mil libras, ao câmbio de 25 1/2 pence.

Os debates, no Parlamento, prosseguiram mais acirrados, por figuras que diziam falar em nome das classes conservadoras e dos interesses permanentes do país, tornando-se impiedosa a crítica contra os bancos recém-criados, combatendo-se não somente a pluralidade bancária mas também as emissões consideradas desordenadas. Finalmente, em dezembro de 1858, a oposição tenaz e violenta, principalmente no senado, derruba o Gabinete, organizando o novo governo o Visconde de Abaeté, vencendo estrepitosamente a escola unitária, de acordo com a expressão de Antônio Carlos.

Com Abaeté, passa a ocupar a pasta da Fazenda Sales Torres Homem, o ferrenho inimigo da pluralidade bancária, que em junho de 1860 apresenta, na Câmara, um projeto, entre outras coisas, tornando obrigatória a troca das notas em ouro no prazo de seis meses para os bilhetes lançados em excesso, cabendo ao parlamento fazer a concessão aos bancos emissores, permitindo as emissões

---

tada ao Primeiro Congresso Nacional de História.) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico,* set., 1914, tomo especial, parte IV, p. 500.

(12) J. P. CALÓGERAS. Op. cit., p. 113.

(13) Relatório da Comissão de Inquérito, Anexo A, p. 11.

somente ao Banco do Brasil e aos já existentes, não podendo os bancos, com exceção do Banco do Brasil, emitir soma superior à do primeiro semestre do ano em curso e maior fiscalização por parte do governo, não se facultando ainda empréstimos sobre penhor das próprias ações. Sobre esse projeto travou-se uma dura batalha. De um lado, opondo-se a ele estavam Mauá, Dantas, Paranaguá, Saraiva, Paula Santos, Martinho de Campos, Silveira Lobo, Tito Franco, Francisco Otaviano, Fernandes da Cunha, e a seu favor os conservadores Paulino de Sousa, Machado Coelho, Junqueira, Paranhos, Cândido Mendes, Augusto de Oliveira, Sérgio de Macedo, Luís Antônio Barbosa, Cunha Figueiredo, Sampaio Viana e Teixeira Júnior.([14]) Apesar da aprovação do projeto, o Gabinete, desgastado, teve de se retirar, sendo substituído por outro, chefiado por Ângelo Muniz da Silva Ferraz.

Essa lei foi classificada por um contemporâneo de "o mais perfeito instrumento para matar o espírito de associação e a própria iniciativa individual."([15]) Outro contemporâneo depõe: "... tudo o que se escreveu contra a lei de 1860 é perfeitamente justo, havendo somente a desculpa de que a lei foi uma reação contra o abuso e artifícios que se tinham praticado com a associação de capitais."([16]) "A reforma bancária foi um grande mal *diretamente* feito ao desenvolvimento econômico do país, quaisquer que fossem os intuitos dos seus autores."([17]) Julgamento atual: "... se a reforma foi uma providência contra a inflação e a especulação nos seus aspectos nacionais, parece que, na Bahia, agiu como elemento frenador, demasiado rígido e desencorajador."([18])

Era, no entanto, o encerramento da década de maior prosperidade que atravessara o país. Calcula-se que só nos últimos três anos foram organizadas 80 empresas diversas: de navegação costeira, de pesca e mineração, de estradas de ferro e de rodagens, de colonização, de seguros, de transportes etc. e entre elas 20 estabelecimentos bancários.([19])

A lei de 1860, tão louvada pela corrente conservadora ou restritiva e mesmo posteriormente pelos seguidores da ortodoxia monetária, não conseguiu evitar a eclosão de uma das maiores

---

(14) Vítor VIANA. *O Banco do Brasil.* Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1926, p. 400.

(15) H. A. MILLET. *O meio circulante e a questão bancária,* 2.ª ed. Recife, 1875, apud Joaquim NABUCO, op. cit., p. 335.

(16) Idem, ibidem.

(17) Amaro CAVALCANTI. Op. cit., p. 128. O grifo é do Autor.

(18) Pinto de AGUIAR. *Ensaios de história e economia.* Bahia, Livraria Progresso, 1960, vol. 12, p. 133.

(19) Amaro CAVALCANTI. Op. cit., p. 129.

crises conhecidas em nossa história, a famosa "quebra do Souto", em 1864, de que até os papagaios falaram. O número de casas e indivíduos que suspenderam seus pagamentos, faliram ou abriram concordatas, subiu a 95, até março de 1865, sendo seu ativo estimado em 93 mil contos e o passivo entre 65 a 70 mil contos,(20) ocasionando forte surto emissionista, a fim de acudir à praça em pânico. Somente o Banco do Brasil prestou auxílio a bancos e banqueiros num montante de 34.119 contos e o volume de letras protestadas entre setembro e dezembro de 1864 atingiu a mais de 17 mil contos.(21) Sua repercussão se fez sentir em outras praças, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e sobretudo Bahia, dando lugar ao pânico e a numerosas falências.

Um historiador e estadista considerou esta crise mais grave do que a de 1857, porque não atingiu somente a praça do Rio de Janeiro, mas se estendeu às de outras províncias.(22) Aos que a atribuíram à demasiada expansão do crédito, como o ministro da Fazenda, Dias de Carvalho, respondeu Amaro Cavalcanti: "Equívoco manifesto! O mal não provinha da grande expansão do crédito, como pensava o ministro; muito ao contrário, uma das *razões de ser* daquele, senão a mais eficiente, achamo-la nós na *contração violenta* dos meios de crédito, que a lei bancária recente havia motivado, com as suas restrições, impostas sem o *devido critério ao papel-moeda circulante.*"(23) Não esqueçamos ainda que a diminuição das safras de café, nosso principal produto de venda ao exterior, resultou na remessa de ouro, entre 1859 e 1864, no valor de 22.841 contos. "Aos desacertos governamentais seguiu-se, em curto prazo, a calamidade de algumas más colheitas sucessivas, o que acarretou *desequilíbrio* (sendo a *produção* o verdadeiro regulador das finanças do Brasil); e a *crise da lavoura,* impropriamente chamada de *crise bancária,* estalou em 10 de setembro de 1864."(24)

O que se pode concluir da exposição que acabamos de fazer é que a enorme expansão do setor monetário de nossa economia, principalmente a partir de 1850, exigia apreciável massa de recursos materiais que a estreiteza ou inexistência de um sistema bancário

---

(20) CALÓGERAS elevou essa cifra para 115 mil contos (op. cit., p. 148).

(21) Relatório da Comissão encarregada de estudar a crise do mês de setembro de 1864. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1865, p. 73.

(22) J. P. CALÓGERAS. Op. cit., p. 147.

(23) Amaro CAVALCANTI. Op. cit., p. 135. Os grifos são do Autor.

(24) Irineu Evangelista de SOUSA. "Exposição aos credores e ao público" in Cláudio GANNS. *Autobiografia do Visconde de Mauá.* Rio de Janeiro, Editora Zélio Valverde, 1943, p. 258. Grifos do Autor. No capítulo VIII estudamos as crises do II Reinado.

adequado não podia atender, o que levou a iniciativa privada dos maiores centros urbanos a tentar resolver isso através de emissões particulares e organização de estabelecimentos de crédito próprios, devido ao desinteresse do poder público pelo assunto. Quando o governo, na administração Sousa Franco, organizou novos bancos e legalizou os emissores existentes, os negócios se intensificaram e surgiram, como é natural em tais circunstâncias, os especuladores e aventureiros que agem em situações semelhantes. Isso decorria, como disse Mauá, não do uso mas do abuso da moeda fiduciária, por um lado, e, por outro, da desorganização ou talvez mesmo da ausência de um mercado brasileiro de capitais, que se prolongou espetacularmente até à República[25] ou quiçá à década passada de nosso século. Além disso, essa posição antiinflacionária ou restritiva, como se dizia então, correspondia aos interesses de nossa lavoura e dos exportadores, que pleiteavam estabilidade cambial, mesmo ao preço da estagnação econômica do país, e também ao interesse da finança internacional, particularmente da inglesa, que mantinha nosso mercado interno dependente de suas exportações de artigos manufaturados. Tudo isso era conseqüência do liberalismo reinante na mente e na prática das elites predominantes.

Mauá, o maior homem de negócios daquele tempo, escreveu em seu folheto *O meio circulante do Brasil*: "A história desse meio circulante nos faz saber que, não obstante ser ele *papel inconvertível*, tem tido, não poucas vezes, valor muito *superior ao ouro, fato único* também na história financeira das nações. O que representou esse papel em última análise? O *crédito do Brasil*, representado nesses multíplices e multiplicados elementos que criaram a riqueza *que existe* e farão aparecer a grandiosa riqueza *futura*, de que a mais ousada compreensão humana não pode fixar o algarismo."[26]

E assim, em nome do combate à inflação, da estabilidade cambial, da metalização da moeda acompanhada de tarifas baixas, foi-se sufocando nosso primeiro surto industrial.

Não era por acaso que Sales Torres Homem conclamava Sousa Franco a olhar para a lavoura, "nossa principal indústria", como igualmente não era por coincidência que, ao mencionar as falências bancárias inglesas e norte-americanas, não citava os dados sobre os progressos daquelas nações. Era o seu faciosismo estrábico que o impelia a isso.

Finalmente, os nossos economistas e políticos liberais da época, impregnados do livre-cambismo, praticavam o puro conservadoris-

---

(25) Vamireh CHACON. Op. cit., p. 87.
(26) Cláudio GANNS. Op. cit., p. 316. Grifos do Autor.

mo dos grandes proprietários agrários, igualando-se aos "saquaremas".

Há também quem veja, na organização de nossa pluralidade bancária, simples cópia da formação de idênticos institutos em vários países europeus.([27])

De qualquer forma, no entanto, o que se conseguiu com a política monetária ortodoxa, então praticada, foi o entravamento da iniciativa industrial nascente.

Mas a luta pela nossa industrialização no domínio legal desenvolveu-se de modo mais amplo em outra esfera, no campo das tarifas aduaneiras, com lances não menos ásperos que no âmbito monetário.

Ao findar a primeira metade do século XIX, a agricultura, particularmente o açúcar e o algodão, entrou em crise e o café não se encontrava ainda suficientemente robustecido. O *deficit* crescente deveria representar metade do cálculo orçamentário. Nessas condições, para atenuar tal estado de coisas, tinha-se de apelar para a tarifa aduaneira.([28]) Esta é a origem da famosa reforma alfandegária de Alves Branco, em 1844, elevando as taxas a 30, 40 e 60%, que antes se mantinham uniformes em 15% apenas. Constituía desse modo a primeira medida protecionista que tomávamos. Seu alcance foi assim resumido: *a*) estimular a criação de indústrias nacionais; *b*) obrigar a Inglaterra a modificar sua recente elevação tarifária sobre o nosso açúcar, base da economia nacional de então; *c*) criar novos mercados de trabalho e *d*) aumentar a receita do país.([29]) A ordem cronológica talvez não esteja certa, porque seu objetivo primordial consistia em atender às necessidades da receita pública. Porém, é inegável que havia também preocupação industrialista. Basta lembrar o que escreveu o ministro em seu Relatório: "... uma nação não pode fundar todas as suas esperanças na lavoura, na produção de matérias brutas, nos mercados estrangeiros. Um povo sem manufaturas fica sempre na dependência de outros povos. A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua lavoura e a lavoura interna é o mais seguro e abundante mercado de sua indústria. Os mercados estrangeiros devem ser considerados como auxiliares para uma e outra e jamais como prin-

---

(27) Dorival Teixeira VIEIRA. "Evolução do sistema monetário no Brasil". *Revista de Administração.* São Paulo, jun., 1947, p. 259.

(28) Edgard de Castro REBELO. *Mauá — restaurando a verdade.* Rio de Janeiro, Editorial Universo, 1932, p. 37.

(29) Humberto BASTOS. *A economia brasileira e o mundo moderno.* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1945, p. 108.

cipais. É o que nos ensina a experiência. Não pretendo que o Brasil se faça manufatureiro em um dia ou em um ano, porque seria insensato e impossível. Pretendo que o Brasil entre pouco a pouco nessa carreira, para que um dia nos possamos ver na circunstância de provermo-nos daquilo que precisamos."

Foi esta tarifa que deu "nascimento" a Mauá como o maior industrial e o maior incentivador das atividades manufatureiras do seu tempo. Dada a sua formação essencialmente inglesa, Mauá foi sobretudo um formidável homem de negócios, sendo ao mesmo tempo industrial, armador, banqueiro, fazendeiro, comerciante, empreiteiro de estradas de ferro, incrementador de transportes e melhoramentos urbanos. Compreendendo o espírito da tarifa Alves Branco, pensou no perigo que corria em sua exclusiva atividade comercial e viu a perspectiva que se abria à iniciativa industrial, que o empolgara em sua primeira viagem à Inglaterra. Atirou-se então a este empreendimento, adquirindo e ampliando largamente o estabelecimento da Ponta da Areia, transformando-o no maior da época, assim como se fez banqueiro quando, após a abolição do tráfico negreiro, fortes capitais se tornaram disponíveis para os negócios que se iam criando.

Das iniciativas manufatureiras levadas a cabo na segunda metade do século XIX, quase todas ajudadas ou estimuladas por Mauá, resultou nosso primeiro impulso industrial.

A lavoura não se opunha formalmente à industrialização, conquanto fosse desfavorável ao privilégio de isenção de direitos de importação de matérias-primas e contrária à taxação sobre produtos alimentares, pois sendo monocultura, era grande consumidora deles, que representavam 20% das importações entre 1859 e 1860.([30]) Mas havia igualmente outros interesses atingidos pela industrialização, levando-os à resistência.

Devido a isso, já em 1853, uma comissão revisora das tarifas aduaneiras, criadas em 1847, manifestava-se em oposição ao que chamava de sistema protecionista da tarifa Alves Branco, fortalecendo dessa forma as tendências liberais que se vinham revelando. Em 1857 decreta-se nova tarifa, diminuindo os direitos sobre os gêneros alimentícios, instrumentos e utensílios destinados à lavoura, revogando-se ainda os privilégios das denominadas *indústrias nacionais,* ou seja, aquelas que utilizavam matérias-primas do país. Era não somente uma satisfação à lavoura, como também uma busca de solução à crise que nos atingiu na década de 50, de infla-

---

(30) Aroldo de AZEVEDO *et alii. O Brasil, a terra e o homem.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970, vol. II, p. 418.

ção mundial, decorrente da descoberta de ouro na Califórnia, Austrália e Sibéria, aqui agravada pela suspensão do tráfico de negros. Contudo, a redução dos preços dos gêneros alimentícios que se objetivava, não foi alcançada, redundando apenas em lucro ao importador, em prejuízo do fisco. Em vista disso, em 1860 adotaram-se taxas adicionais de 2 a 5% sobre a importação, retornando-se, conseqüentemente, à antiga política alfandegária de caráter meramente fiscal.

Com a Guerra do Paraguai, além da emissão de apólices, novos impostos adicionais alfandegários foram criados, acentuando seu caráter fiscal e, terminada a luta armada, outras alterações foram introduzidas nas tarifas, visando aliviar as que pesavam sobre gêneros alimentícios e matérias-primas. Como isso não satisfizesse aos agricultores e comerciantes, a fim de atendê-los procedeu-se a nova reforma aduaneira em 1874, sob forte influência do comércio. Representava um liberalismo moderado que não atendia nem à lavoura nem à indústria, desatendendo os liberais e alienando os conservadores.

A retração dos negócios em 1874-75 deu ensejo a uma nova reação das manufaturas que se iam firmando no país, provocando debates; porém, as necessidades prementes do Tesouro resultaram em nova reforma tarifária em 1879, a qual, elevando de um modo geral os direitos, concedeu certa proteção à indústria. Do movimento realizado pelos manufatureiros resultou a criação da Associação Industrial que, abarcando fabricantes de tecidos, de chapéus, de velas, de produtos químicos etc., incluía ainda latoeiros, alfaiates, carpinteiros e outras atividades artesanais, tornando isso sua existência difícil, dada a heterogeneidade de elementos que congregava.

No entanto, em 1881 ocorre nova modificação alfandegária, que se por um lado baixou os direitos sobre as matérias-primas, contribuindo desse modo para animar o desenvolvimento industrial, por outro reduziu igualmente os direitos dos artigos com similar nacional, o que desgostou os industriais. O argumento apresentado foi o de que sob o regime protetor beneficiava-se somente meia dúzia de fabricantes, em detrimento da grande massa de consumidores, voltando-se dessa forma à tendência liberal. Em 1887 é aprovada a tarifa Belisário de Sousa, aumentando a taxa *ad valorem* a 48%. A última reforma tarifária da Monarquia, efetuada em 1889, por João Alfredo, agravou os direitos sobre o algodão e a juta, procurando amparar a indústria têxtil nacional.[31]

---

(31) Esta parte foi calcada no excelente livro de Nícia Vilela LUZ, *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

Enquanto aqui vivíamos nesse ziguezague tarifário, alternando protecionismo com liberalismo, a Europa e os Estados Unidos praticavam um protecionismo aberto e elevado, o que levou um contemporâneo a escrever: "Dar hoje proteção aduaneira a certa indústria e, amanhã, diminuí-la, retirá-la mesmo, antes da possibilidade de alcançar o efeito desejado — sem o devido critério, ou pela simples razão de desagravar o imposto — como já se tem feito entre nós, é erro condenável e prejudicialíssimo, sobretudo ao capital, cujo emprego em tal ou tal indústria denota sempre fé na ordem de coisas existentes."([32])

Com o enorme incremento da produção cafeeira e sua vigorosa conotação comercial, impulsionando a economia e os centros urbanos e ampliando os meios de transportes, o setor monetário começou a adquirir extraordinário crescimento, sobretudo a partir de 1870.([33]) O número de estabelecimentos industriais passa de 63 no qüinqüênio de 1875-79 para 150 entre 1880-84 e 248 entre 1885-89; o capital empregado, durante os mesmos qüinqüênios, evolui de 23.150 contos para 58.368 contos e 204.401 contos, sendo que o valor da produção se desdobrara de 34.839 contos para 89.860 contos e 247.121 contos.([34])

Devido a isso, os interesses econômicos e sociais desse setor da produção nacional tomam vulto, levando-o a participar de maneira mais ativa nos debates em discussão, suscitando e pleiteando reivindicações próprias. Assim, em 5 de julho de 1877, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional encaminhou ao governo, após longa e calorosa discussão, uma representação na qual, entre outras medidas, solicitava proteção razoável, através de tarifas alfandegárias, a várias indústrias, como a de tecidos, de curtumes e calçados, de chapéus, de construção naval, de fundição de ferro, de produtos químicos e outras; isenção absoluta dos direitos de exportação dos artefatos da indústria nacional; preferência pelos órgãos da administração geral, provincial e municipal dos produtos da indústria nacional e de um edifício próprio para exposição nacional.([35]) Em 1881 a Associação Industrial, em convite que fazia, relatando suas atividades, combatia a "beatitude fisiocrática" daqueles que nos

---

(32) Amaro CAVALCANTI, citado por Humberto BASTOS. *O pensamento industrial do Brasil.* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1952, pp. 132 e 133.

(33) José Honório RODRIGUES. "História e economia — década de 1870-1880", in *Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio,* abr., 1971.

(34) *Recenseamento Geral do Brasil de 1920,* vol. V, 1.ª parte, p. LXIX.

(35) *O auxiliador da indústria nacional* de 1877, pp. 347 e seguintes.

consideram predestinados unicamente à cultura do café, dizendo que éramos uma feitoria comercial e colonial dos traficantes europeus e afirmando que os livre-cambistas eram realmente protecionistas dos estrangeiros. (36) A mesma publicação de 1882 combatia a importação de fios para tecelagem, por equivaler à exportação de matéria-prima e aquisição da mesma matéria-prima semi-elaborada. (37) Em 1886, Frederico Glette, fundador e gerente da fábrica de tecidos Rink, uma das maiores do tempo, dizia não haver mais razão de ser do *slogan* de país essencialmente agrícola, pois isso nos levaria a permanecer como nação tributária e hoje todas as nações procuram desenvolver sua indústria, e criticava em seguida, vários itens de nossa pauta aduaneira, entre eles o que concedia privilégio à Leopoldina Railway para importar sacos de estopa com isenção de tarifa. (38)

Como se vê, já havia uma consciência industrial que se manifestava abertamente, com entidade de classe participante e esclarecida, condenando o livre-cambismo vigorante, pregando abertamente o protecionismo e mencionando os Estados Unidos como paradigma, cuja prosperidade industrial era objeto de admiração.

Em abril de 1877, nas reuniões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, erguem-se as vozes de Pinto Júnior e Ferro Cardoso, em defesa da indústria, encontrando ampla ressonância. A Associação Industrial era dirigida por Antônio Felício dos Santos, Manuel Diogo dos Santos, Henrique Leuzinger e outros. Felício dos Santos, um dos mais lúcidos líderes industriais da época, compreendia que com a industrialização se resolveria não somente um problema econômico, mas se atrairiam capitais estrangeiros e aumentaria o número de empregos, atalhando assim um perigo social decorrente do desemprego que começava a aparecer, acabando-se ao mesmo tempo com a monocultura e proporcionando abastecimento ao mercado interno. Seus ataques aos intermediários, considerados parasitas, visavam o comércio, quase todo em mãos estrangeiras. Não pleiteava qualquer protecionismo, porém, aquele baseado na situação real, dirigido às indústrias viáveis, que redundaria numa estabilidade aduaneira. Combatia o desequilíbrio real da balança comercial, mascarada pelos saldos fictícios, ou escondendo aquilo que hoje se chamam de "invisíveis": remessas particulares, viagens etc. Sousa Franco era favorável ao protecionismo às indústrias grosseiras que utilizassem matéria-prima nacional,

---

(36) *O auxiliador da indústria nacional* de 1881, pp. 105 e seguintes.
(37) *O auxiliador da indústria nacional* de 1882, p. 177.
(38) *O auxiliador da indústria nacional* de 1886, pp. 173 e seguintes.

sendo moderado a fim de não prejudicar o consumidor. Paranaguá afinava pelas idéias de Sousa Franco quanto ao protecionismo às indústrias que consumiam matéria-prima nacional. Belisário de Sousa atribuía a elevação dos preços ao protecionismo, ao passo que Andrade Figueira, francamente liberal, achava que o fomento da indústria dependia da ação individual, exigindo-se o menor sacrifício do cidadão.([39])

Dessa maneira, a luta entre liberalismo e protecionismo já se esboçava, com tonalidades fortes.

Quais os fatores, entretanto, de nosso retardamento industrial no século XIX?

Os fatores mais remotos residem na ausência de carvão e insuficiente exploração do ferro; os minérios preciosos do subsolo atraindo a atenção geral, e posteriormente o desenvolvimento da imensa riqueza hidráulica.([40]) Ao lado destes, havia outros mais próximos, como o comércio, quase todo estrangeiro, agindo de preferência nos bastidores e utilizando a diplomacia; os bancos alienígenas, em parte considerável responsáveis pelas oscilações cambiais; produção monocultora, sustentando a economia do país; existência da escravidão, marginalizada da economia monetária e entorpecendo a imigração.

Estes fatores em conjunto se aguçaram com a expansão da indústria no fim do século, conduzindo a uma crise que agravou a estabilidade econômica, facilitando a mudança do regime.

Toda esta geração de estadistas, parlamentares e jornalistas que na segunda metade do século passado atuaram sobre os problemas econômicos e financeiros de uma ou outra forma, já era formada aqui e não mais em Coimbra como a anterior. Alguns estadistas fizeram estudos na França e Inglaterra, o que os colocava sob a influência direta da economia clássica, ensinada nas faculdades daqueles países como também nas nossas.

É sabido que a cadeira de Economia, para a qual Cairu foi nomeado professor por D. João VI, não chegou a funcionar. Por isso somente em 1827, com a criação das Faculdades de Direito em Recife e São Paulo é que a economia política foi ministrada entre nós, e mesmo assim, a partir de 1832, porque a matéria constituía a segunda cadeira do quinto ano.

Os livros adotados e os professores contratados explicam as idéias a esse respeito difundidas então.

---

(39) Nícia Vilela LUZ. *Op. cit.*, cap. II.

(40) Lídia BESOUCHET. *Mauá e seu tempo*. São Paulo, Editora Anchieta Ltda. 1942, p. 7.

Os trabalhos recomendados para a Faculdade de Recife foram os de Smith, Malthus, Ricardo, J.-B. Say e Godwin, ou seja, a escola clássica, com exceção de Godwin, considerado socialista inglês do século XVIII, que pregava a maravilha da harmonia dos interesses, o que levou um autor a dizer que a orientação dos estudos econômicos no Brasil no século XIX não foi apenas cópia da escola clássica inglesa.(41)

O primeiro a reger a cadeira foi Pedro Autran da Mata e Albuquerque, formado em direito em Aix, França. Começou por traduzir do francês, em confronto com a edição inglesa, *Os elementos de economia política,* de James Mill, pai de Stuart Mill, tradução criticada por Lourenço Trigo de Loureiro, que iria ser seu sucessor na cátedra. Mais tarde, escreveu vários livros sobre essa matéria, que lecionou também no Rio de Janeiro, para onde se mudou, depois de jubilado, vindo aí a falecer em 1881. Era de inteligência lúcida, orador fluente e professor de variado saber. Quanto às idéias, era profundamente religioso, vendo a influência celeste em todas as coisas, defendendo o poder temporal dos papas, mas, sem confundir a religião com o direito. Achava que se devia obedecer às leis quando são justas e em conformidade com a Constituição. Caso contrário, há direito à resistência, que pode ser passiva ou ativa, negando porém a doutrina revolucionária que se insurge contra qualquer ato injusto, o que não impediu de ser acusado de apologista do direito da revolução.(42) A escolha da obra de James Mill para tradução deve ter sido por resumir ela o essencial de Say, a filosofia de Bentham e a economia ricardiana.(43) Suas *Preleções de economia política* sintetizam a economia clássica inglesa, o que denota sua formação doutrinária.

O lente seguinte da cadeira foi o português Lourenço Trigo Loureiro, que escreveu *Elementos de economia política,* destinado a combater o livro do seu antecessor, sendo uma obra toda impregnada da escola clássica de Smith, J.-B. Say e outros autores anteriores a estes.(44)

O terceiro a reger a matéria foi Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, de espírito religioso e liberal, que exerceu enorme

---

(41) Ver "A economia política no Brasil", p. 207, de Paul HUGON em *As ciências sociais no Brasil.* São Paulo, Edições Melhoramentos, s.d., vol. II.

(42) Clóvis BEVILÁQUA. *História da Faculdade de Direito de Recife.* vol. II, pp. 9 a 13.

(43) Paul HUGON. Op. cit., p. 308.

(44) L. Nogueira de PAULA. *Síntese da evolução do pensamento econômico no Brasil.* Rio de Janeiro, Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, do Ministério da Indústria e Comércio, 1942, p. 23.

influência sobre a mocidade, tendo sido igualmente político e orador de notáveis dotes. Considerava que em economia devia dar-se a convergência de idéias da sociologia, da moral e do direito, pois o conhecimento do direito será sempre imperfeito se não for auxiliado pelo estudo da economia política, e sendo os fenômenos jurídicos e econômicos dois aspectos da mesma vida social, deve-se também estudá-los como parte da sociologia. (45) Esta concepção valeu-lhe a fama de ser considerado como precursor da sociologia entre nós.

Foi também professor de economia política José Joaquim Tavares Belford, que igualmente exerceu mandato legislativo, tendo sido orador fluente e possuidor de espantosa memória.

Em São Paulo, o primeiro lente de economia política na Faculdade de Direito foi Carlos Carneiro de Campos, formado em direito em Paris, adotando para o estudo o *Catecismo de economia política* de J.-B. Say. Nada escreveu diretamente sobre esse assunto, deixando fama de excelente professor por dominar a doutrina econômica, ser eloqüente na expressão e arguto na análise das controvérsias. (46) O professor seguinte, após a regência da cadeira durante um ano por Luís Pedreira do Couto Ferraz, foi o conselheiro João da Silva Carrão, que, sendo liberal em política e discípulo de Spencer em filosofia, em economia sofreu a influência de Bastiat e Michel Chevalier. A partir de 1869 introduziu em suas aulas as teorias do inglês MacLeod, que exercera acentuada ascendência naquela faculdade, o que lhe valera o cognome de *Academia Macleodista.*

Entre 1881 e 1896 assume a cátedra Joaquim José Vieira de Carvalho, que adota como texto os *Princípios de economia política,* de Antônio Ciccone e a *Economia política* de Luigi Cossa. Atribui-se a adoção desses livros à influência que teria exercido na época o grosso afluxo da imigração italiana. Ciccone é neoliberal e sofreu ascendência de MacLeod, enquanto que Luigi Cossa era neoclássico. O sucessor de Vieira de Carvalho foi José Luís de Almeida Nogueira, que lecionou de 1896 a 1914. Os clássicos ingleses Smith, Ricardo e Stuart Mill, e os franceses Say, Bastiat e Simone de Simondi exerceram importante papel na formação do seu pensamento, porém a ascendência mais notável provinha de MacLeod. (47)

---

(45) Clóvis BEVILÁQUA. Op. cit., p. 54.

(46) Spencer VAMPRÉ, citado por L. Nogueira de PAULA, op. cit., p. 26.

(47) Paul HUGON. Op. cit., pp. 310 a 313.

Verificamos assim que enquanto na Faculdade de Recife o ensino da economia política estava mais ligado aos estudos de direito e filosofia, na de São Paulo prendia-se mais aos problemas econômicos, o que se pode explicar por ser Recife um centro mais intelectualizado, ao passo que São Paulo era mais econômico, mais produtor, onde o espírito prático prevalecia.

O ensino de economia política foi também ministrado na Escola Central, mais tarde Escola Politécnica, a partir de 1869.

O primeiro a reger a matéria foi José da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, notável estadista, grande orador, destacando-se ainda por sua enorme cultura. Rio Branco fez parte também da diretoria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Embora se apoiasse solidamente nos clássicos, conservando o individualismo, rejeitava, no entanto, as conclusões liberais no plano do comércio internacional, como ficou demonstrado em sua reforma tarifária de 1874, que fixava uniformemente em 40% *ad valorem* os direitos aduaneiros, prevendo, porém, isenção de direitos de importação aos produtos necessários ao desenvolvimento industrial, podendo assim ser classificado de intervencionista e industrialista moderado.

Sucedeu-o na cátedra, de 1880 a 1914, Luís Rafael Vieira Souto, respeitável estudioso dos problemas nacionais, tendo dirigido várias comissões governamentais e ocupando ainda a vice-presidência do Centro Industrial do Brasil. Conquanto tivesse uma formação clássica, haurida dos mestres franceses e ingleses e autores mais modernos, como Levasseur e Paul Leroy Beaulieu, dará ênfase, em suas preleções, aos problemas da produção e da circulação, o que é atribuído ao fato de ser engenheiro de profissão e o ensino ser destinado a engenheiros, igualmente. A consciência da necessidade do desenvolvimento industrial leva-o a estudar as condições mais favoráveis para isso, tornando-o protecionista à semelhança de List e Carey. Vieira Souto, embora contrário à inflação, temia por sua vez outro perigo não menor: a insuficiência do meio circulante, o que o levou a combater a política deflacionária de Joaquim Murtinho,[48] conforme veremos mais adiante.

Estes foram, em forma muito sucinta e esquemática, os principais centros de estudo de economia política no país, até a proclamação da República, que inaugura novo regime, ampliando esses centros e dando novos matizes ao nosso desenvolvimento cultural e científico.

---

(48) Paul HUGON. Op. cit., pp. 319 a 332.

VII

IDÉIAS ECONÔMICAS E MONETÁRIAS DE MAUÁ

Em 1822, vindo do Rio Grande do Sul, onde nasceu, desembarcava no Rio de Janeiro, com 9 anos de idade, o menino Irineu Evangelista de Sousa, que mais tarde se tornaria Barão e Visconde de Mauá. Sem instrução nem parentes que o ajudassem, foi se empregar como caixeiro numa loja comercial.

Desejando ardentemente progredir e subir na vida, estudava à noite, sozinho ou auxiliado por algum freguês que a isso se dispunha. Assim aprendeu francês, inglês, contabilidade e outras matérias, com devotamento exemplar. Aos 16 anos entrou para uma firma inglesa, da qual se tornaria sócio aos 23 anos, graças aos esforços, dedicação e inteligência demonstrados precocemente, o que constituía, por certo, esplêndida vitória. Já aos 33 anos, dono de considerável fortuna que lhe garantiria uma existência folgada, sem trabalhar, deixa o comércio para dedicar-se à indústria, aspiração alimentada desde sua primeira viagem à Inglaterra, em 1840.

Nesse espaço de tempo, de pouco mais de duas décadas (1822-1846), o Brasil, especialmente o Rio de Janeiro, passou por profundas transformações: a Independência, forte crise monetária, Confederação do Equador, fechamento do Banco do Brasil, incompatibilidade de Pedro I com o país e sua volta a Portugal, motins militares e insurreições populares em várias províncias, empréstimos externos onerosos, dificuldades financeiras, decadência da lavoura do açúcar, base de nossa economia, enfim, acontecimentos de extraordinárias significações, prenhes de grandes lições para a mentalidade arguta e viva de Mauá.

Além disso, os contatos mantidos com comerciantes, banqueiros, funcionários públicos, políticos que freqüentavam a casa onde trabalhava e outros lugares que percorria, davam-lhe naturalmente uma visão clara e aguçada da situação do país, das necessidades e das causas dos males que sofria, proporcionando-lhe um conhecimento amadurecido e seguro do que via e fixando nele concepções

particulares a respeito de nossos problemas. Assim formou-se o Mauá definitivo que conhecemos, com realizações e idéias que repercutem até hoje, despertando interesse e controvérsia.

Que éramos então? Um país escravocrata, latifundiário, monocultor, sem indústrias nem comunicações, carente de transportes territorial e urbano, de economia periférica, escassamente povoado, sem recursos para a produção; em suma, um imenso espaço geográfico a ser povoado e fecundado para criação da riqueza material.

Orientado, com certeza, pela tarifa alfandegária Alves Branco, que elevava as alíquotas das importações, especialmente dos artigos manufaturados de que tanto dependíamos, ao abandonar o comércio Mauá adquire o estabelecimento de Ponta da Areia, em Niterói, ampliando-o consideravelmente e transformando-o no maior estaleiro e empresa metalúrgica da época. Lá se construíram 72 navios, metade da tonelagem marítima que possuíamos, entre os quais um terço da frota naval da Guerra do Paraguai. Contava com 11 oficinas, fundições de ferro e bronze, serralharia, caldeiraria, construção naval e outras, onde se construíram, além dos navios, grandes cilindros, prensas hidráulicas, engenhos de açúcar, tubos para encanamentos etc., empregando 1.000 operários. Mãos criminosas estrangeiras, entretanto, incendiaram o estabelecimento quase completamente, causando graves prejuízos.

A tarifa de 1860, isentando de direitos os produtos da lavoura e navios importados, bem como a redução das encomendas do governo, levaram Mauá a transferir, para outras mãos, o seu notável estabelecimento, com perda superior a 1.000 contos de réis. Comprou também, por 500 contos de réis, a C.^{ia} Luz Esteárica, fundada pelo francês Lajou, que ampliada e desenvolvida, passou posteriormente a um grupo industrial brasileiro, que a inseriu num conjunto fabril que dirigia. Tomou parte ainda na C.^{ia} de Curtumes, que funcionava desde 1865, destinada a aproveitar o couro do gado abatido na Capital do Império, mas que, por má administração, resultou em desastre financeiro.

Nos vinte anos decorridos entre 1853 a 1873, Mauá ajudou a todos os emprendimentos que surgiram, como banqueiro, acionista, incentivador, pois imprimia confiança a qualquer iniciativa em que aparecesse seu nome. Daí o fato de ter participado, societariamente, de fábricas de tecidos, de engenhos de açúcar etc.

Outra linha de ação de Mauá foi constituída pelos melhoramentos urbanos, sendo a de maior destaque a iluminação a gás da cidade do Rio de Janeiro, o Botanical Garden Rail Road Company, o dessecamento do vasto pântano formado pelo Mangue, a iniciativa do abastecimento de água do Rio de Janeiro, que também foi transferida para outra firma.

No domínio das comunicações, em 1874, instalou o telégrafo submarino, ligando o Brasil a outros países. Essa empresa foi vendida depois à Western Brazilian Telegraph Company; iniciou a navegação regular do Rio Amazonas por paquetes confortáveis e tentou a onerosa realização de um dique flutuante.

No setor de transportes, Mauá foi o pioneiro, e o maior impulsionador das estradas de ferro entre nós. A primeira foi a que, partindo do porto Mauá, na Baía da Guanabara, atingiu a raiz da serra de Petrópolis, o que lhe valeu o título de Barão. Discursando perante o Imperador, antevia aquele meio de comunicação unindo a corte ao Rio das Velhas, o São Francisco e seus tributários, transformando "o Rio de Janeiro num centro de comércio, indústria, riqueza, civilização e força que nada tenha a invejar a ponto algum do mundo". Associou-se à segunda ferrovia estabelecida no país e à primeira inversão inglesa nesse ramo, a Recife and São Francisco Railway Company. Concorreu substancialmente para a terceira ferrovia aqui construída, a D. Pedro II, atual Central do Brasil. Foi sócio da quarta, a Bahia and São Francisco Railway Company, organizada em Londres. O quinto empreendimento ferroviário do Brasil foi a Estrada de Ferro Santos—Jundiaí, que se chamou igualmente São Paulo Railway, ligando a capital paulista ao porto de Santos. Dessa obra Mauá foi artífice, empreiteiro, obtendo a concessão, organizando-a em Londres, a fim de obter o capital necessário. Perdeu-a por causa de chicanas dos tribunais, motivo principal talvez de sua falência. O último envolvimento de Mauá em ferrovias foi a Estrada Rio Verde, mais tarde conhecida por Minas—Rio, de cuja participação desistiu, quando já se encontrava em moratória.

Releva notar, finalmente, na atuação desse incansável empreendedor, a de banqueiro. Aproveitando a disponibilidade de capitais que a suspensão do tráfico de escravos em 1850 propiciava, organizou, em 1851, o Banco do Brasil (o segundo desse nome) e que, fundido em 1853 com o Banco do Comércio, já existente, deu nascimento ao terceiro Banco do Brasil, com monopólio das emissões. Não concordando, com a concentração emissora estabelecida, em 1854 fundou o Banco Mauá, Mac Gregor & C.ia, projetando-o como o maior do país, com filiais na Europa, Estados Unidos, Argentina, Uruguai e em numerosas cidades do território nacional.

Esta lista incompleta dos empreendimentos de Mauá, não relacionados aqui na ordem cronológica de suas fundações, permitem-nos inferir do sentido da orientação imprimida à sua obra econômica.

Obedeceu inegavelmente a um critério realista e essencialmente prático das necessidades nacionais do tempo. Explica-se, desse modo, seu interesse inicial pela indústria pesada (construção naval, metalurgia), considerada por ele a mãe das outras indústrias; pelos transportes ferroviário, marítimo e urbano; pelas comunicações e melhoramento das cidades; pela disseminação dos bancos para facilitar crédito à produção. Isso demonstra o descortino claro do desenvolvimento dos caminhos mais convenientes para nós, o que o levou a criar com audácia os instrumentos necessários para atender a tais objetivos. Enfrentava, corajosamente, os obstáculos que tolhiam o progresso nacional, como a falta de setores manufatureiros, as longas distâncias que dificultavam as transações de negócios, a carência de meios para atividades criadoras, o atraso urbano. Introduzindo nova tecnologia, e inserindo outro componente de magna importância em nosso aparelho produtor — a fabricação de artigos industriais —, mudava o perfil de nossa economia, dando-lhe maiores dimensões. Associava-se ao capital estrangeiro, quando julgava necessário, embora consciente das elevadas remunerações por ele exigidas. Apelou para o espírito de associação empresarial, visando multiplicar as forças e recursos para o bom êxito das iniciativas materiais.

Conhecedor aprofundado da realidade brasileira, não seguia as teorias econômicas liberais alienígenas, apesar de muito difundidas, por julgá-las impraticáveis entre nós, prejudiciais aos nossos interesses e por contribuírem para manter a estagnação vigente. Tal percepção provinha-lhe da avaliação justa das necessidades de que padecíamos e das capacidades latentes inaproveitadas que possuíamos, das quais tomou consciência quando jovem, ouvindo conversas entre negociantes traquejados no ofício, homens de negócios e políticos experientes, nas leituras que fazia das publicações nacionais e estrangeiras, e nas longas meditações a que se dedicava e viagens ao exterior. Eram, portanto, convicções e opiniões alicerçadas em observações atentas e prolongadas que se iam formando nele. Não se tratava, por conseguinte, de meras improvisões ou idealismo sonhador, embora seu biógrafo, Alberto de Faria, diga que Mauá se julgava um iluminado.

Foi um múltiplo homem de negócios, capitalista na mais alta acepção do termo, aspirando ardentemente implantar e desenvolver o capitalismo no Brasil, pretendendo com isso banir o retardo latifundiário e monocultor que nos asfixiava, reduzir a dependência econômica em que nos achávamos na esfera internacional, difundir o conforto nas metrópoles, dinamizar a movimentação de pessoas e mercadorias dentro de nosso território, alargar as fronteiras econômicas, robustecer o mercado interno. Daí ser contra o trabalho

escravo, de consumo restrito e marginalizado e preconizar a liberação do crédito, com intuito de expandir a produção e o comércio.

E era disso que o Brasil precisava ansiosamente para sair do anacronismo material e social em que vivia. Representou, nessas condições, papel singular em nossa história, tornando-se figura louvada ou criticada, discutida e lembrada até agora. Era um inimigo social do regime, o que lhe acarretou não poucos adversários, a começar pelo Imperador, trazendo-lhe em conseqüência bastantes dissabores e transtornos nos negócios. Contudo, apesar de seu fracasso pessoal no fim da vida, sua obra foi grandiosa, de imenso vulto e significação, constituindo um marco de relevo, o que levou J. F. Normano a falar em "pequena revolução de Mauá". A importância do que executou no campo material reside em ter representado a aspiração mais avançada do seu tempo, contribuindo para o progresso da nação.

Não vamos julgá-lo, no entanto, porque não é este o nosso objetivo. Mencionamos apenas suas realizações mais salientes, como exemplo de concretização de uma tendência ao momento histórico em que viveu e do qual foi sem dúvida o mais lídimo representante.

Mas, além de empreendedor audaz e talvez por isso mesmo, Mauá, como já dissemos, estudou nossos assuntos econômicos e financeiros, pois a teoria econômica estava intrinsecamente ligada à sua atuação prática. Daí a interferência direta que teve nas questões bancárias, esforçando-se por erguer um mercado de capitais destinado a incrementar nossa expansão material.

A função de banqueiro exercida por Mauá talvez tenha sido a mais trabalhosa, porém, constituiu indubitavelmente, aquela que lhe deu maior realce, tanto aqui quanto no exterior, sendo freqüentemente a mais visada pelos seus críticos. Através dela, no entanto, pôde desenvolver sua extensa e profícua ação industrial e comercial, pois essa função servia de respaldo a todos os seus empreendimentos. Foi ainda atuando nesse campo que foram brotando as idéias que lhe possibilitaram formular suas concepções a respeito dos problemas econômicos, financeiros e particularmente monetários de nosso país.

Estas idéias financeiras e monetárias de Mauá resultaram de sua experiência cotidiana, fixando, em sua acuidade intelectual, os pontos de vista depois defendidos; ele mesmo disse que suas reflexões eram frutos de "uma experiência e estudo práticos de mais de meio século das coisas do nosso país".(1)

(1) *O meio circulante no Brasil*, in *Visconde de Mauá — Autobiografia*, de Cláudio GANNS. Rio de Janeiro, Editora Zélio Valverde, 1943, p. 325.

Mauá não aceitou as teorias dos clássicos nas questões monetárias, por julgá-las inadequadas às nossas condições, elaboradas em outros lugares e desvinculadas de nossa realidade. Escreveu por isso: "... cumpre estar prevenido contra certas idéias apregoadas com dogmática severidade por parte de doutrinários inflexíveis, as quais nem sempre são aplicáveis a países onde as causas que determinaram certos fenômenos são diversas e portanto o regime aconselhado como salvador de altos interesses para uns, daria em resultado ficarem estes seriamente comprometidos em outros, se o bom senso não repelisse o *presente grego* que os chamados *mestres da ciência* lhe querem impor."(2) Em seguida acrescentou: "... o que têm dito e escrito os mestres da ciência econômica não nos constrange e nem nos assustam as doutrinas por eles apregoadas, elevadas à categoria de *axiomas*, tratando-se de moedas." Sua observação e atuação prática indicavam-lhe caminho diferente, apresentando, em vista disso, concepções próprias, como aconteceria mais tarde com Rui Barbosa e Roberto Simonsen. Dizia que em vão procurou-se um *valor tipo* com o qual fossem comparados todos os outros valores, falhando ou esbarrando-se as pretensões, com a impossibilidade de determinar a importância da *participação de agentes naturais* na sua formação, sendo certo haver, para uns, soma de *esforços pessoais* para produzi-lo, e para outros, predominando maior auxílio de *agentes naturais*,(3) concluindo ser viciosa a teoria da moeda, economicamente falando, e não responder à questão que pretende resolver.(4) O verdadeiro tipo de valor, tanto em moeda quanto em outros objetos, é a oferta e a demanda. Entre nós, para se conseguir uma circulação metálica, seria necessário aumentar a produção em tão alta escala, que fosse capaz de produzir saldo em nosso balanço de pagamentos, para o qual não dispúnhamos de recursos nem de meios, ou então importar metais, que em nosso caso, possivelmente, veríamos regressar pelo mesmo paquete, o que constituiria o cúmulo dos disparates: o absurdo não se discute, rejeita-se.(5) Repelia categoricamente a teoria clássica da moeda.

Devido à deficiência notória de metais preciosos para a troca, tornou-se preciso recorrer à criação dos papéis de banco, decorrendo daí que os países possuidores de amplos recursos para manter ótimo o meio circulante, puderam substituí-los, temporariamente e

---

(2) Idem, ibidem, p. 303.
(3) Referia-se ao valor-padrão dos clássicos para a mercadoria ouro.
(4) Idem, ibidem, p. 306.
(5) Idem, ibidem, p. 315.

com vantagem, pelo papel inconversível de bancos de inteiro crédito que, forçados por circunstâncias especiais, foram compelidos a conservar em sua carteira, em lugar de ouro, os títulos particulares de bom crédito e do Estado, representando suas notas em circulação.(6)

Partindo desse princípio e com vistas ao Brasil, considerou a guerra contra a Confederação Argentina a causa da copiosa emissão do nosso primeiro Banco do Brasil, que se tornou *papel inconversível,* transformando-se no *único* meio circulante do país.(7) Era, conseqüentemente, uma constatação que Mauá fazia. Esta a origem de *papelista,* que lhe foi atribuída por uns e negada por outros, como se se tratasse de horrível mancha.

Ao propugnar pelas emissões de papel inconversível, Mauá tinha em mira promover recursos para o desenvolvimento, através do incentivo ao aparecimento e expansão de empresas em nosso meio (e não somente para as suas, como alguns lhe assacaram). Lembremos que unicamente entre 1857 e 1860, organizaram-se no Império mais de 80 companhias, quase todas com privilégios, subvenções e outros favores concedidos pelo governo.(8) Por isso escreveu que, desde 1850, já se operavam transformações nesse sentido, devido ao espírito de associação que começava a dar os primeiros passos, assustando os rotineiros, que procuravam "atar as pernas do gigante, com receio de que, caminhando, pudesse cair, impedindo com isso maior desenvolvimento das forças produtivas, pela falta de instrumentos que servissem de motor às transações."(9) O receio dos conservadores era que as emissões se transformassem nos tristemente célebres "assinados" franceses; a fim de prevenir, recomendavam "marchar com pausa, meditação e estudo prático — sem tocar a meta do *abuso* — pois é uso que preconizamos e jamais o abuso."(10)

Fala-se até hoje que as emissões influem nas flutuações do câmbio. Mauá refutou tal asserção brilhantemente várias vezes, sobretudo na famosa resposta à comissão de inquérito sobre a crise de 1859. Depois de afirmar que o curso do câmbio é regido em toda parte pela lei da oferta e da procura, apontou como causas da baixa do câmbio a deficiência das colheitas ou estagnação da

---

(6) Idem, ibidem, p. 305.
(7) Idem, ibidem, p. 304.
(8) Valentim Bouças. *História das dívidas externas da União,* antes mencionada.
(9) Cláudio Ganns. Op. cit., p. 322.
(10) Idem, ibidem, p. 318.

exportação, depreciação desses produtos nos mercados consumidores, importação excessiva e algumas influências transitórias.

Entre nós sempre houve escassez de meio circulante, comprovada pela manutenção da taxa constantemente acima do juro mercantil. Para atender às necessidades da produção não é indispensável que os meios sejam ouro ou prata. Estava convicto, em vista disso, de que a circulação de um papel bancário bem garantido, embora inconversível e de emissão contida por certos limites legais é um grande bem, e havendo possibilidade de realizá-lo em metal, converte-se na forma mais perfeita do meio circulante. Qualquer abuso é prejudicial e condenável. Não admite que a concentração emissora possa fazer jorrar o ouro, como muitos acreditam, por ser despotismo bancário, perguntando: os déspotas não abusam? Para as emissões desregradas, o corretivo eficaz é a concorrência regulada por lei, garantindo os interesses públicos e bancários, contra os perigos dessa faculdade.(11)

Ao fundar o Banco Mauá, Mac Gregor & C.ia, com capital realizado de 20.000 contos de réis, seu plano era o de torná-lo um vasto estabelecimento de crédito, com filiais nas capitais das vinte províncias do Brasil, secundando esse mecanismo com filiais igualmente em Londres e Paris, alimentando operações de crédito e finanças para o progresso econômico. Constituir-se-ia em centro monetário e financeiro da América meridional. Dessa forma, as empresas brasileiras, amparadas por crédito do governo, não precisariam *arrastar-se abatidas* aos pés da usura desapiedada dos maus elementos financeiros da praça de Londres; 5% de garantia e não 7% constituiriam base suficiente para conseguir ajuda do capital europeu. Centenas de milhares de contos de réis seriam poupadas dessa maneira.(12)

Para a lavoura, que considerava como a fonte de toda a riqueza pública do Brasil, recomendava a instituição de letra hipotecária, lastreada nas apólices da dívida pública do Brasil, facilitando assim os recursos para seu desenvolvimento.(13)

Verifica-se por aí que Mauá tinha em mente a formação de um mercado de capitais para incrementar a expansão e diminuir nossa dependência da finança estrangeira, que cobrava juros elevados. Esclarecia que seu raciocínio abrangia o Império e não sua Capital, o que explica o apoio dado às medidas de pluralidade

---

(11) Relatório da Comissão de Inquérito sobre a crise de 1859.

(12) "Exposição aos credores", *in* Cláudio GANNS. Op. cit., pp. 235 e 236.

(13) Idem, ibidem, p. 224.

bancária de Sousa Franco, tão necessárias realmente, como demonstramos antes e que o próprio Mauá praticava em sua atividade bancária.

Estas concepções econômicas e financeiras de Mauá, apesar de sua imensa significação, têm sido postas de lado ou esquecidas pelos seus biógrafos, exegetas e estudiosos dos assuntos nacionais. O primeiro, senão o único, a abordá-las foi Santiago Fernandes, em seu admirável livro, lamentavelmente de pouca repercussão, *Ouro — a relíquia brasileira,* onde disse com muita razão que "a contribuição e o espírito científico de Mauá são de tal modo importantes que estão a exigir trabalho especial que lhe dê o relevo que merece", estudando com profundeza sua crítica à teoria clássica do padrão-ouro, em resumo muito bem feito, destacando os reflexos daí advindos sobre os variados âmbitos da ciência econômica. Trata-se, com efeito, de eminente economista, dedicado aos assuntos nacionais, com toda seriedade, buscando soluções condizentes com nossos melhores interesses, desapegado das teorias clássicas, inconvenientes para nós, mas prestigiosas entre técnicos e políticos, como se fossem doutrinas eternas, de validade universal e inabaláveis.

Tinha razão, pois, Vicente Licínio Cardoso ao escrever que, "se a mentalidade de Pedro II tivesse o vigor construtivo da cerebração de Mauá, teríamos constituído na história dos povos, um caso de evolução interessantíssima."(14) Os empreendimentos arrojados que levou a cabo e sua rara capacidade no campo teórico-científico, fizeram de Mauá uma figura excepcional em sua época e mesmo posteriormente, considerando-se o tempo e meio em que viveu e sua formação inteiramente autodidática.

Em breve síntese, são estas as idéias econômicas e monetárias de Mauá.

---

(14) Vicente Licínio CARDOSO. *À margem da História do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 168.

VIII

CRISES ECONÔMICAS DO SEGUNDO REINADO

As crises econômicas do Brasil têm sido pouco estudadas, e mesmo assim em forma sucinta. Seus exames procedem-se exclusivamente nos trabalhos de finanças e de história bancária, aparecendo por isso como crises comerciais ou bancárias e nunca sob o aspecto econômico, que elas realmente possuem.

Tal fato se deve à fisionomia que freqüentemente adquirem em seus começos, mas que não passam de aparências, escondendo ou envolvendo elementos mais profundos e importantes. Assim, quando se produz uma retração súbita e forte no comércio, provocando a falência e o fechamento de várias casas comerciais, denomina-se de crise comercial, quando na realidade representa um desequilíbrio entre a oferta e a procura, ou seja, um fenômeno tipicamente econômico. Outras vezes esse desequilíbrio resulta do acúmulo de enormes estoques feitos à custa de operações bancárias, conduzindo à não satisfação dos compromissos assumidos, provocando crises e falências de casas de créditos, passando a chamar-se por isso de crise bancária, não passando na verdade, também, de um fenômeno econômico. A famosa Grande Depressão de 1929 teve início com um craque na Bolsa de Nova York, sendo, no entanto, atribuída a uma simples crise bolsista. Só mais tarde revelou toda a extensão de seu caráter econômico, não só nos Estados Unidos, como em todo o mundo. Foi o maior abalo que o mundo capitalista sofreu, com tremenda repercussão social e política.

Não vamos, evidentemente, ocupar-nos de todas as crises que ocorreram no Brasil, porque isso requereria um livro, mas pretendemos abordar somente as que se deram no Segundo Reinado, e mesmo assim em forma resumida, por terem sido as mais freqüentes e profundas, podendo, por isso, servirem de paradigma às demais.

O Segundo Reinado foi a época de maior prosperidade que o Brasil conheceu até então. Isso se deveu especialmente à maravi-

lhosa expansão da economia cafeeira, cuja produção ia num crescendo contínuo. Tal crescimento nos levou a uma posição hegemônica no comércio internacional desse produto, representando ele, já entre 1875 e 1880, 50% da produção mundial. Igualmente seus preços se elevaram, pois o valor médio da saca passou de 1,32 libras no decênio 1841-1850 para 2,54 libras entre 1881-1890. Dilataram também sua participação no comércio exterior da época o fumo, a borracha e o mate.

Em conseqüência de tal incremento, nosso comércio exterior começou a acumular saldos favoráveis, decorrendo daí que nos dois qüinqüenios de 1840-1844 e 1885-1888,(1) sobre uma importação de 1.304.974 contos de réis, tivéssemos uma exportação de 1.395.782 contos, com diferença favorável, por conseguinte, de 90.808 contos.

Nesse tempo tiveram início as estradas de ferro, a imigração estrangeira, o telégrafo, fundou-se grande número de bancos, ampliou-se o comércio interno, as cidades cresceram, dando surgimento ao processo de industrialização, particularmente nos centros urbanos da Região Sul do país.

A Europa refazia-se rapidamente das Guerras Napoleônicas, aumentando e desenvolvendo sua produção, graças a novos métodos recém-descobertos, aparecendo grandes concentrações industriais na Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, duplicando ou triplicando em certos casos suas populações. Os bancos difundem-se desempenhando papel cada vez maior na dinamização do comércio interno e exterior. O capitalismo clássico imperava em toda sua plenitude, expandindo-se pelo mundo. Era uma nova idade de ouro, com a difusão do livre-câmbio, eliminação das fronteiras políticas, integração das economias nacionais num sistema econômico mundial, e como resultante do intercâmbio internacional, a dependência cada vez maior dos países.

Nos Estados Unidos, a partir de 1860, a indústria desloca-se para o Oeste, em busca de matérias-primas, procurando um barateamento de seus custos.

Mas, apesar dessa era de progresso que soprava de todos os quadrantes, o mundo, de vez em quando, sofria determinados abalos convulsivos, que o imobilizavam por momentos, levando-o mesmo a uma paralisia temporária: eram as crises cíclicas que emergiam, produzindo estragos e devastações semelhantes às passagens dos temporais.

Esses abalos foram registrados na história econômica do mundo, por constituírem verdadeiros marcos divisores de épocas,

---

(1) Representa só um quatriênio.

por vezes com profundos reflexos sociais. Os principais e mais significativos são os que a seguir mencionamos.

Em 1847 sobrevêm dificuldades nas construções ferroviárias da Inglaterra, arrastando atrás de si a construção civil, com repercussão nas indústrias mineira e metalúrgica e conseqüente baixa da produção e dos preços. Crises monetárias e bancárias se produzem na Inglaterra e na França, com desemprego e redução salarial. Tem lugar então levantes populares na Inglaterra, com o renascimento do cartismo, e as revoluções de 1848 na França, Alemanha, Áustria, Hungria, Tchecoslováquia e Itália.

Após essa crise, com as medidas tomadas e a abertura da China ao comércio internacional, a Europa, particularmente a França, experimenta florescimento. Segue-lhe a descoberta do ouro nos Estados Unidos e na Austrália. Apesar disso, em 1857 outra crise eclode, com *débâcles* ferroviárias nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França, decepção com as minas de ouro, especulações imobiliárias, crise na indústria de transformação. Nos Estados Unidos, entre 1857 e 1858, 9.655 empresas fecharam suas portas, com passivo maior de 400 milhões de dólares.

O período seguinte é dominado pela consagração e acentuação do livre-câmbio na França e na Inglaterra e a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, com perturbações monetárias, explodindo a verdadeira crise em 1866. Como sempre, sua acompanhante é a diminuição do consumo, baixa da produção, crise monetária, crise bolsista, redução do salário e desemprego. Uma tempestade violenta se desencadeia sobre Lombard Street e o Crédit Immobilier, da França, entra em liquidação.

Até 1865 as crises industriais eram sobretudo inglesas, francesas e americanas, mas, a partir de 1870, elas começaram a envolver a Alemanha, a Áustria e mesmo a Dinamarca. Em 1873 eclodem crises ferroviárias, mineiras e metalúrgicas na Alemanha, com baixas de preços e produz-se pânico na Bolsa de Viena. Nos Estados Unidos, em 1871, têm lugar 2.915 falências, subindo para 4.069 em 1872, seguindo-se uma derrocada geral no ano posterior, provocando enormes filas de desempregados.

Em 1882, verifica-se crise bolsística extremamente grave em Paris e em Lião, acontecendo a mesma coisa nos Estados Unidos, em 1884, precedida por um pânico bancário que atingiu vários estabelecimentos de crédito. Conseqüência: baixa de salários, redução do tempo de trabalho, desemprego, greve, violentas perturbações da ordem pública em Chicago, com o famoso 1.º de Maio de 1886, que iria se transformar no dia internacional dos trabalhadores. Em 1885 e 1887, é particularmente elevado o desemprego na Inglaterra.

Em 1893 há queda na Bolsa de Nova York, com mais de 3.000 falências comerciais e desorganização completa do mercado monetário. A crise se estende à Austrália e o desemprego faz numerosas vítimas na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos.(2)

Esses movimentos cíclicos repetiam-se aqui de modo quase que sincronizado, como se fossem efeitos automáticos, ou com pequena diferença, como se fossem seus reflexos diretos. Muitos deles chegavam mesmo pelos "paquetes", isto é, os navios que faziam as ligações regulares entre nós e a Europa, ou resultavam da necessidade de pagamento a que nos forçavam nossos credores em dificuldades, ocasionando-nos perturbações, que se transformavam em crises.

Vejamos alguns exemplos ilustrativos:

Tais transtornos se manifestavam sobretudo em nosso comércio exterior. Assim, a crise de 1847 atingiu nossas exportações, pois, de 57.920 contos em 1847-48, caíram para 56.290 contos em 1848-49 e a 55.032 contos em 1849-50. As importações, que eram de 55.740 contos em 1846-47, baixaram para 47.350 contos em 1847-48, subindo para 51.570 contos em 1848-49, sem alcançar, contudo, o nível de 1846-47.(3)

Em 1857 a crise européia e norte-americana repercute de modo mais profundo. As exportações, que eram de 114.547 contos em 1856-57, descem para 46.200 contos em 1857-58; em libras-ouro, nos mesmos dois anos, reduzem-se de 13.150.000 a ...... 10.669.000. A famosa Casa Bancária Alves Souto sofre uma corrida perigosa. Sobre esse abalo econômico escreveu um historiador de nossas finanças: "Foram orçados em 15.000:000$ os prejuízos resultantes dessa crise, verificando-se que o número de falências na praça do Rio de Janeiro, tendo sido de 49 em 1857, elevou-se a 90 em 1858."(4)

A crise de 1864-66, na Europa, pegou os Estados Unidos envolvidos na Guerra de Secessão e o Brasil na véspera da Guerra do Paraguai. Foi uma das mais intensas de que há memória entre nós, sendo mais conhecida pela "quebra do Souto", devido à repercussão provocada pelo desmoronamento desse tão célebre estabelecimento. O número de casas e indivíduos que suspenderam

---

(2) Este resumo é baseado no livro de Henri ARDANT. *Les crises économiques*. Paris, Flammarion, 1948.

(3) IBGE. *Anuário estatístico do Brasil, 1939-40*. (Apêndice, p. 1 358.)

(4) A. B. de Ramalho ORTIGÃO. "A circulação. Crise do xenxém. Evolução das leis monetárias. Crises de 1857 e de 1864" (Tese apresentada ao Primeiro Congresso Nacional de História). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, set., 1914, t. especial, parte IV, p. 500.

seus pagamentos, faliram ou fizeram concordatas até março de 1865, elevou-se a 95, sendo seu ativo calculado em 93 mil contos e o passivo em 110 mil contos. As perdas provenientes dessas quebras foram estimadas entre 65 mil e 70 mil contos, dando lugar a um enorme surto emissionista, a fim de acudir à praça em pânico. Só o Banco do Brasil prestou auxílio a bancos e banqueiros no valor de 34.119 contos e o montante das letras protestadas, entre setembro e dezembro de 1864, subiu a mais de 17 mil contos. (5)

Essa "quebra do Souto" teve repercussão em várias províncias de então, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Paraíba e sobretudo Bahia, onde ocasionou numerosas falências.

As crises européia e norte-americana de 1873 refletiram-se entre nós com um decréscimo da exportação, pois, de um valor de 214.900 contos em 1872-73, reduziu-se para 189.700 contos em 1873-74, e em libras-ouro elas passaram, entre um e outro período, de 373.400 para 342.500.

O mesmo efeito depressivo teve a crise de 1882, levando nossas exportações a se contraírem de 209.851 contos em 1881-82 para 197.033 contos em 1882-83, sendo que em libras-ouro elas passaram de 392.103 para 387.297. (6) A crise de 1890-93 traduziu-se entre nós na famosa crise de Encilhamento, muito conhecida. (7)

Essas reduções das exportações nos levavam, como é natural, a uma perda de substância, pois dependíamos quase que só das vendas ao exterior a fim de conseguir os recursos para as despesas que fazíamos lá fora e também atender aos compromissos que assumíamos. Além disso, tinham como conseqüência, quase sempre, falências nas principais praças do país, desorganização do mercado e influência maléfica sobre a taxa cambial.

Tal simultaneidade dos movimentos cíclicos entre o Brasil e os demais países, principalmente Europa e Estados Unidos, não era, evidentemente, mera coincidência, mas fazia parte de nossa inserção na economia mundial, da posição periférica que nela ocupávamos e de nossas ligações econômico-financeiras com aqueles países.

---

(5) Relatório da Comissão encarregada de estudar a crise do mês de setembro de 1864. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1865, p. 73.

(6) Dorival Teixeira VIEIRA faz um pequeno resumo de nossas crises em seu livro *Evolução do sistema monetário brasileiro*.

(7) Este assunto foi por nós estudado em "Rui Barbosa e o Encilhamento", *Desenvolvimento & Conjuntura*, out. e nov., 1964, como se verá adiante.

Refletia, por isso, sobretudo, nossa fraqueza econômica, que decorria, por um lado, do fato de sermos uma nação exportadora de matéria-prima de importância secundária no mercado internacional e, por outro lado, de uma dependência quase absoluta da importação de produtos manufaturados, em grande escala. Importávamos até palitos e cabos de vassoura.(8)

Dentro desse quadro geral que emoldurava a situação nacional, tínhamos debilidades muito grandes, que nos tornavam vulneráveis a qualquer abalo ou desequilíbrio. Uma delas consistia no contínuo *deficit* orçamentário que nos caracterizava, tendo-se mesmo cunhado o *slogan* de que "o Império é o *deficit*". Durante os 49 anos do Segundo Reinado, sobre uma receita no montante de 766.333:678$, houve uma despesa de 917.057:201$, resultando um *deficit* global de 150.723:523$. Entre as causas desse *deficit* avultam dois grandes acontecimentos de nossa história: a Guerra do Paraguai e a seca do Ceará, de 1877. Por isso, no qüinqüênio de 1865-69, o *deficit* foi de 64.965:698$, representando 43,1% e, no qüinqüênio de 1875-79 o *deficit* foi de 38.631:733$, representando 25,6%, significando que a soma desses dois *deficits* atingiu cerca de 80% do total. Além desses dois fatores principais de nossos *deficits* orçamentários, a causa fundamental de sua permanência em quase todos os exercícios financeiros era o defeituoso sistema tributário existente. Isso ocorria porque a lavoura, nossa principal fonte de riqueza, não pagava quase impostos. Estes recaíam, em sua maior parte, sobre a importação e as transações urbanas, as fazendas continuando a bastarem-se a si mesmas, ademais de grande parte da população — a escravaria — achar-se fora da economia monetária.

Outra grande debilidade de nossa economia, e talvez a mais grave de todas, residia no uso e abuso dos empréstimos externos. Recorríamos a eles para todos os fins: para cobrir *deficits* orçamentários, para custear as guerras externas, para ocorrer aos gastos com as secas e até para atender às remunerações desses mesmos empréstimos, quando atrasados. E eram onerosos, porque, além dos compromissos que nos obrigavam a encargos fixos e permanentes, já elevados, havia outros que tínhamos com nossos representantes em Londres, os banqueiros N. M. Rothschild & Sons, as comissões que pagávamos, tanto a nacionais quanto a estrangeiros, e os tipos em que eram negociados, implicando tudo em descontos apreciáveis, de modo a reduzir de forma substancial as importâncias efetivamente por nós recebidas. Amaro Caval-

---

(8) Amaro CAVALCANTI. *Resenha financeira do ex-Império do Brasil.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 184.

canti[9] estimou que, sobre um valor nominal de 44.172.050 libras (sem contar o empréstimo de 1888), recebemos realmente ...... 37.367.538 libras, ou seja, 6.804.512 libras a menos.

Representavam ainda os empréstimos perda de substância para nossa economia. Em muitos casos, tais operações figuravam só como novos encargos assumidos, porque suas importâncias, permaneciam em todo ou em parte em Londres, destinadas a satisfazer os compromissos naquela praça. Nenhuma possuía fins reprodutivos. E durante o período histórico que estamos examinando, fizemos 13 empréstimos desses.

Outro aspecto, de não menor relevo, de nossa fraqueza econômica da época derivava da ausência de industrialização. É verdade que tivemos as iniciativas de Mauá e outros, florescidas sobretudo no decênio de 1850-60, mas que por falta de proteção adequada da parte dos governantes não se mantiveram, apesar dos enormes sacrifícios realizados. Faltou-lhes, sobretudo, uma política protecionista firme e permanente para garanti-las, como faziam nos Estados Unidos. A esse respeito, depõe Amaro Cavalcanti: "Dar hoje proteção aduaneira a certa indústria e amanhã diminuí-la ou retirá-la mesmo, antes de alcançar o efeito desejado — sem o devido critério ou pela simples razão de desagravar o imposto — como já se tem feito entre nós, é erro considerável e prejudicialíssimo, sobretudo ao capital, cujo emprego em tal ou tal indústria depende sempre de fé na ordem de coisas existentes." Essas oscilações temporárias, quase sempre de caráter liberal, quando não representavam imposições estrangeiras, eram justificadas como defesa do consumidor. O mesmo Amaro Cavalcanti, fazendo um balanço das realizações do Segundo Reinado, dizia que era um fato patente e *sentido* a carência de indústria por todo o país. Enumerando as que existiam então, citava algumas pequenas fábricas de tecidos de algodão, não chegando a 100 (cem) talvez em todo o país, oficinas ou fundições de ferro nas cidades principais, oficinas de construção, de madeira, fábricas de bebidas alcoólicas e de preparação de fumo e poucas outras mais, em geral relativamente insignificantes.[10]

Ora, confrontando-se este quadro com a situação dos Estados Unidos em época idêntica, observa-se radical diferença, oposta mesmo. Assim, os Estados Unidos nunca se atolaram no pântano dos empréstimos externos, como nós o fizemos, sem conseguir sair dele até agora. Suas dificuldades internas, suas crises, eles sempre as resolveram através de medidas internas, como elevação dos

---

(9) Idem, ibidem, p. 180.
(10) Idem, ibidem, p. 183.

tributos, emissões, empréstimos internos, sem empenhar o futuro do país em compromissos onerosos. Aconteceu isso, por exemplo, com a Guerra de Secessão, que coincidiu mesmo com a nossa Guerra do Paraguai. As despesas que essa luta fratricida acarretaram, bem como as pensões daí decorrentes, foram avaliadas em 4.823.000.000 de dólares. Para cobri-las, primeiro alteraram as tarifas aduaneiras, elevando-as até 47%, em seguida instituíram um imposto sobre a renda, que foi subindo gradativamente até atingir a 347.000.000 de dólares, na época da sua extinção, em 1872. Além disso houve as emissões das famosas *greenbacks,* num montante de 50.000.000 de dólares. Em conseqüência de todas estas providências de "efeitos revolucionários", na expressão de um dos historiadores de sua economia, (11) surgiu o Sistema Federal de Reserva.

Nós custeamos a Guerra do Paraguai com dois empréstimos externos: um realizado em 1865, no valor de 6.936.600 libras, e o outro, em 1871, no montante de 3.459.600 libras, além das emissões internas.

Por outro lado, os Estados Unidos, desde o início de sua independência, criaram fortes e intensos núcleos industriais nas regiões do Norte, os quais, depois da Guerra Civil, deslocaram-se para o Oeste, no objetivo duplo de se aproximarem dos centros de matérias-primas e de ocupação demográfica de novas regiões, fortalecendo-as e ampliando-as com isso.

Estas duas orientações de política econômica marcaram rumos diversos aos dois países, influindo em seus destinos históricos, aparecendo hoje essa diversidade de forma tão evidente quanto depreciativa para nós.

Foram dessa forma, estas duas maneiras de resolver suas crises que em parte traçaram os destinos diferentes seguidos pelas duas nações, com resultados divergentes.

Para os clássicos da economia política, as crises e depressões eram questões secundárias. Para Simondi, por exemplo, o único recurso dos fabricantes para escoar sua produção consistia na busca de mercados externos. Para Leroy Beaulieu, as crises estavam a caminho de seu desaparecimento, resolvendo-se por si mesmo. Vilfredo Pareto chegava a perguntar: "... é possível impedir as crises, será útil fazê-lo?" (12)

Esta pouca atenção pelos movimentos cíclicos do capitalismo foi característica de quase todos os economistas da época, com exceção de Marx, que lhe deu grande importância, atribuindo-lhe

(11) Harold Underwood FAULKNER. *Histoire économique des États-Unis d'Amérique,* Presses Universitaires de France, 1958, t. II, p. 503.

(12) Ver, a respeito, Henri ARDANT. Op. cit., pp. 143 a 150.

mesmo um movimento crescente, que marcaria a sua derrocada final. Esse interesse só foi despertado bem mais tarde, após a chamada Grande Depressão de 1929, dando motivo a numerosos estudos a respeito, a começar pela famosa obra de Keynes.

Desde logo, as nossas crises tinham características próprias, diversas das que se davam na Europa e Estados Unidos. As nossas eram quase sempre "importadas" ou seja, eram conseqüência das perturbações ocorridas lá fora, repercutindo sobre nossas exportações e créditos externos, redundando em depressões internas. Estas depressões eram agravadas por nossas fraquezas econômicas antes mencionadas, que constituíam a nossa "contribuição", por assim dizer, às crises. Outras vezes, com as crises européias, os credores exigiam remessas de numerário, como aconteceu em 1857, desfalcando com isso nossos exíguos recursos, agravando ainda mais a situação financeira geral.

No entanto, apesar destas feições próprias que predominavam na situação nacional, os estudiosos brasileiros atribuíam as causas da crise ao abuso do crédito. Esta foi a conclusão geral a que chegou a comissão que estudou a crise de 1864.([13]) Ora, tal abuso de crédito era característica de todos os países capitalistas, sendo a causa das superproduções, que eram manifestações típicas das crises.

Outra alegação feita às nossas crises foi quanto à quantidade de bancos existentes, julgada excessiva, e aos poderes emissores que possuíam. Tal expansão bancária, no entanto, decorria de uma situação concreta. Efetivamente, a extensão territorial do país e as dificuldades de comunicação, principalmente no fim da década de 50, que foi época de excepcional desenvolvimento material, levaram uma série de firmas comerciais, empresas industriais, associações ou meros indivíduos a emitirem recibos, vales, notas promissórias e até verdadeiros bilhetes à vista ou ao portador, em vários pontos do Império. Tal acontecimento demonstrava, sem dúvida, uma real escassez do meio circulante e a necessidade de atendê-la. Foi diante dessa situação que o então ministro da Fazenda, Souza Franco, como vimos antes, autorizou a criação de cinco bancos emissores em diversas províncias, apesar de haver cinqüenta projetos nesse sentido. Tal era essa necessidade que mesmo Torres Homem, sucessor de Sousa Franco no Ministério da Fazenda e de idéias opostas a ele, autorizou a criação de dezesseis bancos.([14])

---

(13) Relatório sobre a crise de 1864, antes mencionada, p. 87.

(14) Sebastião Ferreira de SOUSA. *Esboço ou primeiros traços da crise comercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864.* Rio de Janeiro, Eduardo Henrique Laemmert, 1865, pp. 52 a 54.

Outro argumento alegado como causador das crises eram as emissões fiduciárias, propiciando a especulação. Ora, a especulação é um elemento intrínseco do capitalismo e recomendado mesmo quando usado em certa dose como fator de progresso econômico. Não se pode pois atribuí-la à abundância de dinheiro, como se fazia entre nós naquele tempo. Os Estados Unidos, o país de maior progresso da época, têm sua história econômica pontilhada de períodos especulativos, como, de resto, também sucedeu na Europa. Além disso, já naquele tempo predominavam os interesses políticos nas concessões de favores governamentais. Assim depõe um contemporâneo, sobre o assunto: "Quem há aí que ignore que os governos desprezavam as *propostas* de maior vantagem para os cofres públicos, os planos mais de acordo com as necessidades das populações e das indústrias, para, muitas vezes, atender, só e somente, a satisfação dos mesquinhos empenhos políticos?"(15) Por outro lado, possuíamos um balanço de pagamento deficitário, em decorrência dos enormes encargos no exterior, o que ocasionava constante evasão de moedas metálicas. Sebastião Ferreira de Sousa, estudando somente o período de um ano e considerando apenas as remessas para pagamento das dívidas externas, remessas de portugueses aqui residentes, viagens de brasileiros ao exterior e *deficit* do comércio exterior, chegou a um total de 22.400 contos. Aí faltam, como se sabe, outros "invisíveis", como fretes, seguros, a remuneração de vários investimentos, a respeito dos quais não temos notícias. No entanto, mesmo assim, estimou ele em 224.000 contos aquelas remessas mencionadas para os anos de 1853 a 1864.(16) Entretanto, por levantamento feito no livro de Castro Carreira, o *superavit* da balança comercial do Brasil em 49 anos do Segundo Reinado foi de 89.808 contos. Nessas condições, como salienta Sebastião Ferreira de Souza, a Moeda fiduciária era o único recurso que nos sobrava para animar os negócios internos, ou seja, para o desenvolvimento do país. Esse foi mesmo o papel histórico por ele representado em nossa evolução econômica. Em seu folheto *O meio circulante do Brasil,* escreveu Mauá, grande homem de negócios: "A história desse meio circulante nos fez saber que, não obstante seu *papel inconversível,* tem tido, não poucas vezes, *valor muito superior ao ouro, fato único* também na história financeira das nações. O que representa esse papel em última análise? O *crédito do Brasil,* representado nesses multíplices e multiplicados elementos, que criaram a riqueza *que existe* e farão aparecer a grandiosa riqueza futura de que a mais ousada com-

---

(15) Amaro CAVALCANTI. Op. cit., p. 181.
(16) Sebastião Ferreira de SOUSA. Op. cit., p. 64.

preensão não pode fixar o algarismo."[17] Sua experiência de empresário é que ditava tais palavras.

Os inimigos da moeda fiduciária argumentavam também que ela influía na depreciação da taxa cambial. Quem, porém, se incumbiu de desfazer esse equívoco foi um dos maiores financistas da época — o Visconde de Ouro Preto —, dizendo, em discurso pronunciado em 18 de março de 1870, que a circulação fiduciária não influía na quebra do câmbio, indicando como exemplo as grandes emissões de 1859-60, que passaram de 51 mil para 90 mil contos, subindo o câmbio de 23 para 27 dinheiros; quinze anos mais tarde, com a crise que sofreu a praça do Rio de Janeiro, o governo teve de emitir e o câmbio subiu para 28 e talvez mais do que isso.[18]

Portanto, verifica-se que a moeda fiduciária bem aplicada e bem dosada é benéfica e serve de estímulo à expansão econômica, tendo contribuído para nosso desenvolvimento durante o Segundo Império. As especulações havidas, além de serem peculiares ao regime, não podem ser imputadas unicamente às emissões, como queriam os partidários da moeda metálica.

Pode-se constatar pelo exame a que estamos procedendo que os financistas, particularmente os estadistas, não levavam em conta as nossas peculiaridades ao estudarem e buscarem soluções para os problemas nacionais. Isso se deve, por um lado, à repetição quase contínua dos gestores das finanças. Assim, o Marquês de Barbacena foi ministro da Fazenda duas vezes, o Visconde de Albuquerque, cinco vezes, o Visconde de Itaboraí, quatro, Manuel do Nascimento Castro e Silva, três, e o Visconde de Caravelas, cinco vezes.[19] Por outro lado, à aplicação, aqui, de teorias e práticas de outras nações, principalmente européias. A criação de bancos emissores provinciais decorreu de idêntico movimento acontecido na Europa, especialmente na Alemanha em 1830 e na França em 1835. A criação de nosso 2.º Banco do Brasil (3.º de nome) obedeceu à organização do Banco Nacional da Bélgica, fundado em 1850. A separação das operações de emissão das comerciais, pelo chamado fundo disponível, decorreu de ato semelhante criado pelo Banco da Inglaterra, sendo que entre nós tal

---

(17) Visconde de MAUÁ. *Autobiografia* (Prefácio e anotações de Cláudio GANNS), 2.ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Editora Zélio Valverde, 1943, p. 316. Os grifos são do original.

(18) Amaro CAVALCANTI. Op. cit., p. 169.

(19) J. F. NORMANO. *Evolução econômica do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 165.

hibridismo foi levado mais longe, seguindo o Banco Nacional da Áustria.(20)

Dessa forma, era com instrumental elaborado em outros países, de condições diferentes e diferentes graus de desenvolvimento, que os estadistas atuavam sobre nosso meio, numa adaptação mecanicista do que se passava na Europa.

Devido a isso, não compreendíamos que o balanço de contas deficitárias era agravado por ocasião das crises internacionais, decorrente em grande parte da monocultura cafeeira, por ser produto frágil nos mercados consumidores e de fraca resistência às crises, dando origem às flutuações de rendimentos que afetavam profundamente nossa economia, provocando instabilidade econômica e sem possibilidade de qualquer previsão segura. O desequilíbrio do balanço de contas reforça a posição econômica reflexa, com maior dependência do mercado internacional e afetava o câmbio, conduzindo-o a uma queda contínua e progressiva, com flutuações periódicas, favorecendo a especulação cambial, sem que nunca tenhamos conseguido estabilizá-lo.(21)

Praticávamos, então, o liberalismo econômico, já condenado por Ouro Preto, por considerá-lo conveniente aos países de produção maior do que o consumo, mas que para nós importaria em dependência e sujeição perigosa, entorpecedora do progresso, supondo a livre concorrência igualdade de condições, pois a inferioridade de condições a exclui e impossibilita. Acrescentando como conclusão do seu pensamento: "... a este respeito parece-me que os exemplos do Velho Mundo não são os que mais nos convêm, sendo aliás certo que lá mesmo há quem os combata e repudie. No sistema adotado pelos Estados Unidos (América do Norte) está o segredo de sua imensa prosperidade e é aí que devemos aprender."(22)

Não há dúvida de que Ouro Preto via nossa situação com mais clarividência e sentia melhor aquilo de que precisávamos, de acordo com as condições em que vivíamos. Se tivéssemos adotado esses meios, outros teriam sido os rumos seguidos pelo Segundo Império e por conseguinte outras seriam as condições de nosso país atualmente. A posição periférica que predominou no reinado de Pedro II continua, e existe até hoje quem acredite naquelas teorias que Ouro Preto já combatia com tanta lucidez.

(20) Ver, a respeito, Dorival Teixeira VIEIRA, op. cit., p. 259.
(21) Idem, ibidem, pp. 246 e 247.
(22) Relatório de 27 de março de 1880 in Amaro CAVALCANTI, op. cit., p. 157.

IX

O ENCILHAMENTO E O INDUSTRIALISMO DE RUI BARBOSA(*)

A proclamação da República ocorreu no início do Encilhamento, o qual foi por isso, injustamente atribuído a ela, e principalmente, a Rui Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda. Entretanto, mesmo o Visconde de Ouro Preto, intransigente inimigo de Rui Barbosa, reconhece que a especulação bolsista, que adquiriu aquela denominação, começou ainda no Império[1] e o *Jornal do Comércio* da época escrevia que as transações na Bolsa, entre agosto e outubro de 1889, atingiam altas de 80% em um só dia e de 150% em um mês, propalando-se com isso a febre do jogo a todas as classes populares. Com a queda do Império, os negócios quase entraram em pânico.

A causa do Encilhamento foi uma operação financeira realizada no exterior por Ouro Preto, com a finalidade de ressarcir a lavoura dos prejuízos sofridos com a Abolição, procurando por esse meio impedir seu afastamento da Monarquia, estabelecendo com isso empréstimos aos lavradores de 5%, por intermédio dos bancos. A princípio, as transações limitaram-se aos negócios legítimos, restringindo-se aos títulos bancários, mas depois estenderam-se rapidamente a outros tipos de operações efetuadas na Bolsa, proporcionando enormes lucros. Isso incitou a febre dos negócios, que antes não acontecera.

A fim de atender a esta espantosa expansão de transações de todos os tipos, as emissões tiveram que se ampliar extraordinariamente, passando de 192.800 contos de réis em novembro de 1889 para 631.700 contos de réis em 1893. Além disso, surgiram outras causas para as emissões, como a necessidade de ampliar o meio

---

(*) Resumo de trabalho publicado na revista *Desenvolvimento & Conjuntura,* Rio de Janeiro, out./nov., 1964, n.os 10 e 11.

(1) Visconde de Ouro PRETO. *A década republicana,* Rio de Janeiro, p. 87.

circulante de 115.000 contos, para fazer face aos salários dos escravos recentemente libertos; para atender aos 131.745 imigrantes entrados no país em 1888, que percebiam remuneração em dinheiro; a fim de ocorrer às exigências do surto empresarial, conseqüente da Abolição e da República, carente de numerário para seu capital de giro. Estes dados são ilustrativos: entre 1885-1889 e 1890-1894, o número de estabelecimentos industriais cresceu de 248 para 452; o capital empregado, 203.404 contos para 213.714 contos; o número de operários, de 24.369 para 31.123 e o valor da produção de 247.121 contos para 278.575 contos. O comércio exterior também aumentou apreciavelmente, progredindo as exportações, em contos de réis, de 259.095 em 1889 para 280.665 em 1890, 439.091 em 1891 e 618.319 em 1892; enquanto as importações, nos mesmos anos, e ainda em contos de réis, subiram de 217.800 para 255.520, 413.680 e finalmente 527.104, denotando, mesmo assim, saldo favorável nos termos do intercâmbio.[2]

É preciso levar em consideração estes dados, que mostram inegável prosperidade econômica, antes de qualificar o Encilhamento como um período exclusivamente negativista em nossa história, prejudicial ao desenvolvimento. O contrário é que é o certo, apesar dos abusos cometidos. Além disso, em escala mundial, o Encilhamento inseriu-se na crise cíclica, que atingiu duramente a Argentina, com a ruína da Casa Baring Brothers, a *débâcle* da Bolsa de Nova York e depressões que se estenderam à Austrália e Inglaterra. Não se tratava, portanto, de fenômeno particular brasileiro e muito menos devido à República, responsabilizando o primeiro ministro da Fazenda que, dentro de suas possibilidades tomou medidas contra a especulação desencadeada, medidas que não poderiam incluir a transformação da natureza humana e da forma dos hábitos do povo — como ele próprio disse.[3]

A atuação de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda foi a de um tipo industrialista. Por isso escrevia: "A República só se consolidará entre nós, sobre alicerces seguros, quando suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente." Daí esta observação concludente: "O desenvolvimento industrial não é somente para o Estado, questão econômica; é, ao mesmo

(2) *Recenseamento Geral do Brasil,* de 1920 e *Anuário Estatístico do Brasil,* IBGE, 1934-40.

(3) Rui BARBOSA. *Finanças e política da República,* Rio de Janeiro, p. 24.

tempo, uma questão política."(4) Consciente da necessidade de nossa transformação econômica, explicava: "... não pouca vantagem haverá em passarmos da condição de país exclusivamente consumidor em material industrial. Nosso grande erro tem sido aplicar ao Estado, em grande escala, o sistema geral seguido pelos nossos ricos agrícolas: produzir muito café, ainda que hajam de comprar tudo o mais, inclusive os gêneros de primeira necessidade, que eles mesmos poderiam produzir."(5) E nesse sentido atuou com todo empenho.

Uma das principais providências tomadas com esse objetivo foi a reforma alfandegária, estabelecendo imposto em ouro, medida fiscalizadora e econômica, que retiraria o Tesouro da concorrência do mercado de câmbios, para a dívida externa, já bem volumosa, aparando as asas dos especuladores.(6) Rui Barbosa declarava, conhecendo o mecanismo de funcionamento, querer fugir à sistematização do protecionismo que podia trazer diminuição da renda alfandegária, transtornos próprios ao desenvolvimento industrial e perturbações em nossas relações comerciais com os países estrangeiros: "podemos, no entanto, por uma proteção metódica e lenta, aplicada com critério em cada caso especial, ir preparando com isso nossa indústria, para proximamente confiar em si mesma, criando renda interna e recorrendo cada vez menos aos direitos de fronteiras."(7) As taxas das mercadorias foram fixadas em 5, 10, 25 e 48% sobre os valores, acrescentando posteriormente 50 e 60% sobre os direitos de importação, em substituição ao imposto-ouro do decreto 804 de outubro de 1890.(8) O alcance da sua reforma foi assim resumido: *1.* entrada livre dos produtos químicos destinados à lavoura, e aos animais de raça destinados à criação; *2.* taxa baixa ao gado lanígero; *3.* isenção de direitos aos alambiques de açúcar e álcool; *4.* o mesmo para máquinas e ferramentas e outros instrumentos de trabalho; *5.* redução das taxas aos metais não ferrosos e ferros diversos; *6.* baixa de taxa para enxofre e fósforo como matérias-primas.(9) Rui achava que poderíamos buscar ressarcir as desvantagens de nossa tardia entra-

---

(4) Rui BARBOSA. *Obras completas,* vol. XVIII, t. III, p. 143.
(5) Idem, ibidem, vol. XVIII, t. III, pp. 129 e 130.
(6) Aliomar BALEEIRO. *Rui — um estadista no Ministério da Fazenda.* Salvador, Livraria Progresso Editora, 1954, p. 78.
(7) Rui BARBOSA. Op. cit., vol. XVIII, t. III, p. 129.
(8) Afonso de Toledo Bandeira de MELO. *La politique commerciale du Brésil.* Rio de Janeiro, 1936, p. 70.
(9) Humberto BASTOS. *Rui Barbosa — Ministro da Independência Econômica do Brasil.* Edição da Casa de Rui Barbosa, 1949, pp. 34 e 35.

da na arena da competição industrial mediante adoção de certa dose de proteção moderada, temporária, mas compensadora.(10)

A sua famosa reforma bancária de 1890, que tanta celeuma levantou, determinando até a retirada de Demétrio Ribeiro do Governo Provisório, que dividia o país em três regiões bancárias autorizadas a emitir mediante a garantia de apólices da dívida pública, constituiu uma tentativa de salvação do país da situação perigosa que corria, imitando os Estados Unidos em ocasião semelhante, por compreender que as finanças do Tesouro dependem radicalmente das atividades produtoras das forças nacionais, que não se podem desenvolver sem instituição que impulsione o trabalho, ministrando-lhe os instrumentos de expansão,(11) acrescentando Aliomar Baleeiro que outro alvo transparente consistia em elevar as cotações dos títulos públicos, em proveito das simpatias das classes médias, detentoras das apólices.(12) Com idêntica orientação, criou ainda os estabelecimentos destinados à captação da poupança popular. Com a fusão do Banco dos Estados Unidos do Brasil, em dezembro de 1890, com 200 mil contos de capital, com direito a emitir notas ao portador em todo o território nacional, visava-se ocorrer à escassez de moeda, num clamor que vinha da Monarquia, buscando enveredar da multiplicidade para a unidade bancária, podendo-se chegar até ao Banco Central, que não possuíamos então, passando-se da poliemissão para a monoemissão.

Todas estas reformas que abalavam os fundamentos até aí existentes, objetivando a mudança estrutural do regime, não agradavam, certamente, à elite rural, possuidora já de considerável influência na economia e deram lugar ao começo dos ataques pela imprensa à administração de Rui Barbosa, os quais se prolongariam pelo resto de sua vida, nunca esquecidos nem perdoados.

A finança internacional, por sua vez, com grandes interesses entrelaçados com o regime deposto, opôs-se igualmente ao que estava acontecendo aqui com as alterações propostas ou promovidas pelo novo ministro da Fazenda da novel República. As importantes firmas estrangeiras centralizavam 70% de nossas vendas ao exterior, controlando os transportes das principais zonas produtoras, sendo o comércio, fábricas de açúcar, telégrafos, linhas de navegação, companhias de seguro — em parte preponderante — de origem alienígena. Na agricultura e comércio do café, em seguros, fretes e importação de manufaturados sobressaíam os interesses estrangeiros, distribuídos por uma elite satisfeitíssima

---

(10) Rui BARBOSA, *Relatório do Ministro da Fazenda, Obras Completas*, vol. XVIII, t. III, p. 129.

(11) Idem, ibidem, vol. XVIII, t. II, p. 56.

(12) Aliomar BALEEIRO. Op. cit., p. 58.

com a antiga ordem de coisas.([13]) Nessas condições, a Europa mostrava-se descontente com o aniquilamento do império brasileiro, manifestando visível má vontade, particularmente a Inglaterra, centro financeiro do mundo na época e a que maior montante de capital tinha colocado aqui.([14])

Nascia, dessa forma, uma hostilidade, ora capciosa, ora aberta, contra o governo brasileiro. Nos primeiros cinco meses da vida republicana, de 1.º de dezembro de 1889 a 17 de abril de 1890, as taxas cambiais afixadas pelos bancos estrangeiros estiveram abaixo das dos bancos nacionais, sendo de 30% em dezembro, 65% em janeiro de 1890, 17% em fevereiro, 65% em março, correspondendo a um agravamento do ágio em 178% em 104 dias,([15]) forçando desse modo a baixa cambial e estimulando a especulação. Outro fato expressivo, a respeito, narrado pelo próprio Ouro Preto, é o de ele ter conseguido um descoberto na Europa de cinco milhões de libras esterlinas, crédito válido por dois anos, mas quando Rui Barbosa tentou sacar essa quantia, a resposta foi a de "que o contrato estava nulo, por haver mudado o *ser moral* de uma das partes contratantes. No entanto, o *ser moral* repudiado pelos banqueiros ingleses, continuava a pagar regularmente os empréstimos contraídos no exterior."([16])

Essas atitudes de Rui Barbosa, de caráter industrialista e nacionalista, revelam um autêntico representante da burguesia, simbolizando a classe média no melhor sentido da palavra, sem ligações com os representantes ou os instrumentos dos interesses de outras classes sociais, estabelecidos no país ou a seu serviço. Disso decorreu, naturalmente, o forte entendimento que logo se estabeleceu entre ele, Deodoro e Benjamim Constant, homens da mesma origem e condições, que representavam bem o nosso exército da época e que constituíam os rudimentos da burguesia que aos poucos se formava no país, em ações dispersas dos indivíduos de pequenas indústrias, sem amparo estatal ou bancário, imigrantes ou comerciantes, que ampliavam seus patrimônios pelas reaplicações dos lucros conseguidos à custa de poupanças, aos quais se juntavam empregados e funcionários públicos. Nesta ágil, plástica e engenhosa classe média se encontrava o fermento mais ativo de nossa evolução social, dando origem a homens de iniciativa que principiam a se constituir nas cidades, dando nascimento às primeiras camadas dos grandes burgueses, cujo espírito capitalista é logo

---

(13) Humberto BASTOS. Op. cit., pp. 34 e 35.
(14) Oscar BORMANN. "Prefácio ao Relatório do ministro da Fazenda", *Obras Completas*. p. XXXIX e XL.
(15) Rui BARBOSA. *Finanças e política da República*, p. 117.
(16) Oscar BORMANN. Op. cit.

seduzido pelo contágio da antiga mentalidade agrária, estática e mercantilista.(17)

Por isso tudo, pôde Rui Barbosa encarnar as aspirações da nova classe em ascensão, através das lutas que travou, das providências que propôs e tomou, como o ensino técnico, as reformas bancárias, tarifárias e tributárias, propiciando o surgimento e intensificação da economia urbana, com todas as suas conseqüências. Provém dessas atividades os ataques que sofreu das forças retrógradas, interessadas e forcejando por manter a velha ordem de coisas, porém até hoje brota o frescor de muitas de suas idéias apesar de quase um século decorrido, reservando a Rui Barbosa lugar de destaque em nossa história econômica.

Estes fatos mostram, igualmente, porque as causas do Encilhamento e da história financeira do primeiro governo republicano se mantêm ainda em densa escuridão, conforme ele mesmo ressaltava em Campinas, durante a campanha presidencial de 1910. A fama de inexperto financista, mau administrador e estadista leviano, foi-lhe sempre assacada, sobretudo por ocasiões das pugnas políticas em que se envolveu e isso constituiu, a nosso ver, o motivo de nunca mais ter sido convidado para qualquer cargo executivo do país, embora se proclamasse a sua superioridade de inteligência, cultura e eloqüência. Foi atirado ao ostracismo, praticamente, por deformação propositadamente engendrada. Os interesses feridos foram muito grandes e profundos. Tratava-se de um *revolucionário*, que por isso deveria ser mantido afastado de qualquer ação "daninha", pois era homem brilhante, capaz de consideráveis recursos intelectuais, defendendo sua ação e idéias de forma extraordinariamente persuasiva. Enfim, um avançado para a sua época e meio.

Esse foi o papel de Rui Barbosa no primeiro governo da República.

Entretanto, a geração mais recente, de João Mangabeira, San Tiago Dantas, Humberto Bastos, Roberto Pinto de Sousa, Oscar Bormann, Dorival Teixeira Vieira, Santiago Fernandes, Pinto de Aguiar e outros, está lhe fazendo justiça, analisando com percuciência sua obra, colocando-a na altura que merece, no legítimo aspecto progressista e precursor de nosso capitalismo moderno.

---

(17) San Tiago DANTAS. *Dois momentos de Rui Barbosa.* Rio de Janeiro, Edição da Casa de Rui Barbosa, 1951, pp. 21 e 22.

X

DEFLACIONISMO DE MURTINHO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICO-SOCIAIS

Membro de abastada família de políticos, Joaquim Duarte Murtinho nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, em 1849; transferiu-se mais tarde para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Central (posteriormente Escola Politécnica), em 1865, formando-se com distinção em 1870. Nesse ano já estava matriculado na 3.ª série da Faculdade de Medicina, doutorando-se em 1873, ao defender tese sobre a doutrina homeopática. Dedicou-se ao magistério politécnico e exerceu também a medicina homeopática.

Médico do marechal Deodoro da Fonseca e desfrutando depois da amizade de Floriano Peixoto, sua influência política então avultou em seu Estado natal, apesar de Mato Grosso encontrar-se em convulsão intestina, dando apoio a parentes e amigos.

Em 1890 elegeu-se senador por seu Estado e dedicou-se a negócios durante o tempo do tão malsinado Encilhamento. Nesse ano, obteve para seu irmão Francisco, concessão para construção de uma estrada de ferro que, partindo de Catalão (Goiás), terminasse em Mato Grosso, passando por Cuiabá e São Luís de Cáceres. Para o mesmo irmão, conseguiu outra concessão, destinada a organizar o Banco Rio e Mato Grosso. Em seguida, através de várias gestões realizadas, adquiriu ervais em Mato Grosso, dos quais era concessionário o comendador Laranjeira (embora tal transferência não fosse permitida pelo contrato existente com o governo), criando a Companhia Mate Laranjeira, talvez o maior latifúndio do país, tendo para isso o Banco Rio e Mato Grosso tomado 14.450 ações do total de 15.000, no valor de 100$000 cada uma. Para escoamento do produto fundou, na margem esquerda do rio Paraguai, o porto Murtinho, servindo de sede da empresa. Em 1894, por meio de novas concessões obtidas, os

ervais foram ampliados do alto da serra de Maracaju ao Paraná e de Ivinheima para o sul, transformando-se em verdadeiro Estado dentro do Estado, devido à extensão da área e do prazo da concessão. Os lucros reverteram-se em novas subsidiárias, que esvaneceram o Banco Rio e Mato Grosso, intensificando com seu desbravamento as concentrações urbanas de Bela Vista, Ponta Porã e Campanário, sendo increpada por isso de perturbar a evolução regional. (1)

Quando o vice-presidente da República, Manuel Vitorino Pereira, em 1896 assumiu o exercício da presidência, por enfermidade de Prudente de Morais, entregou a Joaquim Murtinho, ao reformar o ministério, a pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas em 20 de novembro, cargo este ocupado até maio do ano seguinte. Ao deixá-lo, publicou um Relatório, que se tornaria famoso, devido ao diagnóstico da situação brasileira que fazia na Introdução.

Esse trabalho, conquanto procedesse do ministro da Indústria, constituiu um dos mais fortes libelos contra a nossa industrialização, reiniciada no fim da Monarquia, após o período precursor de Mauá, e estimulada principalmente por Rui Barbosa. Principiou afirmando ter a nossa organização industrial seguido marcha anormal, irregular e profundamente viciosa, devido à idéia errônea de que da grandeza industrial depende nossa libertação econômica dos produtos estrangeiros e à ilusão financeira em acreditar na existência de capitais enormes. Isto, por confundirem emissão conversível com bilhete inconversível, gerando massa colossal de papel inconversível, invertendo os laços que ligam a indústria ao crédito, não sendo mais a indústria que provoca o crédito, mas sim a emissão que solicita a indústria. Daí a estrutura atual de nossa indústria, organização viciosa, porque daria como resultado a extinção do comércio internacional e o isolamento dos povos. Essa imobilização improdutiva e inutilização de capitais acarretam o empobrecimento do país e perturbações nas condições financeiras. Têm-se protegido indústrias que não merecem, através de elevações tarifárias quase proibitivas, tornando o Estado agente principal de seleção, agindo sob pressões de interesses políticos variados, desviando o elemento de vida às puramente parasitárias. Deixamos assim de importar o que poderíamos fabricar com pequeno esforço e a preço baixo, com lucros reais para o capital investido. Representa isso degradação econômica, por se traduzir em emprego de capital e esforço para elevar o preço do consumo, dificultando

(1) Virgílio Correia Filho. *Joaquim Murtinho*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1951.

a vida. A indústria não constitui fim a ser atingido à custa de todos os sacrifícios, mas meio para tornar a vida feliz e humana. Para alcançar esse *desideratum*, é preciso limitar a esfera industrial ao nosso limitado capital e esforço e lembrar que o capital não precisa de guia nem de mentor governamental. Limitemos corajosamente a expansão manufatureira à pequenez dos recursos econômicos e restrinjamos a ação governamental ao que ela pode ser mais útil e salutar. O protecionismo contribuiria para formar uma aristocracia do dinheiro. Não podemos tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo, por não termos as aptidões superiores da sua raça, força que representa o papel principal no seu progresso industrial. Nossa política industrial deve ser: *produzir barato aquilo que só podemos importar caro e importar barato aquilo que só podemos produzir caro.*

A crise financeira e a febre industrial perturbaram a agricultura, que se achava em crise profunda, de difícil solução. Outras causas da crise agrícola: atração da vida das cidades, maiores salários nos centros urbanos, além da falta de instrução no campo, desvalorização monetária e desvio de capitais da agricultura para indústrias artificiais.

O agente principal de nossa situação financeira estava na desvalorização monetária, conseqüência da emissão exagerada de papel-moeda inconversível. Moderar o protecionismo industrial era dever do Estado para com a agricultura. Mais remédios apontados: instrução agrícola, educação moral. A crise da lavoura originou-se da baixa de preços do café, ocasionada pela dicotomia entre a cultura e o consumo. A única solução visualizada era a de restringir a cultura do café e nessa luta só venceria o melhor produto. Se isso só podia ser feito pela ação particular, o Estado também podia ajudar, influindo nos custos dos transportes e impostos de exportação; era, porém, na ação individual que repousava a confiança. A feroz baixa do câmbio, ligada ao protecionismo, elevara tanto os preços que resultou em depressão do consumo, obrigando o comércio a reduzir seus lucros.

Este diagnóstico representa a expressão mais pura do liberalismo econômico, levado às suas últimas conseqüências, numa tentativa de análise de um regime agrícola monocultor, de economia periférica, propugnando pela manutenção do *status quo*, em benefício das classes dominantes. Daí seu repúdio exacerbado e ostensivo à industrialização, negando sua função progressista e libertadora nos países atrasados, rechaçando o papel da moeda inconversível, cuidadosamente dosado, nas nações de crônicos *deficits* no balanço de pagamento, a rejeição violenta do protecionismo industrial, a repulsa pelas aplicações em atividades manu-

fatureiras, qualificando-as de "imobilização improdutiva", as inverdades de a industrialização conduzir à extinção do comércio internacional e ao isolamento dos povos, do estabelecimento entre nós de tarifas protecionistas, quase proibitivas, e da intervenção do Estado sob pressões políticas. A importação de artigos manufaturados seria falsamente atribuída à distorção de nossa produção industrial.

A baixa cambial, decorrente dos preços cadentes das exportações, é imputada erradamente às emissões monetárias, quando na realidade foram causadas pelas extraordinárias despesas dos governos anteriores para enfrentarem revoltas, motins militares e populares.

Por isso, Murtinho pregava a limitação das atividades industriais às possibilidades inexistentes na prática de nossos recursos e ao fantasioso receio da criação de uma "aristocracia do dinheiro", e finalmente sua visão racista da causa do progresso industrial norte-americano.

Em relação à agricultura, recomendava a seleção darwiniana, através da absorção dos mais fracos pelos mais poderosos e o afastamento de qualquer auxílio ou estímulo governamental, embora considerasse a agricultura a única atividade produtora, sendo os serviços e indústria parasitários.

Como conclusão, aconselhava elevação cambial e o resgate do papel-moeda. Tem razão, portanto, um de nossos economistas de qualificar Murtinho de convicto e obstinado seguidor das idéias mais retrógradas, ligadas a uma estreitíssima concepção do liberalismo do *laissez-faire* e do padrão-ouro.([2])

A aplicação desses princípios teóricos antiprogressistas se tornara particularmente grave para nós, numa época em que a Europa e os Estados Unidos faziam esforços tremendos para seu engrandecimento material e social, alicerçados na industrialização intensiva, protegidos por fortes barreiras protecionistas e disputando brutalmente os mercados coloniais. Nessas condições, as medidas postas em prática por Murtinho se transformaram para nós em fatores de retrocesso, como veremos adiante, por encerrarem caráter antinacional.

No entanto, foi esta Introdução que lhe valeu carta elogiosa de Campos Sales e posteriormente sua nomeação para Ministro da Fazenda.

O governo de Campos Sales foi demarcado pelo *funding-loan* de 1898, cujas negociações haviam sido iniciadas por Bernardino

(2) Santiago FERNANDES. *Ouro — a relíquia bárbara.* Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1967, p. 171.

de Campos, ministro da Fazenda de Prudente de Morais, mas ultimado pelo próprio Campos Sales, por ocasião de sua visita à Europa, já depois de eleito presidente da República.

Consistiu ele num empréstimo contraído na Inglaterra, no valor de £ 8.613.717-9-9, pelo prazo de 63 anos, com resgate a partir de 1.º de julho de 1911, fundo de amortização de 1/2% ao ano e taxa de 5%. Foram dadas em garantia a renda da alfândega do Rio de Janeiro e subsidiariamente as das demais do país. Incluía o *funding* (consolidação) os empréstimos ainda em circulação de 1883, 1888, 1889, 1893, 1895, a garantia de juros de várias estradas de ferro e o empréstimo-ouro de 1879. Incluía ademais a obrigação de não podermos contrair empréstimo no estrangeiro, dar garantia de qualquer transação de crédito até junho de 1901, comprometendo-nos também, à proporção que se emitissem as letras, a retirar da circulação soma equivalente em papel-moeda, ao câmbio de 18 e a constituir em Londres um fundo de garantia, obrigação essa jamais estabelecida em empréstimos anteriores.(3) Além disso, em resposta a carta de N. M. Rothschild & Sons, Campos Sales empenhava sua responsabilidade pessoal no acordo, assegurando sua execução plena, com a maior solicitude.(4)

Pelos termos em que o contrato fora vazado, este empréstimo foi muito criticado em seu tempo, reconhecendo o próprio Murtinho terem sido dolorosas as garantias exigidas por nossos credores, mas que não deveriam ser estranhadas por termos levado o país à triste situação de descrédito em que se achava.(5) Recentemente, um historiador de nossa economia diz que a grande beneficiária de 1898 foi a finança internacional, personificada pelo London & River Plate Bank, cujos representantes assumiram o direito de velarem diretamente pelo cumprimento do acordo e de fiscalizarem as medidas destinadas a restaurar as finanças brasileiras entrelaçando assim seus interesses com a vida econômica do país.(6) Outro historiador acrescenta: "O imperialismo, que já dominava a comercialização de nossos principais produtos de exportação, instalou-se em nossa estrutura financeira."(7)

---

(3) Jacob CAVALCANTI. *Histórico da dívida externa federal.* Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1923, pp. 35 e 38.

(4) Virgílio CORREIA FILHO. Op. cit., p. 93.

(5) Relatório do ministro da Fazenda em 1901, in Valentim BOUÇAS, *História da dívida externa da União.* Rio de Janeiro, Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, 1946, p. 123.

(6) Caio PRADO JÚNIOR. *História econômica do Brasil.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1945, p. 235.

(7) Nélson Werneck SODRÉ. *História da burguesia brasileira.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 235.

O empréstimo do *funding-loan* ficou todo em Londres, restando para nós apenas o aumento de nossa dívida externa que, em libras-ouro, de 38.639.291, em 1899, passou para 42.423.817 em 1902, representando um acréscimo de quase 10%.(8) A dívida consolidada da União, em moeda nacional, sofreu pequena baixa no mesmo período, passando de 1.193 contos para 1.166 contos, ao passo que, em libras, teve majoração considerável: de 35.731 para 57.029, entre 1898 e 1902. Com índice 100 em 1889, ano da proclamação da República, a evolução da dívida consolidada da União foi para 432 em 1898 e 487 em 1902, em contos de réis e, em libras esterlinas, de 118 em 1898 para 217 em 1902,(9) consubstanciando dilatação apreciável.

A execução orçamentária do quadriênio Campos Sales deixou um *deficit* de 84.079 contos de réis,(10) significando que nem o equilíbrio orçamentário (a grande aspiração do ministro da Fazenda) foi alcançado, apesar dos esforços empregados e dos pesados sacrifícios impostos aos contribuintes. A circulação monetária diminuiu de acordo com o quadro seguinte, em contos de réis:

1899...........	733.727
1900...........	699.361
1901...........	680.451
1902...........	675.536
TOTAL..........	2.789.075(11)

Esta contração monetária decorreu do resgate e incineração efetuados, por um lado, em cumprimento da cláusula contratual com os banqueiros ingleses e, por outro, da convicção de Murtinho na teoria quantitativa da moeda, erigida em panacéia geral para cura de todos os males econômico-financeiros de todas as nações. O câmbio médio, é verdade, melhorou, evoluindo de 7 7/16 para 11 31/32 entre 1889 e 1902,(12) porém, graças ao crescimento das exportações, que, em libras-ouro, passaram de 48.555.000 em 1889 para 59.716.000 em 1902,(13) concretizando-se assim o sonho do ministro da Fazenda, que já em seu Relatório de 1901

---

(8) Carlos Inglês de Sousa. *A anarquia monetária e suas conseqüências.* São Paulo, Monteiro Lobato e C.ia, 1924, p. 420.

(9) *Anuário estatístico do Brasil.* Ano V, 1939, 40. (Apêndice, p. 1 424).

(10) Carlos Inglês de Sousa. Op. cit.

(11) Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. *Bancos de emissões no Brasil.* Rio de Janeiro, Livraria Leite Ribeiro, 1923, p. 356.

(12) Carlos Inglês de Sousa. Op. cit.

(13) *Anuário Estatístico,* op. cit. (Apêndice, p. 1 358).

escrevia: "A valorização de nossa moeda foi o eixo em torno do qual deviam girar todas as medidas e a fonte de onde sairiam todos os benefícios de que o país necessitava."(14)

A crise econômica afigurava-se-lhe semelhante à financeira em sua expressão geral e manifestações e ainda em suas origens. Nessas condições, a solução da questão econômico-financeira só poderia ser encontrada pela diminuição da produção cafeeira e elevação de seu consumo, restrição do papel-moeda e aumento do valor da exportação, redução das despesas públicas e ampliação da receita. A baixa da produção do café se faria pelo sistema darwiniano da seleção natural, com eliminação dos mais fracos em favor dos mais fortes e melhor aparelhados para a luta.(15) A restrição do papel-moeda efetuou-se através de seu resgate e queima. A majoração da receita arrecadada realizou-se efetivamente, tendo subido de 324.053 contos em 1898 para 343.814 contos de réis.(16) Tal dilatação, no entanto, processou-se pelo constante e forte aumento tributário, como o do imposto de consumo, que cresceu de 159,7% e o do selo, de 54,4% na gestão presidencial de Campos Sales.(17) Esse agravamento dos tributos, que mais diretamente recaíam sobre a população, determinou, como era de esperar, brutal ascensão do custo de vida. "Empobreceu-se ainda mais o Brasil; tinham-se arruinado os velhos senhores de engenho do Nordeste, que entregaram a gleba tradicional aos agiotas das cidades; sorte idêntica ameaçava os fazendeiros de café; desfaziam-se as antigas esperanças de industrialização urbana; exauria-se o contribuinte pela insaciabilidade do fisco. Mas se enriquecia o tesouro e aos banqueiros europeus voltara a confiança nos lucrativos negócios do Brasil."(18) "Foi um imenso *crack*. As mais velhas casas, as mais sólidas fortunas comerciais de nossa praça entraram em concordata de fome ou desapareceram simplesmente." "Nas zonas rurais, inúmeros fazendeiros e senhores de engenho, sem poderem vender seus produtos nem pagar os trabalhadores, fugiram para as cidades. Tudo era abandonado naquele pânico geral. Restando apenas aos juízes, escrivães e outros oficiais dos auditórios do comércio, a furiosa atividade das execuções em massa, das penhoras sem conta e dos pregões sucessivos, até

---

(14) Valentim Bouças. Op. cit., p. 132.

(15) "Relatório do ministro da Fazenda de 1900" in Carlos Inglês de Sousa, op. cit., p. 341.

(16) *Anuário estatístico*. (Apêndice, p. 1 410.)

(17) Aníbal Vilanova Vilela e Wilson Suzigan. *A política do governo e o crescimento da economia brasileira — 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA, 1973, p. 418.

(18) José Maria Belo. *História da República*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1940, p. 257.

o abandono final do objeto penhorado ao credor, por ausência completa de licitantes. Chegamos a um ponto em que nada tinha valor. Os credores pignoratícios tornavam-se proprietários a contragosto, ofereciam fábricas e fazendas a qualquer um que fizesse pelo menos as despesas de conservação."(19) O recuo das despesas de 668.113 contos de réis para 297.721 contos de réis, entre 1898 e 1902, não foi menos doloroso.(20) Os cortes nos gastos públicos trouxeram ameaças de estagnação, que em muitos casos se concretizaram, não atingindo, entretanto, a área de investimentos estrangeiros. O governo tratou de alienar o que era possível dos bens públicos, como venda de navios, arrendamento de estradas de ferro, paralisou atividades, entorpeceu a vida financeira, arruinaram-se empreendimentos, levando à crise industrial.(21) Daniel de Carvalho disse que as medidas drásticas tomadas para combater a maré inflacionista e o *laissez-faire* de Murtinho conduziram o país à estagnação e ao desânimo, fazendo surgir de todas as partes críticas negativistas ao ascetismo reinante.(22) As despesas de consumo do governo foram comprimidas, em termos absolutos e a preços correntes, a um nível de 44 por cento, mais baixas que em 1897-1898, sendo o corte mais fundo nas despesas de investimentos públicos, que em 1902 representavam cerca de um terço dos níveis de 1898, já bastante baixos.(23) Isto explica, naturalmente, a resposta do presidente da República a uma comissão de comerciantes que fora queixar-se dos altos impostos, falando em "empregados públicos que viram rebaixados os seus vencimentos" e em "operários, que de um dia para outro, se viram sem emprego e sem pão".(24)

O comportamento da exportação de café, que constituía o verdadeiro barômetro do câmbio, era o da página seguinte.

Verifica-se, nos cinco anos em apreço, uma ampliação de 42% na exportação e que seu acréscimo de preços em moeda nacional atingiu a 12% apenas, enquanto que em libras-ouro foi de 47%, sendo o valor por saca de 38% menor em mil-réis e apenas de 3,4% maior em libras-ouro, representando, em nossa moeda, menor resultado para os produtores, o que era reflexo da valorização monetária, pois a libra, que custava 33 mil-réis em 1898,

---

(19) José Maria dos SANTOS. *A política geral do Brasil.* São Paulo, J. Magalhães, 1930, pp. 401 e 402.

(20) *Anuário estatístico do Brasil,* loc. cit.

(21) Nélson Werneck SODRÉ. Op. cit.

(22) Daniel de CARVALHO. *Estudos e depoimentos.* Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1953, p. 157.

(23) Aníbal Vilanova VILELA e Wilson SUZIGAN. Op. cit., p. 106.

(24) Victor VIANA. *O Banco do Brasil.* Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1926, p. 679.

ANOS	*Sacas de 60 quilos (1.000 sacas)*	VALOR		VALOR POR SACA		*Percentagem do café na exportação nacional*
		Contos de réis	*£ 1.000 ouro*	*Em réis*	*Em £ ouro*	
1898	9.267	465.664	13.830	50$250	1.49	55,3
1899	9.771	470.993	14.459	48$203	1.48	56,6
1900	9.155	484.342	18.889	52$905	2.06	56,9
1901	14.760	509.598	23.979	34$520	1.62	59,0
1902	13.157	409.841	20.327	31$150	1.54	55,8

FONTE: Afonso D'E. TAUNAY. *Pequena história do café no Brasil.* Rio de Janeiro, Edição do Instituto Nacional do Café, 1945, pp. 548 e 549.

desceu para quase 20 mil-réis em 1902. A posição, dentro do volume total das vendas ao exterior, permaneceu praticamente a mesma.

Esta situação trazia enormes dificuldades aos produtores, não só pela falta de amparo oficial, como igualmente pela especulação que grassava nos negócios. Taunay expõe longamente o assunto no volume nono de sua monumental obra, mostrando seus efeitos depreciativos sobre as cotações. Parlamentares, como Alfredo Ellis, denunciavam perdas de 400.000 contos de réis na exportação de São Paulo, unicamente entre 1898 e 1899, propondo medidas saneadoras, porque estavam se refletindo em desvalorizações das propriedades agrícolas e urbanas. As pressões baixistas eram exercidas pelas firmas estrangeiras, que ainda se vangloriavam disso, como uma de Nova York que escrevia que continuaria a comprar café por preços baixos, por serem os brasileiros descendentes de uma raça forte e trabalhadora, como a portuguesa, de grande capacidade de trabalho mas pouca capacidade intelectual, o que fez o senador paulista exclamar, indignado: "... além do esbulho — o escárnio!" Com efeito, o importador norte-americano comprava café no Rio de Janeiro e em Santos a 1/2 cent por libra-peso, vendendo-o depois de torrado por 25 e 30 cents.

O que verificamos era decorrência fatal do abandono da lavoura cafeeira, nosso fundamental produto de exportação, e da tentativa de solução de sua crise pelo método darwiniano adotado.

Nos derradeiros anos do século, numerosas fábricas foram fechadas e muitas outras trabalhavam somente dois dias por semana, provocando desemprego em massa e agravamento das condições gerais de vida dos trabalhadores.(25) O número de sociedades anônimas autorizadas a funcionar no país, particularmente as nacionais, decresceu como evidencia o quadro abaixo:

SOCIEDADES ANÔNIMAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR

Anos	*Estrangeiras*	*Nacionais*
1899	12	4
1900	16	2
1901	15	3
1902	5	7
TOTAL	48	16 (26)

(25) Vítor Paes de BARROS LEONARDI. "História do século XX" in *Enciclopédia Semanal.* São Paulo, Abril Cultural e Industrial, n.º 33, p. 1 013.

(26) Nícia Vilela LUZ. *A luta pela industrialização do Brasil.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961, p. 87.

A elevação cambial causava inquietação nos meios industriais, pois o saneamento financeiro levado a efeito redundava em fechamento de fábricas e diminuição das jornadas de trabalho, parecendo assim tratar-se mais de questão econômica, de crise de subprodução, característica de país subdesenvolvido.([27]) A situação, no entanto, não assumiu caráter catastrófico pela adoção da tarifa-ouro nas importações, encarecendo os artigos importados, permitindo a sua substituição pelos similares aqui fabricados.

Peça fundamental, nesse sentido, foi representada pela tarifa alfandegária de 1900, com objetivo primordial de conseguir arrecadação mais eficiente e rendosa,([28]) qualificada por Aliomar Baleeiro de a parte aproveitável da obra de Murtinho, mas que não passava de cópia das idéias de Rui Barbosa.([29]) Comportava o novo sistema aduaneiro dupla tarifa: máxima e mínima, sendo esta de caráter geral e a máxima, correspondendo ao dobro da incidência, aplicada como represália aos países que submetiam nossos produtos a regime desfavorável.([30]) Embora de finalidade meramente fiscal, a tarifa continha aspectos favoráveis à indústria, por suas altas incidências, que trouxeram redução das importações de 15,8%, enquanto que a cota-ouro referente aos 5% subiu de 949% entre 1900 e 1902.([31])

O aumento do imposto de consumo não abrangia apenas perfumarias e bebidas, porém, também fumo, calçados, velas, remédios, vinagres, conservas alimentícias etc., e o do selo alargou-se tanto, que levou o bom humor carioca a dizer que o brasileiro vivia selado da cabeça aos pés, ou seja, do chapéu ao sapato, passando a chamar o presidente da República de Campos Selos. Estas inovações fiscais, sobretudo o espírito de seus regulamentos, determinando o modo de cobrança e de fiscalização, despertaram grita geral do comércio e arruaças.([32])

Um dos resultados da compressão do meio circulante foi a famosa crise bancária de 1900, provocando a falência de quase metade do sistema bancário e não há dúvida de que foi um dos períodos mais críticos da história econômica do Brasil,([33]) colo-

---

(27) Idem, ibidem, p. 119.
(28) Idem, ibidem, p. 118.
(29) Aliomar BALEEIRO. *Um estadista no Ministério da Fazenda.* Salvador, Livraria Progresso Editora, 1959, p. 79.
(30) Afonso de Toledo Bandeira de MELLO. *La politique commerciale du Brésil.* Rio de Janeiro, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1935, p. 74.
(31) Aníbal Vilanova VILELA e Wilson SUZIGAN. Op. cit., p. 418.
(32) J. P. CALÓGERAS. *La politique monétaire du Brésil.* Paris, Imprimerie Nationale, 1910.
(33) Aníbal Vilanova VILELA e Wilson SUZIGAN. Op. cit., p. 106.

cando em penosa situação as classes produtoras,[34] com persistentes e agudas atribulações ao comércio exterior, segundo o "Retrospecto" do *Jornal do Comércio* daquele ano.

Conquanto tenha havido abalo semelhante na Europa, fraca deve ter sido sua repercussão no Brasil, porque a Inglaterra e a França, nossos maiores clientes, pouco sofreram, atingindo mais acentuadamente a Alemanha e particularmente a Rússia, onde perdurou até 1903.[35]

Foi o ano que marcou o apogeu da doutrina liberal, da ciência ortodoxa, do padrão-ouro e da euforia vitoriana — de acordo com Daniel de Carvalho,[36] e, segundo José Maria Belo, a teoria quantitativa do dinheiro assinalava êxito especial na prática brasileira. Murtinho, dentro do mesmo diapasão, dissociava a questão financeira da econômica, buscando sanear a moeda com as altas cambiais e tentativa de equilíbrio orçamentário, esperando com isso reconstituir as forças econômicas automaticamente, sem intervenção oficial, por julgar o Estado simples expressão jurídica do organismo social, desprendido de qualquer consideração sentimental.[37] Com a obsessão de ser a moeda conversível a verdadeira moeda, Murtinho imaginava ser o país vítima da inflação, curável somente pela redução drástica do meio circulante, quando na verdade a conjuntura deixada por Prudente de Morais era, antes, de depressão. Por isso, executou a mais violenta deflação monetária de que talvez não haja conhecimento na história de outro país, por se tratar de deflação "dirigida" pelo governo, com programa preconcebido de incineração de papel-moeda.[38] Apresentava efeitos como causa, fornecendo interpretação puramente monetária da crise, cuja profundidade, essência e exatos motivos não estava em condições de conhecer e muito menos de proclamar.[39]

Os que ainda atualmente louvam sua política econômica, apresentando-o como restaurador de nossas finanças, permanecem dentro de uma ótica exclusivamente monetarista, sem encarar o conjunto da economia nacional, insensíveis aos transtornos causados à produção, ao encarecimento do custo de vida, ao desemprego desencadeado, ao atraso provocado ao nosso desenvolvimento.

---

(34) Roberto SIMONSEN. *As crises no Brasil.* São Paulo, 1930.
(35) Henri ARDANT. *Les crises économiques.* Paris, Flammarion, 1948, p. 42.
(36) Daniel de CARVALHO. Op. cit., p. 42.
(37) José Maria BELO. Op. cit., p. 256.
(38) Santiago FERNANDES. Op. cit., p. 172.
(39) Nélson Werneck SODRÉ. Op. cit., p. 232.

A real situação encontrada por Murtinho foi a de superprodução cafeeira, que vinha, desde 1886, sofrendo pressões baixistas acentuadas, e enorme massa de papel-moeda em circulação, resultante de emissões dos governos anteriores para enfrentarem graves lutas intestinas. A esses fatores juntavam-se vencimentos de vários compromissos com o exterior e para cujo atendimento não possuíamos recursos. Daí os entendimentos com os banqueiros ingleses, que culminaram no *funding loan*, com as cláusulas impostas. Resultou então a deflação praticada, que se transformou em verdadeira sangria em organismo já debilitado, conduzindo-nos à estagnação e mesmo ao retrocesso em relação ao nível que já havíamos alcançado, propiciando oportunidade para a Argentina nos ultrapassar no início deste século.(40)

A finança internacional tirou muito bom proveito da transação realizada, pela contínua queda dos preços de nossos artigos de exportação e por manter nossa dependência às importações manufatureiras, em defluência da decadência do parque fabril nacional. Sintomático a respeito é o telegrama encomiástico dos Rothschild a Campos Sales, no fim de seu mandato governamental. Lembremos ainda que o assistente técnico de Murtinho era J. P. Willeman, autor de *Brazilian exchange,* que lhe sugeriu muitas das suas reformas, posteriormente indicado para primeiro diretor honorário da nova Seção de Estatísticas Comerciais da Alfândega do Rio de Janeiro.(41)

Por isso só a partir do quadriênio seguinte é que se verificou reanimação na economia do país, que o Censo Industrial de 1907 registra, tirando-nos da paralisação em que havíamos caído.

Contra a angustiante alta e escassez de gêneros alimentícios, a população do centro e dos bairros do Rio de Janeiro amotinou-se, erguendo barricadas nas ruas, contra a Prefeitura que, para salvar uma empresa monopolizadora do produto, destruía carnes dos matadouros de Niterói e Cachoeira, que custavam 20% mais barato. Para se compreender isso, é preciso saber que o consumo de carne *per capita* decresceu de 48,117 quilogramas em 1898 para 28,660 quilogramas, em 1902.(42) Também houve choques populares com a polícia devido ao aumento das tarifas dos bondes, com queima dos veículos, havendo feridos. Os ferroviários baianos de São Félix entraram em greve em 1898, reclamando melhorias diversas. No ano seguinte, operários paulistas paralisaram uma

---

(40) Santiago FERNANDES. Op. cit., p. 172.

(41) J. F. NORMANO. *Evolução econômica do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 238.

(42) *Anuário estatístico,* op. cit., p. 1382.

fábrica de fósforos de Vila Mariana, fazendo a mesma coisa os tecelões de São Caetano, em São Paulo. Em janeiro de 1900, os cocheiros dos bondes a tração animal, do Rio de Janeiro, durante três dias lutaram contra o novo regulamento, considerado vexatório, paralisando o transporte urbano e enfrentando a polícia, o que determinou intervenção do ministro da Justiça.([43]) Era desse modo que o povo protestava violentamente contra o sufocamento a que o deflacionismo do governo o submetia, levando-o às raias da penúria.

Luís Vieira Souto, colega de Murtinho no magistério da Escola Politécnica, acusa o ministro da Fazenda de viver preso às concepções errôneas da teoria clássica do padrão-ouro, aplicando ao Brasil bárbara medicina, em contraste com as suaves terapêuticas a que deveria estar afeito, como médico homeopata que era, resultando daí ruína das classes trabalhadoras, morte ou desmoralização dos bancos, sacrifício de opulentas empresas industriais, enfraquecimento da energia laboriosa, prostração dos espíritos, regresso de mais de vinte anos, na marcha quase ininterrupta seguida pelo país há cerca de meio século.([44])

Isso explica (e justifica mesmo) o generalizado e profundo descontentamento popular, manifestado no regresso de Campos Sales a São Paulo, no fim de seu mandato, através de gigantesca vaia e apupos, iniciado na estação de embarque, estendendo-se por todo subúrbio carioca, lançando injúrias, ovos podres, legumes e frutas verdes contra o trem presidencial. Era um ulular medonho pela noite adentro — registra um cronista dos acontecimentos.([45]) A ação panorâmica de Joaquim Murtinho, como ministro da Fazenda do governo Campos Sales, está passando por séria revisão presentemente, bem como suas teorias errôneas, mostrando sua inflexibilidade às críticas, a insensibilidade aos prejuízos causados à economia, as dificuldades criadas aos padrões de vida da população, repercutindo tudo isso em nosso atraso histórico. Os poucos que ainda o louvam são adeptos das mesmas concepções superadas hoje, unilaterais na análise a que procedem, parciais no julgamento. Ainda mesmo em consideração à época de sua atuação, dentro dos padrões vigentes das teorias econômicas, não se pode atenuar os desacertos que cometeu. Foi um retrógrado, mesmo em seu tempo.

---

(43) Edgard Carone. *A república velha*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, p. 185.

(44) Santiago Fernandes. Op. cit., p. 406.

(45) José Maria dos Santos. Op. cit., p. 406.

XI

CAMPANHAS PROTECIONISTAS

A chamada República Velha (1889-1930) foi dominada economicamente por dois elementos fundamentais: a consolidação e início de declínio da lavoura cafeeira e a luta pela industrialização. Embora no começo outros produtos agrícolas se destacassem, como a borracha e o cacau, estes não superaram nem sequer se igualaram ao café em importância, tanto interna quanto externamente, sobretudo como produtores de divisas. Nessas condições, a política econômica adotada consistiu em sustentar e apoiar a produção cafeeira, gerando o descontentamento entre os partidários da industrialização que suportavam condições muito difíceis, adversas mesmo, o que levou a um processo lento de evolução industrial através de tropeços e avanços intermitentes. Alguns aspectos dessa pugna no terreno financeiro é o que vamos expor brevemente.

O ministro da Fazenda do primeiro Governo Provisório foi, como já dissemos, Rui Barbosa, que era liberal, abolicionista, admirador do progresso norte-americano, abertamente industrialista, tentando mudar a base econômica em que se fundara o regime anterior, através de uma série de providências, das quais já falamos sucintamente. Enfrentou obstáculos de toda ordem, não conseguindo por isso seu intento, deixando apenas um exemplo admirável.

Seguem-lhe dois ministros da Fazenda, que vão desmantelando a obra econômico-financeira do sentido capitalista que ele procurara erguer: Tristão Alencar Araripe e o Barão de Lucena. O primeiro, por demais cauteloso e incapaz de prosseguir a política anterior, decretou rígidos controles de comercialização, que desgostaram os comerciantes, de ampla influência e importância econômica então; o segundo, extinguiu os direitos aduaneiros em ouro encontrado e vendeu esse ouro do Tesouro a bancos insol-

váveis, além de adotar outras medidas muito criticadas.[1] Com a subida do marechal Floriano Peixoto ao poder, em 1890, apoiado pelo Senado, ocupou o Ministério da Fazenda o Conselheiro Rodrigues Alves, fazendeiro da zona cafeeira do Vale do Paraíba. Com ele principiou novamente a aplicação da ortodoxia monetária (apesar de se verificarem ainda várias medidas em favor da indústria), que seria prosseguida por ele próprio, no governo de Prudente de Morais e depois por Bernardino de Campos, também paulista, culminando com a deflação desastrosa de Joaquim Murtinho, no governo Campos Sales, cujas conseqüências econômico-sociais para o país mostramos anteriormente. Representou tudo isso um *tournant* na orientação industrialista que Rui Barbosa tentara imprimir à República.

A concepção de política econômica seguida daí por diante se transformou na principal responsável pelo atraso de nossa industrialização e pelo retardo histórico na primeira metade do século atual. O fator primordial a atuar nesse sentido, foi a permanente proteção ao café, em detrimento das demais atividades econômicas, em esforços desesperados para manter os melhores preços para aquele produto, distorcendo com isso a lucratividade da economia brasileira, destruindo a vantagem comparativa do Brasil na produção do café e dessa forma impedindo a utilização ótima dos recursos e a diversificação da economia com a industrialização e a evolução dos serviços. Outro fator foi a adoção de políticas monetária, cambial e fiscal conflitantes com a industrialização, pois, se os sistemas monetário e bancário não se orientassem para a promoção da indústria, esta sofreria sério atraso, por caber a esses sistemas o fornecimento da liquidez para o estabelecimento de indústrias baseadas na tecnologia importada. Foi a inadequação de uma tal política que tornou lento o nosso desenvolvimento industrial, ocasionado pelo apoio avassalador dado à escola da ortodoxia monetária. Exemplo típico foi o de Joaquim Murtinho, *metalista* ardente e sob vários aspectos mercantilista confuso, como alguém disse dele, conduzindo-nos à violenta deflação conhecida.

Leopoldo Bulhões, ministro da Fazenda de Rodrigues Alves, foi continuador da política econômica de Murtinho, sendo por isso partidário da redução das emissões, atribuindo as boas condições existentes na época à estabilização do problema da moeda e aos empréstimos externos para continuar o progresso num clima de certeza que a estabilização permitia.

---

(1) José Maria BELO. Op. cit., p. 142.

Com a criação da Caixa da Conversão, decorrente do Convênio de Taubaté em 1906, procedeu-se ao entesouramento de ouro e moedas estrangeiras no fundo de estabilização, dando isso a medida do desperdício de oportunidade de desenvolvimento que praticamos, tornando-nos mercantilistas em pleno século XX.

Com a Primeira Guerra Mundial o país entra em crise, manifestada no setor da borracha e na queda abrupta das exportações e preços do café. O próprio Banco do Brasil esteve ameaçado de falência e havia consideráveis *deficits* nas finanças públicas, não se podendo fazer empréstimos externos. A causa disso tudo eram, naturalmente, os obstáculos à exportação. Não restava portanto outra alternativa senão a da emissão de notas, abandonando-se assim a ortodoxia monetária. E por uma ironia da história, essa tarefa recaiu sobre os ombros de Pandiá Calógeras, ministro interino da Fazenda, partidário da ortodoxia monetária e admirador da política deflacionista de Joaquim Murtinho. Emitiram-se então 350 mil contos para cobrir o *deficit* do governo federal, sustentar a produção nacional e aumentar o capital do Banco do Brasil. Incluiu-se nos estatutos deste estabelecimento de crédito a operação de redesconto dos títulos comerciais e das Obrigações do Tesouro, o que constituiu inovação importante. A indústria foi considerada parte da produção nacional e recebeu assistência bancária. Mais tarde (1917), o mercado de câmbio foi regulamentado, a fim de impedir a especulação.

O término da Primeira Guerra Mundial, sobretudo a partir de 1920, com a depressão nos países industrializados, gerou violenta queda nos preços do café, provocando desvalorização da taxa cambial, agravando-se a situação brasileira em 1921, que trouxe como conseqüência os movimentos armados de 1922 e 1924, dificultando com isso ainda mais os problemas e provocando emissões imprevistas. Criou-se então a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, para ser suprimida pouco depois. O monopólio das emissões passou ao Banco do Brasil. O capital fixo para a indústria escasseou. Procedeu-se a uma reforma monetária, visando dar alto conteúdo-ouro à moeda. Voltava-se assim à ortodoxia monetária, abandonada durante o conflito armado internacional. Bancos estrangeiros exerceram controle sobre as finanças do governo. Missão oficial britânica que nos visitava aconselhou providências mais ortodoxas do que as de Murtinho. A ortodoxia monetária e cambial foi completada com o equilíbrio orçamentário.

Dessa forma chegamos à grande depressão de 1929-1933, findando com ela a chamada República Velha, encerrando-se assim a era de esplendor da economia cafeeira em nossa história.

O que se pode concluir desse breve resumo que acabamos de fazer é que a doutrina econômica mais importante do país foi a escola da ortodoxia monetária, que atrasou a nossa industrialização e o progresso econômico-social. Prejudicou a estabilização econômica, pois em quase todas as teorias modernas ela é contrária à estabilização. Embora os economistas ortodoxos em muitos casos estivessem em antagonismo com os plantadores de café, perpetuamos uma distribuição injusta da renda nacional, que não conduzia à industrialização e ao progresso a longo prazo. Pode-se deduzir disso que os controles discricionários não levam necessariamente ao crescimento econômico. O custo em termos de desenvolvimento desperdiçado foi realmente elevado.

Não se pode dizer que uma falta de economistas preparados impediria uma organização mais racional de nossa economia. O que determinou a nosso ver a orientação da política econômica seguida pelo Brasil naquele tempo, foi a necessidade de defesa dos interesses da economia cafeeira, expressa no revezamento na presidência da República de políticos de São Paulo e da Zona da Mata (cafeeira) de Minas Gerais; e as constantes intervenções da finança internacional, particularmente inglesa, "'moldando" nosso desenvolvimento de acordo com os seus interesses na esfera mundial, e conseqüentemente transferindo para nós suas crises e depressões.

Pensamos, por isso, que continua válida a recomendação de J. F. Normano para que se conte a história do café e da política no Brasil.(2)

O pensamento econômico do período em questão assumiu outras dimensões e adquiriu novos matizes. Amaro Cavalcanti, por exemplo, via em nossa dependência econômica ao estrangeiro a causa do desequilíbrio no balanço de pagamentos e dizia que a falta de riqueza de uma nação redundava em seu menosprezo internacional, o que demonstrava a necessidade da industrialização. E para alcançarmos isso era preciso um protecionismo, a fim de não se sufocar as indústrias ao nascerem, para assegurar trabalho à população operária e tornar-nos independentes da economia estrangeira. Não bastavam, porém, tarifas alfandegárias, mas era preciso ajuda estatal, o que o tornava então partidário da intervenção do Estado na economia.

A crise da década dos 90 exasperava os nacionalistas, levando alguns, como Alcindo Guanabara, a perguntar para onde iam as nossas riquezas, ou Aristides Queirós a clamar por uma polí-

(2) J. F. NORMANO. *Evolução econômica do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 59.

tica francamente protecionista, não só através de tarifas aduaneiras, mas também por meio da abolição de impostos interestaduais, do desenvolvimento dos meios de transportes, de redução de fretes etc., o que dava novo caráter ao nacionalismo econômico nascente. Pedia-se, por outro lado, aliança com a pequena lavoura a fim de nos livrarmos da importação de artigos agrícolas, particularmente dos gêneros alimentícios. O nacionalismo estendia-se desse modo à agricultura, entrelaçando-se num amplo movimento de defesa da produção nacional. Serzedelo Correia era uma das mais distintas figuras desse desenvolvimento harmônico, defendendo ainda as companhias de seguros nacionais e lutando contra a emigração de nossos valores móveis para o exterior.

A mesma crise de 90 deu origem a duas correntes distintas: uma que defendia a indústria natural, capaz de se desenvolver sozinha, com capital suficiente e mão-de-obra adequada, a qual formaria a corrente denominada liberalismo econômico por Nícia Vilela Luz; e a favorável à indústria artificial, que se juntaria à corrente qualificada de protecionista, pleiteando uma proteção sistemática, quase planificada, para a indústria natural, ou seja, a que utilizasse matérias-primas nacionais.

O representante característico dos protecionistas seria Américo Werneck, pertencente à aristocracia rural do Vale do Paraíba; ele preconizava a solidariedade entre a agricultura e a indústria, por constituir a primeira o mercado seguro e apropriado da segunda e atribuía à tarifa alfandegária papel importante no balanço de pagamentos, mas colocava a terra em primeiro lugar, não hesitando em desmantelar as fábricas para salvar a agricultura. Era uma tendência ruralista, descendente do pensamento fisiocrático brasileiro, tão comum entre nós, transcendendo por vezes para o domínio moral, com uma filosofia antiindustrialista, antiurbana, ressaltando as vantagens da vida do campo.

O afluxo do capital estrangeiro na época provocou protestos contra a "desnacionalização" do país. Assim, entre 1899 e 1910, enquanto se constituíram 41 sociedades anônimas brasileiras, foram autorizadas a funcionar no país 160 empresas estrangeiras. O porta-voz dessa corrente foi Felisbelo Freire, que dizia preferir o tempo da estrada de Rodrigues Pais, de Sabará ao Rio de Janeiro, porque nesse tempo em que não havia capital estrangeiro, tudo se fazia no país com o capital nacional.

O nacionalismo vigorante opunha-se também à participação estrangeira na exploração do subsolo, por serem destrutivas as atividades extrativas, nada deixando no país que contribuísse para o seu desenvolvimento. Foi essa corrente que ainda na década

de 20 lutou contra a concessão dos minérios de ferro à Itabira Iron, acabando por derrotar Percival Farquhar seu representante.

A questão da Itabira despertou um nacionalismo exaltado, personificado em Alberto Torres, que repudiava o capital estrangeiro, porque emprestava brilho fictício às nossas cidades, esterilizando os campos e sugando nossas riquezas naturais. A opinião de Alberto Torres coincidia com as dos industrialistas no referente à drenagem de nossas riquezas para o exterior e às atividades econômicas exercidas por estrangeiros. A tal ponto chegava o seu nacionalismo, que se opunha à própria imigração estrangeira, pois viria agravar o problema do excessivo desbravamento da terra, tornando com isso mais precárias as condições de nossas populações rurais.(3)

Outro setor em que as nuanças do pensamento econômico da época emergiram, foi o de tarifas e de suas revisões.

A tarifa Rui Barbosa foi abertamente protecionista, pois devia agir de modo a ter de recorrer-se cada vez menos aos direitos de fronteiras. Daí a facilidade proposta para a entrada de matérias-primas destinadas à indústria e à taxa-ouro estabelecida.

O governo de Floriano Peixoto ainda tentou amparar o desenvolvimento industrial ocorrido durante a época do Encilhamento, através de empréstimos diretos às empresas em dificuldades, enquanto gravava, por leis orçamentárias, as taxas de importação de alguns produtos já fabricados no país.

Em 1894, com a subida de Prudente de Morais ao poder, autêntico representante paulista dos fazendeiros de café, ocorre nova orientação, dando maior atenção à lavoura, chegando Rodrigues Alves, seu ministro da Fazenda, a dizer que o dinheiro emigrava para os centros comerciais, bancos e empresas industriais, recebendo eles maior solicitude dos poderes públicos que a lavoura. A queda do preço do café, verificada na ocasião, foi atribuída ao "protecionismo" alfandegário, razão pela qual se modificou a tarifa, reduzindo-se todas as taxas de 25% e em alguns casos em 85 e 80%. Nem por isso, entretanto, as rendas alfandegárias aumentaram.

Em vista do crescimento das dificuldades financeiras, cogitou-se então no *funding loan,* levado a efeito pelo governo de Campos Sales, decretando nova revisão alfandegária, estabelecendo uma quota-ouro de 10%, depois majorada a 15%.

Em 1902, sobe à presidência Rodrigues Alves, que continuou achando a questão financeira a mais importante tarefa, sendo

(3) Ver, a respeito, o magnífico livro de BARBOSA LIMA SOBRINHO. *Presença de Alberto Torres.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

Leopoldo Bulhões ministro da Fazenda, o qual considerava as taxas alfandegárias como recursos meramente fiscais. Enquanto a taxa cambial se manteve baixa, não houve queixa, porém, a partir de 1905, com a alta do câmbio, surgiram as reclamações da indústria, procurando-se uma solução na elevação da quota-ouro sobre os impostos de importação. Continuando, no entanto, a elevação do câmbio, formou-se uma corrente favorável à estabilização cambial, envolvendo industriais, fazendeiros e comerciantes de café. Rodrigues Alves pensava favorecer a lavoura com o câmbio baixo. Logo em seguida, em 1906, com o Convênio de Taubaté, tornamo-nos subitamente mercantilistas.

Na administração seguinte, com Afonso Pena, foi instituída a Caixa da Conversão, que fixou o câmbio a uma taxa inferior à do mercado, satisfazendo aos interesses dos cafeicultores e industriais.

Com a administração Hermes da Fonseca manteve-se a orientação tradicional quanto aos impostos alfandegários, reconhecendo-se a necessidade de proteção à indústria nacional e da eliminação dos impostos exagerados que sacrificavam o consumidor. A crise mundial eclodida em 1913, e seus reflexos no Brasil, pôs em evidência a necessidade de nova revisão aduaneira. Discutia-se ainda o assunto, quando Wenceslau Brás assumiu o governo. Em seguida, a hecatombe da Primeira Guerra Mundial desabava, modificando certos dados do problema.

Dois efeitos, sobretudo, produziu a Primeira Guerra Mundial sobre a nossa economia: o primeiro foi a consolidação das fábricas existentes e o aumento de estabelecimentos fabris, chegando a quase 6.000 novas unidades durante aquele período; o segundo foi o papel crescente que a indústria começou a desempenhar na formação da receita pública, através da contribuição dos impostos internos do consumo, que passaram de 52.223 contos em 1914 para 93.514 contos em 1917, ao passo que o imposto de importação, durante os mesmos anos, caiu de 150.548 contos para 91.980 contos, o que naturalmente se deveu à queda de nosso comércio exterior.

Com isso a indústria conquistava seu certificado de cidadania em nossa economia, o que não impediu que o comércio importador, depois do conflito armado, voltasse a combater o prestígio crescente da indústria nacional, particularmente no que dizia respeito às novas tarifas alfandegárias, que tornaram à baila a partir de 1920.(4)

---

(4) Nícia Vilela Luz. *A luta pela industrialização do Brasil,* caps. III e V.

Vemos assim que durante a Primeira República três correntes se defrontaram: a dos partidários do equilíbrio orçamentário e cambial, os que propugnavam por auxílio à lavoura em detrimento das demais atividades, e os partidários da industrialização, que no fundo representavam a luta entre protecionistas e livre-cambistas, com resquícios que ainda perduravam do velho fisiocratismo.

E para finalizar este capítulo, vejamos brevemente o comportamento do ensino da economia política na época.

Com a proclamação da República e a instituição do ensino livre superior, fundaram-se várias faculdades de Direito. A primeira foi a da Bahia, organizada em 1891; a seguir veio a de Minas Gerais, em Ouro Preto, criada em 1892; depois, a de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), instituída em 1900, e finalmente a do Ceará, que data de 1903, sendo que até 1930 haviam sido criadas em todo o país, 17 faculdades de Direito.

Na Bahia ocupa a cátedra de economia política no início, Jaime Lopes Vilas Boas, defensor das idéias de Luigi Cossa, tendo adotado como compêndio oficial um pequeno resumo desse autor. A seguir, regeu a cadeira Joaquim Aguiar Costa Pinto, que passa a adotar os livros de Leroy Beaulieu e Charles Gide. Seguem-lhe, sucessivamente, Ajuricaba Meneses, que expendeu as idéias de MacLeod por meio do compêndio de Almeida Nogueira, e Descartes Drummond Magalhães e Afonso de Castro Rebelo, que adotaram os livros de Cossa e Gide. Por aí se vê que na Bahia predominavam as idéias dos economistas liberais latinos, especialmente italianos e franceses, com exceção do período anglo-saxão de MacLeod.

Em Ouro Preto, o primeiro professor de economia política foi Davi Moretzsohn Campista, político e ministro da Fazenda no governo Afonso Pena, reformador do Banco do Brasil e organizador da Caixa da Conversão, cuja finalidade era sanear a moeda nacional e diminuir as oscilações das taxas cambiais; o que quer dizer que era adversário do curso forçado e partidário de uma política de resgate permanente.

Em Porto Alegre, o ocupante inicial da cadeira de economia política foi Francisco Rodolfo Simch, que seguia a orientação da escola germânica de Rosche, Wagner, Schmoller, Sombart, Knies, Rau e outros, com um programa de economia social e de política econômica de cunho acentuadamente nacionalista. Sucedem-lhe na cátedra Alberto Brito e posteriormente Edgard Schneider. Isso mostra a influência alemã na orientação adotada em Porto Alegre, enquanto na Bahia, como vimos, a influência era francesa e italiana.

No Ceará, o primeiro regente da cadeira dessa matéria foi Tomás Pompeu de Sousa Brasil, cultíssimo, grande didata e historiador de invulgar mérito. Os ocupantes posteriores da cátedra foram Leonel Serafim Leite Chaves e depois Manuel Antônio de Andrade Furtado, de formação profundamente religiosa.(5)

Estes focos de irradiação do pensamento econômico no Brasil, exerceram considerável influência, tanto na elaboração das diretrizes de política econômica postas em prática, como nos debates travados em torno delas no parlamento e na imprensa. A influência era nitidamente neoclássica, o que explica o sentido adotado, evitando-se a intervenção do Estado, o que igualmente correspondia aos interesses econômicos preponderantes no país: agricultura e finança internacional.

Os ministros da Fazenda geralmente eram bacharéis em direito, engenheiros, ou, excepcionalmente, militares. Mesmo nos debates destes assuntos, raramente entravam representantes de outras profissões, como Jorge Street ou Barata Ribeiro, que eram médicos.

Não se pode negar, entretanto, que, na vigência da Primeira República, as idéias econômicas ortodoxas seguidas e em debate foram mais amplas e profundas do que no Segundo Império, acompanhando assim o desenvolvimento econômico que se processava no mundo, e que nos chegavam por meios de livros e revistas, quando não íamos abeberar-nos em suas fontes nativas: Europa e Estados Unidos. Estávamos progredindo, inegavelmente.

---

(5) Ver, a respeito, os trabalhos de Paul HUGON e de Luiz Nogueira de PAULA, anteriormente citados.

XII

ROBERTO SIMONSEN E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Roberto Simonsen foi o mais combativo e o mais coerente industrialista que o Brasil já teve. Sua atuação não se limitou ao campo impulsionador de empreendimentos fabris e de outros tipos de negócios; embora tenha multiplicado suas iniciativas fabris, fez larga promoção das atividades industriais, além de se tornar líder da sua classe e técnico da industrialização teve uma ação mais ampliada no campo da economia.

Sua atuação preponderante pode ser assinalada entre as duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), conquanto tenha sobrevivido ainda três anos à última data. É o período, no entanto, em que seus trabalhos e esforços se fizeram sentir de modo mais intenso e eficaz.

O meio e a época em que viveu e se educou e que lhe formaram a mentalidade, transformaram-no em um industrialista convicto e dedicado.

Nascido no Rio, filho de gerente de banco inglês, cedo mudou-se para a capital paulista, indo viver com um tio materno, que influiu muito em sua formação e em cuja homenagem instituiu, mais tarde, um prêmio escolar. Formado em engenharia com menos de 21 anos, após breve passagem pela Southern Railway (atual linha Santos a Juquiá, Sorocabana) e Prefeitura de Santos, fundou a sua primeira empresa, a C.ia Construtora de Santos, que efetuou numerosas e variadas obras, desde a reforma de casas, até a Bolsa do Café e o Monumento aos Andradas, criando ainda várias empresas auxiliares, como a C.ia Santista da Habitação Econômica, a C.ia Brasileira de Calçamentos e outras. Foi o primeiro, entre nós, a utilizar o *scientific management,* ou racionalização do trabalho. Posteriormente, ao aproximar-se o primeiro centenário de nossa Independência, efetuou a obra gigantesca de construção de quartéis e hospitais para o exército, que se estendeu por 36 cidades e 9 Estados.

Foi, certamente, o trato com essas obras que propiciou a Roberto Simonsen uma visão panorâmica da realidade brasileira, por um lado, porque aquela atividade se entrelaça com vários outros setores de produção, como cerâmica, cimento, madeira, ferro, metalurgia etc., e por outro, pela extensão geográfica a que teve de atender, numa época de transportes precários, movimentando mão-de-obra especializada e escassa no país.

Proporcionou-lhe isso o espetáculo doloroso de nossa pobreza(1) e a necessidade da industrialização, como meio de combatê-la, plasmando assim o Roberto Simonsen definitivo, com uma diretriz que iria seguir na vida: o engrandecimento da nação pelo desenvolvimento industrial.

Em conferência pronunciada no Colégio Mackenzie, assim se expressava: "Somos um povo de fraca produtividade. Trabalhamos pouco e com pequena eficiência, sendo aqui mínimo o rendimento médio por cabeça." E logo adiante: "É impressionante a pobreza do nosso povo. Quem viaja pelo interior do país, quem visita a casa do caboclo, mesmo nos arredores de São Paulo, não deixa de ficar impressionado como um ser humano, no ano de 1931, se satisfaz com uma tapera de barro esburacada, coberta de sapé, tendo o chão duro por piso e tarimba, bancos toscos e esteira por mobiliário."(2) Em plena Constituinte de 1934 exclamava: "O Brasil é um país pobre, habitado por população pobre",(3) o que provocou inúmeros apartes daqueles que confundiam riqueza potencial com riqueza aproveitada. Definia a pobreza, citando autor estrangeiro, "como sendo o estado do indivíduo que, pelo ganho insuficiente ou má orientação dos gastos, não pode manter um padrão de vida capaz de assegurar sua eficiência física e permitir que ele e os que dele dependem possam, normalmente, preencher as funções que lhes competem na sociedade a que pertencem."(4) Em 1943, no Auditório dos Serviços Hollerith, no Rio de Janeiro, comparava nossa renda nacional, que deveria orçar na época por volta de 40 milhões de contos, ou seja, menos de um conto por pessoa, com a norte-americana, que ultrapassava de 3 bilhões de contos, ou uma média anual de 24 mil contos por cidadão norte-americano.(5)

---

(1) Sua experiência na construção de casas populares foi decepcionante, pela baixa capacidade aquisitiva da população.

(2) Roberto SIMONSEN, *À margem da profissão,* 1934, pp. 245 e 246.

(3) Roberto SIMONSEN. *Ordem econômica e padrão de vida,* p. 35.

(4) Roberto SIMONSEN. *Ensaios sociais, políticos e econômicos.* Edição da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1943, p. 160.

(5) Roberto SIMONSEN. *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra,* p. 6.

Foi por certo diante da constatação dessa pobreza generalizada e que tanto o chocava, que Roberto Simonsen voltou-se para a industrialização, procurando com isso enriquecer o país e elevar o padrão de vida do povo. Por isso, já ao fundar o Centro das Indústrias, em 1928, dizia no discurso em que traçava o programa daquela entidade de classe: "A grande indústria, por toda parte do mundo em que se instala, traz como corolário o aumento dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social e o aumento da capacidade do consumo."(6) No mesmo discurso na Assembléia Constituinte de 1934, antes citado, assim se manifestava: "o poder aquisitivo dos brasileiros tem que ser incrementado, principalmente pela valorização do nosso homem e pelo desenvolvimento do comércio e da industrialização dentro do país."(7)

Mas, a industrialização tem outra alta finalidade: "Se é certo que a base da estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomados na consideração devida, possuindo este país um parque industrial eficiente, na altura do seu desenvolvimento agrícola." Adiante acrescentava: "A independência política de uma nação só é efetiva em todos os seus aspectos, se ela se baseia numa situação econômica forte, numa independência econômica relativa, sem a qual não existe de fato a independência política. Nas nações econômica e financeiramente fracas, o produtor nacional entrega os seus produtos na permuta internacional por valor inferior ao verdadeiro, em benefício das nações melhor organizadas." Daí esta conclusão: "Assim, os brasileiros que combatem a implantação e disseminação das indústrias no país, fazem consciente ou inconscientemente obra a favor das nações estrangeiras, interessadas na conquista de nossos mercados, trabalhando para que retrogrademos à posição de colônia dos produtores estrangeiros, à mercê ainda de um bloqueio econômico em caso de guerra."(8)

Não se poderia ser mais explícito quanto ao papel da indústria na economia de um país, quer em relação ao mercado interno, quer ao externo.

Nessas condições, Roberto Simonsen era protecionista, explicando-o desta maneira: "Quanto à estafada discussão entre pro-

(6) Roberto SIMONSEN. *Orientação industrial brasileira,* p. 12.
(7) Roberto SIMONSEN. *Ordem econômica e padrão de vida,* p. 26.
(8) Roberto SIMONSEN. *Orientação industrial do Brasil.* São Paulo. 1928, pp. 9, 10 e 19.

tecionismo e livre-cambismo, que se quer transplantar para o nosso país, não encontro expressões suficientemente fortes para lamentá-la. A adoção de doutrinas copiadas ou importadas de terras estranhas e não aplicáveis às condições do Brasil só podem concorrer para o acentuamento da nossa depressão econômica. No atual estágio da civilização e da política internacional não se pode conceber a idéia de nação sem a do protecionismo. Afirmar que o Brasil só pode produzir em condições econômicas o café é pregar a destruição das barreiras aduaneiras com o intuito fantasista de conseguir em troca maiores mercados para a colocação desse produto, é admitir a transformação do país num vasto cafezal, com o desmantelamento de muitas de nossas atividades, com o rebaixamento do padrão de vida e com um grande recuo de nossa civilização. O livre-câmbio traduz a liberdade de escambo entre as nações, com o conseqüente predomínio das mais fortes muitas vezes em detrimento dos interesses e do padrão de vida das menos aparelhadas. O protecionismo cerceia de alguma forma e por algum tempo a permuta entre as nações, mas traduz uma grande liberdade de produção dentro das fronteiras do país que o adota. De fato, nos países que abraçam o protecionismo, qualquer cidadão pode montar a indústria que entender desde que repouse em sadio fundamento, certo de que está livre do esmagamento proveniente dos *dumpings* ou manobras de poderosos concorrentes estrangeiros."(9)

Os problemas e os efeitos do protecionismo e livre-cambismo estão aqui expostos de maneira muito clara, em toda sua plenitude.

Com relação às tarifas alfandegárias e seu papel representado em nossa evolução econômica, sua opinião era esta: "No Brasil temos tarifa fiscal elevada, mas não regime protecionista, pois não se favorece convenientemente a entrada de matérias-primas, que é um dos característicos deste sistema e que muito barateia os produtos de fabricação nacional."(10)

Aqui, igualmente, a explanação esclarece que protecionismo não consistia apenas em elevação de tarifas, porém, em medidas colaterais que ajudariam a impulsionar o surto manufatureiro.

Sobre o intervencionismo estatal na economia, a posição de Simonsen era também definida: "Intervencionista, nunca o fui para combater as leis naturais, mas sim exclusivamente com o intuito de criar situações em que o Brasil pudesse aproveitar em seu favor as resultantes dessa lei. Da liberdade ampla no inter-

(9) Roberto SIMONSEN. *À margem da profissão*, p. 9.
(10) Idem, ibidem, p. 9.

câmbio comercial resulta, pela atuação natural de conhecidos fatores, o predomínio dos mais fortes."[11]

Por aí se verifica que o limite da intervenção do Estado na economia se achava condicionado à manutenção da livre iniciativa, um dos primados do capitalismo moderno, abandonando o *laissez-faire* da era clássica.

As questões de formação de técnicos, de normas técnicas e mão-de-obra qualificada, muito importantes no processo de industrialização, não escaparam também às cogitações de Roberto Simonsen. Por ocasião de paraninfar a primeira turma de bacharéis em ciências econômicas e sociais, da Escola Livre de Sociologia e Política, criada por ele e outros, dizia: "A nossa Escola visa, principalmente, a preparar especialistas que estejam detalhadamente a par dos problemas sociais e econômico-políticos da administração em geral e da administração pública em particular. Já aqui não se trata apenas do estudo da ciência pura. De um lado, procura lançar as bases de uma verdadeira engenharia social; sob aspecto político, a ciência da organização do Estado é aqui encarada com minúcia; do ponto de vista econômico, o nosso programa abrange cinco cadeiras anuais: economia social, economia internacional, finanças públicas, história das doutrinas econômicas e economia brasileira, constituindo o curso mais completo de economia existente no Brasil."[12] Em conferência pronunciada por ocasião da outorga do prêmio Engenheiro Inácio Wallace da Gama Cochrane, lamentava estarem registrados no Conselho Regional de Engenharia (em 1939) apenas 53 engenheiros industriais contra 1.110 civis, 134 arquitetos, 171 eletricistas, 116 agrônomos e 96 mecânico-eletricistas.[13] Por ocasião da Jornada de Habitação Econômica, pronunciou conferência em que se ocupava do tempo de escolaridade de nossos operários, em comparação com os de outras nações, sendo de 2 anos para os nossos e de 5 a 8 para os da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.[14] Foi isso, naturalmente, que o levou a fundar o SENAI, cuja função relevante na formação de operários especializados ninguém pode negar. Defendia e difundia a adoção de normas técnicas para o parque manufatureiro brasileiro, que já então começava a se desenvolver. Ao seu discurso de paraninfo na colação de grau dos engenheiros do Colégio Mackenzie, em 1942, deu o expressivo título de "A era do engenheiro".

---

(11) Idem, ibidem, p. 8.
(12) Roberto SIMONSEN. *Ensaios sociais, políticos e econômicos*, pp. 13 e 14.
(13) Idem, ibidem, p. 86.
(14) Idem, ibidem, p. 216.

Dessa forma, Roberto Simonsen, além de se bater pela nossa industrialização no campo teórico, estudando-a com a profundeza requerida, procurava ainda preparar o pessoal devidamente adestrado para levá-la à prática.

Por ocasião do cinqüentenário da Escola Politécnica, em 1944, chamava atenção sobre a importância da tecnologia para a indústria moderna, em vista do relevo que assumia na produção em massa e barateamento e aperfeiçoamento dos produtos, adaptando-se a ela a organização financeira.

Nem por isso, entretanto, era um industrialista *à outrance,* desconhecendo ou escondendo seus lados negativos. Escrevia, por isso, que a "livre proliferação de colossais empresas, estimuladas pelo progresso tecnológico, pela produção em massa, e pelas facilidades de financiamentos, pode ocasionar, além do desemprego e do esmagamento de capitais e atividades na média e pequena indústria, uma indébita interferência na política das nações [. . .] As excessivas concentrações operárias também produzem um mal que já se chamou de 'proletarismo': grandes aglomerações humanas levadas a viver em quarteirões padronizados, mantendo-se, por dezenas de anos, numa irritante monotonia de trabalho, transformando-se quase que em autômatos, e, assim, contrariando condições essenciais à alegria de viver [. . .] A prática, tem, porém, repetidamente patenteado que o exagerado e rápido barateamento da produção é, muitas vezes, ilusório, eis que se permite às populações adquirir em maior quantidade artigos de consumo, o desemprego e os desequilíbrios que provoca atira à miséria numerosas famílias operárias que precisam ser sustentadas pelo Estado. Este, por sua vez, vai buscar à bolsa do contribuinte os meios necessários para o combate a este flagelo [. . .] A nossa política de industrialização deveria, portanto, orientar-se no sentido da multiplicação da média e da pequena indústria, estimulando, porém, os processos de racionalização e de cooperação entre as várias fábricas, para que, sempre que possível, umas se constituíssem complementares das outras, e para que, nesse regime, se pudesse promover a criação de especializações, por partes, de forma que o produto final pudesse ser beneficiado pelas economias resultantes dessa grande racionalização e cooperação. O tipo da grande empresa, servida por supermáquinas, seria reservado para as indústrias basilares e aí se justificaria, a par de uma necessária emulação, um maior controle do Estado, para evitar os malefícios decorrentes do excesso de poder econômico em mãos de poucos."(15)

---

(15) Roberto SIMONSEN. *A engenharia e a indústria,* pp. 12, 13 e 14.

Temos aí uma visão global do processo de industrialização, adaptado à nossa realidade, procurando evitar os males que um crescimento anárquico e desordenado pode acarretar.

Outro aspecto de nossa economia que preocupou Roberto Simonsen, foi o referente ao comércio exterior, buscando torná-lo proveitoso ao nosso desenvolvimento e não ajustá-lo a meros interesses particulares e de momento, pois as transações internacionais devem de fazer parte de nossa política econômica geral.

Assim sendo, manifestava-se contrário à cláusula de nação mais favorecida, porque esta sempre se traduz, no setor econômico, em facilidade de expansão para os Estados em que as atividades econômicas estão mais avançadas, com evidente sacrifício daquelas que se encontram mais atrasadas. "Teimamos em equiparar condições de igualdade e reciprocidade jurídicas, com equivalências econômicas, levados por um lirismo muito compreensível em um povo de fracas aptidões econômicas. Não quisemos ou não pudemos compreender, até hoje, que tratados de reciprocidade, baseados na cláusula de nação mais favorecida, contendo condições jurídicas e teoricamente iguais para ambas as partes contratantes, acarretam, de fato, sob o ponto de vista econômico, uma progressiva vassalagem da nação menos aparelhada à mais poderosa [. . .] O Brasil, país pobre, com uma exportação *per capita* mínima e cada vez menor, não pode, absolutamente, adotar os tratados de comércio estandardizados, preferidos pelas nações industrialistas e capitalistas.([16]) [. . .] Nessas condições, os tratados de comércio devem ser complementados por entendimentos em que o país que coloca, em troca de produtos 'primários', artigos densamente remunerados, se obrigasse a uma cooperação compensadora, de ordem técnica e econômica, ao exportador de produtos 'primários'. Não se devem, portanto, isolar os tratados internacionais de comércio, dentro de um critério rigidamente jurídico, condicionado, exclusivamente, à circunstância de ordem financeira e comercial [. . .] Nada mais justo, pois, como já acentuamos, que ao lado de cada tratado de comércio figure outro fixando compensação de ordem econômica, para os povos e regiões de padrão inferior ao normal". Era assim a injustiça que constituía os tratados bilaterais de comércio, mesmo quando juridicamente iguais, que Roberto Simonsen procurava reparar com sua tese. Quanto aos empréstimos externos, era taxativo: "Os empréstimos

---

(16) Roberto SIMONSEN. *A indústria em face da economia nacional*, pp. 43 e 44.

externos só devem ser contraídos para aplicação em empreendimentos reprodutivos."[17]

Mas, Roberto Simonsen não foi somente um teórico que se batia pela imprensa, em conferências, em livros e folhetos para esclarecer o papel e as vantagens da industrialização no Brasil, desfazendo incompreensões, enfrentando adversários. Ele foi acima de tudo um enérgico e lúcido líder de sua classe. Desde a fundação do Centro e mais tarde da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, dirigiu estas entidades de classe em sua plenitude. Nessas funções não se revelou apenas o mais atento e entusiasta dos homens que estavam à sua frente, mas era ao mesmo tempo o mais atilado, aquele que melhor via os seus problemas, procurando as soluções mais consentâneas, batendo-se por elas em primeira linha, desassombradamente. Tudo isso granjeou-lhe uma autoridade indiscutível, que todos respeitavam e admiravam mesmo. Assim se explica a liderança que exerceu durante toda a sua vida. Nessa obra de direção que desempenhava, buscava aperfeiçoar o aparelhamento de que dispunha, criando departamentos técnicos para estudos mais aprofundados dos problemas. Estendendo sua missão, criou o SESI, a fim de dar assistência ao trabalhador, em vários âmbitos, como já organizara o SENAI, para elevação dos seus conhecimentos profissionais.

Em verdadeira promoção das realizações industriais, fez realizar duas Feiras Nacionais da Indústria, que tiveram lugar aqui em São Paulo, em 1940 e 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, das quais participaram outros Estados, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Pará, tendo por objetivo mostrar o progresso que se estava operando em nossos estabelecimentos fabris, naqueles anos tormentosos, improvisando-se máquinas, utilizando novas matérias-primas, em inequívoca manifestação de crescimento. Fazia questão que as mais altas autoridades do país, como o presidente da República, assistirem a tais certames.

Vislumbrando horizontes mais largos, Roberto Simonsen preparou e dirigiu a primeira reunião dos empresários nacionais, sendo o principal artífice das resoluções tomadas e concretizadas na Carta de Teresópolis, de maio de 1945. Como estávamos no fim da Segunda Guerra Mundial, que iria transformar profundamente as instituições econômicas, sociais e políticas do mundo, com repercussões inclusive no Brasil, pondo fim à ditadura reinante,

---

(17) Roberto SIMONSEN. *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra,* conferência pronunciada em 8/4/43, pp. 15, 16 e 17.

denominada Estado Novo, a agricultura, a indústria e o comércio, como partes da coletividade nacional, julgaram-se no dever de apresentar as soluções que consideravam mais adequadas aos seus interesses. As reivindicações formuladas foram numerosas e diversas, abrangendo os campos: econômico, financeiro, comercial, de transportes, de energia elétrica, mineral, bancário, tributário, social e populacional. Quase todas essas reivindicações estão hoje superadas, pela evolução ocorrida nesses campos. É curioso todavia observar a colocação de problemas sociais, como o combate ao pauperismo, a elevação dos salários reais, considerados como interesse da iniciativa privada, não separando assim a economia da sua função social. Para atingir o elenco de aspirações apresentadas, Simonsen recomendava o planejamento econômico.

Outro certame nacional promovido por Roberto Simonsen, foi o Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria, em dezembro de 1945, do qual participaram representantes de todos os Estados, inclusive do Território do Acre. Não se tratava apenas de fazer um balanço das realizações efetuadas nesse domínio de atividades, mas tornava-se necessário traçar diretrizes seguras e práticas para o novo período de pós-guerra, que se abria, cheio de esperanças, mas igualmente juncado de dificuldades. É significativa a tese por ele apresentada, que se intitulava "Conceito da renda nacional e sua influência nas relações dos padrões de vida. Cooperação econômica entre as nações. Medidas para auxiliar a elevação dos níveis de vida nos países pobres." Tais assuntos eram os que mais o preocupavam naquele tempo. No discurso inaugural do Congresso, disse que iriam ser estudados a planificação da economia brasileira no setor das atividades industriais, o reajustamento da produção industrial às necessidades do pós-guerra, os fatores de encarecimento da produção e as medidas aconselháveis para baixar seu custo, a produtividade no campo da indústria, crítica da política industrial e sugestões das normas mais aconselháveis à sua harmonização com os interesses das demais classes produtoras e com as solicitações do consumo. Em seguida, abordando outros problemas, salientou a importância da tecnologia como novo fator da produção. Disse que não poderia haver progresso onde predominava a miséria, nem distribuição onde não existem suficientes riquezas criadas, dependendo a renda do fator homem, da sua eficiência e saúde, impondo-se a planificação para alcançarmos, em determinado período, um dividendo nacional suficiente para as necessidades dos brasileiros, lembrando ainda o baixo nível de nossas tarifas aduaneiras. E consumiu os três anos de vida que lhe restaram, lutando por esses ideais.

Em agosto de 1941, Roberto Simonsen apresentou ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial seu parecer — Planificação da economia brasileira — que tinha por finalidade um planejamento de todo o nosso sistema de produção e de prestação de serviços, distribuído em planos qüinqüenais, capaz de quadruplicar a renda nacional dentro de 10 a 15 anos, através da intensificação e ampliação de todos os setores de atividade, além da criação de outros novos. O montante para essa obra foi avaliado em 100 milhões de cruzeiros da época, sendo metade financiada com as disponibilidades que então possuíamos no exterior e o restante com empréstimo a ser adquirido nos Estados Unidos, que representaria menos de 0,2% da renda daquele país. Esse plano foi duramente combatido pelo professor Eugênio Gudin, que com sua mentalidade fisiocrática, opunha-se não somente ao planejamento da economia brasileira, como também à industrialização nacional.

Dessa forma, Roberto Simonsen, com sua atuação teórico-prática, inseriu de maneira enérgica, decisiva, audaciosa e inteligentemente, o problema da industrialização dentro de nosso pensamento econômico, dando-lhe um vigor que antes não encontramos na história nacional. É verdade que o tempo o favoreceu em parte, porque o país atravessava época de pleno florescimento em suas atividades fabris. Vejamos alguns dados.

O conflito armado internacional de 1914-1918, suspendendo nossas importações de artigos manufaturados, obrigou-nos a uma extrema ampliação dessas atividades, pois só entre 1915 e 1919 foram criados entre nós 5.940 novos estabelecimentos fabris. A produção industrial, em valor nominal, passou de 100 em 1914 para 312 em 1919 e, em valor ponderado, de 100 para 209, em igual período de tempo. Mesmo levando-se em conta a desvalorização monetária ocorrida então, verificou-se aumento de ...... 2.424:139$000.[18]

Com isso, nosso parque industrial, particularmente o de bens de consumo, aumentava extraordinariamente.

Até a crise mundial de 1929, de tão profunda repercussão em todas as nações, abalando nossa própria estrutura social, propiciou, pelo corte de nossas importações, um surto manufatureiro, sabendo-se que entre 1930 e 1940 a produção de cimento passou de 87.160 para 744.763 toneladas; a de ferro gusa, de 35.305 para 185.570 toneladas; a de aço laminado de 25.895

---

(18) Nélson Werneck SODRÉ. *História da burguesia brasileira.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, p. 268.

para 135.293 toneladas; a de tecidos de algodão, de 47.600 para 82.200 toneladas; a de papel, de 53.200 para 121.000 toneladas; a de carvão, de 385.000 para 1.336.000 toneladas, e assim por diante, em outros produtos.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o total bruto da produção industrial passou de 100 para 130 em 1944, ou seja, um crescimento de 30%. Foi o tempo durante o qual terminamos nossa produção de bens de consumo para entrarmos mais tarde na fabricação de bens de produção, ou indústria de base. Durante a Segunda Guerra Mundial, vendemos tecidos ao exterior, atingindo a segunda rubrica na pauta de nossas exportações. Era todo um período histórico que atravessávamos, para alcançar a era da segunda etapa de nossa industrialização, que estamos palmilhando.

Roberto Simonsen não somente viveu essa época intensamente, como ainda ajudou a criá-la, através da obra multiforme que realizou e que teve a expressão mais alta no domínio econômico.

XIII

CONTROVÉRSIA NO PENSAMENTO ECONÔMICO ATUAL

Foi ainda Roberto Simonsen, com seu conhecido espírito pioneiro, quem levantou, pela primeira vez, de maneira ampla e séria, a questão do planejamento de nossa economia. Aconteceu isso no fim da Segunda Guerra Mundial, ante as perspectivas que se abriam para nós, após aquela tremenda conflagração de tão alto significado para o mundo e cujas conseqüências se fazem sentir até agora.

O seu trabalho foi apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, do qual ele era membro, como representante da Indústria, na sessão de 16 de agosto de 1944 e posteriormente publicado em folheto, sob o título de *A Planificação da economia brasileira.* Desde logo, o projeto sofreu violenta crítica do prof. Eugênio Gudin, como relator do plano, publicando este o seu parecer sob a denominação de *Relatório sobre o projeto de planificação da economia brasileira, do Conselho de política industrial e comercial,* editado pela Comissão de Planejamento Econômico, em março de 1945. Roberto Simonsen replicou-lhe com outra brochura: *O planejamento da economia brasileira,* de junho do mesmo ano, ao qual, por sua vez, respondeu Gudin com a "Carta à Comissão de Planejamento", em agosto seguinte.

Mais tarde, o mesmo prof. Gudin, numa série de cinco artigos, sob o título geral de "Mística do planejamento", aparecidos no *Correio da Manhã,* do Rio de Janeiro, atacou a "Técnica da programação do desenvolvimento econômico", proposta pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a qual depois de refundida e ampliada foi publicada sob a denominação de *Análisis y proyecciones del desarrollo económico.* Ao professor respondeu Raul Prebish, então diretor executivo daquele órgão da ONU, em dois longos artigos, no *Diário de Notícias,* também do Rio de Janeiro, intitulados de "Mística do equilíbrio espontâneo".

O prof. Gudin, ainda nos primeiros meses de 1956, em artigos igualmente aparecidos no *Correio da Manhã,* combateu a política econômica e financeira traçada pelo Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira em seu livro *Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento econômico,* que lhe serviu de programa ao ser eleito para a presidência da República. O prof. Gudin, mais uma vez, em seu livro *Contribuição e análise do desenvolvimento econômico,* retoma e desenvolve suas teses. A revista da Confederação Nacional da Indústria, *Desenvolvimento & Conjuntura,* dirigida por João Paulo de Almeida Magalhães, criticou "O Programa de estabilização monetária", lançado em 1958, pelo então ministro da Fazenda, Lucas Lopes, baseado fundamentalmente na análise adotada por Gudin.

A extensão dos debates estabelecidos em todos estes momentos envolveu praticamente nossos principais economistas da época, o que levou Humberto Bastos, na ocasião membro do Conselho Nacional de Economia, em artigo do *Diário da Noite,* do Rio de Janeiro, de 5 de julho de 1955, a dividi-los em duas correntes. A primeira seria formada por Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões, Tristão da Cunha, Glycon de Paiva, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e Alexandre Kafka, e a segunda, constituída por Hamilton Prado, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Knaack de Sousa, Celso Furtado, João Paulo de Almeida Magalhães, Ernesto Street, Evaldo Correia Lima, Manuel Orlando Ferreira e Heitor Lima Rocha. João Paulo de Almeida Magalhães denominou a primeira corrente de "gudinianos" e a segunda de "desenvolvimentistas", acrescentando à primeira Mário Henrique Simonsen e, à segunda, Antônio Dias Leite e Dias Carneiro.

A discussão girava (em parte ainda gira) não somente em torno de nosso desenvolvimento econômico, como igualmente a respeito dos instrumentos a serem aplicados para esse desenvolvimento e, mais recentemente, em relação à forma de encarar o estudo de nossa história econômica.

Esses debates foram admiravelmente resumidos e estudados por João Paulo de Almeida Magalhães em "Controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico", edição da revista *Desenvolvimento & Conjuntura,* Rio de Janeiro, 1961, que constituiu sua tese de concurso à cadeira de economia política, da Faculdade Nacional de Direito. Posteriormente esse trabalho foi sintetizado em um capítulo de sua obra, escrita em colaboração com outros, *25 Anos de economia brasileira,* Rio de Janeiro, de que nos servimos amplamente para abordar aqui esse assunto.

A primeira questão surgiu em relação ao próprio planejamento, quando Roberto Simonsen, depois de mostrar a baixa renda

nacional e deficiente padrão de vida popular, escreveu: "... impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossa população e prover o país de uma estrutura econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e à sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional."(1) Eugênio Gudin retrucou dizendo tratar-se de mística da planificação, "derivada genética da experiência fracassada e abandonada do *New Deal* americano, das ditaduras italiana e alemã que levaram o mundo à catástrofe e dos planos qüinqüenais da Rússia, que nenhuma aplicação podem ter em outros países".(2) Replicou-lhe Simonsen afirmando ser erro supor o conceito de planejamento ligado obrigatoriamente a escolas políticas ou econômicas antidemocráticas, porque o Estado liberal vem planejando há muito tempo, tratando-se de técnica de maior vulto, dada a maior complexidade dos problemas ante os progressos nas ciências econômicas, sociais e na tecnologia, sendo uma técnica e não um programa de governo, não excluindo os empreendimentos particulares.(3)

Hoje, conforme salienta João Paulo de Almeida Magalhães, não mais se discute a necessidade de um desenvolvimento planejado, pois cada governo preocupa-se em preparar e publicar seu próprio plano, embora nem sempre seja cumprido.(4) Mesmo o prof. Gudin já reconhece isso, ao escrever que "ninguém pode deixar de ser a favor do planejamento, já que 'planejar' tem o sentido de 'pensar', 'refletir', 'projetar'. Se o planejamento se aplica assim aos atos mais comezinhos da vida, não há como dispensá-lo para a economia de uma nação. E esse planejamento, em sentido geral, não pode deixar de ser feito ou supervisionado pelo Estado".(5) Não deixa de ser curioso, por outro lado, que o gudiniano Roberto Campos tenha escrito uma interessante brochura sobre o planejamento econômico(6) e tenha elaborado dois planos governamentais, um para o marechal Castelo Branco

---

(1) Roberto SIMONSEN. *A planificação da economia brasileira*, p. 11.

(2) Eugênio GUDIN. *Relatório sobre o projeto de planificação da economia brasileira, do Conselho de política industrial e comercial.* Comissão de Planejamento Econômico, 1945, pp. 44 e 45.

(3) Roberto SIMONSEN. *O planejamento da economia brasileira*, pp. 13 e 14.

(4) João Paulo de ALMEIDA MAGALHÃES. *25 anos de economia brasileira.* Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1965, p. 300.

(5) Eugênio GUDIN. *Análise de problemas brasileiros — 1958-64.* Rio de Janeiro, Editora Agir, 1965, p. 117.

(6) Roberto de OLIVEIRA CAMPOS. *Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1954.

quando ocupava a presidência da República, do qual era ministro, aliás, do Planejamento, e outro destinado ao governo que lhe seguiu, mas que não chegou a ser divulgado.

Outro ponto de litígio entre Simonsen e Gudin refere-se à intervenção do Estado na economia. O primeiro achava que, num programa de planejamento, o assunto deveria ser estudado com as várias entidades de classe, utilizando ao máximo a iniciativa privada e sem prejudicar as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novos empreendimentos concorrentes.(7) Essa posição pareceu ao segundo "uma desenvoltura de pasmar [...] como se o Brasil já fosse um Estado corporativo".(8) Tal atitude antiestatizante *à outrance* ele continuou mantendo, condenando, por isso, sob o título genérico de "Descalabro-Brás", empresas como a Petrobrás, a C.ia Nacional de Álcalis, a C.ia Vale do Rio Doce, a Eletrobrás etc.(9) Essa fúria antiestatal atinge as raias do liberalismo, ao determinar que a função do Estado é "a de estabelecer as regras do jogo, mas não jogar", embora diga ao mesmo tempo que o Estado não se deve desinteressar pela economia e considere premente "uma série de medidas legislativas e administrativas capazes de *permitir* e *facilitar* o progresso econômico do país".(10) Em 1953, Gudin e Bulhões polemizam sobre idêntico problema com a CEPAL e em 1956 Gudin atacou o "Programa de Metas" do presidente Juscelino Kubitschek, porém, desta vez, preocupado com os aspectos inflacionários e de distorção estrutural dos pesados investimentos anunciados nele.(11) Na questão da intervenção do Estado na economia, encontramos no desenvolvimentista Dias Leite um exemplo típico de posição nacionalista, recomendando a expansão do setor público, mas defendendo a estatização dos setores siderúrgico, energético, petrolífero e de exportação dos minérios,(12) ao passo que a esquerda, também partidária do desenvolvimentismo, é mais radical, partilhando essa posição em forma total e aberta. A "Carta de Teresópolis", de maio de 1955, redigida por Roberto Simonsen e expressando o pensamento das classes patronais, considerava preferível a forma indireta da ação do Estado, ouvindo-se previamente as classes interessadas, atendendo-se aos consumidores e, tanto quanto

(7) Roberto SIMONSEN. *A planificação da economia brasileira*, pp. 13 e 14.
(8) Eugênio GUDIN. *Relatório sobre o projeto*, op. cit., p. 54.
(9) Idem, *Análise dos problemas brasileiros*, op. cit., p. 380.
(10) Idem. *Relatório sobre o projeto*, op. cit., p. 61. Grifos do Autor.
(11) João Paulo de ALMEIDA MAGALHÃES. Op. cit., p. 285.
(12) João Paulo de ALMEIDA MAGALHÃES. Op. cit., p. 286.

possível, dando participação no investimento e direção ao capital particular.([13])

Havia ainda divergência entre Simonsen e Gudin no referente à importância atribuída à industrialização e produtividade, como fatores essenciais ao desenvolvimento econômico. O primeiro argumentava com este trecho do Relatório da Missão Cooke, de 1942: "A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais, é o meio que a Missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos."([14]) A "Carta de Teresópolis" manifestava-se igualmente nesse sentido, afirmando que "o desenvolvimento industrial do país, processado harmonicamente com as demais atividades produtoras, e equilibradamente em todo o território nacional, deve concorrer para a implantação de uma economia de abundância que produza muito, bem e a baixo custo. [...] Recomendam, pois, que o Estado estimule e oriente a industrialização do país, baseado em estudos dos fatores fundamentais — mercado, mão-de-obra, transporte e energia".([15])

A CEPAL assim se manifestou a esse respeito: "A industrialização, além de contribuir para absorção da população que cresce e se desloca de outras atividades, proporciona a um país em desenvolvimento os artigos manufaturados que não pode conseguir por sua limitada capacidade para importar em função das exportações."([16]) Gudin, respondendo a Simonsen, exclama: "Tudo depende da produtividade." E depois de mencionar as disparidades regionais em nossa produção de açúcar, sai-se com esta tirada fisiocrática: "... precisamos é de aumentar nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade de exportar. E se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sob proteção das 'pesadas' tarifas aduaneiras e do câmbio cadente, continuaremos a ser um país de pobreza, ao lado do rico país que é a Argentina."([17])

Comentando esta posição, João Paulo de Almeida Magalhães disse que a prova demonstrativa de "que o problema do desenvolvimento econômico é para o prof. Gudin um problema de produtividade é o fato de que considera o desemprego marxista da CEPAL não como desemprego mas como um simples caso de baixa

---

(13) "Carta de Teresópolis", p. 3.

(14) Roberto SIMONSEN. *A planificação da economia brasileira,* p. 5.

(15) "Carta de Teresópolis", op. cit., p. 7.

(16) *El pensamiento económico de la* CEPAL. Santiago do Chile, Editorial Universitaria S.A., p. 72.

(17) Eugênio GUDIN. *Relatório sobre o projeto,* op. cit., p. 104.

produtividade", acrescentando que, devido à rigidez de sua posição, "se recusa a falar em desenvolvimento, referindo-se sempre à produtividade cujo incremento torna-se, no seu vocabulário, sinônimo de desenvolvimento econômico. Diga-se, aliás, mais uma vez, que seu raciocínio é perfeitamente lógico dentro do modelo que adota. Fundamenta-se na existência de pleno emprego keynesiano e na ausência de qualquer diferença fundamental entre desenvolvidos e subdesenvolvidos". ([18])

O Conselho Nacional de Economia (CNE), envolvendo-se na contenda, parece, à primeira vista, assumir posição própria, eqüidistante de ambas as partes, mas a peculiaridade da posição do CNE resulta de uma distinção insuficiente entre produtividade do ponto de vista da firma e do da sociedade. Mediante aplicação, ao conjunto do país, de um tipo de raciocínio válido apenas para a empresa privada é que pôde separar as contribuições respectivas da produtividade e dos investimentos para a expansão de uma economia em situação de pleno emprego. Dessa forma, o raciocínio do CNE parece conceder igual importância aos elementos de produtividade e investimentos, os quais são diferentemente valorados nos modelos Gudin e CEPAL. Mas essa distinção entre produtividade e investimentos resulta do erro de se aplicar à economia global um conceito de produtividade válido apenas para a empresa privada. Corrigido esse erro, a posição do Conselho se reduz à de Gudin, segundo a qual, nas condições dominantes do pleno emprego, a maior produtividade é o único caminho aberto ao aumento do produto (constante a mão-de-obra disponível). ([19])

O que nos parece certo, contudo, nessa diversidade de apreciações, é que "a política de produtividade é apenas um dos aspectos do desenvolvimento, entendido este com a eliminação do atraso dos subdesenvolvidos. Este fato não tem sido algumas vezes reconhecido porque se pretende considerar absolutamente iguais o processo dinâmico dos desenvolvidos e dos subdesenvolvidos, o que é falso dada a diferença de fatores socialmente raros nos dois casos". ([20]) Estes dois fatores são o capital e a mão-de-obra.

A disputa ideológica em torno do capital estrangeiro, como auxiliar de nosso desenvolvimento econômico, ainda mantém atualidade, assumindo caráter doutrinário, sendo por isso assunto mais complexo. Os economistas gudinianos acham imprescindível a ajuda externa, dada a nossa fraca capacidade de poupança

(18) João Paulo de ALMEIDA MAGALHÃES. "Controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico", in *Desenvolvimento & Conjuntura,* Rio de Janeiro, 1961, p. 61.
(19) Idem, ibidem, pp. 64 e 67.
(20) Idem, ibidem, p. 75.

interna, parecendo-lhes fácil a sua consecução, pela criação de clima propício para isso. Por esse meio teríamos acréscimo de divisas disponíveis e introdução de tecnologia moderna. Os desenvolvimentistas sustentam posições nacionalistas, das quais são adeptos também os socialistas, por aceitarem a tese da rápida eliminação do atraso e o primado da iniciativa privada, mas, enquanto que os privativistas consideram o desenvolvimento como um fim, os socialistas o aceitam para livrar o país do "imperialismo" das grandes potências. Enquanto que os socialistas combatem o capitalismo de um modo geral e particularmente o dos Estados Unidos, os nacionalistas privativistas defendem o desenvolvimento industrial, preferentemente por empresários nacionais. Os nacionalistas aproximam-se dos socialistas na resistência à exportação dos recursos minerais, o que talvez resulte da velha prevenção contra a divisão internacional do trabalho entre exportadores de bens primários e importadores de produtos industrializados.

A corrente nacionalista privativista teve origem na primeira fase do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e em grupos de industriais brasileiros, não implicando em ataque direto aos investimentos alienígenas. Pediam apenas igualdade de condições competitivas, o que foi rejeitado na prática com a promulgação da famosa Instrução 113, concedendo créditos especiais à entrada de capitais estrangeiros.

Os nacionalistas privativistas pleiteiam, a fim de poderem concorrer com as empresas forâneas, a reserva para eles de facilidades de financiamento e crédito, propugnando ainda pela criação de tecnologia nacional, reclamando contra a desnacionalização de determinados setores industriais.

Estas reivindicações decorrem da peculiaridade de nosso processo de desenvolvimento, diferente dos da Alemanha e Estados Unidos no século passado, defendidos por sólido muro tarifário. [21]

A discussão entre estruturalistas e monetaristas, que faz parte da controvérsia entre gudinianos e desenvolvimentistas, apareceu no contexto dos debates sobre os fatores favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento, basicamente sobre o papel da inflação nos países subdesenvolvidos, porém estendeu-se também mais recentemente ao campo de interpretação de nossa história econômica, o que lhe deu novas dimensões, aguçando dessa forma a contenda.

Seu início data de 1950, quando uma missão do Fundo Monetário Internacional, chefiada por Bernstein, traçou para o Chile as

---

(21) Esta parte constitui breve síntese das páginas 296 a 300, do livro de João Paulo de ALMEIDA MAGALHÃES e outros, *25 anos de economia brasileira.*

linhas gerais de uma política para seu saneamento financeiro. No entanto, foi a Missão Klein and Sakes, contratada no segundo semestre de 1954, que marcou o começo da aplicação concreta de um esquema ortodoxo de estabilização.

O esquema partia da idéia de que as emissões monetárias representam o centro nervoso de todas as inflações, resumindo-se o problema em adequar o acréscimo dos meios de pagamento ao incremento do Produto Nacional Bruto (PNB), sendo necessário para isso terminar com o *deficit* orçamentário, principal gerador das emissões, controlar o crédito através de tetos e aumentar a taxa de redescontos, constituindo a contenção salarial complementação normal dessas medidas. O efeito da aplicação de tais providências foi que o aumento dos preços caiu de 80%, em 1955, para 38% em 1956 e 17% em 1957. Por outro lado, o PNB tomando-se 1955 = 100, passou para 103,1 em 1956, para 98,2 em 1957 e 96,4 em 1958; e a produção manufatureira, ainda em 1955 = 100, baixou para 92,1 em 1956, para 87,7 em 1957 e 84,0 em 1958, sem falar no ônus imposto aos assalariados, cujas remunerações, antes garantidas por escala móvel de salários, passaram a ser reajustadas em percentagens inferiores à elevação do custo de vida. A conclusão tirada foi a de que a diminuição do ritmo da inflação se fez mediante o sacrifício do desenvolvimento.

No Brasil, em 1958, também após a visita de uma Missão do Fundo Monetário Internacional, surgiu um Programa de Estabilização Monetária, que não chegou a ser aplicado. A situação se apresentava com o crescimento do Produto Nacional Bruto numa média de 5%, enquanto que os meios de pagamento se expandiam a um ritmo de 20% e os preços cresciam em média anual de 15%, o que parecia comprovar a validade da teoria quantitativa da moeda. A proposta consistia na redução da taxa de incremento dos meios de pagamento ao equivalente da expansão do PNB, ou seja, 5%. Os instrumentos propostos para esse fim consistiam na restrição das emissões mediante supressão do *deficit* orçamentário, adoção de tetos de crédito etc. Havia, no entanto, alguma originalidade no esquema em relação aos remédios clássicos da contenção, como o aumento da taxa de redesconto e elevação dos depósitos obrigatórios. Em relação aos salários, por motivos políticos, condicionava-se o reajustamento proporcional ao custo de vida.

Tratava-se, como se vê, de aplicação, aos países subdesenvolvidos, de tipo de análise e instrumento de política econômica válidos apenas para os países maduros. Daí a reação provocada.

Prebish, em Relatório da CEPAL, escrevia que as condições subjacentes à inflação em países pouco desenvolvidos se encontram

nos problemas básicos do desenvolvimento econômico, nas características estruturais que apresenta o sistema produtivo desses países. Surgia assim a teoria estruturalista chilena, que apontava estes quatro fatores como básicos da inflação do Chile: *1.* estagnação da oferta de alimentos, provocando seu aumento de preço; *2.* inelasticidade e oscilação da capacidade de importar, pela dependência da exportação de um só produto, provocando disponibilidade de divisas inferior às necessidades para atender ao desenvolvimento; *3.* baixa taxa de formação de capital, aspecto clássico das economias subdesenvolvidas e *4.* rigidez, instabilidade e regressividade do sistema fiscal, pois, dependendo a receita basicamente das exportações, sua queda dificilmente poderia ser compensada pelo aumento de impostos, recorrendo-se então às emissões. A incidência regressiva do aumento de impostos provocaria reações de aumento salarial das classes de renda baixa.

O estruturalismo, nascido da experiência chilena, tem dois motivos para ser tentado: porque os erros supostamente cometidos naquele país poderiam ocorrer em outras partes, por resultarem de concepções de organismo internacional da importância do FMI; e para que a linha surgida no Chile possa aspirar à dignidade de teoria, precisava ter validade geral para os subdesenvolvidos.

O fulcro de divergências entre os professores Eugênio Gudin e João Paulo de Almeida Magalhães está exposto em carta recente, que a seguir transcrevemos:

Acredito que as divergências básicas giraram em torno de três pontos:

a) Possibilidade de estabelecer como objetivo de uma política de desenvolvimento a eliminação do atraso econômico;

b) Significado da inflação no desenvolvimento;

c) Aceitabilidades de uma indústria de altos custos, mesmo que estes continuassem indefinidamente mais altos que os observados em países desenvolvidos.

Gudin baseava seu raciocínio num modelo ortodoxo de tipo keynesiano. Neste se considerava que o limite superior ao crescimento era dado pelo pleno emprego da mão-de-obra, e que um surto inflacionário era prova absoluta da existência de pleno emprego. Daí tirava as três conseqüências seguintes sobre os pontos supra-referidos:

a) Num país inflacionário como o Brasil, a situação de pleno emprego é evidente. E uma política exeqüível, e que maximiza o crescimento, é manter o PIB no nível de pleno emprego. Falar-se em eliminação do atraso carece de qualquer sentido.

b) O surto inflacionário resultava de uma tentativa de produzir além do permitido pelo pleno emprego. Isso é obviamente impossível. A inflação não tem, portanto, qualquer efeito positivo no sentido da expansão do PIB. Provoca um crescimento nominal e não real. Deve pois ser combatida de forma radical (tratamento de choque).

Subsidiariamente dizia Gudin (apoiando-se sempre no pensamento ortodoxo) que a chamada poupança forçada monetária só poderia existir a curtíssimo prazo. Isso porque os trabalhadores ao reivindicar uma escala móvel de salários impedem a baixa dos seus salários reais, baixa esta que é a essência do mecanismo formador da poupança forçada monetária.

c) Se existe pleno emprego no Brasil (o que é óbvio diante do surto inflacionário), ocorre o pressuposto básico da teoria dos custos comparativos. Assim sendo, apenas seria admissível no Brasil manufaturas cujos altos custos fossem explicáveis em termos do argumento da indústria infante. Mais especialmente: apenas seriam justificáveis aquelas indústrias cujos altos custos desaparecessem a curto prazo. Gudin achava que esse período de graça já havia passado.

Meu raciocínio se baseava todo em modificação relativamente simples do aparelho de análise ortodoxo e que, apesar disso, permitia modificar fundamentalmente as normas de política econômica gudiniana. Sustentei que em países subdesenvolvidos o limite ao desenvolvimento econômico era a plena capacidade (plena ocupação do capital) e não o pleno emprego (plena ocupação da mão-de-obra). Essa modificação me permitiu as seguintes conclusões quanto aos três pontos acima:

a) É perfeitamente possível uma política de eliminação do atraso econômico, visto que através de um aumento da poupança interna, ou obtenção de poupanças externas, o limite básico ao crescimento do PIB pode ser deslocado para cima. O mesmo não podia ser feito no caso do limite dado pelo pleno emprego porque o aumento da natalidade e/ou a imigração permitiriam maior PIB, mas esse deveria ser dividido por maior número de beneficiários. Isso entrava em choque com o objetivo básico do crescimento que é o aumento do produto *per capita*. Objeção igual inexiste no caso de um aumento de poupança.

b) A inflação significa, sem dúvida alguma, que se atingiu o limite superior ao crescimento do PIB. Se este contudo é, como nos subdesenvolvidos, dado pela plena capacidade, a produção pode continuar crescendo desde que o teto seja deslocado para cima. Mais

que isso, a inflação, enquanto produz poupança forçada, desloca ela mesma o teto.

Em termos de política econômica isto significa que a inflação tem um impacto positivo no desenvolvimento e por isso mesmo deve ser combatida com o maior cuidado (exclui-se o tratamento de choque e pede-se uma política gradualista de contenção). Sinteticamente, para que o combate à inflação não prejudique o desenvolvimento seria indispensável que se substituísse preliminarmente a poupança forçada monetária por quantidade igual de poupança voluntária. Em suma: eu considerava a inflação um dos caminhos para o desenvolvimento, mas não o único caminho. Um governo que, através de uma política de austeridade, reunisse bastante poupança voluntária, poderia dispensar a inflação. Uma vez, no entanto, o surto inflacionário desencadeado, a reversão a uma política de austeridade deveria ser feita com os devidos cuidados.

Outro ponto importante era o de que a tese de limite superior igual à plena capacidade permita comprovar a possibilidade da continuação indefinida do mecanismo formador de poupança forçada. De fato, nos países desenvolvidos ao ocorrer a inflação existia pleno emprego e, conseqüentemente, estava no máximo o poder de negociação dos sindicatos. Daí para obterem a escala móvel de salários ia apenas um passo.

Nos países subdesenvolvidos inflação significava plena capacidade e não pleno emprego. Continuam, portanto, a existir as diversas formas de desemprego e subemprego que caracterizam os países subdesenvolvidos (e são, em última análise, corolário da plena capacidade como limite superior). O poder de negociação dos sindicatos continuava fraco e, portanto, não se adotava escala móvel de salários. Os fatos comprovam essa conclusão teórica.

c) No que se refere aos custos industriais, a tese do limite superior igual à plena capacidade modifica substancialmente a posição ortodoxa. Se o capital é o fator raro, a mão-de-obra é, por definição, abundante. Logo não se pode falar em pleno emprego, pressuposto básico da teoria das vantagens comparativas. Raciocinando em termos de custos alternativos, normalmente usados na teoria do comércio internacional, lembrava que o custo da indústria no Brasil era dado pelas atividades agrícolas, que deveriam ser abandonadas para produzir manufaturas. Ora, dada a inexistência de desemprego, a industrialização poderia ser levada adiante, sem qualquer redução na produção agrícola. Logo, os custos alternativos da indústria brasileira eram nulos, quaisquer que fossem seus custos reais ou monetários. A existência de uma indústria

de altos custos monetários ou reais se justificava, pois, plenamente, mesmo a longo prazo.

Essas eram as divergências fundamentais que se ordenam, dos dois lados, de forma lógica, em função dos modelos teóricos adotados. De minha parte neguei simplesmente um pressuposto do modelo ortodoxo, chegando a conclusões óbvias e que, no entanto, tinham um sabor revolucionário no âmbito dos debates da época. O mais curioso é que os modelos modernos de crescimento (conforme mostrarei num trabalho a sair proximamente) continuam a se inspirar num limite superior tipo keynesiano. Felizmente os fatos deram razão a concepções como as minhas e o Brasil registrou um desenvolvimento inexplicável à luz das teorias correntes de crescimento. O curioso é que isso não perturba em nada a nossa economia ortodoxa, o que mostra o baixo nível da ciência econômica brasileira.

Gostaria de acrescentar duas observações sobre a política antiinflacionária. Não considero significativa a contribuição do estruturalismo para os debates teóricos. Para a formulação de política, sim, foi importante. Os estruturalistas não chegaram a perceber a linha dos debates travados no Brasil. Para seguir a divisão de Arthur Lewis, em seminário sobre inflação e desenvolvimento realizado no Rio, diria que discutíamos a inflação *como mecanismo de desenvolvimento* (poupança forçada) e os estruturalistas se preocupavam com a inflação como *corolário do desenvolvimento*. Não nego, por certo, uma contribuição analítica dos estruturalistas. Procurei explicar como o interpreto na monografia *Inflação e desenvolvimento*.

A segunda observação refere-se à política gradualista de contenção da inflação. Considero-a uma vitória da heteroxia brasileira. Ela se acha antecipadamente sugerida em um número de dezembro de *Desenvolvimento & Conjuntura,* publicado especialmente sobre a inflação (dezembro de 1958). As origens históricas são aliás simples: com Miguel Calmon e o grupo da ex-SUMOC, montei um programa gradualista de contenção inflacionária que Celso Furtado, pouco depois, incluía no Plano Trienal. Apenas deixou de lado, por motivos óbvios, a política salarial. Roberto Campos reproduziu praticamente no Plano de Ação a parte financeira do Plano Trienal, incluindo os aspectos salariais. Isto porque:

a) O FMI fora forçado a aceitar o "gradualismo";

b) Mário Henrique Simonsen, que trabalhava comigo no CNI, conhecia a fundo a linha que eu propusera no número supra-referido de *Desenvolvimento & Conjuntura.*

Diga-se, a bem da verdade, que Simonsen introduziu um fator de aumento de produtividade na revisão salarial. Essa inclusão foi um erro, conforme procurei demonstrar no trabalho supra-referido. Também não sou responsável pelas distorções introduzidas na política salarial do atual Governo.

Esta posição de João Paulo de Almeida Magalhães reflete, de modo geral, o pensamento da corrente desenvolvimentista. Não surgiu, entretanto, toda pronta e armada, como Minerva da cabeça de Júpiter, nem ao influxo da varinha de condão de algum mago economista, mas resultou de um processo de elaboração ante a realidade cotidiana enfrentada por nosso país, pelo Continente e mesmo por outras nações de estruturas semelhantes. Para Sousa Barros(22) três elementos atuaram nesse sentido: as idéias da CEPAL, a busca de soluções para nossos problemas regionais, particularmente os do Nordeste e a teoria francesa dos pólos de desenvolvimento.

Vimos anteriormente que já na década de 20, Roberto Simonsen sugeria a industrialização como meio para superar o nosso atraso econômico e elevar o padrão de vida brasileiro. Na década de 30, combatia a cláusula de nação mais favorecida nos tratados comerciais por representar maior expansão econômica das nações mais desenvolvidas em detrimento das mais atrasadas, equiparando condições de igualdade e reciprocidade jurídicas com equivalências econômicas, quando na realidade traduzia vassalagem das menos aparelhadas às mais poderosas. Na década de 40 propunha que os tratados de comércio entre os países exportadores de produtos primários e os de densamente remunerados fossem complementados pela obrigatoriedade de uma cooperação compensadora de ordem técnica e econômica, para atender à desigualdade representada por eles. Finalmente, levantou a necessidade do planejamento para o nosso desenvolvimento do pós-guerra.

A CEPAL, estabelecida em 1948, cujos trabalhos começaram a aparecer em 1949, ocupou-se principalmente dos seguintes assuntos: crítica da teoria tradicional do comércio exterior, sobretudo do caráter das relações econômicas entre o "centro" e a "periferia"; razão de ser da industrialização e análise de seus aspectos principais no âmbito latino-americano; planejamento como imperativo para o desenvolvimento; motivação do financiamento e do investimento estrangeiros e suas modalidades mais adequadas para atender às exigências do crescimento econômico; integração regional como arbítrio primordial para superar os compartimentos

(22) Em carta particular ao Autor, em janeiro de 73.

estanques da industrialização posterior à crise; natureza da inflação latino-americana, como análise de causas e da política convencional de estabilização; dimensão social do desenvolvimento econômico, com exame dos fatores que o condicionam e das repercussões sociais do processo e de algumas mudanças experimentadas na estrutura do emprego e dos setores sociais; situação e posição da América Latina ante a política de comércio internacional e do intercâmbio entre os países em desenvolvimento e os de economias desenvolvidas; visão global e integrada dos problemas do desenvolvimento latino-americano e das transformações estruturais necessárias para o dinamismo e distribuição equitativa dos seus esforços.

Em sua primeira etapa a CEPAL tinha sentido duplo nos seus postulados: de um lado, crítica da teoria da divisão internacional do trabalho, de outro, fundamentação (em novos termos) do processo industrial e diversificação do sistema produtivo através da difusão do progresso técnico. (23) Não é difícil vislumbrar aqui alguns temas já levantados por Roberto Simonsen.

Estes postulados da CEPAL sofreram também um processo de elaboração. Assim, Raul Prebish conta como sentiu profundamente abalada sua convicção nos clássicos da economia política, quando a crise de 1929 levou à derrocada a economia mundial. Keynes, que apareceu logo a seguir, não o satisfez, pela sua falta de atenção aos problemas periféricos. Nessas condições, suas dúvidas eram grandes ao assumir a Secretaria daquele órgão das Nações Unidas. Raul Prebish e outros jovens economistas latino-americanos, que tinham as mesmas dúvidas, começaram a estudar e analisar a realidade de nosso continente, despidos de quaisquer preconceitos. Principiaram pela necessidade de industrialização, depois fizeram uma análise do comércio exterior, concluindo que há impossibilidade de igualdade entre os centros desenvolvidos e os produtores de artigos primários e discordaram, finalmente, do velho conceito de reciprocidade na política comercial. Era também impossível compreender o fenômeno da inflação, sem considerar em profundidade os fatores estruturais, e que entre nós não podia se repetir o processo histórico da evolução capitalista dos países adiantados, o que conduzia à idéia da necessidade do planejamento econômico. Nisto consistia, segundo o próprio Prebish, a heterodoxia da CEPAL, (24) custando a ela antipatias e até ameaças de fechamento.

---

(23) *El pensamiento económico de la* CEPAL, pp. 13, 14 e 16.

(24) Raul PREBISH. *Hacia una dinâmica del desarrollo latinoamericano*. México, Fondo de Cultura Económica, 1963.

O segundo elemento plasmou, igualmente aos poucos o exame de nossas disparidades regionais, emergindo daí, de forma mais acentuada, a problemática do Nordeste, para o qual foi logo criado um banco regional e implantada uma poderosa usina hidrelétrica.

Os debates travados na imprensa, no parlamento e órgãos governamentais, foram amplos e profundos, procurando-se ainda o exemplo de outras regiões, como o *mezzogiorno,* além de nossa própria experiência histórica. Cabe assinalar, a obra pioneira do dominicano Louis Joseph Lebret sobre o Nordeste, feita a pedido da CODEPE (Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco) por ser um estudo percuciente da região, de seus problemas, e da população, e também por ter traçado um plano a longo termo, a fim de completar a infra-estrutura e implantar equipamento de base para promoção das atividades essenciais, com a instalação de numerosos ramos industriais, muito significativos, como se verificou mais tarde.

Frei Lebret, como é sabido, chefiava o grupo francês de economia e humanismo que encarava o desenvolvimento como algo mais amplo e mais profundo do que a simples *mise en valeur* dos recursos naturais de uma região — da qual depende o desenvolvimento — mas que a ela acrescenta a afirmação dos valores humanos, nem sempre beneficiados com o aproveitamento econômico de uma região.

Baseado no primado das necessidades humanas, o grupo francês elaborou uma doutrina e uma teoria econômicas que se realizavam como sistema numa economia de setores, e se ampliavam como teoria do desenvolvimento e técnica de planificação territorial ou regional para abranger, finalmente, todo o problema da civilização.([25])

Somente a SUDENE, mais tarde, ao que saibamos, e possivelmente utilizando pelo menos parte dos dados e projeções de Lebret, realizou obra mais dilatada e de maior magnitude no domínio econômico. Trata-se de assunto por demais extenso para ser esmiuçado aqui, mas também dispensável, por ser bastante conhecido.

O terceiro elemento a referir é a teoria francesa do pólo de desenvolvimento, cujos autores são os professores François Perroux e Jacques Boudeville e que encontrou larga ressonância entre nós, não somente por parte de economistas, como igualmente de geógrafos, sociólogos e urbanistas. Sousa Barros acha que estes

(25) Antônio Bezerra BALTAR, em prefácio ao *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste, de* Louis Joseph LEBRET. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

mestres franceses recorreram às obras de Gustavo Cassel e Shumpeter para o exame do comportamento da polarização no sentido econômico.[26] É uma questão complexa, abrangendo espaço, população, natureza de atividade, fazendo distinção entre várias regiões. Seu conceito compreende o pólo de crescimento quando se trata de unidade motriz, exercendo efeito de aceleração em conjunto localizado num espaço economicamente abstrato, sendo o lugar onde os fenômenos de localização e associações industriais se produzem de maneira privilegiada e acarretam o crescimento de toda a região polarizada. Isso se explica porque, segundo Perroux, o crescimento econômico não se faz de forma difusa por todo o espaço de um país, ou cobrindo as várias áreas de uma região, mas se manifesta em certos pontos, com intensidades variáveis, se expandindo por diversos canais com efeitos terminais variáveis sobre o conjunto da economia.[27] Exemplos frisantes são Recife, com seu porto como pólo de polarização de várias áreas do Estado e de outros Estados da região, ou São Paulo em relação a Estados vizinhos ou mesmo países próximos, como Paraguai e Bolívia. Os critérios de aplicação dos pólos de crescimento das nossas regiões econômicas ajudam a descobrir não só as suas linhas de influência, como as tendências de um esforço conjugado e acelerador do desenvolvimento, afirma Sousa Barros. Pode-se ainda falar em escala continental, como o Ruhr, na Alemanha etc...

No Brasil houve diversas tentativas de aplicação da teoria dos pólos de desenvolvimento à sua realidade. O precursor foi o já mencionado Lebret, ao tentar planificar o Grande Recife, aparelhando seu porto para elevá-lo à categoria internacional, devendo absorver vários municípios, como Paulista, Olinda, Jaboatão, Cabo e outros. Em 1957 Jacques Boudeville publicou um trabalho sobre Minas Gerais, mostrando o isolamento daquela Unidade Federativa, além de fazer numerosas considerações muito interessantes. Posteriormente, em 1964, o mesmo autor efetuou obra semelhante sobre o Rio Grande do Sul, dividindo o Estado em quatro regiões polarizadas. A partir daí, a teoria dos pólos de desenvolvimento começou a ser utilizada por escritórios e órgãos de economia aplicada. Em 1966 a SUDENE levou a efeito, em Recife, o I Seminário sobre Pólos de Desenvolvimento, considerado acontecimento

---

(26) Sousa BARROS. "Aplicação da técnica de pólos de desenvolvimento no Brasil", in *Indústria e produtividade*, Rio de Janeiro, nov. de 1969.

(27) M. C. de ANDRADE. *Nordeste: pólo de desenvolvimento*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, p. 60.

de elevado caráter científico e no qual tomaram parte numerosos estudiosos do assunto. (28) É mais um método de estudo e trabalho que se incorpora ao nosso instrumental de pesquisa para a elaboração das metas que fomos criando com o correr do tempo.

Estes eram os elementos heterodoxos, para alguns até heréticos, com que enriquecemos de novos matizes o nosso pensamento econômico.

Os modernos críticos assim opinam sobre o assunto: "O estruturalismo, até agora, tem funcionado como uma espécie de marxismo de varejo que talvez irritasse o próprio autor de *O capital.* De fato, suas tentativas são a de fornecer explicações endógenas não para as grandes linhas, mas para os pormenores da história econômica. Compreende-se, por isso, que haja quem diga que os estruturalistas nada mais fazem do que construir teorias obscuras para justificar os desmandos dos Governos de sua simpatia [...] Os remédios estruturalistas recomendados para o Brasil são de inspiração nitidamente keynesiana. Mas a transposição é de uma heterodoxia que talvez horripilasse o próprio autor da *Teoria geral.*" (29) Vemos assim que o estruturalismo é qualificado como uma espécie de fusão das teorias de dois autores completamente antagônicos, o que nos parece difícil de entender. Outro autor, da mesma linha ideológica, referindo-se mais especificamente ao estruturalismo em relação à história econômica, assinala que: "A história e o pensamento econômicos estruturalistas são postulados na base de fenômenos econômicos de medição precária, geralmente sem apoio da teoria. É impossível afirmar-se que o estruturalismo seja o curso real dos acontecimentos." E mais adiante: "O estruturalismo — na história econômica, na análise econômica e na política econômica — não se situa no curso dos acontecimentos e sim no centro de dogmas, sofismas e idiossincrasias." (30) Aqui encontramos um julgamento mais definitivo.

Os estruturalistas são ainda acusados de considerar inadequada a teoria econômica geral, exigindo uma teoria própria na formulação de política econômica de países como o Brasil. Com efeito, Raul Prebish, o mundialmente conhecido economista, disse que cabe a nós, homens da periferia, corrigir as teorias dos grandes centros e introduzir nelas os elementos dinâmicos, para aproxi-

---

(28) Sousa BARROS e M. C. de ANDRADE. Op. cit.

(29) Mário Henrique SIMONSEN. *Brasil 2001,* 3.ª ed., Rio de Janeiro, APEC Editora, 1969, pp. 68 e 85.

(30) Carlos Manuel PELÁEZ. *História da industrialização brasileira.* Rio de Janeiro. APEC Editora, 1972, pp. 217 e 218.

marem-se de nossa realidade. Outro economista famoso afina pelo mesmo diapasão, ao escrever: "En esta época del gran despertar sería patético para los economistas jóvenes de los países subdesarrollados se desviaran por el camino de las predilecciones del pensamiento económico que prevalece en los países adelantados, que están entorpecidos a los estudiosos de estos países en sus esfuerzos por acercarse a la realidad, pero serían fatales para los esfuerzos intelectuales de los economistas de los países subdesarrollados. Por el contrario, desearía que tuvieran la energía suficiente para hacer a un lado las grandes estructuras vacías y sin importancia, y las doctrinas a veces inadequadas, así como los enfoques vocingleros, y que se iniciaran en el estudio de sus propias necesidades y problemas. Este camino nos llevaría mucho más lejos del ámbito de la economía liberal Occidental, pasada de moda, y del marxismo."(31) Mais de sessenta economistas da América Latina, em declaração pública, assim se manifestaram em junho de 1965: "Es necesario redoblar los esfuerzos para elaborar una teoría del desarrollo económico latinoamericano, ajustada a la realidad de nuestros países que las más comúnmente originada en los países industrializados. Con este esfuerzo deve comprenderse el de lograr mayor precisión conceptual. La teoría del desarrollo en los países industriales de Occidente, no explica satisfactoriamente los problemas del desarrollo latinoamericano, ni puede, en consecuencia, servir de base a una política capaz de atacar con éxito esos problemas."

A divergência entre estruturalistas e monetaristas já deu lugar ao aparecimento de vasta literatura a respeito, em revistas e livros, e seria impossível, dentro de nossos limites, mencioná-la sequer e muito menos analisá-la. Trata-se, evidentemente, de assunto fascinante, apaixonante mesmo, assumindo freqüentemente, por isso, caráter emocional em seu debate. Cingimo-nos, nessas condições, a expô-la muito resumidamente aqui, em seus traços mais gerais, como componente da controvérsia atual no pensamento econômico do Brasil. Mas, seus próprios adversários reconhecem no estruturalismo a única escola de pensamento dedicada à economia, na América Latina.

---

(31) Gunnar MYRDAL. *Teoría económica y regiones subdesarrolladas.* Trad. de Ernesto CUESTA e Oscar SOBERÓN. México, Fondo de Cultura Económica, 1959, pp. 117 e 118.

CONCLUSÃO

Em ligeiro balanço do que foi dito, vamos fazer breve síntese dos períodos históricos mencionados, ressaltando os traços mais salientes das várias épocas e as razões da emergência das diversas tendências econômicas, mostrando suas principais características.

Foi somente no fim do século XVIII, na era colonial, quando ainda estávamos presos ao domínio português, que apareceram nossos primeiros economistas, como Azeredo Coutinho, Manuel de Arruda Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, José Bonifácio de Andrada e Silva e Vicente Coelho de Seabra Silva Teles, todos formados em Portugal, fortemente imbuídos do fisiocratismo, tendo atuado principalmente na metrópole, onde estudaram e viveram muitos anos. Era o tempo do esplendor da produção açucareira e da exploração do ouro, bem como da publicação dos primeiros livros sobre nossa vida econômica, como o *Diálogo das grandezas do Brasil* e *Cultura e opulência do Brasil.*

Posteriormente, devido às medidas repressivas à nossa expansão, surgem as primeiras manifestações de descontentamento, muito bem condensadas nas respostas ao Inquérito mandado abrir pelo Conde da Ponte, na Bahia. Com a vinda da corte portuguesa e as providências tomadas para sua instalação aqui, as aspirações foram atendidas, iniciando-se um ciclo de prosperidade para o país.

Aparece então, um grupo de administradores brasileiros capazes, como o Intendente Câmara, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Felisberto Caldeira Brant e outros, sobressaindo entre eles a figura insigne de Cairu, o propagador do ensino da economia política entre nós.

No Primeiro Império e Regência, ocupam a pasta da Fazenda 24 ministros, todos eles brasileiros de nascimento ou por opção, professando o liberalismo econômico clássico, aceitando a divisão internacional do trabalho, com nossa posição na periferia econômica, como fornecedores de matérias-primas e de gêneros alimentícios e importadores de produtos manufaturados, dentro do processo vigente no mundo.

Na segunda metade do século XIX, durante o Segundo Império, em conseqüência da riqueza proporcionada pela lavoura e exportação cafeeiras, registra-se considerável desenvolvimento material e social. Cresce a economia urbana, avulta o comércio interno, instalam-se bancos, ampliam-se e melhoram os meios de transportes, nasce a indústria. Tal mudança provoca uma dualidade de interesses na economia, que marcará toda sua evolução daí por diante. Por outro lado, sucedem-se os empréstimos externos, sem finalidades reprodutivas. As crises mundiais refletem-se com maior intensidade sobre nós, complicando ainda mais a vida econômica e financeira nacional. Em torno desses problemas, travam-se debates acirrados no parlamento e na imprensa, discutindo-se a conveniência da pluralidade ou da monoemissão, da necessidade ou não da expansão bancária, dando lugar à luta entre metalistas e papelistas. Com a criação da cadeira de economia política nas escolas de Direito, fundadas em 1827, passamos a formar nossos próprios economistas, suficientemente aptos a lecionar a matéria e a discutir com brilho tais assuntos.

A proclamação da República inaugura-se com um plano industrialista de Rui Barbosa, que é logo abandonado devido à ascensão política dos fazendeiros de café, culminando essa orientação com a aplicação do programa deflacionista de Joaquim Murtinho, no governo Campos Sales. A penalização cada vez maior das importações, com a finalidade de aliviar o *deficit* crônico da receita pública, através das sucessivas reformas tarifárias, permitiu lento, mas constante desenvolvimento industrial, dando origem ao nascimento de uma forte corrente protecionista no parlamento, na imprensa, nas entidades de classe. A Primeira Guerra Mundial, cortando as importações, deu ensejo a outro estímulo à produção manufatureira. A velha dualidade assumia, com isso, contornos mais nítidos e nos centros adiantados do país, como São Paulo, fundavam-se novos órgãos de classe, encabeçados por líderes vigorosos, como Roberto Simonsen. Convencido da importância da industrialização para o país, Simonsen pregava-a aberta e corajosamente, em atividade diuturna e incansável, por todos os meios ao seu alcance.

Perdida a base econômica do café, tragada na voragem do *crack* mundial de 1929, a revolução de 1930 procura, timidamente, incentivar a indústria, encorajando a exploração do ferro em Minas Gerais, dando os primeiros passos para a implantação da siderurgia, voltando-se para a extração petrolífera.

A Segunda Guerra Mundial, obrigando-nos a outro esforço no domínio fabril, fez com que completássemos a instalação de nosso parque de bens de consumo, colocando a necessidade da

segunda etapa do desenvolvimento industrial, com a implantação da indústria de base. Nessa época, na busca dos mais adequados meios para nosso progresso, tem lugar a controvérsia sobre o pensamento econômico.

Durante essas variadas fases por que atravessamos, aconteceram fatos relevantes que contribuíram para a formação do pensamento nacional, dentro do contexto histórico da evolução das doutrinas econômicas.

Somente na segunda metade do século passado, graças ao crescimento da economia urbana e ao aparecimento da indústria é que surge a reação inicial contra o liberalismo econômico, então predominante. A luta consistia em animar os elementos capitalistas que estavam aflorando. Este era o significado da luta entre metalistas e papelistas, pois os primeiros como parte integrante da escola ortodoxa, sustentavam a teoria do ciclo econômico essencialmente monetário, advogavam a circulação monetária exclusivamente de espécie metálica, controle rigoroso da moeda pelas autoridades federais, sendo céticos quanto às possibilidades de industrialização do Brasil, inclinando-se para o livre-cambismo e para o desenvolvimento do comércio, mostrando-se partidários da monoemissão."(32) Os segundos eram pela pluriemissão, pela expansão bancária, pelo incentivo do crédito, propugnando a industrialização, estimulando a economia urbana, incrementando os transportes e as comunicações. A esta corrente pertenciam Mauá, Teófilo Otôni e demais homens de negócio, e estadistas como Sousa Franco e outros, estando eles em melhor consonância com os interesses do país.

Este movimento se constitui quando, devido às dificuldades financeiras enfrentadas pelo governo, Alves Branco promulga sua famosa tarifa protecionista, Mauá adquire e transforma o estaleiro da Ponta da Areia, e a abolição do tráfico negreiro coloca em disponibilidade vultoso capital, antes empregado naquele abominável comércio. Era um despertar de negócios que se iniciava, exigindo outra ótica para encarar a nova situação que despontava.

O fim do Império assinala mais um surto industrial, que pode ser assim quantificado: o número de estabelecimentos manufatureiros, que era de 63 no qüinqüênio 1875-79, passa para 150 entre 1880-84 e para 248 entre 1885-90; a quantidade de operários, nos mesmos qüinqüênios, aumenta, respectivamente, para 4.230, ... 11.715 e 24.369, enquanto o valor da produção evolui, em números redondos, de 35 mil contos para 90 mil contos e 247 mil contos.(33) Entidades de classe e empresas clamam por prote-

(32) *Revista Brasileira de Economia,* julho-setembro de 1972, vol. 26.
(33) *Recenseamento geral de 1920,* 1.ª parte, vol. V, p. XIX.

cionismo. Em 1877, artistas chapeleiros protestam contra as baixas tarifas do similar estrangeiro, por resultarem em diminuição de seus salários em proporções que iam até 40 e 50%. A Cia. Industrial do Brasil também reclama contra a baixa tarifa dos tecidos. Em 1881, a Associação Industrial erguia-se contra o livre-cambismo vigente, porque nos colocava na dependência da produção alienígena. Em 1882, havia manifestações contrárias à baixa tarifa dos fios de algodão, por prejudicarem a produção nacional. Em 1886 repudiava-se o *slogan* de "país essencialmente agrícola" a nós atribuído. Dessa maneira, a velha reivindicação de protecionismo alfandegário levantava-se, no Brasil, com grande atraso em relação à Europa e Estados Unidos.

O começo do século foi marcado por um novo avanço fabril, que o Censo Industrial de 1907 assim indicava: 3.410 estabelecimentos industriais, onde trabalhavam 156.250 operários, com valor da produção estimado em 766.482 contos. Sua importância pode ser aquilatada sabendo-se que, para uma importação de artigos manufaturados no montante de 133.195 contos, a produção nacional de idênticos artigos somava a 477.195 contos, ou seja, três vezes mais das aquisições no exterior.

As sucessivas reformas tarifárias levadas a efeito, mesmo sob a orientação de ministros livre-cambistas confessos, como Murtinho e Leopoldo Bulhões, elevando as tarifas de importação, a fim de desafogar as aperturas do Tesouro, incentivavam a produção interna de manufaturas, redundando em crescente importância das atividades fabris no cenário nacional, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Isto fortalecia os industriais, levando-os a pleitearem seus direitos, o que por vezes provocava protestos das nações estrangeiras, que forneciam mercadorias ao nosso país.

As controvérsias que se travavam em torno desses assuntos e o desenvolvimento industrial permanente propiciaram ocasião para formação de líderes industrialistas combativos e lúcidos, como Serzedelo Correia, Vieira Souto, Jorge Street, ou de políticos de visão ampla, como Lauro Müller, Nilo Peçanha, João Pinheiro e outros, favoráveis ao incremento fabril. As campanhas giravam, ordinariamente, em torno do protecionismo alfandegário e da defesa da produção nacional.([34])

A revolução de 1930, sem o suporte econômico do café, levou Getúlio Vargas a procurar outros caminhos para o nosso desenvolvimento. Por isso, em discurso pronunciado em Belo Horizonte,

---

(34) Ver, a respeito, o excelente livro de Nícia Vilela LUZ, *A luta pela industrialização do Brasil*, e de Humberto BASTOS, *O pensamento industrial do Brasil*.

em 1931, depois de preconizar a redução das importações e a reforma tarifária interestadual, dizia: "... o problema máximo, pode dizer-se básico de nossa economia, é o siderúrgico. Para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica."([35]) Criou-se naquele mesmo ano, no Ministério da Guerra, a Comissão de Estudo Industrial e Militar da Metalurgia Nacional, que após alguns meses, se transformou na Comissão Nacional de Siderurgia, e anos mais tarde, construiu a Cia. Siderúrgica Nacional de Volta Redonda.([36]) Foi ainda no Governo Provisório, saído da revolução de 1930, que se principiou a cogitar das possibilidades da exploração petrolífera em nosso território. Pela primeira vez o governo da República se interessava pelos problemas industriais fundamentais, estimulando-os concretamente.

Com a quase paralisação das importações, a industrialização é acoroçoada, buscando-se substituir considerável parte do que adquiríamos no exterior. Em conseqüência, a produção industrial aumentou de 50% entre 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno teve um incremento de 40%, em igual período. Entre 1920 e 1929 haviam sido fundados 4.697 estabelecimentos fabris e de 1930 a 1939 surgiram mais 12.232 estabelecimentos desse gênero.([37])

A ação industrialista ganhava corpo no país e o interesse por ela se impunha cada vez mais, quer nas esferas governamentais quer nas particulares.

O novo progresso industrial proporcionado pela Segunda Guerra Mundial repercutiu profundamente em nossa produção material, preparando as condições para uma transformação estrutural abrindo a era da indústria de base, em que entramos em cheio.

Uma série de instrumentos de trabalho e de órgãos técnicos e de estudos foram criados para isso. Assim, na década de 1940 reformulou-se o programa de ensino das faculdades de Economia, realizou-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, organizaram-se a Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Brasileiro de Economia, e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), instalou-se o Conselho Nacional de Economia; realizaram-se os Congressos das Classes Produtoras de Teresópolis e Araxá. Na primeira metade da década de 1950, Getúlio Vargas organizou, junto da Presidência da República, uma Assessoria Econômica que

---

(35) Getúlio VARGAS. *A nova política do Brasil,* vol. I, pp. 100 e 101.

(36) Consulte-se a bem documentada obra de Humberto BASTOS, *A conquista siderúrgica do Brasil.* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1959.

(37) Nélson Werneck SODRÉ. *História da burguesia brasileira.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 300.

elaborou vários planos de enorme significação para a constituição da PETROBRÁS, para o carvão nacional e eletrificação. Criou ainda a Comissão Nacional de Desenvolvimento Industrial, do qual se originou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) que foi o responsável pela implantação da indústria automobilística entre nós. Em 1952 fundaram-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB). Em 1954 inaugurou-se a C.ia Hidrelétrica do São Francisco e o segundo alto-forno de Volta Redonda. Em 1953 foi alterada a lei sobre a entrada de capitais estrangeiros no país. Foi nessa segunda gestão presidencial de Getúlio Vargas que se concluíram os trabalhos da Comissão Mista Brasil-EUA, mais conhecida por Missão Abbink. O segundo qüinqüênio de 1950 decorre, todo ele, sob o signo do Programa de Metas, do governo Juscelino Kubitschek, que, além da energia elétrica e dos transportes, deu notável impulso à indústria de base: petróleo, siderurgia, cimento, autoveículos etc...

Foi tôda uma mudança do mais alto significado que se operou entre nós, de forma acelerada, provocando mutações profundas e rápidas, como nunca se conhecera antes.

Esse verdadeiro impacto de desenvolvimento não podia deixar de repercutir no pensamento econômico nacional, suscitando debates acalorados e extensos, que se consubstanciaram na controvérsia de imensa significação entre monetaristas e estruturalistas, hoje em parte já superada.

Eram assuntos novos que emergiam em decorrência da velocidade do processo de industrialização que sofríamos, e neles transparecia um ardente desejo de encontrar os mais apropriados métodos e meios para a expansão que se verificava, empolgando a todos, e estendendo-se igualmente por outras nações, recém-libertas do imperialismo, e que passaram a ser denominadas de subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.

O estudo e a difusão das doutrinas econômicas, em constante transformação, desenvolviam-se e eram testadas na prática, adquirindo novo vigor e dando outros matizes ao pensamento econômico nacional em formação. O Brasil aprendia a pensar economicamente em função dos problemas da época que atravessava, do papel que principiava a desempenhar no concerto das nações. Começava a andar com seus próprios pés no terreno movediço da economia.

APÊNDICE

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DOS MINISTROS DA FAZENDA DE 7 DE SETEMBRO DE 1822 A 15 DE MARÇO DE 1974

Excluídos os Ministros interinos

Ministro	Período
Martim Francisco Ribeiro de Andrade	07.09.1822 a 17.07.1823
Manuel Jacinto Nogueira da Gama	17.07.1823 a 10.11.1823
Sebastião Luís Tinoco da Silva	10.11.1823 a 13.11.1823
Mariano José Pereira da Fonseca	13.11.1823 a 21.11.1825
Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta	21.11.1825 a 20.01.1826
Antônio Luís Pereira da Cunha	20.01.1826 a 21.01.1826
Manuel Jacinto Nogueira da Gama	21.01.1826 a 15.01.1827
João Severiano Maciel da Costa	15.01.1827 a 20.11.1827
Miguel Calmon du Pin e Almeida	20.11.1827 a 15.06.1828
José Clemente Pereira	16.06.1828 a 18.06.1828
José Bernardino Batista Pereira de Almeida Sodré	18.06.1828 a 25.09.1828
Miguel Calmon du Pin e Almeida	25.09.1828 a 04.12.1829
Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta	04.12.1829 a 02.10.1830
José Antônio Lisboa	02.10.1830 a 03.11.1830
Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque	03.11.1830 a 04.04.1831
Manuel Jacinto Nogueira da Gama	05.04.1831 a 07.04.1831
José Inácio Borges	07.04.1831 a 16.07.1831
Bernardo Pereira de Vasconcelos	16.07.1831 a 10.05.1832
Joaquim José Rodrigues Torres	10.05.1832 a 03.08.1832
Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque	03.08.1832 a 13.09.1832
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	13.09.1832 a 14.12.1832
Cândido José de Araújo Viana	14.12.1832 a 02.06.1834
Antônio Pinto Chichorro da Gama	02.06.1834 a 07.10.1834
Manuel do Nascimento e Castro e Silva	07.10.1834 a 16.05.1837
Manuel Alves Branco	16.05.1837 a 19.09.1837

Miguel Calmon du Pin e Almeida — 19.09.1837 a 16.04.1839
Cândido Batista de Oliveira — 16.04.1839 a 01.09.1839
Manuel Alves Branco — 01.09.1839 a 18.05.1840
José Antônio da Silva Maia — 18.05.1840 a 24.07.1840
Martim Francisco Ribeiro de Andrada — 24.07.1840 a 23.03.1841
Miguel Calmon du Pin e Almeida — 23.03.1841 a 20.01.1843
Joaquim Francisco Viana — 20.01.1843 a 02.02.1844
Manuel Alves Branco — 02.02.1844 a 02.05.1846
Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque — 02.05.1846 a 17.05.1847
José Joaquim Fernandes Torres — 17.05.1847 a 22.05.1847
Manuel Alves Branco — 22.05.1847 a 20.10.1847
Saturnino de Sousa e Oliveira — 20.10.1847 a 18.11.1847
Manuel Alves Branco — 18.11.1847 a 08.03.1848
Antônio Paulino Limpo de Abreu — 08.03.1848 a 14.05.1848
José Pedro Dias de Carvalho — 14.05.1848 a 31.05.1848
Francisco de Paula Sousa e Melo — 31.05.1848 a 18.08.1848
Bernardo de Sousa Franco — 18.08.1848 a 29.09.1848
Pedro de Araújo Lima — 29.09.1848 a 06.10.1848
Joaquim José Rodrigues Torres — 06.10.1848 a 06.12.1850
Paulino José Soares de Sousa — 06.12.1850 a 13.01.1851
Joaquim José Rodrigues Torres — 13.01.1851 a 12.02.1853
Manuel Felizardo de Sousa e Melo — 12.02.1853 a 06.03.1853
Joaquim José Rodrigues Torres — 06.03.1853 a 06.09.1853
Honório Hermeto Carneiro Leão — 06.09.1853 a 12.01.1855
Antônio Paulino Limpo de Abreu — 12.01.1855 a 27.01.1855
Honório Hermeto Carneiro Leão — 27.01.1855 a 23.08.1856
João Maurício Wanderley — 23.08.1856 a 04.05.1857
Bernardo de Sousa Franco — 04.05.1857 a 12.12.1858
Francisco de Sales Torres Homem — 12.12.1858 a 10.08.1859
Ângelo Muniz da Silva Ferraz — 10.08.1859 a 02.03.1861
José Maria da Silva Paranhos — 02.03.1861 a 24.05.1862
José Pedro Dias de Carvalho — 24.05.1862 a 30.05.1862
Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque — 30.05.1862 a 08.04.1863
Miguel Calmon du Pin e Almeida — 08.04.1863 a 15.01.1864
José Pedro Dias de Carvalho — 15.01.1864 a 31.08.1864
Carlos Carneiro de Campos — 31.08.1864 a 12.05.1865
José Pedro Dias de Carvalho — 12.05.1865 a 04.03.1866
Francisco de Paula da Silveira Lobo — 04.03.1866 a 07.03.1866
João da Silva Carrão — 07.03.1866 a 03.08.1866
Zacarias de Góis e Vasconcelos — 03.08.1866 a 16.07.1868
Joaquim José Rodrigues Torres — 16.07.1868 a 29.09.1870
Francisco de Sales Torres Homem — 29.09.1870 a 07.03.1871

José Maria da Silva Paranhos	07.03.1871 a 25.06.1875
João Maurício Wanderley	02.06.1875 a 05.01.1878
João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu	05.01.1878 a 13.02.1878
Gaspar Silveira Martins	13.02.1878 a 08.02.1879
Afonso Celso de Assis Figueiredo	08.02.1879 a 28.03.1880
José Antônio Saraiva	28.03.1880 a 21.01.1882
Martinho Álvares da Silva Campos	21.01.1882 a 03.07.1882
João Lustosa da Cunha Paranaguá	03.07.1882 a 24.05.1883
Lafayette Rodrigues Pereira	24.05.1883 a 05.06.1884
Manuel Pinto de Sousa Dantas	05.06.1884 a 05.05.1885
José Antônio Saraiva	05.05.1885 a 20.08.1885
Francisco Belisário Soares de Sousa	20.08.1885 a 09.03.1888
João Alfredo Correia de Oliveira	09.03.1888 a 07.06.1889
Afonso Celso de Assis Figueiredo	07.06.1889 a 20.07.1889
Cândido Luís Maria de Oliveira	20.07.1889 a 28.07.1889
Afonso Celso de Assis Figueiredo	28.07.1889 a 15.11.1889
Rui Barbosa	15.11.1889 a 21.01.1891
Tristão de Alencar Araripe	21.01.1891 a 04.07.1891
Henrique Pereira de Lucena	04.07.1891 a 23.11.1891
Antão Gonçalves de Faria	23.11.1891 a 26.11.1891
Francisco de Paula Rodrigues Alves	26.11.1891 a 31.12.1891
Antão Gonçalves de Faria	31.12.1891 a 10.01.1892
Francisco de Paula Rodrigues Alves	10.01.1892 a 31.08.1892
Inocêncio Serzedelo Correia	31.08.1892 a 30.04.1893
Felisbelo Firmo de Oliveira Freire	30.04.1893 a 18.08.1893
Alexandre Cassiano do Nascimento	18.08.1893 a 15.11.1894
Francisco de Paula Rodrigues Alves	15.11.1894 a 20.11.1896
Bernardino de Campos	20.11.1896 a 23.06.1897
Joaquim Duarte Murtinho	23.06.1897 a 02.09.1902
Sabino Alves Barroso Júnior	02.09.1902 a 15.11.1902
José Leopoldo de Bulhões Jardim	15.11.1902 a 15.11.1906
Davi Moretzsohn Campista	15.11.1906 a 14.06.1909
José Leopoldo de Bulhões Jardim	14.06.1909 a 15.11.1910
Francisco Antônio de Sales	15.11.1910 a 09.05.1913
Rivadávia da Cunha Correia	09.05.1913 a 15.11.1914
Sabino Alves Barroso Júnior	15.11.1914 a 31.05.1915
João Pandiá Calógeras	31.05.1915 a 29.05.1916
Augusto Tavares de Lira	29.05.1916 a 30.06.1916
João Pandiá Calógeras	30.06.1916 a 06.09.1917
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	06.09.1917 a 01.11.1918
Augusto Tavares de Lira	01.11.1918 a 15.11.1918
Amaro Cavalcanti	15.11.1918 a 17.01.1919
João Ribeiro de Oliveira e Sousa	17.01.1919 a 27.06.1919
Homero Batista	27.06.1919 a 15.11.1922

Rafael de Abreu Sampaio Vidal	15.11.1922 a 02.01.1925
Aníbal Freire da Fonseca	02.01.1925 a 15.11.1926
Getúlio Dornelles Vargas	15.11.1926 a 17.11.1928
Francisco Chaves de Oliveira Botelho	17.11.1928 a 24.10.1930
José Maria Whitaker	06.11.1930 a 16.11.1931
Osvaldo Aranha	16.11.1931 a 24.07.1934
Artur de Sousa Costa	24.07.1934 a 24.01.1939
Romero Estelita Cavalcanti Pessoa	24.01.1939 a 07.02.1939
Artur de Sousa Costa	07.02.1939 a 08.03.1940
Romero Estelita Cavalcanti Pessoa	08.03.1940 a 25.03.1940
Artur de Sousa Costa	25.03.1940 a 17.02.1941
Romero Estelita Cavalcanti Pessoa	17.03.1941 a 25.03.1941
Artur de Sousa Costa	25.03.1941 a 13.02.1942
Romero Estelita Cavalcanti Pessoa	13.02.1942 a 18.03.1942
Artur de Sousa Costa	18.03.1942 a 23.06.1944
Paulo Tavares de Lira	23.06.1944 a 11.08.1944
Artur de Sousa Costa	11.08.1944 a 29.10.1945
José Pires do Rio	01.11.1945 a 01.02.1946
Gastão Vidigal	01.02.1946 a 15.10.1946
Onaldo Bragante Machado	15.10.1946 a 21.10.1946
Pedro Luís Correia e Castro	21.10.1946 a 17.01.1947
Oscar Santa Maria Pereira	17.01.1947 a 24.01.1947
Pedro Luís Correia e Castro	24.01.1947 a 15.09.1947
José Vieira Machado	15.09.1947 a 21.11.1947
Pedro Luís Correia e Castro	21.11.1947 a 27.09.1948
Ovídio Xavier de Abreu	27.09.1948 a 05.11.1948
Pedro Luís Correia e Castro	05.11.1948 a 10.06.1949
Manuel Guilherme da Silveira Filho	10.06.1949 a 31.01.1951
Horácio Lafer	31.01.1951 a 27.08.1952
Alberto de Andrade Queirós	27.08.1952 a 01.10.1952
Horácio Lafer	01.10.1952 a 15.06.1953
Osvaldo Aranha	15.06.1953 a 25.08.1954
Otávio Gouveia de Bulhões	25.08.1954 a 20.09.1954
Eugênio Gudin	11.10.1954 a 13.04.1955
José Maria Whitaker	13.04.1955 a 12.10.1955
Mário Leopoldo Pereira da Câmara	12.10.1955 a 10.01.1956
José Maria Alkmin	10.01.1956 a 24.06.1958
Lucas Lopes	24.06.1958 a 28.07.1959
Sebastião Pais de Almeida	28.07.1959 a 31.01.1961
Clemente Mariani Bittencourt	31.01.1961 a 08.09.1961
Válter Moreira Sales	08.09.1961 a 14.09.1962
Miguel Calmon	05.12.1962 a 23.01.1963
F. C. de San Tiago Dantas	23.01.1963 a 21.06.1963

Carlos Alberto Carvalho Pinto	21.06.1963 a 20.12.1963
Ney Galvão	20.12.1963 a 06.04.1964
Otávio Gouveia de Bulhões	06.04.1964 a 15.03.1967
Antônio Delfim Neto	15.03.1967 a 15.03.1974
Mário Henrique Simonsen	15.03.1974 a ....